

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026	8
DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025	9
Demonstração de Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	83

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	148
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	149
Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	150
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	152
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	153

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	98.700
Preferenciais	0
Total	98.700
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	81.039.784	73.287.660
1.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	9.450.520	2.772.352
1.01.01	Caixa	150.521	162.352
1.01.02	Aplicações de Liquidez	9.299.999	2.610.000
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	9.299.999	2.610.000
1.02	Ativos Financeiros	64.519.337	63.671.031
1.02.01	Depósito Compulsório Banco Central	1.086.491	1.022.675
1.02.02	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através do Resultado	2.042.365	1.562.771
1.02.02.01	Títulos e Valores Mobiliários	1.994.360	1.495.709
1.02.02.02	Derivativos	48.005	67.062
1.02.03	Ativos Financeiros Avaliados ao Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	42.478.139	41.093.343
1.02.03.01	Títulos e Valores Mobiliários	42.478.139	41.093.343
1.02.04	Ativos Financeiros ao Custo Amortizado	18.912.342	19.992.242
1.02.04.01	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	873.483	818.881
1.02.04.03	Títulos e Valores Mobiliários	295.953	284.627
1.02.04.04	Operações de Crédito	19.348.383	20.154.551
1.02.04.05	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-1.605.477	-1.265.817
1.03	Tributos	4.585.940	4.769.253
1.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	557.083	1.037.373
1.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos	4.028.857	3.731.880
1.04	Outros Ativos	1.619.468	1.347.766
1.04.01	Ativos Não Correntes a Venda	1.619.468	1.347.766
1.05	Investimentos	349	352
1.05.04	Propriedades para Investimento	349	352
1.06	Imobilizado	417.485	370.183
1.06.01	Imobilizado de Uso	823.760	769.513
1.06.02	Direito de Uso de Arrendamento	5.723	3.199
1.06.03	Depreciação Acumulada	-411.998	-402.529
1.07	Intangível	446.685	356.723
1.07.01	Intangíveis	510.336	397.127
1.07.03	Amortização Acumulada	-63.651	-40.404

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	81.039.784	73.287.660
2.02	Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	52.462.974	44.844.721
2.02.01	Depósitos	15.155.809	14.565.381
2.02.01.01	Depósitos à Vista	3.852.144	3.241.066
2.02.01.02	Depósitos de Poupança	1.285.088	1.288.692
2.02.01.03	Depósitos Interfinanceiros	876.534	1.079.194
2.02.01.04	Depósitos a Prazo	9.142.043	8.956.429
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	4.614.125	4.718.865
2.02.04	Outras Captações	32.693.040	25.560.475
2.02.04.01	Obrigações por Empréstimos	504.070	333.829
2.02.04.02	Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	1.536.735	1.144.578
2.02.04.03	Obrigações por Repasses do Exterior	726.613	842.064
2.02.04.04	Arrendamento	4.249	2.611
2.02.04.05	Outros Instrumentos de Dívidas	5.652.184	5.278.392
2.02.04.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	24.317	13.988
2.02.04.07	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	24.106.270	17.801.411
2.02.04.08	Rendas Antecipadas	138.602	143.602
2.03	Provisões	8.801.922	7.910.279
2.03.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4.522.158	4.019.137
2.03.02	Provisão p/ Perdas Esperadas c/ Comp. de Créditos e Cred. a Liberar	22.688	24.889
2.03.03	Provisão para Contingências	1.595.329	1.182.596
2.03.04	Passivos Atuariais	2.661.747	2.683.657
2.04	Passivos Fiscais	976.838	2.416.086
2.05	Outros Passivos	1.985.040	2.050.414
2.07	Patrimônio Líquido	16.813.010	16.066.160
2.07.01	Capital Social Realizado	15.139.032	13.238.172
2.07.03	Reservas de Reavaliação	13.006	13.038
2.07.04	Reservas de Lucros	2.680.620	3.789.708
2.07.08	Outros Resultados Abrangentes	-1.019.648	-974.758

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.01	Receitas de Intermediação Financeira	2.733.492	5.293.130	2.548.737	4.733.950
3.01.01	Operações de Crédito	1.064.569	2.048.941	1.003.639	1.913.666
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	1.686.071	3.276.644	1.565.138	2.979.711
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros e Derivativos	-22.007	-42.333	-13.311	-168.955
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	0	0	-11.634	0
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	4.859	9.878	4.905	9.528
3.02	Despesas de Intermediação Financeira	-1.752.797	-3.395.022	-1.258.299	-2.677.657
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-734.887	-1.447.017	-552.978	-1.087.320
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-53.834	-100.027	-43.565	-92.894
3.02.03	Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	-704.392	-1.316.052	-640.671	-1.125.747
3.02.04	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	-259.684	-531.926	-21.085	-371.696
3.03	Resultado Bruto de Intermediação Financeira	980.695	1.898.108	1.290.438	2.056.293
3.04	Outras Despesas e Receitas Operacionais	-183.561	-199.722	225.744	182.661
3.04.02	Receitas de Prestação de Serviços	1.148.104	2.234.059	992.414	1.928.528
3.04.03	Despesas com Pessoal	-803.503	-1.596.189	-761.093	-1.498.806
3.04.04	Outras Despesas de Administrativas	-786.615	-1.470.576	-651.369	-1.282.490
3.04.05	Despesas Tributárias	-181.412	-356.504	-168.687	-329.544
3.04.06	Outras Receitas Operacionais	1.296.710	2.636.787	1.320.920	2.565.337
3.04.07	Outras Despesas Operacionais	-856.845	-1.647.299	-506.441	-1.200.364
3.04.07.01	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	-404.249	-825.724	-129.439	-570.935
3.04.07.02	Provisão para Contingências Passivas	-386.075	-487.055	-57.588	-153.725
3.04.07.03	Outras Despesas Operacionais	-66.521	-334.520	-319.414	-475.704
3.05	Resultado antes dos Tributos sobre o Lucro	797.134	1.698.386	1.516.182	2.238.954
3.06	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-157.627	-555.529	-368.323	-741.523
3.06.01	Corrente	-401.836	-767.145	-586.138	-918.578
3.06.01.01	Provisão para Imposto de Renda	-219.826	-418.966	-323.342	-506.244
3.06.01.02	Provisão para Contribuição Social	-182.010	-348.179	-262.796	-412.334

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
3.06.02	Diferido	244.209	211.616	217.815	177.055
3.07	Lucro ou Prejuízo das Operações Continuadas	639.507	1.142.857	1.147.859	1.497.431
3.09	Lucro ou Prejuízo antes das Participações e Contribuições Estatutárias	639.507	1.142.857	1.147.859	1.497.431
3.10	Participações nos Lucros e Contribuições Estatutárias	-70.111	-85.445	-105.393	-113.752
3.11	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	569.396	1.057.412	1.042.466	1.383.679
3.99	Lucro por Ação (R\$/Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	5,77	10,71	10,56	14,02

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2025 à 30/06/2025	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
4.01	Lucro ou Prejuízo Líquido do Período	569.396	1.057.412	1.042.466	1.383.679
4.02	Outros Resultados Abrangentes Próprios	-91.296	-44.858	-53.482	-11.851
4.02.01	Valores que serão Reclassificados para o Resultado	-78.774	-83.080	87.690	114.391
4.02.01.01	Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-143.255	-151.113	159.406	207.925
4.02.01.02	Efeito Tributário sobre Ajustes de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	64.465	68.001	-71.732	-93.566
4.02.01.03	Realização da Reserva de Reavaliação	29	58	29	58
4.02.01.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-13	-26	-13	-26
4.02.02	Valores que não serão Reclassificados o para o Resultado	-12.522	38.222	-141.172	-126.242
4.02.02.01	Ganhos ou Perdas Atuarias	-22.766	69.495	-256.675	-229.530
4.02.02.02	Efeito Tributário sobre Ganhos ou Perdas Atuariais	10.244	-31.273	115.503	103.288
4.04	Resultado Abrangente do Período	478.100	1.012.554	988.984	1.371.828

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2026 à 30/06/2026	Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
6.01	Caixa Líquido das Atividades Operacionais	9.056.222	2.334.299
6.01.01	Caixa Gerado pelas Operações	4.042.145	3.800.793
6.01.01.01	Lucro ou Prejuízo Líquido antes dos Tributos sobre o Lucro	1.698.386	2.238.954
6.01.01.02	Ajustes ao Lucro ou Prejuízo	2.343.759	1.561.839
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	5.014.077	-1.466.494
6.01.02.01	Depósitos no Banco Central	-63.816	-211.021
6.01.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativos	29.386	214.128
6.01.02.03	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-36.564	-418.955
6.01.02.04	Aplicações em Moedas Estrangeiras	-18.038	-34.327
6.01.02.05	Operações de Crédito	296.403	-2.213.851
6.01.02.06	Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	337.922	286.653
6.01.02.07	Outros Ativos	174.494	457.767
6.01.02.08	Ativos Fiscais	429.722	265.572
6.01.02.09	Depósitos	582.410	-1.242.834
6.01.02.10	Captações no Mercado Aberto	-104.740	154.911
6.01.02.11	Obrigações por Empréstimos e Repasses	446.947	-1.269.933
6.01.02.12	Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	6.304.859	5.074.555
6.01.02.13	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	503.021	256.141
6.01.02.14	Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	-2.201	-61.880
6.01.02.15	Provisão para Contingências	412.733	25.175
6.01.02.16	Passivos Atuariais	-21.910	250.724
6.01.02.17	Rendas Antecipadas	-5.000	-5.000
6.01.02.18	Passivos Fiscais	-1.439.248	-1.551.430
6.01.02.19	Imposto de Renda e CSLL pagos	-1.755.774	-1.147.411
6.01.02.20	Outros Passivos	-1.056.529	-295.478
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.153.627	-1.912.241
6.02.01	Alienações de Investimentos	0	793
6.02.02	Inversões em Imobilizado de Uso	-62.713	-32.460
6.02.03	Inversões em Intangível	-113.210	-64.698
6.02.04	Alienação de Imobilizado de Uso	181	40
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	-1.977.885	-1.815.916
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-224.427	-145.102
6.03.01	Pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre Capital Próprio	-404.721	-314.822
6.03.02	Dívidas Subordinadas Elegível a Capital	180.294	169.720
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.678.168	276.956
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	2.772.352	3.032.421
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	9.450.520	3.309.377

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 30/06/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	13.238.172	0	3.802.746	0	0	-974.758	16.066.160
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	13.238.172	0	3.802.746	0	0	-974.758	16.066.160
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.900.860	0	-1.900.860	0	-265.672	0	-265.672
5.04.01	Aumentos de Capital	1.900.860	0	-1.900.860	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-265.672	0	-265.672
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.057.412	-83.112	974.300
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.057.412	0	1.057.412
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	-83.112	-83.112
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-151.113	-151.113
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	68.001	68.001
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	791.740	0	-791.740	38.222	38.222
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	791.772	0	-791.772	38.222	38.222
5.06.01.01	Ganhos ou Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	69.495	69.495
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-31.273	-31.273
5.06.01.03	Reservas Legal e Estatutária	0	0	791.772	0	-791.772	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-58	0	58	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	26	0	-26	0	0
5.07	Saldos Finais	15.139.032	0	2.693.626	0	0	-1.019.648	16.813.010

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 30/06/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	11.648.938	0	3.207.051	0	0	-904.716	13.951.273
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	-218.970	0	-218.970
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	11.648.938	0	3.207.051	0	-218.970	-904.716	13.732.303
5.04	Transações de Capital com os Sócios	1.589.234	0	-1.589.234	0	-274.699	0	-274.699
5.04.01	Aumentos de Capital	1.589.234	0	-1.589.234	0	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-274.699	0	-274.699
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	0	1.383.679	114.359	1.498.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	0	1.383.679	0	1.383.679
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	0	114.359	114.359
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	207.925	207.925
5.05.02.02	Tributos s/ Ajustes Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	0	-93.566	-93.566
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	890.010	0	-890.010	-126.242	-126.242
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	890.042	0	-890.042	-126.242	-126.242
5.06.01.01	Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	-229.530	-229.530
5.06.01.02	Tributos sobre Ganhos e Perdas Atuariais	0	0	0	0	0	103.288	103.288
5.06.01.03	Reservas Legal e Estatutária	0	0	890.042	0	-890.042	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-58	0	58	0	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	26	0	-26	0	0
5.07	Saldos Finais	13.238.172	0	2.507.827	0	0	-916.599	14.829.400

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 30/06/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 30/06/2025
7.01	Receitas	7.984.751	7.655.755
7.01.01	Intermediação Financeira	5.293.130	4.733.950
7.01.02	Prestação de Serviços	2.234.059	1.928.528
7.01.03	Provisão/Reversão de Perdas Esperadas ao Risco de Crédito	-531.926	-371.696
7.01.04	Outras	989.488	1.364.973
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-2.863.096	-2.305.961
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.409.461	-1.237.450
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-68.192	-55.859
7.03.02	Serviços de Terceiros	-803.503	-745.168
7.03.04	Outros	-537.766	-436.423
7.03.04.01	Processamento dados e Telecomunicações	-318.555	-265.008
7.03.04.02	Propaganda, Promoções e Publicações	-71.634	-38.265
7.03.04.03	Transportes	-16.182	-16.171
7.03.04.04	Segurança	-56.697	-49.154
7.03.04.05	Viagens	-13.190	-12.394
7.03.04.06	Outras	-61.508	-55.431
7.04	Valor Adicionado Bruto	3.712.194	4.112.344
7.05	Retenções	-37.263	-21.115
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.263	-21.115
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.674.931	4.091.229
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.674.931	4.091.229
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	3.674.931	4.091.229
7.09.01	Pessoal	1.459.891	1.399.929
7.09.01.01	Remuneração Direta	1.015.964	1.005.216
7.09.01.02	Benefícios	371.817	325.755
7.09.01.03	F.G.T.S.	72.110	68.958
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.133.776	1.283.696
7.09.02.01	Federais	1.102.503	1.253.382
7.09.02.02	Estaduais	19	18
7.09.02.03	Municipais	31.254	30.296
7.09.03	Remuneração do Capital de Terceiros	23.852	23.925
7.09.03.01	Aluguéis	23.852	23.925
7.09.04	Remuneração de Capital Próprio	1.057.412	1.383.679
7.09.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	265.672	274.699
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	791.740	1.108.980

Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

2026

1º SEMESTRE



Ambiente de Planejamento
Superintendência de Estratégia e Organização
Diretoria de Planejamento



Comentário do Desempenho

Comentário do Desempenho



DIRETORIA EXECUTIVA

Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente)
Ana Teresa Barbosa de Carvalho
Antonio Jorge Pontes Guimarães Júnior
Leonardo Victor Dantas da Cruz
José Aldemir Freire
Raimundo Vandir Farias Júnior
Wanger Antônio de Alencar Rocha

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Sávia Gavazza dos Santos (Presidente)
Adauto Modesto Júnior
Lindemberg de Lima Bezerra
Luiz Alberto da Silva Júnior
Olavo Rebelo de Carvalho Filho
Paulo Henrique Saraiva Câmara
Romildo Carneiro Rolim

COMITÊ DE AUDITORIA

João Andrade Vieira da Silva (Coordenador)
Décio José Padilha da Cruz
Marcelo Andrade Bezerra Barros
Olavo Rebelo de Carvalho Filho

COMITÊ DE SUSTENTABILIDADE, RISCOS E DE CAPITAL

Saumíneo da Silva Nascimento (Coordenador)
José Monteiro Varanda Neto
Marcello Frolidi Negro
Roberto Smith

COMITÊ DE PESSOAS, ELEGIBILIDADE, SUCESSÃO E REMUNERAÇÃO

Marcelo Andrade Bezerra Barros (Coordenador)
Décio José Padilha da Cruz
João Andrade Vieira da Silva
Mércia Cristina Gerbase Santos
Saumíneo da Silva Nascimento

CONSELHO FISCAL

Fernanda Peixoto Souto (Presidente)
Carlos Higino Ribeiro de Alencar
Jose Lucenildo Parente Pimentel

COMITÊ DE INOVAÇÃO E ESTRATÉGIA DIGITAL

Rafael Figueiredo Bezerra (Coordenador)
Ciro Pitangueira De Avelino
José Aldemir Freire
Luiz Alberto da Silva Junior
Luiz Humberto Rabelo Sucupira Júnior



SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE	6
DESTAQUES E PRÊMIOS	8
1. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E AMBIENTE EXTERNO	10
1.1. Estratégia Empresarial	10
1.2. Sustentabilidade	10
1.3. Modelo de Negócio.....	12
1.4. Cenários Macroeconômicos	13
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	15
2.1. Promoção da Responsabilidade Socioambiental e climática	15
2.2. Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	17
2.3. Programas de Financiamento ao Setor Público, com Recursos Externos.....	19
2.4. Plano Plurianual (PPA)	21
2.5. Política de Desenvolvimento Territorial.....	21
2.6. Fundos Científicos, Tecnológico e de Desenvolvimento Sustentável	23
2.7. Apoio à Cultura	24
3. NEGÓCIOS	26
3.1. Contratações de Operações de Crédito.....	26
3.2. Desempenho por Segmento.....	27
3.2.1 Agricultura Familiar, exceto Agroamigo.....	29
3.2.2 Microempreendedor Rural - Agroamigo	31
3.2.3 Microfinança Urbana - Crediamigo	34
3.2.4 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)	37
3.2.5 Agronegócio e Pequeno e Miniprodutor Rural	39
3.2.6 Pessoa Física	41
3.2.7 Corporate	43
3.2.8 Governo	47
3.2.9 Empresarial.....	48
3.3. Captação de Recursos.....	51
3.4. Ativos de Terceiros	52



3.4.1 Fundos de Investimento.....	52
3.4.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor).....	52
3.4.3 Depósitos para Reinvestimento.....	52
4. IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS	53
4.1. Estimativa de Impactos Socioeconômicos	53
4.2. Estudos de efetividade da Atuação do Banco do Nordeste	55
5. TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	56
5.1. Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).....	56
6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	57
6.1. Ativos	57
6.2. Disponibilidades do FNE.....	57
6.3. Patrimônio Líquido e Rentabilidade	57
6.4. Resultados	57
6.5. Adequação Patrimonial.....	58
6.6. Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro	59
6.7. Capital Social.....	60
7. CAPITAL HUMANO	60
7.1. Relacionamento com Empregados	60
7.2. Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do Banco do Nordeste	64
7.2.1 Camed Saúde.....	64
7.2.2 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste	64
8. RELACIONAMENTO COM CLIENTES	66
8.1. Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC)	66
8.2. Ouvidoria	67
9. GOVERNANÇA CORPORATIVA	68
10. GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	69
10.1. Gestão de Riscos	69
10.2. Controles Internos.....	70

PALAVRA DO PRESIDENTE

Há momentos em que uma região deixa de ser vista apenas pelos desafios que precisa superar e passa a ser reconhecida pelas respostas que pode oferecer ao país. O Nordeste vive esse momento.

Em um mundo que busca energia limpa, segurança alimentar, inovação e cadeias produtivas mais resilientes, nossa região reúne ativos decisivos: recursos naturais, diversidade econômica, conhecimento e capacidade empreendedora. O Nordeste manteve o dinamismo econômico sustentável com participação nas grandes mudanças do nosso tempo e se manteve no centro de muitas delas.

Essa compreensão orienta o Banco do Nordeste. Nossa missão vai além da ampliação da oferta de crédito, embora essa tarefa continue indispensável. Cabe ao Banco transformar potencial em investimento e investimento em capacidade produtiva e oportunidades concretas para pessoas, empresas e territórios.

O primeiro semestre de 2026 confirmou a relevância dessa atuação. Mesmo em um cenário internacional desafiador, a economia nordestina manteve dinamismo superior à média nacional. Nesse contexto, o crédito de desenvolvimento tornou-se ainda mais necessário como decisão institucional de acreditar em quem produz, empreende e constrói o futuro da região.

*Nesse período, registramos **R\$ 32,9 bilhões** em contratações globais, sendo **R\$ 26,5 bilhões** com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Cerca de **91%** desse volume foi destinado às microrregiões prioritárias da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, especialmente municípios de baixa e média renda."*

Também fortalecemos os portes prioritários e o crédito voltado às mulheres, aos povos indígenas, aos jovens e às comunidades quilombolas, reafirmando o compromisso com a inclusão produtiva e a redução das desigualdades.

Os impactos estimados desses financiamentos ajudam a revelar o que os números representam na prática. As operações do FNE realizadas no período deverão contribuir para gerar ou manter mais de 237 mil ocupações em nossa área de atuação e estimular R\$ 17,8 bilhões no valor bruto da produção. Além disso, um novo estudo de efetividade, baseado em dados do Banco e da RAIS, demonstrou efeitos positivos e persistentes do primeiro acesso ao FNE sobre o emprego formal, a massa salarial e a remuneração nas empresas beneficiárias. É a evidência de que crédito bem direcionado se converte em trabalho, renda e crescimento consistente.

Esse impacto é ainda mais evidente nas microfinanças. Os Programas Agroamigo e Crediamigo somaram R\$ 12,3 bilhões em contratações, ambos com resultados históricos para um primeiro semestre e com destaque para a maioria feminina nos financiamentos.

Mas os avanços de 2026 não se traduzem apenas em volume. Eles revelam direção. Seguimos apoiando a Nova Indústria Brasil e ampliando a presença do crédito em diferentes segmentos produtivos, com um aumento de quase 30% na quantidade de operações financiadas, o que denota maior capilaridade dos recursos, e um expressivo crescimento de 135% no valor das contratações destinadas ao turismo – setor que traduz uma das grandes vocações econômicas da região.

Em infraestrutura, foram mais de R\$ 4 bilhões aplicados, sendo R\$ 300 milhões apenas nas obras da Ferrovia Transnordestina, além de projetos de transmissão e distribuição de energia, saneamento básico e atividades portuárias - investimentos que reduzem custos, conectam cadeias produtivas e elevam a competitividade regional.

Ao mesmo tempo, avançamos em temas decisivos para uma economia mais verde e tecnológica. Com um volume de captações externas superior a R\$ 8,6 bilhões, considerando contratos firmados e programas em estruturação, negociação ou aprovação, ampliamos nossa capacidade de conectar o Nordeste a fluxos globais de financiamento voltados à transição energética, descarbonização, inovação, infraestrutura e modernização produtiva.

Desenvolver territórios, porém, também exige transformar instituições. Por isso, avançamos em tecnologia, inteligência artificial responsável, governança de dados

e modernização de processos para ampliar nossa capacidade de servir melhor à sociedade. Esse movimento foi acompanhado pela valorização das pessoas, esforço reconhecido no primeiro semestre pela conquista da certificação *Great Place to Work*.

Por fim, a capacidade de cumprir a nossa missão pública está apoiada em fundamentos econômico-financeiros sólidos. Na gestão de ativos de terceiros, alcançamos quase R\$ 22 bilhões em patrimônio dos fundos administrados e tivemos a avaliação MQ2.br reafirmada pela Moody's. Também ampliamos o capital social para mais de R\$ 15 bilhões e registramos no semestre resultado operacional de R\$ 1,7 bilhão e lucro líquido de mais de R\$ 1 bilhão, com indicadores de eficiência, cobertura e Índice de Basileia compatíveis com a expansão sustentável dos negócios e a continuidade da oferta de crédito com segurança.

Somos um banco público, competitivo e comprometido com resultados. Mas somos, sobretudo, um instrumento de desenvolvimento a serviço de uma região decisiva para o futuro do Brasil.

Seguiremos trabalhando para que o Nordeste não apenas acompanhe as transformações econômicas, tecnológicas e ambientais do nosso tempo, mas participe da definição de seus rumos. Porque desenvolver não é apenas corrigir desigualdades herdadas. É criar as condições para que o Nordeste avance à altura de seu talento, de sua energia e de suas potencialidades.

**Paulo Câmara**

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil S/A.

DESTAQUES E PRÊMIOS



DESTAQUES

O primeiro semestre de 2026 marcou a divulgação de conquistas importantes na aplicação da política creditícia para o desenvolvimento da região e melhoria na qualidade de vida das pessoas. Os principais destaques do período evidenciam a evolução institucional e reafirmam o compromisso da Instituição com a excelência operacional, a inovação e o desenvolvimento regional sustentável.

- A contribuição do BNB às obras da **TransNordestina** foi divulgada com a liberação da terceira parcela do crédito no ano. Foram R\$ 41,2 milhões em maio totalizando R\$ 300 milhões somente no primeiro semestre de 2026, somando R\$ 5,88 bilhões já desembolsados.
- O BNB superou a marca de R\$ 2 bilhões de **fundos de previdência de servidores públicos sob gestão**. Os recursos pertencem a Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).
- Foram disponibilizados **R\$ 1,07 bilhão** para financiar atividades do setor de **turismo** em sua área de atuação, em 2026. Os recursos são do FNE.
- O BNDES e o Banco do Nordeste lançaram, em junho, o Edital **Recaatingar**, chamada pública de R\$ 60 milhões voltada à recuperação socioprodutiva de terras degradadas na Caatinga.
- Os financiamentos do BNB para projetos enquadrados na Nova Indústria Brasil (NIB) somaram R\$ 2,3 bilhões, entre janeiro e abril de 2026. Os recursos apoiam cadeias produtivas sustentáveis, infraestrutura voltada à melhoria da qualidade de vida e iniciativas de descarbonização.
- O BNB passou a integrar, em menos de um ano após sua entrada no Sistema de Expectativas de Mercado do Banco Central, o **Grupo Top 5 do Boletim Focus**, que reúne as instituições com maior precisão nas projeções econômicas. O resultado decorre das análises produzidas pela equipe macroeconômica do Etene.
- O **Agroamigo** alcança marco histórico: O programa registrou R\$ 5,56 bilhões em contratações em 411 mil operações, atendendo 2,12 milhões de clientes, com 53,8% das operações realizadas por mulheres.





- O Banco do Nordeste publicou o estudo “**Agroamigo: Impactos Socioeconômicos na Agricultura Familiar**”, que evidencia a contribuição do programa para a geração de renda, inclusão financeira, redução da pobreza e fortalecimento da agricultura familiar, reforçando seu papel no desenvolvimento rural sustentável.
- Recorde de desembolsos na **microfinança urbana** do Banco do Nordeste: O Crediamigo desembolsou R\$ 6,71 bilhões no primeiro semestre, maior resultado da história para o período, alcançando 2,2 milhões de clientes ativos, dos quais 67% são mulheres empreendedoras.
- **Captações internacionais ultrapassam R\$ 8,6 bilhões:** o Banco avançou na estruturação de programas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Mundial e Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), ampliando a capacidade de financiamento para projetos de inovação, infraestrutura, transição energética e inclusão produtiva.
- **No Agronegócio:** foram contratados R\$ 5,26 bilhões em 5,4 mil operações, fortalecendo a agropecuária regional e destinando **61% dos recursos ao Semiárido**.
- **Plano Safra 2025/2026:** O Banco do Nordeste reafirmou sua liderança no crédito rural ao aplicar R\$ 11,26 bilhões na agricultura empresarial e R\$ 1,55 bilhões na microfinança rural (Agroamigo), totalizando R\$ 12,82 bilhões.
- **Desenvolvimento territorial** com impacto direto nos territórios **O Prodeter** financiou R\$ 710,6 milhões e realizou 1010 ações de inovação, associativismo, governança e difusão tecnológica, alcançando dezenas de milhares de participantes. Considerando todo o período de funcionamento do Prodeter desde 2016, o valor acumulado financiado já chegou a marca R\$ 11,3 bilhões.
- **FNE reforça dinamismo econômico da região com mais empregos, renda e arrecadação:** Impactos estimados incluem acréscimo de R\$ 3,4 bilhões na massa salarial, R\$ 866,15 milhões em tributos e R\$ 17,8 bilhões no Valor Bruto da Produção.
- **Cultura** alcança mais de 170 mil pessoas com investimento de R\$ 26,2 milhões, o Banco promoveu 2.428 atividades culturais em 62 municípios, incluindo a inauguração do novo Centro Cultural Banco do Nordeste em Mossoró (RN).
- Os avanços promovidos pelo **Hub de Bem** contribuíram para o reconhecimento do Banco do Nordeste como uma das melhores empresas para trabalhar no país, com a conquista da certificação **Great Place to Work (GPTW)** em abril de 2026, reforçando o compromisso institucional com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos empregados.



PRÊMIOS

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste reafirmou sua relevância com conquistas expressivas:

- **21ª Edição do Prêmio *Banking Transformation***, realizada em fevereiro, premiou o Banco do Nordeste pelos projetos que impulsionam a inovação, a eficiência e a transformação das instituições financeiras. O BNB conquistou o prêmio na categoria **Inovação em Crédito**, com o case “**MIA, LuzIA e Analisa AI: IA a Serviço da Eficiência na Concessão de Crédito**”.
- A agência de avaliação **Moody's Local Brasil** manteve, em seu Relatório de Avaliação de Qualidade do Gestor, publicado em março de 2026, a **qualificação MQ2.br** ao Banco do Nordeste. A classificação, que corresponde à categoria 'Muito Boa' dentro da escala da agência, foi feita para a gestora do BNB.
- **Prêmio Ouvidorias Brasil**, promovido pela **Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (Abrarec)**, colocou a Ouvidoria do Banco do Nordeste **como vencedora na categoria Amplitude e Acessibilidade de Atendimento**, com o troféu vermelho, referente ao ano de 2025. A cerimônia ocorreu em abril de 2026.
- **VIII Concurso de Boas Práticas da Ouvidoria-Geral da União (OGU)** concedeu, em abril, premiação ao BNB pelo projeto “**Funcionamento das PDMs no Banco do Nordeste do Brasil**”. A iniciativa se destaca por transformar o diálogo com o cidadão em melhorias concretas de gestão.
- **II Prêmio Nacional de Inclusão Socioeconômica** reconheceu, em maio, o Banco do Nordeste e o programa Crediamigo como uma das instituições mais atuantes na promoção da inclusão produtiva, geração de renda e fortalecimento do empreendedorismo entre famílias em situação de vulnerabilidade social. O prêmio é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).
- Os resultados alcançados nas ações de saúde, bem-estar e qualidade de vida também obtiveram reconhecimento externo, com a indicação do **Programa Hub de Bem** como finalista da **4ª Edição do Prêmio Ser Humano, na categoria Desenvolvimento Humano**.

1. ESTRATÉGIA EMPRESARIAL E AMBIENTE EXTERNO

1.1 Estratégia Empresarial

O Banco do Nordeste reafirma seu papel como banco de desenvolvimento regional múltiplo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social de sua área de atuação por meio do financiamento ao setor produtivo e à infraestrutura, da execução de políticas públicas e da promoção de investimentos.

A Estratégia Empresarial da Instituição é estabelecida em ciclos de cinco anos e revisada anualmente, em conformidade com a Lei nº 13.303/2016 e com as diretrizes governamentais aplicáveis. A revisão mais recente, referente ao período 2026-2030, foi aprovada em novembro de 2025.

O Planejamento Empresarial orienta a atuação do Banco para a geração de valor público e de impactos positivos para a sociedade, com foco na geração de emprego e renda, redução das desigualdades, aumento da competitividade econômica e promoção da sustentabilidade social, ambiental e climática.

A estratégia institucional está alinhada a instrumentos nacionais e regionais de desenvolvimento, incluindo o Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), o Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, os princípios Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) e o Plano de Transformação Ecológica.

A execução e o monitoramento da estratégia são realizados por meio dos Planos Estratégico, Tático e Operacional, bem como dos Portfólios de Projetos e Ações Estratégicas, com acompanhamento sistemático de indicadores, metas e resultados pela alta administração.

O valor público almejado pela Instituição é representado em seu Mapa Estratégico (Figura 1), que integra os objetivos corporativos e orienta a geração de resultados sustentáveis para a sociedade.

Figura 1 - Mapa Estratégico do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste – Planejamento Empresarial 2026-2030 – Diretoria de Planejamento

Dessa forma, o Planejamento Empresarial serve de base para a atuação do Banco do Nordeste, alinhando recursos, processos e iniciativas aos resultados estratégicos almejados. O desempenho corporativo apresentado neste Relatório da Administração reflete a execução dessas diretrizes e os avanços alcançados pela Instituição em sua missão de promover o desenvolvimento sustentável e a geração de valor para a sociedade.

1.2 Sustentabilidade

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem sido amplamente adotado e consolidado nas organizações e neste direcionamento, tem sido progressivamente incorporado às estratégias corporativas e aos modelos de negócios das organizações, refletindo a crescente compreensão de que a geração de valor econômico deve

ocorrer de forma integrada aos aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG). No setor financeiro, essa tendência tem se intensificado em decorrência da ampliação de demandas regulatórias, do fortalecimento das agendas climática e social e da crescente importância atribuída à gestão dos riscos e oportunidades associados à sustentabilidade.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste reconhece o crédito como importante instrumento de transformação econômica e social e incorpora diretrizes ASG na condução de seus negócios, produtos, serviços e investimentos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável de

sua área de atuação e para a promoção de uma economia mais inclusiva, resiliente e de baixo carbono.

A Estratégia de Sustentabilidade do Banco está ancorada no conceito ASG e corresponde a um conjunto estruturado de dimensões, linhas de ação, metas e indicadores de desempenho que complementam a avaliação econômico-financeira tradicional da Instituição. Sua implementação está organizada em dois eixos de atuação: (i) apoio à sustentabilidade social e ambiental e à transição para uma economia de baixo carbono; e (ii) operação empresarial de forma ecoeficiente e socialmente responsável.

As 10 linhas de ação da Estratégia ASG do Banco do Nordeste:

- Crédito de Impacto Positivo;
- Inclusão Social e Inserção Produtiva;
- Geração de Energia por Fontes Renováveis;
- Agricultura Familiar e Agronegócio Sustentável;
- Tecnologia, Inovação e Pesquisa;
- Acesso à Água e ao Saneamento;
- Desenvolvimento Territorial e Espacialmente Distribuído;
- Ecoeficiência e Responsabilidade Social e Ambiental;
- Gestão Socialmente Responsável;
- Governança, Integridade e Transparência.

Essas linhas de ação são acompanhadas por indicadores de desempenho que permitem o monitoramento periódico dos resultados e subsidiam o processo de tomada de decisão e de aprimoramento contínuo da estratégia.

A Estratégia de Sustentabilidade relaciona-se diretamente com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) priorizados pelo Banco:

Figura 2 - Os 10 ODS do Banco do Nordeste



Fonte: ONU

Sua implementação adota como referenciais instrumentos normativos internos, compromissos voluntários, padrões internacionais de reporte e avaliação de sustentabilidade, sistemas externos de avaliação ASG, o Sistema de Autorregulação Bancária (SARB) e a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR-SAC), atualizada recentemente, em 2025, em consonância

com a Resolução CMN nº 4.945/2021. A estratégia contempla ainda mecanismos de monitoramento contínuo, reporte periódico às instâncias de governança, elaboração de relatórios corporativos e engajamento das partes interessadas, contribuindo para o fortalecimento da transparência e da gestão dos temas relacionados à sustentabilidade.

No primeiro semestre de 2026, o Banco prosseguiu com o acompanhamento periódico de seus indicadores de sustentabilidade e consequentes elaboração de informes gerenciais destinados às instâncias de governança e utilização dos resultados obtidos para o aperfeiçoamento contínuo das ações relacionadas à estratégia ASG. O monitoramento sistemático dos indicadores da Estratégia ASG evidenciou resultados positivos em temas considerados estratégicos para a Instituição. Essa atua-

ção reforça o compromisso do Banco do Nordeste com a promoção do desenvolvimento sustentável, a geração de impactos positivos e a criação de valor para a sociedade, reafirmando o seu papel como instituição financeira de desenvolvimento comprometida com a geração de resultados econômicos, sociais e ambientais positivos, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e para a construção de uma economia mais justa, inclusiva e resiliente.

1.3 Modelo de Negócio

O modelo de negócios do Banco do Nordeste está estruturado em segmentos de clientes, produtos, serviços e linhas de crédito concebidos para atender às especificidades econômicas e sociais de sua área de atuação, contribuindo para a promoção do desenvolvimento sustentável por meio da oferta de soluções financeiras adequadas às necessidades dos diferentes públicos e setores produtivos da região.

Portfólio de produtos e serviços abrange:

- Operações de infraestrutura;
- Operações de crédito para micro, pequenas, médias e grandes empresas, incluindo:
 - ✓ Operações industriais para aquisição de máquinas, equipamentos e matérias-primas e para modernizações de plantas, entre outros;
 - ✓ Operações comerciais a empresas de varejo, de atacado e de serviços;
 - ✓ Operações rurais, inclusive agronegócio;
 - ✓ Operações de microcrédito para empreendedores urbanos e agricultores familiares.
- Gestão de portfólio e análise de crédito para fundos e programas do governo;
- Serviços bancários, que consistem na oferta de contas de poupança, depósitos à vista e a prazo, custódia de títulos, operações de câmbio, transferências eletrônicas, serviços de cobrança, cartão de crédito, entre outros;
- Operações de Mercado de Capitais, com a estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários locais de curto e longo prazos como debêntures, notas promissórias, certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (Fidc), entre outros;
- Gestão de ativos de terceiros, consistindo na gestão de fundos de investimento para pequenos, médios e grandes investidores.

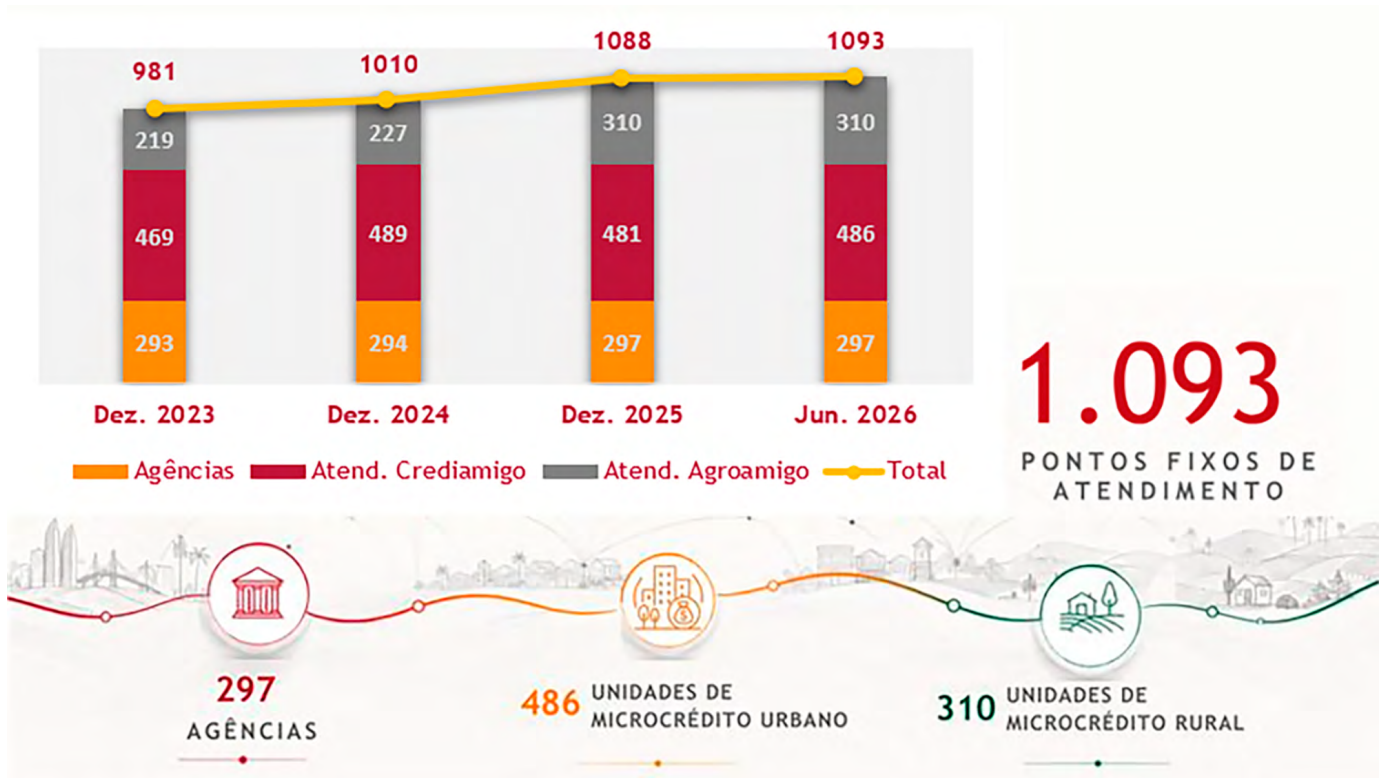


Linhas de negócio:

- Crédito para Financiamento
- Crédito para Infraestrutura
- Crédito para Microfinança Urbana
- Crédito para Microfinança Rural



Gráfico 1 - Evolução dos Canais de Atendimento do Banco do Nordeste



Fonte: Banco do Nordeste - Superintendência de Marketing e Comunicação

Em 2026, a ampla capilaridade da rede de atendimento tem fortalecido a presença institucional do Banco do Nordeste em sua área de atuação, ampliando o acesso de empreendedores, produtores rurais e demais públicos prioritários aos produtos e serviços financeiros oferecidos pela instituição. Essa estrutura contribui para intensificar o apoio a micro e pequenas empresas, agricultores familiares e projetos estratégicos de desenvolvimento, além de fortalecer o relacionamento com os municípios atendidos. A presença do Banco nos territórios favorece a expansão do crédito produtivo e orientado, estimula investimentos, impulsiona a geração de emprego e renda e promove maior inclusão socioeconômica, consolidando seu papel como agente de desenvolvimento regional e ampliando sua capacidade de fomentar oportunidades e apoiar o crescimento sustentável da região.

Em 2026, a **Carreta BNB** consolidou-se como importante instrumento de apoio às ações comerciais e institucionais do Banco do Nordeste, participando de **13 eventos** e percorrendo aproximadamente 13 mil quilômetros em sua área de atuação. Dentre os eventos realizados, destacam-se 8 feiras agropecuárias, reforçando a proximidade do Banco com o setor produtivo rural e ampliando sua presença junto a diferentes públicos estratégicos. A unidade oferece atendimento aos programas Crediamigo e Agroamigo, além de orientações sobre crédito, investimentos e programas de fomento,

contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional do Banco, a ampliação da visibilidade da marca e a promoção do desenvolvimento regional por meio da interação direta com clientes, parceiros e comunidades.

1.4 Cenário Macroeconômico

Cenário Mundial

As perspectivas econômicas globais para 2026 indicam desaceleração do crescimento, inflação mais persistente, condições financeiras restritivas e elevada incerteza geopolítica, agravadas pelos conflitos internacionais, pela volatilidade dos preços da energia e pelas mudanças no comércio global. Em contrapartida, a expansão da Inteligência Artificial, a transição energética e os investimentos em inovação criam oportunidades para elevar a produtividade e sustentar o crescimento no médio prazo. Nesse contexto, o FMI projeta crescimento mundial de 3,0% em 2026 e 3,4% em 2027, abaixo da média de 3,5% registrada entre 2024 e 2025. A inflação global, após trajetória de queda iniciada em 2024, deverá subir de 4,1% em 2025 para 4,7% em 2026, recuando para 3,9% em 2027.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá ficar entre 1,3% e 1,5% em 2026, limitado por juros ainda elevados, alto endividamento público, envelhecimento populacional, baixa produtividade e altos custos de

energia. Os Estados Unidos devem liderar entre as economias desenvolvidas, impulsionados por tecnologia e inteligência artificial, enquanto a Zona do Euro tende a crescer mais lentamente; Japão e Coreia do Sul serão favorecidos pela demanda por semicondutores. Entre as economias emergentes, o crescimento projetado é de 3,8% em 2026 e 4,5% em 2027, com desempenhos distintos conforme suas características econômicas. A China deverá crescer 4,6%, refletindo desafios estruturais e preços mais elevados do petróleo, enquanto a Índia deve manter forte expansão, de 6,4%, apoiada pelo consumo privado e pelo setor de serviços.

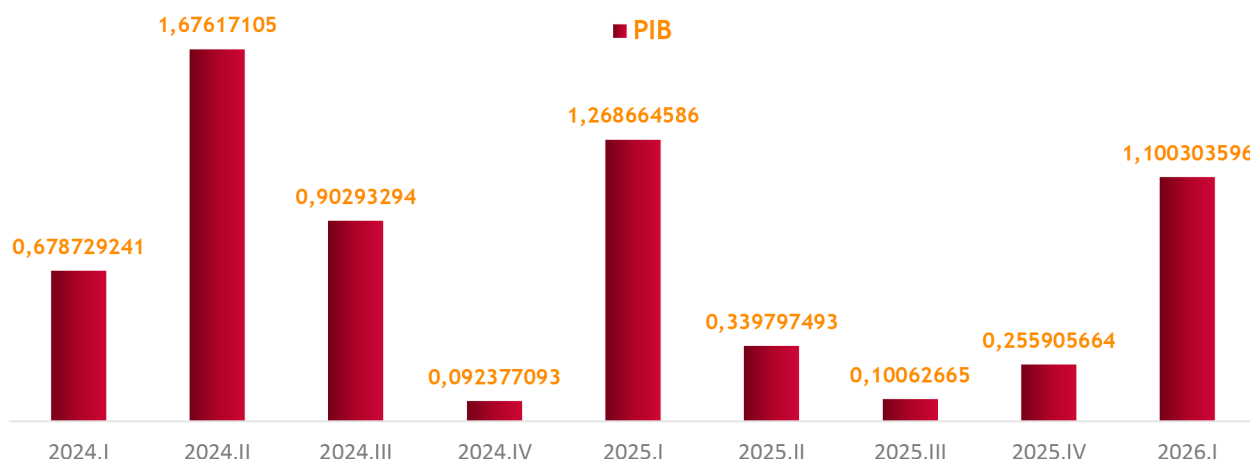
Cenário Nacional

O cenário para a economia brasileira em 2026 é de crescimento moderado. Conforme relatório do Fundo Monetário Internacional, World Economic Outlook, divulgado neste mês de julho, o PIB brasileiro crescerá 2,4% neste ano, sustentado pela combinação de mercado de trabalho resiliente, política fiscal expansionista e consumo privado robusto. Por outro lado, a inflação

ainda acima da meta e as incertezas fiscais permanecem como os principais obstáculos para um maior ritmo de crescimento.

Essa projeção mais otimista que o estimado pelo mercado tem por base o crescimento já registrado nos meses iniciais deste ano, quando a economia apresentou sinais claros de aceleração da atividade econômica. De fato, no primeiro trimestre de 2026, a economia brasileira cresceu 1,1%, na comparação com o último trimestre de 2025, com ajuste sazonal, significando uma aceleração em relação ao trimestre anterior, quando a economia havia crescido 0,3%. (Gráfico 2). Na comparação com o mesmo período do ano passado, o avanço foi de 1,8%, enquanto no acumulado dos últimos quatro trimestres a alta foi de 2%. Contribuíram para esse resultado o mercado de trabalho, que tem se mostrado resiliente, com baixa taxa de desemprego e ganhos reais na renda. Além do crescimento da indústria extrativa e da agropecuária, estímulos fiscais e de crédito também contribuíram para manter aquecido o mercado de trabalho e para a recuperação da atividade econômica em geral.

Gráfico 2 - Produto Interno Bruto (PIB) Brasil - % 1º Trimestre de 2026 em relação ao Trimestre anterior, com ajuste sazonal - 2024 a 2026



Fonte: IBGE. Elaboração: ETENE-2026

O setor agropecuário liderou o crescimento da economia brasileira no primeiro trimestre de 2026, com expansão de 2,0%, impulsionado principalmente pelo aumento da produção e comercialização de soja favorecido pelas boas condições climáticas. A indústria também apresentou resultado positivo, crescendo 1,0%, sustentada pela expansão da atividade extrativa, especialmente na produção de petróleo e gás natural, e pela recuperação parcial da indústria manufatureira, embora ainda enfrente limitações decorrentes dos juros elevados, da fragilidade dos investimentos e da lenta retomada da indústria de transformação.

O setor de serviços cresceu 0,5% no período, apoiado pelo bom desempenho da maior parte de suas atividades, apesar das quedas nos segmentos de transporte, armazenagem e correio (-0,7%) e de atividades financeiras e de seguros (-0,6%). Pelo lado da demanda, o consumo das famílias avançou 1,0% em relação ao último trimestre de 2025, impulsionado pela melhora do mercado de trabalho, pelo aumento da massa salarial, dos rendimentos reais e da renda disponível. Esse desempenho fortaleceu especialmente os setores de comércio, serviços às famílias, transporte, lazer e atividades recreativas, contribuindo para a expansão dos serviços.



A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) contribuiu positivamente para o crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2026, com avanço de 3,5% em relação ao trimestre anterior, indicando recuperação após a desaceleração observada no final de 2025. Entretanto, na comparação com o mesmo período de 2025, registrou queda de 1,4%, refletindo a redução na produção de bens de capital, os juros elevados e a cautela do setor privado. As exportações também apresentaram desempenho negativo, recuando 1,7% frente ao último trimestre de 2025, apesar da forte safra agrícola e dos bons resultados das exportações de petróleo e minério de ferro.

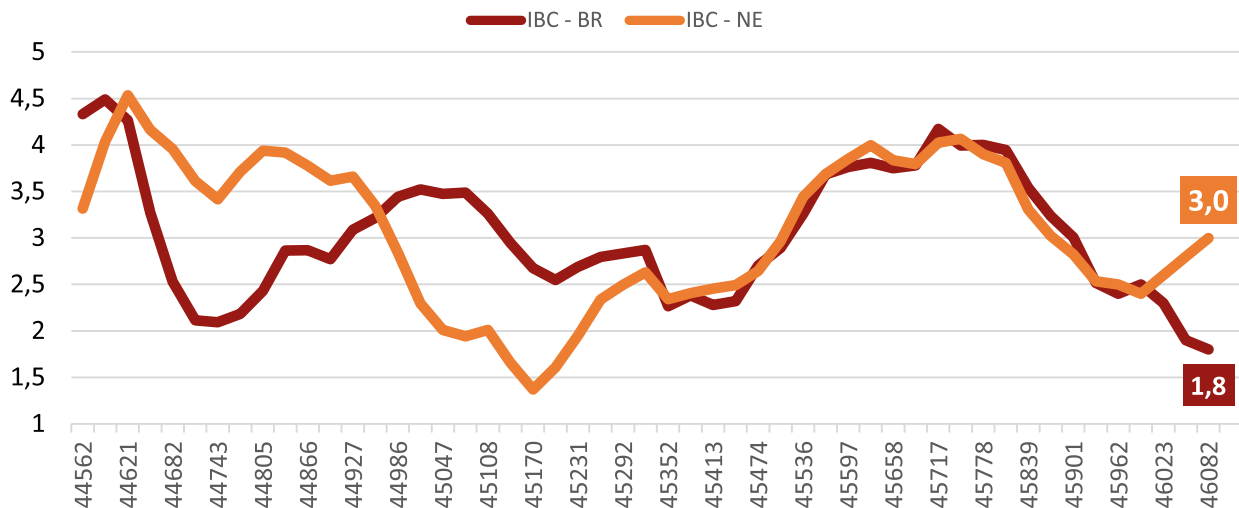
No campo inflacionário, o primeiro trimestre de 2026 foi marcado pela persistência das pressões de preços, com projeções do IPCA acima da meta de 3,0% ao longo do horizonte da política monetária. O Banco Central ele-

vou a probabilidade de a inflação ultrapassar o teto da meta de 4,5% em 2026, diante da resiliência da demanda doméstica, da inflação de serviços associada ao mercado de trabalho aquecido, da alta dos preços internacionais de commodities e das pressões de custos, especialmente nos segmentos de energia e preços administrados.

Cenário Regional

A economia nordestina, medida pelo índice de atividade IBCR-NE do Banco Central, cresceu 0,7% em março de 2026, quando comparado com o mesmo mês de 2025, dessazonalizado. O crescimento acumulado em doze meses encerrados em março para a região Nordeste (3,0%) é superior ao nacional, que apresentou crescimento de 1,8% no período (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Índice de Atividade Econômica do Banco Central do Brasil - Brasil e Nordeste - Em 12 Meses - % em relação ao ano anterior - Jan/22 a Mar/26



Fonte: Banco Central do Brasil, 2026. Elaboração: BNB/Etene (2026)

A atividade econômica nos principais estados do Nordeste permanece em trajetória de expansão, porém com sinais de heterogeneidade e perda de fôlego no curto prazo. Para os próximos meses, a tendência é de crescimento mais moderado e possivelmente heterogêneo en-

tre os estados da área de atuação do Banco do Nordeste, condicionado ao ambiente macroeconômico nacional, especialmente à trajetória de juros e do mercado de crédito, bem como ao comportamento do consumo e da produção industrial.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

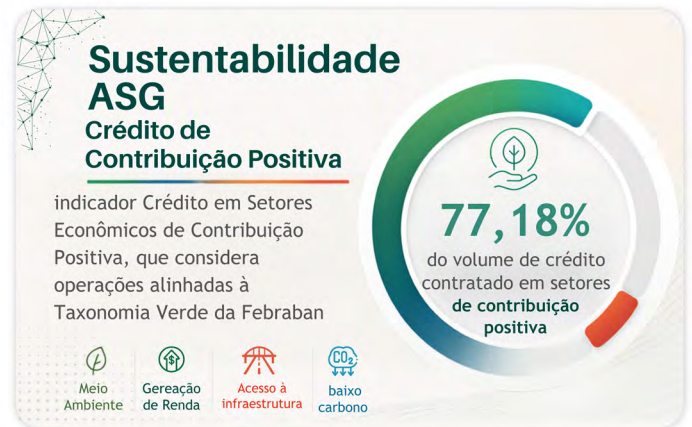
2.1 Promoção da Responsabilidade Socioambiental e climática

O desenvolvimento sustentável integra a estratégia corporativa do Banco do Nordeste, alinhando a geração de valor econômico aos princípios ambientais, sociais e de governança (ASG). Diante do avanço das agendas climática e social e do fortalecimento das exigências regulatórias, a Instituição incorpora diretrizes ASG em seus negócios, produtos e investimentos, utilizando o crédito como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico, da inclusão produtiva e da redução das desigualdades em sua área de atuação.

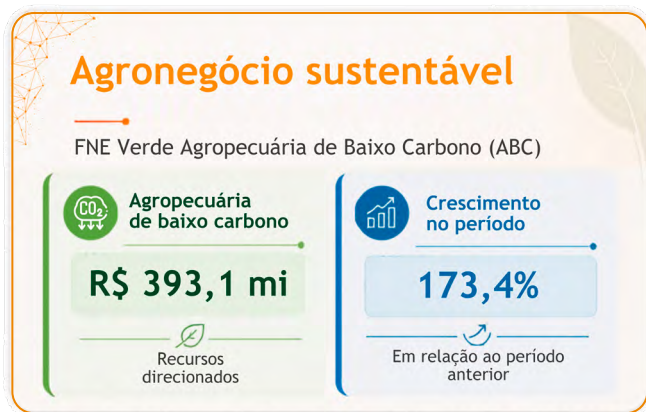
Nesse contexto, a Estratégia de Sustentabilidade do Banco contempla metas, indicadores e ações voltadas à ampliação dos impactos socioambientais positivos. Entre os principais instrumentos de acompanhamento está o indicador Crédito em Setores Econômicos de Contribuição Positiva, que considera operações alinhadas à Taxonomia Verde da Febraban. No primeiro semestre de 2026, essas operações representaram 77,18% do volume total contratado, evidenciando a manutenção de uma carteira fortemente direcionada ao desenvolvimento sustentável, à geração de renda, à ampliação do acesso à infraestrutura essencial e ao fortalecimento da economia de baixo carbono.

Recentemente, com a publicação da Taxonomia Sustentável Brasileira (TSB), o Banco do Nordeste iniciou estudos para revisar e aprimorar o indicador de Crédito em Setores Econômicos de Contribuição Positiva, buscando maior alinhamento aos novos referenciais nacionais de classificação da sustentabilidade. Nesse contexto, a Instituição foi selecionada pelo Comitê Interinstitucional da TSB para participar da fase de testes da primeira edição da metodologia, integrando um grupo restrito de oito instituições bancárias do País.

Durante o processo, os participantes aplicaram critérios relacionados aos objetivos climáticos e à redução



das desigualdades socioeconômicas, contribuindo para a validação prática da Taxonomia. A iniciativa fortalece os mecanismos de identificação, classificação e mensuração dos impactos das operações de crédito do Banco, reforçando sua estratégia ASG. A convergência entre o monitoramento do Crédito de Contribuição Positiva e a participação na construção da TSB consolida o posicionamento do Banco do Nordeste como instituição de desenvolvimento comprometida com o crescimento econômico sustentável, a inclusão social e a transição para uma economia de baixo carbono.



Dentre os programas e linhas de financiamento que perfazem esse percentual sinalizado, destaca-se, no agronegócio sustentável, a linha FNE Verde Agropecuária de Baixo Carbono (ABC). No primeiro semestre essa linha registrou o direcionamento de recursos na ordem de R\$ 393,1 milhões de reais, crescimento de 173,4% em relação a todo o exercício de 2025, fruto de um trabalho interno de capacitação de gerentes de relacionamento, analistas de crédito, dentre outros colaboradores envolvidos no processo de crédito, dotando-os de maior capacidade e entendimento sobre quais as práticas de ABC, o que envolveu lives, palestras, treinamentos, incluindo

a elaboração de cartilha disponível em <https://www.bnb.gov.br/fne-agropecuaria-de-baixo-carbono>. Referida linha foi destacada como caso de sucesso selecionado pela Iniciativa Green Coalition para apresentação na COP 30, realizada em Belém (PA) em 2025.

O apoio do Banco do Nordeste à inovação não se dá unicamente pela via não-reembolsável, vinculada aos fundos de desenvolvimento científico e tecnológico, sendo também viabilizados por meio do financiamento reembolsável à inovação, no âmbito dos programas de linhas específicas do FNE e FINEP, principalmente, a exemplo do **FNE Inovação, FNE Startup e Finep Inovacred**. Somadas, tais linhas efetivamente direcionaram recursos da ordem de **R\$ 1,3 bilhões a projetos de inovação disruptiva e incremental**, o que eleva a marca BNB como referência no financiamento a projetos inovativos na sua área de atuação.



A Estratégia de Sustentabilidade do Banco do Nordeste também incorpora o direcionamento espacial do crédito, em alinhamento à Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), priorizando a aplicação de recursos do FNE em municípios classificados como de baixa e média renda, além da sub-região semiárida. Essas localidades são consideradas estratégicas para a redução das desigualdades regionais e para a promoção do desenvolvimento econômico sustentável.

Em conformidade com as diretrizes da PNDR e da legislação dos fundos constitucionais, o Banco estabelece a meta de destinar, anualmente, no **mínimo 70%** dos recursos do FNE às áreas prioritárias. Em junho de 2026, esse percentual atingiu **91,1% do total aplicado**, superando significativamente a meta estabelecida e evidenciando o compromisso institucional com a distribuição regional equilibrada dos investimentos e o fortalecimento das economias mais vulneráveis de sua área de atuação.

Outro espaço priorizado no direcionamento de recursos é o Semiárido, território que historicamente detém atenção em relação às políticas de financiamento do FNE. Para essa sub-região foram direcionados cerca de **R\$ 15,66 bilhões**, ou **59% do total de recursos do FNE aplicados no primeiro semestre de 2026 (R\$ 26,496 bilhões)**. Referida performance reflete o compromisso institucional do Banco do Nordeste em atrelar o seu financiamento em estreita aderência aos preceitos legais da fonte de recurso constitucional.

O Banco do Nordeste monitora as suas aplicações de recursos vinculando-as aos preceitos de cada ODS, desenvolvendo pesquisas de referência como a denominada “O Banco do Nordeste e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (disponível em <https://www.bnb.gov.br/web/quest/sustentabilidade>). Referida pesquisa e o destaque que se desdobrou a partir dela credenciou



a instituição a participar de projeto piloto envolvendo a Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e a Escola de Frankfurt no desenvolvimento de metodologia e indicadores relacionados aos ODS 1, 2, 8 e 9, o que redundará em ainda mais aperfeiçoamento e robustez técnica nas publicações e pesquisas envolvendo o financiamento do Banco do Nordeste e a sua contribuição efetiva aos objetivos de desenvolvimento sustentável.

2.2 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

Com base na Programação Anual do FNE, foram contratados, , neste primeiro semestre de 2026, financiamentos no montante de **R\$ 26,49 bilhões**, cuja distribuição por Unidade Federativa (UF) encontra-se apresentada na Tabela 1.

Tabela 1 - BNB/FNE - 1º Semestre 2026: Financiamentos (R\$ milhões)

UF	Programado para 2026		Realizado 1º Semestre	
	Valor R\$ mil	% rateio	Valor R\$ mil	% rateio
AL	2.828,2	5,4	1.074,0	4,1
BA	11.094,5	21,1	5.681,5	21,4
CE	7.018,3	13,4	3.682,7	13,9
ES	1.323,5	2,5	593,9	2,2
MA	5.577,0	10,6	3.022,5	11,4
MG	3.197,6	6,1	1.783,1	6,7



UF	Programado para 2026		Realizado 1º Semestre	
	Valor R\$ mil	% rateio	Valor R\$ mil	% rateio
PB	3.654,3	7,0	2.581,7	9,7
PE	6.278,4	11,9	2.594,5	9,8
PI	5.128,8	9,8	2.212,8	8,4
RN	3.704,4	7,0	1.038,7	3,9
SE	2.765,3	5,3	2.230,6	8,4
Total Geral	52.570,4	100,0	26.496,0	100,0

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

A capilaridade da atuação do FNE permanece elevada: de um total de 2.074 municípios atendidos, 99,9% deles foram contemplados, pelo menos, com 01 (uma) operação de financiamento. No recorte por Unidade Federativa-UF, destacaram-se Bahia (R\$ 5,68 bilhões), Ceará (R\$ 3,68 bilhões) e Maranhão (R\$ 3,02 bilhões) como principais destinos de recursos, refletindo tanto o dinamismo econômico desses estados quanto a intensidade da demanda por crédito produtivo.

No que se refere aos setores econômicos (Tabela 2), a execução evidenciou a continuidade da força do Setor Rural, responsável por R\$ 11,09 bilhões, seguido por Comércio e Serviços (R\$ 7,46 bilhões), Infraestrutura (R\$ 4,12 bilhões), Indústria (R\$ 2,05 bilhões), Turismo (R\$ 1,07 bilhão) e demais segmentos, que incluem operações com Pessoas Físicas (como o FNE P-Fies) e financiamentos voltados à mini e microgeração de energia fotovoltaica via FNE Sol.

Tabela 2 - FNE: Contratações por Setor Econômico (R\$ milhões)

Setor	2025		2026		Variação % Valor 2026/2025
	Quant	Valor	Quant	Valor	
Rural ⁽¹⁾	347.887	11.197,92	428.142	11.099,68	(0,88)
Comércio e Serviços	413.441	6.140,13	556.818	7.463,86	21,56
Infraestrutura	94	4.022,95	51	4.125,69	2,55
Turismo	597	456,40	557	1.074,00	135,32
Industrial ⁽²⁾	9.708	3.622,25	12.051	2.672,06	(26,23)
Pessoa Física	3.233	94,94	1.683	60,75	(36,01)
Total	774.960	25.534,59	999.302	26.496,03	3,77

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento | Notas: (1) Rural - engloba os setores Agricultura e Pecuária;

(2) Industrial - engloba os setores Indústria e Agroindústria.

A comparação entre os primeiros semestres de 2025 e 2026 tem o destaque para o Setor Turismo, cujo crescimento superior a 135% evidencia uma retomada de investimentos na atividade, em ciclos de tendência crescente. O setor de Comércio e Serviços, sensível ao comportamento da economia regional, manteve trajetória positiva, com expansão de 21,56%, reforçando seu papel como termômetro do ambiente econômico local. No campo da infraestrutura, os financiamentos somaram R\$ 4,12 bilhões, com enfoque maior em transmissão/distribuição de energia elétrica (R\$ 2,42 bilhões), saneamento básico (R\$ 700,0 milhões) e atividades portuárias (R\$ 486,9 milhões).

Também merece destaque o direcionamento de R\$ 24,07 bilhões (91% do total contratado) para microrregiões prioritárias, notadamente municípios de baixa e média renda, em qualquer dinamismo, conforme classificação da Política Nacional de Desenvolvimento Regio-

nal (PNDR). Nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides), foram contratados R\$ 836,0 milhões, ou 65,6% da meta anual destas regiões (R\$ 1,27 bilhão).

A operacionalização dos recursos do FNE é acompanhada de forma sistemática pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio de repasses mensais, monitoramentos e reuniões técnicas, conforme diretrizes aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condrel/Sudene). Esse processo fortalece a governança do Fundo e assegura conformidade às orientações estratégicas voltadas ao desenvolvimento regional.

A distribuição espacial dos recursos mantém aderência às diretrizes da PNDR. No primeiro semestre de 2026, R\$ 15,66 bilhões, foram destinados a empreendimentos localizados no Semiárido, conforme detalhado na Tabela 3.



Tabela 3 - FNE: Contratações no Semiárido por UF (R\$ milhões)

UF	Quantidade	Valor
AL	23.953	369,7
BA	156.123	3.699,0
CE	194.220	2.892,7
ES	345	36,1
MA	9.478	251,9
MG	70.012	1.677,8
PB	63.259	1.239,5
PE	85.696	1.659,4
PI	105.955	1.924,8
RN	44.978	739,3
SE	19.399	1.172,5
Total	773.418	15.662,90

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Em conformidade com o Art. 3º da Lei nº 7.827/1989 e com as Diretrizes Gerais de Resolução Condel/Sudene, o Plano de Aplicação do FNE 2026 manteve tratamento preferencial aos mini, micro, pequenos e pequenos-médios produtores e empresas, fixando a meta de destinar 62% das operações do ano a esses portes. O desempenho obtido praticamente alcançou a meta estabelecida, uma vez contratados R\$ 16,40 bilhões, correspondentes a 61,9% do total, distribuídos em 997,2 mil operações direcionadas aos públicos prioritários.

É importante destacar que, em consonância com o Art. 4º da Portaria MIDR nº 2.252/2023, inciso I, o financiamento destinado aos portes prioritários está alinhado à promoção de um desenvolvimento incluyente, seguro e sustentável, favorecendo a permanência do produtor rural no campo, a geração de empregos em microempreendimentos e a elevação da renda. Sob

essa perspectiva, o FNE 2026 manteve apoio consistente aos portes prioritários em todos os setores econômicos, com especial destaque para o setor Rural (Agricultura + Pecuária), que recebeu R\$ 11,099 bilhões, e para Comércio e Serviços, com R\$ 7,46 bilhões, no primeiro semestre do ano.

Em linha com a diretriz de que os recursos dos Fundos Constitucionais devem priorizar segmentos mais vulneráveis da sociedade, promovendo desenvolvimento sustentável, enfrentamento da emergência climática e combate à pobreza no território de atuação, a execução do FNE 2026, neste primeiro semestre, direcionou R\$ 16,40 bilhões aos portes prioritários. Desse total, R\$ 8,44 bilhões foram alocados a agricultores familiares, com destaque para R\$ 2,65 bilhões destinados ao Pronaf Mulher. Ademais, foram aplicados R\$ 2,09 bilhões no âmbito do FNE Rural e R\$ 3,33 bilhões no PNMPPO.

2.3 Programas de Financiamento ao Setor Público, com Recursos Externos

Em consonância com a estratégia institucional de diversificação das fontes de captação para o financiamento do desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste manteve, no primeiro semestre de 2026, o fortalecimento de sua atuação junto a organismos multilaterais e instituições financeiras internacionais de desenvolvimento. A evolução dessa agenda estratégica contribuiu para ampliar a capacidade de mobilização de recursos de longo prazo destinados a investimentos estruturantes, fortalecendo a sustentabilidade do *funding* institucional, diversificando as alternativas de financiamento e ampliando o suporte a projetos dos setores público e privado na área de atuação do Banco.

Com as operações já contratadas e aquelas em diferentes fases de estruturação, negociação e aprovação, o volume de captações externas conduzidas pelo Banco

desde 2023 alcança aproximadamente **R\$ 8,6 bilhões**, considerando as **taxas de câmbio médias estimadas de R\$ 5,20 por dólar norte-americano e R\$ 6,00 por euro**. Esse montante está direcionado ao financiamento de iniciativas estratégicas voltadas ao desenvolvimento regional sustentável, abrangendo projetos de infraestrutura, transição energética, descarbonização dos processos produtivos, inovação aberta, inclusão produtiva e fortalecimento da capacidade de investimento dos entes subnacionais, contribuindo para a ampliação da competitividade e da resiliência econômica da área de atuação do Banco.

Dentre as parcerias internacionais em andamento, no primeiro semestre de 2026, destaca-se, primeiramente, o Programa de Integração de Energias Renováveis do Nordeste (CIF REI/NE), parceria com o Banco



Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de **US\$ 67 milhões**, sendo **US\$ 33,5 milhões** dos Fundos de Investimento Climático (CIF), que se destinam ao financiamento da modernização de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica, assim como de soluções de armazenamento energético. O CIF-REI/NE contribuirá para ampliar a integração e a estabilidade das fontes renováveis variáveis ao Sistema Interligado Nacional. A operação de empréstimo aguarda apenas a aprovação final pelo Senado Federal e a assinatura do Contrato está prevista para o segundo semestre de 2026.

Também avançou, no primeiro semestre de 2026, a estruturação do Programa de Financiamento à Descarbonização da Indústria (Prodecarb), captação de **US\$ 500 milhões do Banco Mundial (BIRD)**, com mais **US\$ 30 milhões dos Fundos de Investimento Climático (CIF)**. Este Programa apoiará investimentos em novas tecnologias para produção de combustíveis e commodities industriais de baixo carbono, além de infraestruturas de apoio associadas, em cadeias de valor industriais e energéticas da região Nordeste e do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, alinhando-se às diretrizes do Plano de Transformação Ecológica, do Programa Nova Indústria Brasil e aos compromissos nacionais relacionados à agenda climática. Esta captação externa teve as minutas contratuais negociadas em março deste ano e espera-se a aprovação para contratação até o final de 2026.

Outro destaque do período foi o Programa de Financiamento à Inovação Aberta do Nordeste (**Nordeste Inova**), mais uma iniciativa estruturada com o BID, no valor de **US\$ 40 milhões**, para financiamento à inovação aberta no setor público. Este programa surge de uma parceria mais ampla, que envolve também a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), com o apoio técnico do **Impact Hub Brasil**, em sintonia com o programa **Conexões Inovação Aberta Nordeste (Co. Ne)**, que tem como objetivo capacitar municípios na Região para identificar desafios da gestão e serviços públicos que possam ser atendidos por soluções de inovação aberta, utilizando Contratos Públicos para Solução Inovadora (CPSI).

Dessa forma, o Programa Nordeste Inova financiará governos subnacionais, em especial municípios, na prototipagem, teste e eventual implementação em escala de soluções inovadoras para a gestão e serviços públicos. Durante o semestre, foram lançados os primeiros editais dos quatro municípios do ciclo piloto do Programa Co. Ne (Fortaleza/CE, Feira de Santana/BA, Mossoró/RN e Montes Claros/MG) para propostas de soluções inovadoras para os serviços públicos municipais. Desse modo, o Nordeste Inova articula o componente de capacitação

e aceleração de soluções com o financiamento aos entes públicos, fortalecendo a futura operacionalização do crédito e os resultados projetados. Este programa teve sua etapa de preparação concluída em junho/2026, com a aprovação técnica do projeto nas alçadas do BID e será encaminhado para Negociação formal do Contrato de Empréstimo no 2º semestre de 2026, para formalização do Contrato de Empréstimo no início de 2027.

Na agenda de inclusão produtiva, o Banco concluiu, em parceria com o **Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW)**, a preparação do **Programa Acredita Nordeste**, operação de captação externa no valor de **€ 200 milhões**. A iniciativa apoiará o programa federal **Acredita no Primeiro Passo**, voltado ao fomento de atividades empreendedoras de famílias em situação de vulnerabilidade econômica, tendo como base a metodologia de microcrédito produtivo orientado do **Crediamigo**. Concluída a fase de preparação, a operação seguirá para negociação formal e tramitação junto às instâncias competentes do Governo Federal, com previsão de contratação dos recursos no início de 2027.

O Banco também manteve interlocuções com o **New Development Bank (NDB)** para a complementação de *funding* para financiamento de projetos de infraestrutura nos setores de transportes, energia e saneamento, com potencial de captação de US\$ 300 milhões. Seguindo a agenda institucional dos dois Bancos, a estruturação do Programa encontra-se na fase de validação interna de escopo e cronograma, com possível negociação formal até dezembro de 2026.

Além da captação de recursos para financiamento, o Banco ampliou sua atuação em **cooperação técnica internacional**, por meio de recursos não reembolsáveis destinados ao fortalecimento institucional e à modernização de processos. Nesse contexto, destacaram-se as iniciativas desenvolvidas com a **Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)**, voltadas ao aprimoramento da gestão de riscos ambientais e sociais e à revisão de processos internos; com o BID e os **Fundos de Investimento Climático (CIF)**, para contratação de consultorias especializadas, capacitação de equipes e apoio à estruturação de projetos de parcerias público-privadas (PPPs) no âmbito do Prodepro; e com o **Banco Mundial**, para fortalecimento dos sistemas de monitoramento, contratação de consultorias técnicas e implementação de ações preparatórias relacionadas ao **Programa de Financiamento à Descarbonização da Indústria (Prodecarb)**.

Com a ampliação das captações internacionais e o fortalecimento das cooperações técnicas, o Banco do Nordeste segue cumprindo seu papel estratégico, trazendo recursos financeiros com inovação, contribuindo para o desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.



2.4 Plano Plurianual (PPA)

O Banco do Nordeste, enquanto agente executor de políticas públicas governamentais, por meio da concessão de créditos alinhados aos programas, objetivos e metas previamente definidos pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e demais ministérios exe-

cutores das políticas públicas, participa de 7 (sete) Programas do Plano Plurianual do Governo Federal (PPA), por intermédio de 9 (nove) ações não orçamentárias, sendo 7 (sete) destas ações executadas com a fonte de recursos FNE.

Tabela 4 – Plano Plurianual PPA 1º semestre de 2026 - Valores Executados

Exerc	Prog. PPA	Descrição	Projetado Anual 2026 (R\$ mil)	Executado até jun/26 (R\$ mil)	%
2026	0150	1.Financiamento reembolsável à inovação nos empreendimentos localizados na área de atuação do Banco do Nordeste (FNE)	1.798.715	1.096.736	60,97%
2026	015P	2.Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE)	1.499.073	1.073.996	71,64%
2026	015Q	3.Apoio creditício às micro e pequenas empresas e empreendedores individuais da Região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo (FNE)	5.630.378	2.377.369	42,22%
2026	015R	4.Financiamento à indústria (FNE)	3.867.715	1.574.322	40,70%
2026	016Q	5.Financiamento ao Comércio e aos Serviços (FNE)	8.665.809	7.463.862	86,13%
2026	015T	6.Concessão de crédito para agricultores familiares - Banco do Nordeste do Brasil (FNE)	11.693.470	6.351.764	54,31%
2026	015U	7.Concessão de crédito aos produtores rurais (Pessoa física e jurídica) pelo Banco do Nordeste do Brasil abrangendo recursos direcionados do FNE	11.171.949	4.744.880	42,47%
2026	015V	8.Incremento do volume de operações de financiamento à exportação (Banco do Nordeste)	847.900	583.837	68,86%
2026	0160	9.Concessão de financiamento em 1º piso buscando atender diretamente os micronegócios, assessorando também os microempreendedores populares (Banco do Nordeste)	14.120.000	6.709.263	47,5%
Total			59.295.009	31.976.029	53,93%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

Ressalta-se como maiores destaques no 1º semestre de 2026, o crescimento para o Setor de Comércio e Serviços, com participação em financiamento da ordem de 86,13% seguido pelo Financiamento à implantação, ampliação, modernização e reforma de empreendimentos do setor turístico (FNE) com percentual de execução de 71,64%, ambos com recursos do FNE. Com recursos internos (BNB) destaca-se o financiamento à exportação que apresentou um desempenho de 68,86% de execução da meta anual proposta para o PPA no período considerado.

2.5 Política de Desenvolvimento Territorial

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter) é um dos principais instrumentos de implementação da Política de Desenvolvimento Territorial da instituição. Neste tópico apresenta-se os principais números do Programa, destacando sua importância e impactos nos

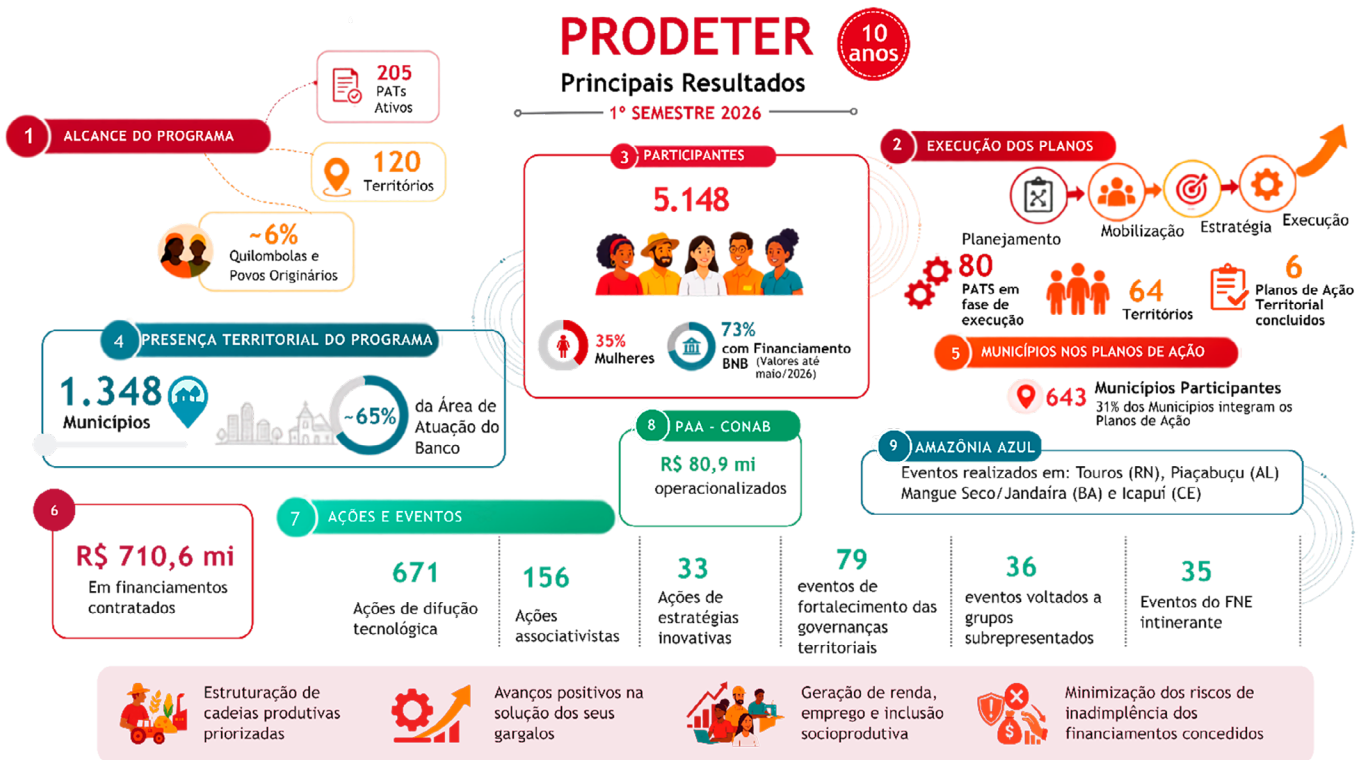
territórios da sua área de atuação. Também será abordado o FNE Itinerante, uma iniciativa complementar ao Prodeter. Por fim, serão apresentado um programa parceiro que é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA - CONAB, demonstrando como essas ações se conectam para promover o desenvolvimento territorial e econômico na área de atuação do Banco.

O Programa de Desenvolvimento Territorial (Prodeter), é o instrumento de operacionalização da política de desenvolvimento territorial do Banco do Nordeste. A iniciativa constitui uma estratégia institucional voltada à promoção do desenvolvimento local e regional, por meio da articulação de atores, da organização produtiva e do fortalecimento das atividades econômicas em sua área de atuação. Com foco na valorização das potencialidades dos territórios, o Prodeter busca ampliar a competitividade, a cooperação e a sustentabilidade dos empreendimentos e cadeias produtivas, contribuindo

para a geração de emprego, renda e oportunidades. Dessa forma, o programa reafirma o compromisso do Banco do Nordeste com o desenvolvimento econômico e social sustentável dos territórios onde atua.

Objetivos específicos do PRODETER:

- Fortalecer as cadeias produtivas das atividades econômicas.
- Incorporar estratégias inovativas, tecnológicas e associativas nas atividades econômicas.
- Potencializar a cooperação e a participação dos agentes institucionais e econômicos nos processos de governança e desenvolvimento territorial.
- Promover a convergência de políticas públicas para o desenvolvimento territorial.
- Promover financiamento integrado e orientado das atividades econômicas.



O Prodeter contribui para o desenvolvimento territorial por meio da ampliação do acesso ao crédito, da promoção da inovação, da difusão de tecnologias e do fortalecimento da articulação entre os diversos atores locais. Suas ações buscam aumentar a competitividade das atividades econômicas prioritizadas, estimular a cooperação nos territórios e ampliar oportunidades de desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Os resultados alcançados refletem o fortalecimento das atividades econômicas locais, a ampliação da cooperação entre instituições e organizações, o incentivo à

geração de trabalho e renda e o fortalecimento das governanças territoriais, contribuindo para a estruturação e o avanço das cadeias produtivas prioritizadas.

Complementarmente, o Banco do Nordeste atua por meio de iniciativas e parcerias que ampliam o acesso à informação, à orientação técnica e ao financiamento produtivo, com destaque para o FNE Itinerante, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA-Conab) e as ações vinculadas ao Programa Amazônia Azul, fortalecendo a inclusão produtiva e o desenvolvimento sustentável dos territórios atendidos.

2.6 Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento Sustentável

O desenvolvimento regional é viabilizado a partir da associação de um conjunto de fatores econômicos, financeiros, tecnológicos, sociais e ambientais capazes de gerar ganhos de competitividade e produtividade aliados à promoção do bem-estar social e à manutenção da sustentabilidade ambiental e climática.

As atividades de Pesquisa, Difusão, Desenvolvimento e Inovação fazem parte desse conjunto de fatores, uma vez que funcionam como peças aceleradoras dos ganhos de produtividade e criação de novas oportunidades de investimentos públicos e privados, muitas vezes destinadas à introdução de tecnologias disruptivas que proporcionam um salto na qualidade de vida de toda a sociedade.

Visando impulsionar essas atividades na região Nordeste, norte de Minas Gerais e norte do Espírito Santo, em 22/01/1971 o Banco do Nordeste criou o Fundo de Desenvolvimento Econômico, Científico, Tecnológico e de Inovação (Fundeci). Desde então, o Banco do Nordeste tem contribuído para o fortalecimento da base tecnológica na Região e para a identificação e solução de entraves do setor produtivo local. Foi somado a esses esforços, o Fundo de Desenvolvimento Regional (FDR),

instituído por meio do Decreto 94.386, de 28/05/1987, que tem por objetivo o apoio de programas e projetos que visem prestar assistência creditícia, técnica ou social a atividades produtivas que resultem em benefícios para as populações mais carentes da Região.

No ano de 2024, com o intuito de implementar novas formas de indução do crescimento sustentável e diminuição das desigualdades sociais, a Assembleia Geral Ordinária do Banco do Nordeste, em reunião ocorrida no mês de abril desse ano, deliberou pela criação do Fundo Social, Ambiental e Climático Banco do Nordeste (Fundo Sustentabilidade Banco do Nordeste), autorizando a alocação de um percentual de até 2% do lucro líquido anual do Banco do Nordeste para projetos selecionados por meio de chamadas públicas/editais ou por demandas espontâneas, sejam apoiados exclusivamente pelo Banco ou em parceria com outras instituições para atração de investimentos não reembolsáveis para a Região. Dentre os 17 (dezessete) objetivos relacionados ao apoio financeiro não reembolsável do Fundo Sustentabilidade do Banco do Nordeste a projetos de investimento de caráter social, ambiental e climático podemos destacar:



O orçamento global para os Fundos de Desenvolvimento do Banco do Nordeste para o ano 2026 é da ordem de R\$ 60,0 milhões, correspondendo ao mesmo valor destinado em 2025. Destaca-se que 50% do orçamento foi alocado no 1º semestre/2026, mediante lan-

çamento de edital conjunto com o Banco Nacional para Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tendo como objetivo a recuperação socioprodutiva de terras degradadas do bioma Caatinga, no âmbito da iniciativa Floresta Viva 2025.

2.7 Apoio à Cultura

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste investiu **R\$ 26,2 milhões em cultura**, sendo **R\$ 11,3 milhões destinados a ações culturais** e **R\$ 14,9 milhões a patrocínios**. Os investimentos contribuíram para ampliar o acesso da população aos bens culturais, fortalecer a produção artística regional e promover o desenvolvimento do setor cultural nos 11 estados da área de atuação do Banco. Além disso, a Instituição manteve o apoio aos agentes produtivos da cultura por meio da oferta de crédito especializado.

A atuação cultural do Banco foi realizada por meio dos quatro Centros Culturais Banco do Nordeste (Fortaleza, Cariri, Sousa e Mossoró) e da nova frente de atuação iniciada em Recife (PE). Juntas, essas iniciativas promoveram **2.428 atividades culturais**, alcançando mais de 170 mil pessoas em 62 municípios, evidenciando a ampliação da presença institucional e do alcance territorial das ações culturais.

Figura 3 - Centros Culturais de Fortaleza, Cariri, Sousa e Mossoró



Fonte: Centro Corporativo de Cultura

Um marco importante do período foi o lançamento da programação do Banco do Nordeste Cultural em Pernambuco, ocorrido em fevereiro de 2026, com foco na valorização de artistas locais, formação de público e ocupação de espaços culturais parceiros. Também se

destacou a inauguração do Centro Cultural Banco do Nordeste de Mossoró (RN), instalada no histórico Teatro Lauro Monte Filho, fortalecendo a presença institucional no estado e ampliando a oferta de atividades culturais à população.

Figura 4 - Infográfico com alcance das atividades realizadas no Recife-PE entre março e abril



Fonte: Centro Corporativo de Cultura

O Banco também avançou no incentivo à produção artística regional por meio do **Edital de Ocupação Artística Banco do Nordeste Cultural**. Ao todo, foram recebidas **2.745 propostas**, das quais **557 foram aprovadas**, contemplando diversas linguagens artísticas. Destas, **441 propostas** foram destinadas à programação dos Centros Culturais e **116 ao programa Circula Nordeste**, totalizando a previsão de **647 apresentações culturais**.

Tabela 5 - Propostas Aprovadas no Edital de Ocupação Artística Banco do Nordeste Cultural - Modalidade Centro Cultural

Centros Culturais - Propostas Aprovadas por unidade					
Rótulos de Linha	Cariri	Fortaleza	Mossoró	Sousa	Total Geral
Artes Cênicas	49	20	37	52	114
Artes Visuais	15	21	14	14	57
Literatura	61	13	46	49	101
Música	67	60	63	66	169
Total Geral	192	114	160	181	441
Total de Apresentações previstas: 647					

Fonte: Centro Corporativo de Cultura

Tabela 6 - Propostas Aprovadas no Edital de Ocupação Artística Banco do Nordeste Cultural - Modalidade Circula

UF	Artes Cênicas	Artes Visuais	Literatura	Música	Total Geral
Alagoas	3	0	2	6	11
Bahia	11	2	9	5	27
Espírito Santo	0	1	2	3	6
Maranhão	4	1	1	7	13
Minas Gerais	4	1	3	1	9
Pernambuco	8	2	16	11	37
Piauí	2	0	1	1	4
Sergipe	2	1	1	5	9
Total Geral	34	8	35	39	116

Fonte: Centro Corporativo de Cultura

Entre as ações de destaque realizadas no semestre, sobressaem-se o evento **Ocupa Carambola Jaraguá**, em Maceió (AL), voltado à valorização do centro histórico da cidade e à ocupação qualificada dos espaços públicos; o **Arraiá BNB Cultural**, em João Pessoa (PB), que promoveu as tradições juninas e fortaleceu a presença cultural do Banco na capital paraibana; e o **Arraial do BNB Cultural de Sousa (PB)**, que impulsionou a cultura popular e a economia criativa local.

Figura 5 - Folders e registro atividade Ocupa Carambola Jaraguá



Fonte: Centro Corporativo de Cultura

O projeto **Galerias Urbanas** também se consolidou como instrumento de valorização da identidade cultural dos territórios, por meio da criação de murais artísticos em agências do Banco localizadas nos municípios de Gararu (SE), Floresta (PE) e Arinos (MG), com obras inspiradas em elementos históricos, culturais e tradicionais de cada região.

Figura 6 - painéis do projeto Galerias Urbanas



Fonte: Centro Corporativo de Cultura

A comparação entre os resultados alcançados em 2023 e 2026 demonstra uma expansão significativa da abrangência territorial do programa, com fortalecimento da atuação em estados como Rio Grande do Norte, Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais, evidenciando a crescente capacidade de difusão cultural do Banco do Nordeste.

A rede de bibliotecas mantida pela Instituição também registrou avanços importantes no período. As três unidades abertas à comunidade realizaram **7.434 empréstimos**, cadastraram **520 novos usuários** e incor-

poraram **1.637 novos exemplares** aos seus acervos, reforçando seu papel como espaços de acesso ao conhecimento e incentivo à leitura.

No ambiente digital, os perfis do Banco do Nordeste Cultural registraram resultados expressivos. Foram realizadas **1.323 publicações**, alcançando aproximadamente **570 mil pessoas** e conquistando **28 mil novos seguidores**, demonstrando o fortalecimento da presença digital da Instituição e ampliando a visibilidade das ações culturais desenvolvidas ao longo do semestre.

3. NEGÓCIOS

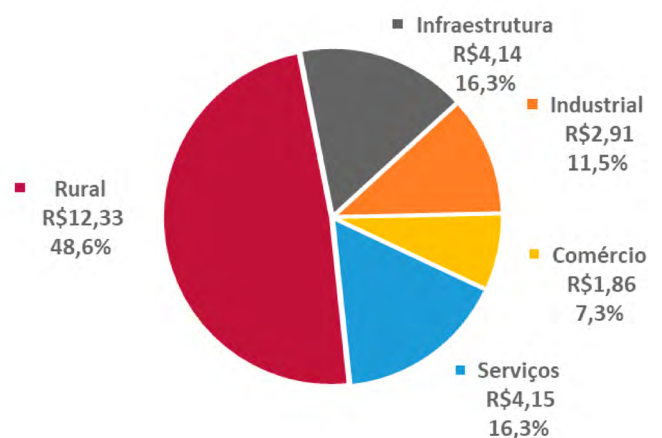
3.1 Contratações de Operações de Crédito

O Banco do Nordeste contratou, no 1º semestre de 2026, um total de 2,5 milhões de operações de crédito que somaram R\$ 32,86 bilhões (acréscimo de 4,1% na quantidade de operações e decréscimo de 5,5% no valor contratado, ambos em relação ao mesmo período de 2025).

Os financiamentos de longo prazo, que englobam investimentos rurais, industriais, agroindustriais, infraestrutura, comércio e serviços, foram responsáveis por 77,3% dos recursos contratados, somando R\$ 25,39 bilhões - redução de 4,9% em relação ao 1º semestre de 2025.

O setor Rural foi o que apresentou maior participação no volume contratado de longo prazo, com 48,6% (R\$ 12,33 bilhões), seguido da infraestrutura, que obteve 16,3% dos recursos (R\$ 4,14 bilhões), conforme Figura 7, a seguir:

Figura 7 - Contratações dos Financiamentos de Longo Prazo no 1º semestre de 2026 por Setor Econômico (R\$ bilhões)

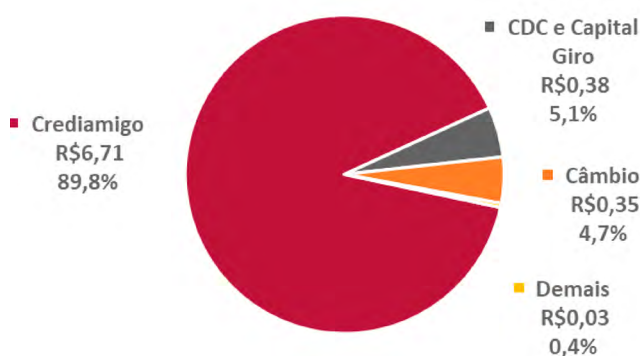


Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Comentário do Desempenho

Já os empréstimos de curto prazo, destinados ao Microcrédito Urbano (Crediamigo), Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Capital de Giro, Cartão de Crédito, Conta Garantida, Câmbio e Desconto, atingiram o valor de R\$ 7,47 bilhões (redução de 7,2% em relação ao primeiro semestre de 2025) e representaram 22,7% do valor contratado no primeiro semestre de 2026.

Figura 8 - Contratações de Empréstimos de Curto Prazo no 1º semestre de 2026 por Produto/Programa (R\$ bilhões)

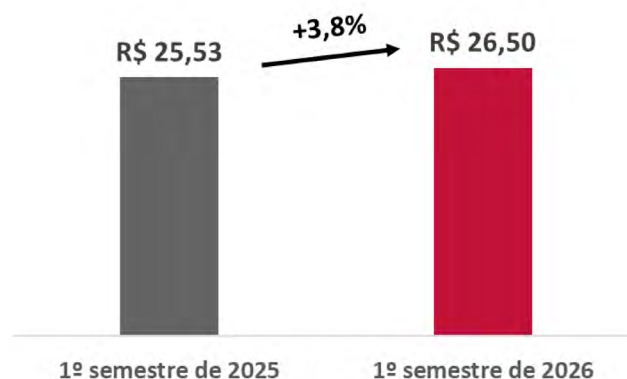


Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

Dentre as contratações de curto prazo, destaca-se o programa do Crediamigo, que abrangeu 89,8% desse volume, alcançando montante de R\$ 6,71 bilhões.

No que concerne às contratações de operações com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), foram contratados R\$ 26,50 bilhões, representando um incremento de 3,8%.

Figura 9 - Contratações do FNE (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

3.2 Desempenho por Segmento

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste manteve sua atuação como principal agente financeiro de desenvolvimento da Região Nordeste e do norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, direcionando recursos para os diversos segmentos econômicos e contribuindo para a dinamização da atividade produtiva, a geração de emprego e renda e o fortalecimento da competitividade regional. A atuação da Instituição permaneceu alinhada às diretrizes de desenvolvimento sustentável e de inclusão produtiva, buscando ampliar o acesso ao crédito e apoiar investimentos capazes de promover crescimento econômico com redução das desigualdades territoriais e sociais.

Nesse contexto, a distribuição das operações de crédito entre os diferentes setores da economia reflete tanto as demandas do mercado quanto a estratégia institucional de financiamento de atividades com elevado potencial de impacto econômico e social. Os resultados

observados no período evidenciam a relevância dos segmentos de Comércio, Serviços e Indústria na composição da carteira de financiamentos, ao mesmo tempo em que reafirmam a importância dos investimentos destinados à Infraestrutura, à Agroindústria e ao Turismo, setores estratégicos para a diversificação econômica e o desenvolvimento sustentável da região.

A análise apresentada a seguir demonstra o comportamento das contratações e dos desembolsos realizados em cada segmento econômico, permitindo avaliar a contribuição relativa de cada setor para o desempenho operacional do Banco no semestre. Dessa forma, o capítulo oferece uma visão abrangente da aplicação dos recursos, evidenciando o compromisso da Instituição com o fortalecimento das atividades produtivas e com a promoção do desenvolvimento regional de forma equilibrada e sustentável.

Desempenho dos Segmentos e Impactos Gerados

Agroamigo

21 anos

R\$ 5,56 bilhões contratados

2,12 milhões clientes ativos

53,8% dos contratos com mulheres

R\$ 1,56 bilhão em projetos sustentáveis

R\$ 291,9 milhões aplicados pelo Agroamigo Jovem

R\$ 1,09 bilhão Quintais Produtivos e Melhorias Sanitárias

Crediamigo

28 anos

R\$ 6,71 bilhões contratados 2,2 milhões clientes

67% de mulheres empreendedoras

R\$ 856,5 milhões aplicados no Programa Acredita no Primeiro Passo



Prêmio Nacional de Inclusão Socioeconômica, na categoria Empreendedorismo e Fomento

Agricultura Familiar

+267mil clientes 30,02%

R\$ 892,2 milhões contratados

16,55% expansão do valor contratado - Pronaf

23,19% das contratações do PNCF destinados ao PNCF Jovem

- Acesso ampliado Pronaf A para indígenas e quilombolas
- Incentivo à agroecologia e ao desenvolvimento sustentável
- apoio ao financiamento às agricultoras familiares em 2.074 municípios
- Apoio ao ingresso de jovens na atividade rural

Coporate



R\$ 770,0 milhões contratações em saneamento básico

R\$ 1,62 bilhão em investimentos em transmissão de energia

Agronegócio e Pequeno e Miniprodutor Rural

138 mil empregos gerados ou mantidos

R\$ 5,35 bilhões adicionados à economia brasileira

R\$ 11,26 bilhões aplicados na agricultura empresarial

MPE



R\$ 2,59 bilhões em financiamentos para MPE

R\$ 2,35 bilhões desembolsados aos empreendedores

238 mil clientes atendidos pelo segmento

Pessoa Física



R\$ 38 milhões FNE Verde Sol Pessoa Física

R\$ 22,7 milhões FIES estudante

Empresarial

R\$ 5,4 milhões em financiamentos empresariais

R\$ 3,77 bilhões aplicados com recursos do FNE

Fortalecimento da competitividade e da economia regional

Governo



+57,9 % crescimento das indicações no Transferegov

R\$ 2,67 bilhões mobilizados para o setor público

1.107 indicações para acesso recursos federais



3.2.1 Agricultura Familiar, exceto Agroamigo

O Banco do Nordeste atua no segmento da Agricultura Familiar em 2.074 municípios, abrangendo os nove estados da Região Nordeste. Sua área de atuação corresponde à mesma região geoeconômica definida para a atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), incluindo também o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Essa atuação amplia o acesso ao crédito e fortalece o desenvolvimento rural sustentável em uma extensa área do território brasileiro.

A partir de 2025, verifica-se recuperação da base, seguida de relativa estabilidade em 2026, totalizando 267.062 (**tabela 7**) clientes no primeiro semestre. O Pronaf (exceto Agroamigo) permanece como principal programa, concentrando a maior parte dos clientes atendidos. O PNCF Social manteve trajetória de crescimento contínuo ao longo do período, enquanto o PRODAF/FEDAF registrou redução gradual de sua base de clientes.

Tabela 7 - número de clientes ativos - Agricultura familiar

Programa	1º Semestre				
	2022	2023	2024	2025	2026
Pronaf (exceto Agroamigo)	394.928	351.364	224.791	260.162	258.133
PNCF Social	6.858	6.900	7.102	7.294	7.649
PRODAF/FEDAF	2.010	2.012	1.767	1.463	1.280
Total	403.796	360.276	233.660	268.919	267.062

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Como evidenciado na **tabela 8**, os valores contratados apresentaram crescimento em 2026 em relação a 2025, com destaque para o Pronaf (exceto Agroamigo), que alcançou R\$ 787,65 milhões, expansão de 16,55%. O PNCF manteve trajetória positiva, registrando R\$ 101,58 milhões contratados, com crescimento de 6,39%. Já o FEDAF apresentou forte recuperação, passando de R\$ 299,13 mil para R\$ 3,00 milhões, após a expressiva redução observada em 2025.

Tabela 8 - histórico de valores contratados - Agricultura familiar

ANO	PRONAF (exceto Agroamigo)		PNCF		FEDAF	
	Valor contratado (R\$ Mil)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior	Valor Contratado (R\$ Mil)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior	Valor Contratado (R\$ Mil)	Percentual de Crescimento em Relação ao Ano Anterior
2022	533.677,26	92,67%	21.827,73	-24,77%	4.866,34	300,93%
2023	556.350,32	4,23%	18.451,28	-15,47%	3.314,64	-31,89%
2024	594.776,81	6,92%	18.145,65	-1,66%	3.823,48	15,35%
2025	675.407,54	13,55%	95.475,99	425,61%	299,13	-92,18%
2026	787.653,72	16,55%	101.580,35	6,39%	3.000,49	903,07%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

O FNE concentra a maior parte das operações e dos recursos aplicados, com 11.293 contratos e R\$ 787,65 milhões contratados. O Fundo de Terras representa a segunda principal fonte, com R\$ 101,58 milhões aplicados em 428 operações. Já o FEDAF possui participação reduzida, com 79 operações e R\$ 3,00 milhões contratados. No geral, os dados evidenciam forte predominância do FNE no financiamento do segmento. A **tabela 9** a seguir apresenta as fontes de recurso e a sua aplicação no segmento.

Tabela 9 - Fontes de Recurso e Aplicação

Fonte	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ Mil)	Valor Desembolsado (R\$ Mil)
FNE	11.293	787.653,72	753.410,85
FUNDO DE TERRAS	428	101.580,35	101.580,35
FEDAF	79	3.000,49	3.000,49
Total	11.800	892.234,56	857.991,69

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios



Na análise por setor econômico (**Tabela 10**) verifica-se que as contratações do Pronaf concentram-se majoritariamente na pecuária, que responde por 59,74% do valor contratado (R\$ 470,50 milhões) e 7.758 operações, refletindo a vocação econômica da Região. A atividade agrícola também apresenta participação relevante, com R\$ 317,14 milhões contratados e **3.535 operações**. No total, foram contratados R\$ 787,65 milhões, com um volume de R\$ 753,41 milhões de desembolsos.

Tabela 10 - Contratações por Setor Econômico - Pronaf

Setor	Nº de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)	%
Agrícola	3.535	317.147,03	289.334,57	40,26%
Agroindústria	-	-	1.346,17	-
Pecuária	7.758	470.506,69	462.730,11	59,74%
Total	11.293	787.653,72	753.410,85	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

O Pronaf registrou R\$ 787,65 milhões em contratações, distribuídos em 11.293 operações. As linhas Pronaf Comum, Mais Alimentos, Grupo A e Mulher responderam pela maior parcela do volume contratado. No mesmo período, os desembolsos totalizaram R\$ 753,41 milhões, conforme **Tabela 11** a seguir.

Tabela 11 - Contratações Pronaf por Programa de Crédito

Programa	Contratado (R\$ Mil)	Nº de Contratações	Desembolsado (R\$ Mil)	%
Pronaf-Comum (FNE)	236.685,33	2.455	220.019,45	30,05%
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	143.449,55	1.568	150.441,68	18,21%
Pronaf Grupo "A" - FNE	126.309,55	2.458	116.749,84	16,04%
Pronaf A - Res.5.183/24	104.303,56	2.151	96.833,82	13,24%
Pronaf Mulher - FNE	104.023,87	1.204	99.267,94	13,21%
Pronaf Semi-Arido - FNE	39.195,60	994	39.551,07	4,98%
Pronaf Floresta - FNE	22.958,76	255	18.554,37	2,91%
Pronaf-Eco (Fne)	7.280,02	105	7.986,39	0,92%
Pronaf Grupo A/C - FNE	1.422,61	78	1.400,00	0,18%
Outras Linhas	2.024,87	25	2.606,29	0,26%
Total	787.653,72	11.293	753.410,85	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

As contratações do PNCF e PRODAF totalizaram R\$ 104,58 milhões distribuídos em 507 operações, com 100% dos recursos desembolsados. O PNCF Social lidera amplamente, respondendo por cerca de 71% do valor contratado, seguido pelo PNCF Jovem com R\$ 24,25 milhões. O PRODAF/FEDAF registrou 79 operações e R\$ 3,0 milhões contratados. Os dados evidenciam forte foco na inclusão produtiva e no acesso à terra por meio das linhas sociais do PNCF. A **Tabela 12**, apresenta o detalhamento por programa de crédito.

Tabela 12 - Contratações PNCF/Prodaf por Programa de Crédito

Programa	Contratado (R\$ Mil)	Nº de Contratações	Desembolsado (R\$ mil)	%
PNCF Empreendedor	560	2	560	0,54%
PNCF Jovem	24.253,02	106	24.253,02	23,19%
PNCF Mais	1.970,75	9	1.970,75	1,88%
PNCF Social	74.796,58	311	74.976,58	71,52%
PRODAF/FEDAF	3.000,49	79	3.000,49	2,87%
Total	104.580,84	507	104.580,84	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2026, o Pronaf (exceto Agroamigo) apresentou desempenho expressivo, com crescimento de 16,55% no volume contratado e de 28,45% na quantidade de operações (**Tabela 13**). Os desembolsos com recursos do FNE avançaram 29,45% enquanto o número de novos clientes atendidos aumentou 30,02%, evidenciando maior capilaridade e acesso ao crédito pela agricultura familiar. A carteira ativa alcançou R\$ 8,45 bilhões, crescimento de 11,91%, enquanto a redução do prazo médio de liberação de crédito para 15 dias reforça os ganhos de eficiência operacional e a melhoria da experiência dos beneficiários.

Tabela 13 - Resultados e Impactos do PRONAF

Categoria	Pronaf (Exceto Agroamigo)		
	2025 1º Sem (R\$ Mil)	2026 1º Sem (R\$ Mil)	(%)
Valor de Operações contratadas	675.831,44	787.653,72	16,55%
Quantidade de Operações contratadas	8.792	11.293	28,45%
Média de Operações por dia	72	92	27,77%
Valor da Carteira Ativa	7.554.017,85	8.454.391,15	11,91%
Total de Clientes com operações ativas	260.162	258.133	-0,77%
Percentual de contratos com mulheres	42%	36,22%	-13,76
Desembolsos com recursos do FNE	581.968,19	753.410,85	29,45%
Clientes novos atendidos	7.824	10.173	30,02%
Tempo médio para liberação do crédito (dias)	17	15	-11,76%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Foram intensificadas as ações voltadas à ampliação do acesso de povos indígenas e comunidades quilombolas ao Pronaf A, por meio da articulação com parceiros institucionais, da orientação aos gestores das carteiras e do acompanhamento das contratações. A iniciativa reforça o compromisso do Banco com o desenvolvimento sustentável dos territórios tradicionais.

Merecem destaque, ainda, as ações de fortalecimento do financiamento às atividades agroecológicas, o incentivo à participação dos jovens rurais por meio das linhas de crédito da agricultura familiar e o apoio ao financiamento destinado às agricultoras familiares, contribuindo para a inclusão produtiva, a sucessão rural e o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar.

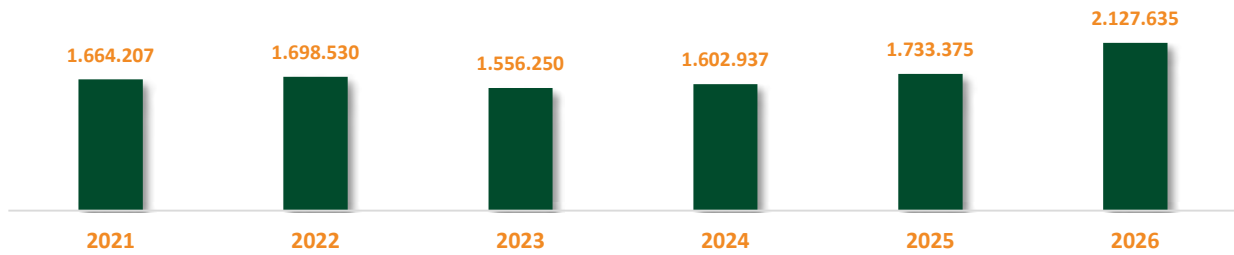
Os resultados do primeiro semestre de 2026 evidenciam o fortalecimento da atuação do Banco do Nordeste no financiamento da agricultura familiar, com expansão das contratações, crescimento da carteira ativa e ampliação do atendimento a novos beneficiários. O desempenho alcançado reflete os avanços na modernização dos processos de crédito, o aprimoramento da gestão e o direcionamento de recursos para públicos prioritários, como jovens, mulheres, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares de menor renda. Nesse contexto, o Banco reafirma seu papel como principal agente de financiamento do desenvolvimento rural sustentável em sua área de atuação, contribuindo para a geração de renda, inclusão produtiva e fortalecimento da economia regional.

3.2.2 Microempreendedor Rural – Agroamigo

O Agroamigo oferece microcrédito rural orientado para agricultores familiares no âmbito do **Pronaf**, com metodologia baseada nos princípios do **PNMPO**. O programa promove inclusão financeira, geração de renda e fortalecimento das atividades produtivas. Além disso, contribui para reduzir a pobreza, o êxodo rural e impulsionar a economia local.

O Agroamigo atua no Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo, atendendo agricultores familiares de baixa renda enquadrados no Pronaf, com foco nos grupos B e V. Entre 2021 e 2026, o número de clientes com operação no Agroamigo cresceu de 1,66 milhão para 2,13 milhões. Em 2026, foi registrado o maior volume de beneficiários da série histórica. O **Gráfico 4** a seguir, apresenta a evolução histórica do número de clientes da Microfinança Rural do Banco do Nordeste.

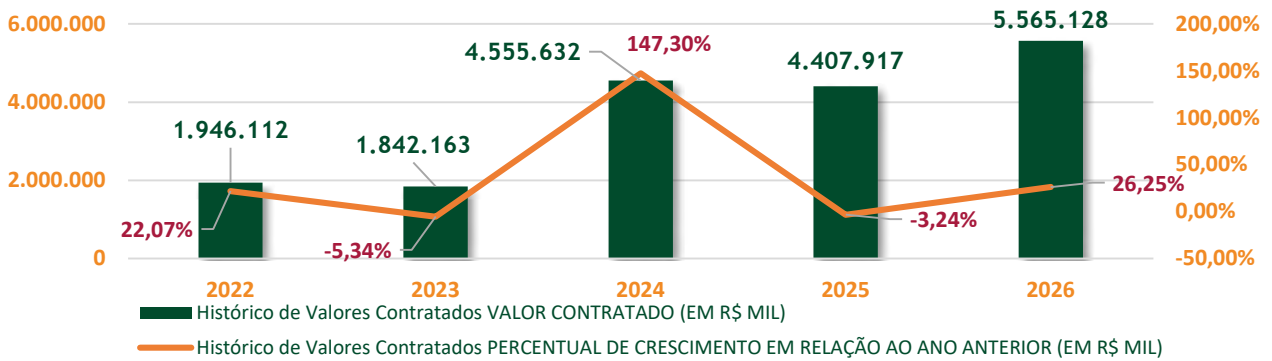
Gráfico 4 - Número de Clientes com operação no Agroamigo



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Após queda em 2023, as contratações da Microfinança Rural cresceram fortemente em 2024 (+147,3%). Em 2026, atingiram R\$ 5,56 bilhões, o maior valor da série. No período de 2022 a 2026, o crescimento acumulado foi de aproximadamente 186%, evidenciando a forte expansão da carteira, conforme o **Gráfico 5** a seguir.

Gráfico 5 - historico semestral de valores contratados



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Desde a criação do Programa, o Agroamigo tem como principal fonte de recursos o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), fundo federal criado pela Constituição de 1988 e regulamentado pela Lei nº 7.827/1989. No primeiro semestre de 2026, o **FNE investiu R\$ 5,56 bilhões no Programa**, viabilizando **411.549 contratações**, com **R\$ 5,30 bilhões desembolsados**.

Na análise por programa de crédito (**Tabela 14**), os programas direcionados ao **Semiárido** concentraram

a maior parcela dos recursos contratados, respondendo por **64% do volume total**. Destacaram-se o **PRONAF Mulher Grupo B Semiárido** e o **PRONAF-B/Plano Safra Semiárido**, que, juntos, representaram **58,79% das contratações realizadas**. Esse resultado evidencia a prioridade dada à agricultura familiar, especialmente para **mulheres, jovens e beneficiários do Grupo B**. A participação feminina nas contratações também avançou, passando de **52,03%** para **53,83%**.

Tabela 14 - Contratações por programa de crédito

Programa	Nº de Contratações	Contratações (R\$ mil)	Desembolsado (R\$ mil)	%
PRONAF MULHER GRUPO B SEMIARIDO	102.365	1.730.284	1.646.036	31,08%
PRONAF-B/PLANO-SAFRA SEMIARIDO	96.302	1.555.156	1.467.699	27,71%
PRONAF MULHER (GRUPO B)	40.320	651.698	622.338	11,75%
PRONAF GRUPO "B" - FNE	36.282	523.854	494.702	9,34%
PRONAF B -MELHORIAS SANITARIAS	84.367	253.090	245.956	4,64%
PRONAF JOVEM GRUPO B/SEMIARIDO	21.671	173.180	179.465	3,39%
PRONAF-COMUM (FNE)	5.766	173.071	163.276	3,08%
PRONAF-MAIS ALIMENTOS (FNE)	3.939	143.411	142.722	2,70%
PRONAF MULHER - FNE	3.292	119.406	107.819	2,04%
PRONAF JOVEM GRUPO B	13.117	104.408	97.602	1,84%
PRONAF SEMI-ARIDO - FNE	2.829	91.767	89.449	1,69%

Programa	Nº de Contratações	Contratações (R\$ mil)	Desembolsado (R\$ mil)	%
PRONAF FLORESTA - FNE	368	15.369	13.343	0,25%
PRONAF JOVEM - FNE	503	14.315	12.086	0,23%
PRONAF-ECO (FNE)	200	7.854	7.894	0,15%
PRONAF-AGROECOLOGIA (FNE)	213	7.531	4.787	0,09%
PRONAF-AGROINDUSTRIA (FNE)	8	503	326	0,01%
PRONAF-AGRINF (FNE)	7	229	271	0,01%
TOTAL	411.549	5.565.128	5.295.772	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Em comparação ao período anterior, o Agroamigo apresentou crescimento de 26,25% no valor contratado e de 23,69% no número de operações, além de ampliar em 44,2% o atendimento a novos clientes. No ano em que completou 21 anos de atuação, o Programa alcançou uma carteira de R\$ 21,35 bilhões, com 2,12 milhões de clientes ativos e crescimento de 22,75%, mantendo inadimplência BACEN de apenas 2%, o que reforça sua eficiência operacional, sustentabilidade e relevância para o desenvolvimento da agricultura familiar na região Nordeste. A Tabela 15 a seguir apresenta os resultados e impactos do segmento.

Tabela 15 - Resultados e Impactos do Agroamigo

Categoria	2025	2026	Variação (%)
Valor de Operações contratadas (R\$ bilhões)	R\$ 4,40	R\$ 5,56	26,25%
Quantidade de Operações contratadas (mil)	332	411	23,69%
Média de Operações por dia	2.705	3.345	23,66%
Valor da Carteira Total (R\$ bilhões)	R\$ 16,45	R\$ 21,35	29,76%
Total de Clientes com operações (milhões)	1,73	2,12	22,75%
Percentual de operações contratadas com mulheres	52,03%	53,83%	3,47%
Desembolsos com recursos do FNE (R\$ bilhões)	R\$ 4,24	R\$ 5,30	24,76%
Clientes novos atendidos (mil)	104	150	43,48%
Tempo médio para liberação do crédito (dias)	18	14	- 22,23%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios





Destaque especial para a divulgação do estudo **“Agroamigo: Impactos Socioeconômicos na Agricultura Familiar”**, que apresenta uma análise abrangente dos resultados alcançados pelo Programa Agroamigo ao longo de sua trajetória. A publicação evidencia os impactos do programa na geração de renda, na inclusão financeira, na redução da pobreza e no fortalecimento da agricultura familiar, além de sua contribuição para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. O estudo também aborda aspectos relacionados à mobilidade social, ao empoderamento feminino, ao acesso a ativos produtivos e à ampliação das oportunidades econômicas para agricultores familiares.

Os resultados demonstram que o Agroamigo exerce impactos positivos e consistentes sobre a renda das famílias atendidas. Entre 2022 e 2024, a renda total dos beneficiários aumentou cerca de 24%, observando-se ainda um crescimento adicional associado à permanência no programa. Clientes com duas ou mais operações apresentaram ganhos superiores aos clientes iniciantes, registrando aumento adicional de 4,54% na renda total, 3,61% na renda agropecuária e 4,32% na renda familiar per capita, evidenciando que a experiência acumulada potencializa os resultados econômicos do crédito orientado.

O trabalho também demonstra que o porte do crédito influencia significativamente os resultados. Beneficiários do Agroamigo Mais, modalidade destinada a empreendimentos de maior escala, apresentaram rendas agropecuárias 153% superiores às dos clientes do Agroamigo Crescer. Além disso, financiamentos de maior valor estiveram associados a incrementos de 27,02% na renda familiar total, 27,98% na renda agropecuária e 24,40% na renda familiar per capita, reforçando a importância do acesso a volumes adequados de crédito para ampliar investimentos e produtividade.

Na dimensão social, destacam-se os efeitos sobre a mobilidade econômica. Os clientes com duas ou mais operações apresentaram 68% mais chances de sair da extrema pobreza, além de maiores probabilidades de ascender para classes de renda superiores. O estudo evidencia que a recorrência do crédito favorece uma trajetória gradual de inclusão produtiva, enquanto operações de maior valor potencializam movimentos mais intensos de ascensão social.

Os resultados também indicam avanços relevantes em indicadores de pobreza multidimensional. Clientes mais antigos do programa registraram 41,75% mais chances de obter acesso à internet, além de maiores probabilidades de aquisição de bens duráveis, como rádio (+26,32%), geladeira (+20%) e fogão (+17%). Adicionalmente, os filhos dessas famílias apresentaram 20,98% mais chances de frequentar a escola, evidenciando im-

pactos positivos sobre a formação de capital humano e a sucessão das atividades produtivas familiares.

No campo da inclusão financeira, o Agroamigo mostrou-se um importante mecanismo de integração dos agricultores familiares ao sistema financeiro formal. Beneficiários com maior permanência no programa apresentaram 27,61% mais chances de possuir poupança, 15,67% mais chances de manter conta corrente e 22,36% mais chances de utilizar cartão de crédito, indicando ampliação do acesso a instrumentos financeiros essenciais para a gestão econômica das famílias rurais.

A pesquisa destaca ainda efeitos relevantes sobre a equidade de gênero. Embora as mulheres ingressem no programa com níveis de renda inferiores aos dos homens em algumas atividades, observou-se crescimento mais acelerado entre as beneficiárias, especialmente nas atividades não agropecuárias, onde elas apresentaram evolução 4,74% superior à observada entre os homens, contribuindo para a redução das diferenças de renda ao longo do tempo.

As evidências confirmam que o Agroamigo atua como instrumento estratégico de desenvolvimento rural, promovendo aumento da renda, redução da pobreza, fortalecimento da agricultura familiar, inclusão financeira e melhoria das condições de vida dos beneficiários. Os resultados demonstram que os impactos se ampliam com a permanência no programa e com o acesso a operações de maior porte, reforçando a relevância do Agroamigo como política pública de inclusão produtiva e transformação socioeconômica na área de atuação do Banco do Nordeste.

ACESSE A PUBLICAÇÃO COMPLETA NO LINK:

https://www.bnb.gov.br/s482-dspace/bits-tream/123456789/2445/3/2026_LIV_AGRO_v3.pdf

3.2.3 Microfinança Urbana – Crediamigo

Com a atuação baseada nas diretrizes do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO) do Governo Federal, regulamentado pela Lei nº. 11.110, de 25/04/2005 e pela Lei nº 13.636, de 20/03/2018, e Lei nº 13.999/2020, o Crediamigo é o Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Banco do Nordeste no setor urbano. O programa facilita acesso ao crédito a milhões de empreendedores pertencentes aos setores informal ou formal da economia (microempresas, enquadradas como microempreendedor individual, empresário individual, autônomo ou sociedade empresária) e atua na democratização do acesso ao crédito, no combate à pobreza e na redução das desigualdades sociais e regionais.

Em mais de 28 anos de atuação, o atendimento personalizado a empreendedores individuais ou reunidos em

grupos solidários, a utilização de metodologia específica para microcrédito urbano, a orientação financeira e ambiental, bem como o crédito ágil e adequado ao ciclo do negócio são alguns dos diferenciais do Crediamigo, que o consolidam como referência em microcrédito produtivo e orientado na América do Sul.

Conforme o **Gráfico 6** a seguir, o primeiro semestre de 2026 foi finalizado com 2,2 milhões de clientes com empréstimos ativos, dentre os quais 67% são representados por mulheres empreendedoras. O resultado representa um aumento de 2,53% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Gráfico 6 - Número de Clientes do Crediamigo (milhões)

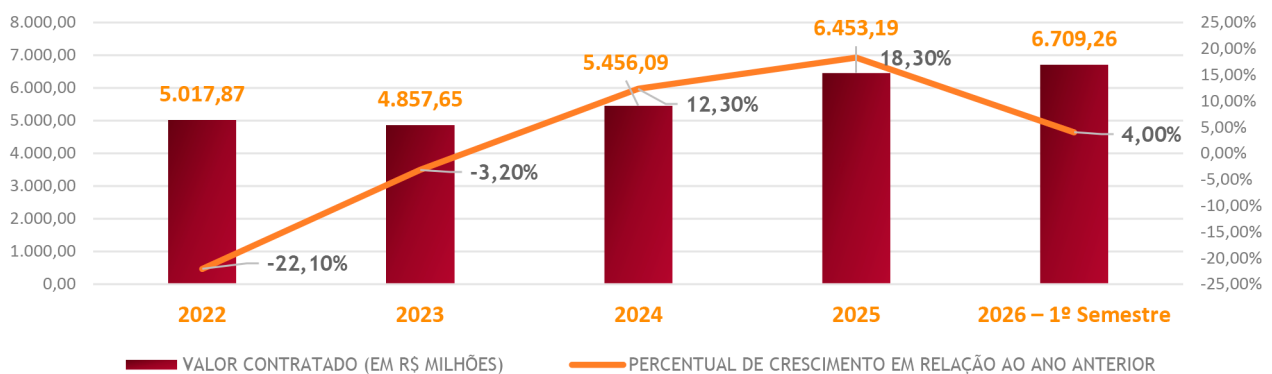


Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2026, o Crediamigo do Banco do Nordeste **contratou R\$ 6,71 bilhões**, resultado que representa um **crescimento de 4,0%** em relação ao mesmo período de 2025. Esse desempenho corresponde ao maior volume de desembolsos já registrado pelo Programa para

o período, reafirmando sua relevância na ampliação do acesso ao microcrédito produtivo e orientado na área de atuação do Banco. O **Gráfico 7** a Seguir apresenta o histórico de contratações e o percentual de crescimento em relação aos anos anteriores do Crediamigo.

Gráfico 7 - Histórico de Contratações do Crediamigo



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Do total desembolsado no primeiro semestre de 2026, R\$ 3,33 bilhões foram com recursos do FNE (FNE e MIX), o que corresponde a 49,7% do total de recursos desembolsados. Foram cerca de 1,86 milhões operações utilizando-se recursos do FNE, como apresentado na **Tabela 16** a seguir.

Tabela 16 - Contratações e Desembolsos por fonte de recursos - Crediamigo

FONTE	Nº Operações (mil)	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado(R\$ mil)
FNE	186.413	1.384.332,66	1.384.332,66
RECIN	347.403	889.326,59	889.326,59
FNE/RECIN (mix)	1.490.522	1.951.662,74 (FNE)	1.951.662,74 (FNE)
		2.483.941,44 (RECIN)	2.483.941,44 (RECIN)
Total	2.024.338	6.709.263,43	6.709.263,43

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

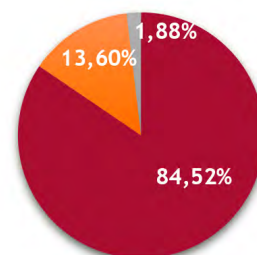
Destacamos, ainda, a participação no Programa **Acredita no Primeiro Passo**, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Esse programa fomenta ações voltadas à qualificação profissional e à inserção cidadã no universo laboral, por meio do empreendedorismo. Para tanto, promove o acesso ao microcrédito produtivo orientado e oferece suporte à estruturação de empreendimentos sustentáveis, contribuindo para a autonomia econômica e o desenvolvimento social por meio do trabalho e do empreendedorismo das famílias de baixa renda cadastradas no CadÚnico. De janeiro a junho de 2026 foram

aplicados R\$ 856,5 milhões no Programa Acredita no Primeiro Passo, para 116.013 beneficiários, dos quais 69,51% são do gênero feminino.

Na análise por setor econômico (**Tabela 17**), verifica-se setor de comércio se destaca nas aplicações do Crediamigo, com participação de 84,52%, os serviços representam 13,6% e a indústria 1,88%. No tocante aos programas de crédito (**Tabela 18**), o maior volume de contratações é do produto Capital de Giro Solidário, correspondendo a 68,7% do total, seguido do Investimento Fixo com 22% e Crediamigo Delas com 6,07%.

Tabela 17 - Contratações por Setor Econômico

Sector	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
Comércio 	1.670.708	5.670.413,82	5.670.413,82
Serviços 	318.202	912.743,85	912.743,85
Indústria 	35.428	126.105,76	126.105,76
Total	2.024.338	6.709.263,43	6.709.263,43



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Tabela 18 - Contratações por Programa de Crédito

Programa	Contratado (R\$ mil)	Quantidade de Contratações	Desembolsado (R\$ mil)	%
Crediamigo Comunidade	19.456,86	13.363	19.456,86	0,29%
Capital de Giro Solidário	4.609.263,98	1.594.765	4.609.263,98	68,70%
Investimento Fixo	1.476.037,96	204.845	1.476.037,96	22,00%
Crediamigo Delas	407.252,29	158.502	407.252,29	6,07%
Capital de Giro Individual	195.910,49	52.707	195.910,49	2,92%
Crediamigo Mais	1.341,85	156	1.341,85	0,02%
Total	6.709.263,43	2.024.338	6.709.263,43	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Os dados de desempenho do Crediamigo no primeiro semestre de 2026 demonstram que o programa vem apresentando números significativos. Destacamos os aumentos de 4,0% no volume de desembolso, de 2,53% em clientes ativos e de 9,5% na carteira ati-

va (Tabela 19). Para além do valor monetário significa vidas transformadas por meio do microcrédito produtivo orientado, e traduz a importância do Crediamigo para o desenvolvimento econômico e social na sua área de atuação.

Tabela 19 - Consolidado de Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2025	2026	(%)
Valor de Operações contratadas (R\$ bilhões)	R\$ 6,45	R\$ 6,71	4,0%
Quantidade de Operações contratadas (mil)	1.997,3	2.024,3	1,3%
Média de Operações por dia	16.645	16.593	-0,3%
Valor da Carteira Ativa (R\$ bilhões)	R\$ 5,86	R\$ 6,42	9,5%
Total de Clientes com operações ativas (milhões)	2,1	2,2	2,53%

Categoria	2025	2026	(%)
Percentual de contratos com mulheres	68,00%	67,60%	-0,59%
Desembolsos com recursos do FNE (R\$ bilhões)	R\$ 2,04	R\$ 3,34	63,3%
Clientes novos atendidos (unidade)	192.902	175.192	-9,4%
Tempo médio para liberação do crédito (dias)	2,22	2,06	-7,2%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Parcerias estratégicas também foram realizadas para permitir maior oferta de microcrédito orientado à pequenos negócios e a população de baixa renda, com possibilidade de pagamento dos juros pelo poder público. O Crediamigo está inserido nos programas “Juros Zero” e “Dinheiro na Mão”, criados pelos governos estaduais do Maranhão e Ceará, respectivamente, que permitem que as operações de empreendedores cadastrados e pagas em dia tenham os valores dos juros reembolsados.

Destacamos a **Escola de Negócios Crediamigo**, uma plataforma virtual voltada para a capacitação, numa colaboração estratégica com a Fundação Dom Cabral, uma das mais conceituadas escolas de negócios da América Latina. Com um formato moderno e interativo, a plataforma permite realização de trilhas de aprendizado conforme as necessidades dos microempreendedores. Os conteúdos, organizados na “**Jornada do Empreendedor**”, abordam temas essenciais para o dia a dia dos negócios, como: “educação financeira”; “fluxo de caixa”;

“prevenção de fraudes”; “como se apresentar nas redes sociais”; e “como administrar o seu próprio dinheiro”. Desde o seu lançamento já foram realizadas mais de **50 mil capacitações**, gerando mais conhecimento, desenvolvimento de competências gerenciais e fortalecimento da gestão dos negócios, contribuindo para a sustentabilidade dos empreendimentos atendidos pelo Programa.

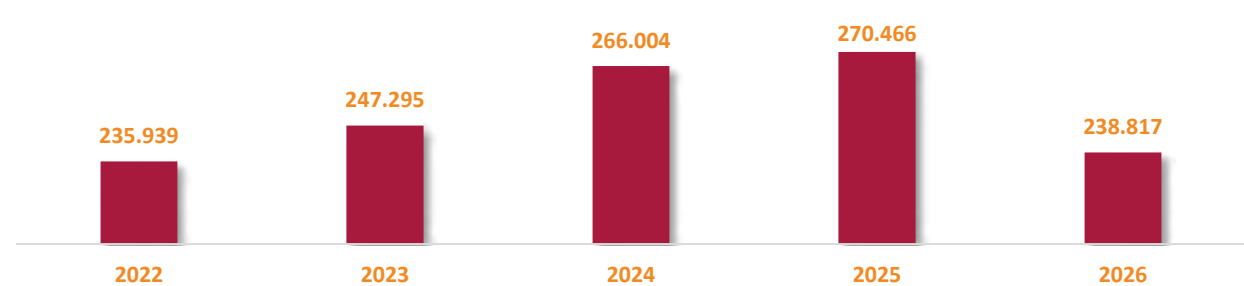
O Crediamigo obteve importante reconhecimento no primeiro semestre de 2026. A instituição foi agraciada com o **Prêmio Nacional de Inclusão Socioeconômica, na categoria Empreendedorismo e Fomento**, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). A premiação reconhece instituições e entes públicos que contribuem para a inclusão produtiva e a redução da dependência de programas sociais por meio de iniciativas sustentáveis. O Banco conquistou o primeiro lugar nacional entre as instituições financeiras participantes do Programa Acredita no Primeiro Passo.

3.2.4 Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPE)

O segmento de Micro e Pequenas Empresas (MPE) possui relevância estratégica para o Banco do Nordeste, contribuindo para a geração de emprego e desenvolvimento regional. Após apresentar crescimento contínuo na base de clientes entre 2022 e 2025, o segmento registrou 238.817 clientes no primeiro semestre de 2026. A redução decorre, principalmente, da migração natural de empresas para segmentos de maior porte, refletindo a evolução e o amadurecimento dos negócios apoiados pela Instituição.

No segmento MPE, o atendimento é realizado por 331 carteiras especializadas, assegurando ampla capilaridade e acesso ao crédito para micro e pequenos empreendedores. No primeiro semestre de 2026, o segmento registrou **238.817 clientes**, mantendo elevada relevância para o desenvolvimento regional. A redução da base em relação ao primeiro semestre de 2025, verificada no **Gráfico 8**, decorre, principalmente, da migração natural de empresas para segmentos de maior porte, refletindo a evolução dos negócios apoiados pelo Banco.

Gráfico 8 - Número de Clientes do Segmento MPE



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

No primeiro semestre de 2026, o segmento MPE realizou **19.002 operações de crédito**, totalizando **R\$ 2,59 bilhões em contratações** e **R\$ 2,36 bilhões desembolsados (Tabela 20)**. O FNE permaneceu como principal fonte de recursos, respondendo por aproximadamente **92% do volume contratado**. Embora o valor contratado tenha registrado redução de **11,56%**

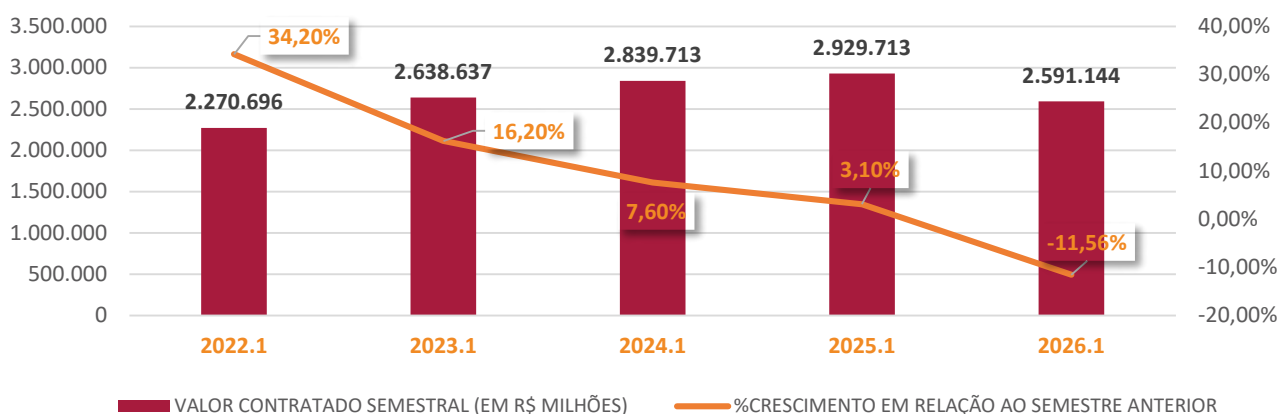
em relação ao mesmo período de 2025, o índice de desembolso superior a **90%** evidencia a efetiva aplicação dos recursos e a capacidade operacional do Banco (**Gráfico 9**). A expectativa é de recuperação ao longo do exercício, com a conclusão de projetos em análise contribuindo para o alcance das metas previstas para 2026.

Tabela 20 - Fontes de Recurso e aplicação

Fonte	Quantidade de Operações	Valor Contratado	Valor Desembolsado
FNE	12.546	2.377.368	2.167.493
RECIN	6.456	213.776	189.536
Total	19.002	2.591.144	2.357.029

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Gráfico 9 - historico semestral de valores contratados (FNE E RECIN)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Historicamente, com aplicação de recursos do FNE, os setores de Comércio e Serviços concentram a maior parte das contratações do segmento MPE, padrão que se manteve no primeiro semestre de 2026. O Comércio liderou as aplicações, com 37,36% do valor contratado, seguido por Serviços, com 36,66%, e Indústria, com 24,12%. Em conjunto, esses três setores responderam

por mais de 98% das contratações realizadas com recursos do FNE, evidenciando a forte atuação do Banco no apoio às atividades com maior representatividade na economia regional. A distribuição dos recursos demonstra a diversificação da carteira e o alinhamento das operações às demandas dos pequenos negócios, conforme a **Tabela 21** a seguir.

Tabela 21 - Contratação por Setor Econômico (Fonte de Recursos FNE)

Setor	Nº de Operações	Contratado (R\$ mil)	Desembolsado (R\$ mil)	%
Comércio	6.903	888.120	830.989	37,36%
Serviços	3.375	871.498	795.098	36,66%
Indústria	2.190	573.398	358.656	24,12%
Infraestrutura	12	31.501	59.201	1,33%
Agroindústria	66	12.851	9.582	0,54%
Turismo	0	0	113.964	0,00%
Total	12.546	2.377.368	2.167.493	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios



Os resultados evidenciam a vocação do Banco do Nordeste para o financiamento do investimento produtivo no segmento MPE. Como discriminado na **Tabela 22**, no primeiro semestre de 2026, as operações de investimento responderam por 62,35% do valor contratado, totalizando R\$ 1,61 bilhões, demonstrando o

apoio à expansão, modernização e aumento da competitividade das MPE. As operações de capital de giro representaram 37,65% das contratações, com R\$ 975,4 milhões, contribuindo para o fortalecimento do fluxo de caixa e da capacidade operacional dos empreendimentos atendidos.

Tabela 22 - Contratação por Setor Econômico (todas as fontes de recurso)

Finalidade	Valor Contratado (R\$ mil)	Quantidade	Desembolsado (R\$ mil)	%
Capital de Giro	975.496	13.699	189.536	37,65%
Investimento	1.615.648	5.303	2.167.493	62,35%
Total	2.591.144	19.002	2.357.029	100%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

O primeiro semestre de 2026 foi impactado por ajustes regulatórios, que influenciaram o ritmo das contratações e a quantidade de operações realizadas pelo segmento MPE. Apesar da redução observada nos principais indicadores em relação ao primeiro semestre de 2025, os desembolsos permaneceram em patamar elevado, demonstrando a continuidade do

apoio aos empreendimentos atendidos. Trata-se de um efeito temporário devido ao período de adaptação aos ajustes, com expectativa de recuperação ao longo do segundo semestre mediante a conclusão de projetos atualmente em análise, contribuindo para a reversão dos resultados e o alcance das metas previstas para o exercício.

Tabela 23 - Resultados e Impactos do Segmento MPE

Categoria	2025.1	2026.1	Variação (%)
Valor de Operações contratadas (bilhões)	2,92	2,59	-11,56%
Quantidade de Operações contratadas	21.075	19.002	-9,84%
Média de Operações por dia	163	147	-9,82%
Valor da Carteira Ativa (bilhões)	16,4	17,5	6,8%
Desembolsos com recursos do FNE	2.204.212	2.167.493	-1,67%
Total de clientes com operações ativas	13.039	11.960	-8,28%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

3.2.5 Agronegócio e Pequeno e Miniprodutor Rural

No Banco do Nordeste, os segmentos de **Agronegócio** e de **Pequeno e Miniprodutor Rural** são constituídos por produtores rurais pessoas físicas e jurídicas dos portes mini, pequeno, pequeno-médio, médio e grande. Como principal agente financeiro do crédito rural em sua área de atuação, responsável por **53,17% dos financiamentos**

do setor na região, o Banco desempenha papel estratégico no fortalecimento da agropecuária regional. Atualmente os segmentos, possuem uma base de 322,7 mil clientes cadastrados, 320,1 mil clientes nos portes mini e pequeno e 2,6 mil nos portes pequeno-médio, médio e grande, conforme demonstrado na **Tabela 24** a seguir.

Tabela 24 - Número de Clientes

Segmento	Nº clientes
Agronegócio	2.607
Pequeno e Miniprodutor Rural	320.169
Total	322.776

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.



No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste contratou com produtores rurais, pessoas física e jurídica, de portes mini ao grande produtor rural, exceto agricultura

familiar, o valor de **R\$ 5,26 bilhões no agronegócio**, sendo R\$ 4,75 bilhões com a Fonte FNE e R\$ 513,2 milhões com outras fontes em 5,4 mil operações, conforme **Tabela 25**.

Tabela 25 - Contratações por Fonte de Recursos

Fonte	Qtde	Valor (R\$ Mil)
FNE	5.302	4.744.880
L.C.A.	34	108.597
POUPANCA RURAL	53	42.092
RECIN	34	362.524
Total Geral	5.423	5.258.094

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Do valor total da aplicação FNE, R\$ 2,99 bilhões foram aplicados nos **portes prioritários**, em relação ao quantitativo, 4,9 mil operações foram destinadas a esse público, o que equivale a 92% do total de operações. Quanto à finalidade do crédito, 62% foram destinados ao custeio, 31% para investimento e 7% para

comercialização. Com relação à região onde os recursos foram aplicados, 61% foram destinados ao semiárido nordestino. Nos últimos 5 anos (2022 a jun/2026), aplicamos um montante total de R\$ 52,39 bilhões na agricultura empresarial, conforme demonstrado na **Tabela 26** seguinte:

Tabela 26 - Histórico de Contratações

Ano	Quantidade de operações	Valor (R\$ mil)
2022	12.836	R\$ 10.887
2023	15.575	R\$ 12.321
2024	14.802	R\$ 11.105
2025	12.914	R\$ 12.821
2026 (até junho)	5.423	R\$ 5.258
Total	61.550	R\$ 52.392

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Nos segmentos do Agronegócio e do Pequeno e Miniprodutor Rural, o Banco do Nordeste tem ampliado a aplicação de recursos em programas estratégicos alinhados ao propósito de **“Fazer o FNE Cada Vez Melhor”**, promovendo uma agropecuária mais sustentável e competitiva. Nesse contexto, destacam-se as linhas **FNE Verde - Rural**, **FNE Verde - Irrigação**, **FNE Rural - Inovação (Energia Renovável)**, **FNE para Armazenagem e FNE Agropecuária de Baixo Carbono**, voltadas à adoção de práticas sustentáveis, à modernização da produção e ao uso mais eficiente dos recursos naturais.

O Banco do Nordeste também participa do **Plano Safra**, atendendo a produtores rurais de todos os portes, incluindo empreendedores dos setores de pesca e carcinicultura, localizados na Região Nordeste e no norte dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, área de atuação da Instituição. No âmbito do Plano Safra 2025/2026, o Banco aplicou **R\$ 11,26 bilhões** apenas na agricultura empresarial, reforçando seu papel no financiamento da produção agropecuária e no desenvolvimento sustentável do setor. A seguir, apresenta-se a tabela 27 com o detalhamento das aplicações:

Tabela 27 - Aplicações no Plano Safra 2025/2026 - Agricultura Empresarial

Estado	Realizado Safra 25/26* (R\$ Mil)	% Participação
AL	318,8	2,80%
BA	3.253,54	28,90%
CE	449,84	4,00%
ES	724	6,40%
MA	1.893,19	16,80%
MG	946,97	8,40%
PB	287,9	2,60%

Estado	Realizado Safra 25/26* (R\$ Mil)	% Participação
PE	868,8	7,70%
PI	1.710,34	15,20%
RN	169,27	1,50%
SE	640,71	5,70%
TOTAL	11.262,11	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.



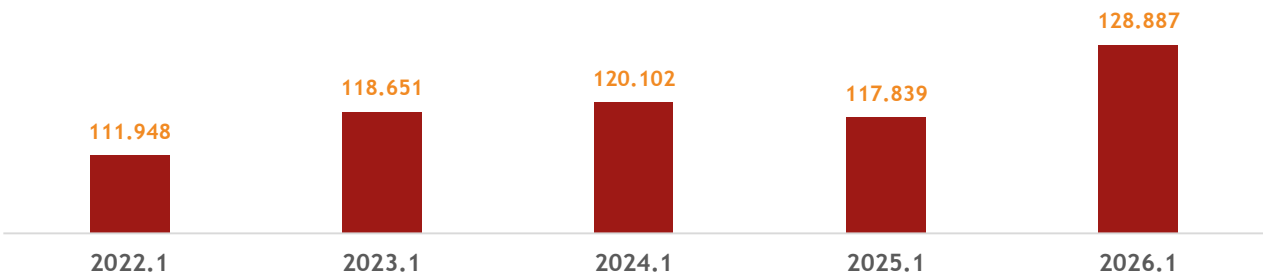
3.2.6 Pessoa Física

O segmento Pessoa Física atua no atendimento a sócios, funcionários de empresas públicas ou particulares, profissionais liberais, funcionários e aposentados de empresas coligadas, beneficiários do INSS. Além de contemplar qualquer cliente pessoa física que seja usuário de produtos e serviços financeiros, tais como:

crédito para bens de consumo, financiamento estudantil ou crédito para geração de energia distribuída em unidades residenciais FNE Sol Pessoa Física e/ou aplicações financeiras.

O Gráfico 10 apresenta a evolução histórica do número de clientes:

Gráfico 10 - Número de Clientes do Segmento Pessoa Física



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

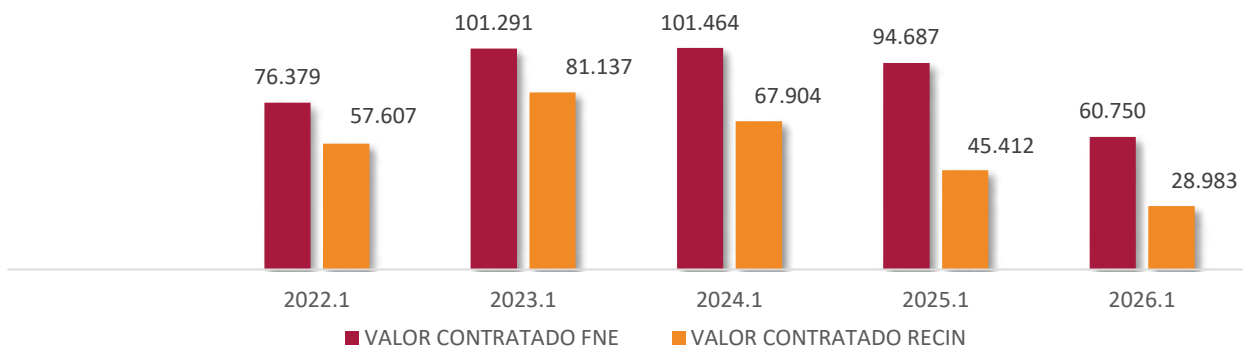
Em 2025, foi observada uma redução para 117.839 clientes; entretanto, os dados demonstram uma recuperação expressiva, totalizando **128.887 clientes**. Esse resultado representa o maior volume da série histórica analisada e um crescimento de 11,75% em relação a 2021, além de uma expansão de 8,92% frente à posição registrada em 2025.

No que diz respeito a evolução dos valores contratados, a análise demonstra variações significativas

ao longo do período, refletindo tanto ajustes de mercado quanto estratégias direcionadas à ampliação do acesso ao crédito.

Como pode ser visto no gráfico 11, em 2026.1, os valores contratados apresentaram redução em relação ao período anterior, totalizando **R\$ 60,8 milhões no FNE** e **R\$ 29,0 milhões no RECIN**, correspondendo a retrações de 35,84% e 36,17%, respectivamente, em comparação com 2025.1.

Gráfico 11 - histórico de valores contratados por fonte (FNE e RECIN).



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Tabela 28 - Resultados e Impactos do Segmento Pessoa Física

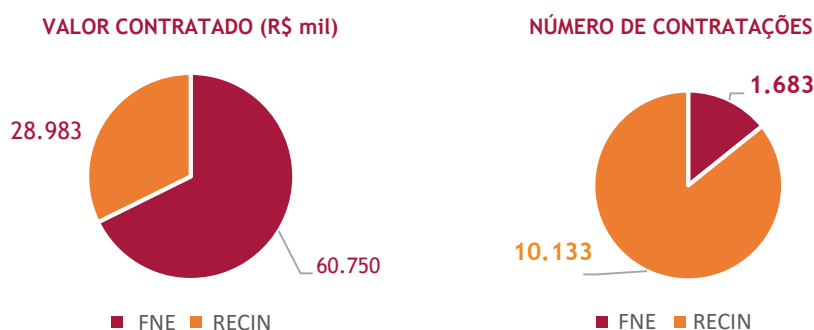
Categoria	2025.1	2026.1	Varição (%)
Valor de Operações Contratadas	FNE - R\$ 94.687.273	FNE - R\$ 60.750.094	FNE: -35,84%
	RECIN - R\$ 45.412.812	RECIN - R\$ 28.983.632	RECIN: -36,17%
Quantidade de Operações contratadas	FNE - 3.222	FNE - 1.683	FNE: -47,77%
	RECIN - 7.987	RECIN - 10.133	RECIN: 26,87%
Média de Operações por dia	FNE: 26	FNE: 13	FNE: -50%
	RECIN: 63	RECIN: 81	RECIN: 28,56%
Valor da Carteira Ativa	920,1 milhões	1,4 bilhões	61,58%
Total de Clientes com operações ativas	8368	8627	0,031

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Em 2026.1, o segmento Pessoa Física registrou 11.816 operações, totalizando R\$ 89,7 milhões em contratações. Desse montante, o FNE respondeu por 1.683 operações e R\$ 60,8 milhões, representando aproxi-

madamente 67,7% do valor total contratado. O RECIN, por sua vez, contabilizou 10.133 operações e R\$ 29,0 milhões, correspondendo a 32,3% do volume financeiro, como pode ser observado no gráfico 12 a seguir:

Gráfico 12 - contratação por fonte de recursos



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

O desempenho observado em 2026.1 reflete um cenário de menor volume de contratações em ambas as fontes, influenciado, entre outros fatores, pelas adequações às medidas regulatórias estabelecidas pelo Governo Federal, que impactaram a dinâmica de contratação no período. Ainda assim, a composição da carteira manteve-se equilibrada, preservando o papel complementar das duas linhas de crédito no atendimento ao público Pessoa Física e no apoio ao desenvolvimento regional.

Conforme demonstrado na tabela 29, o segmento Pessoa Física contratou R\$ 60,8 milhões em operações de FNE, distribuídos em 1.683 operações. O FNE Verde Sol Pessoa Física respondeu pela maior parcela das contratações, com R\$ 38,0 milhões (62,6%) e 1.346 operações, evidenciando a demanda por financiamentos voltados à geração de energia solar. O programa P-FIES registrou R\$ 22,7 milhões em contratações (37,4%) e 337 operações, mantendo sua relevância no apoio ao acesso ao ensino superior na área de atuação do Banco.

Tabela 29 - Contratação por programa de crédito FNE

Programa	Valor Contratado	Quantidade	%
FNE Verde Sol Pessoa Física	38.048.218	1.346	62,60%
FIES estudante	22.701.876	337	37,40%
Total	60.750.094	1.683	100%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Durante o ano de 2026, o Banco do Nordeste intensificou suas estratégias voltadas para o aperfeiçoamento das contratações de crédito, em alinhamento com os objetivos institucionais e com a missão de promover o desenvolvimento regional sustentável. Entre as principais iniciativas, destacam-se a implantação da linha Crédito do Trabalhador; a intensificação das visitas técnicas e da prospecção ativa; a otimização dos processos de análise e contratação; e a realização de campanhas temáticas de crédito e receita.

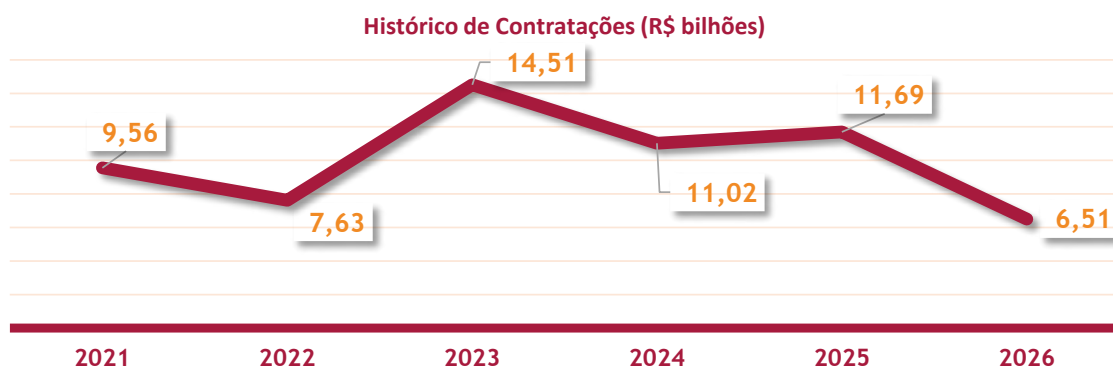
3.2.7 Corporate

O segmento Corporate contempla empresas de grande porte com faturamento anual superior a R\$ 400 milhões, companhias envolvidas em operações sindicalizadas, contratadas ou em tramitação, e organizações do setor de infraestrutura, independentemente de sua receita bruta anual, excetuadas aquelas que desenvolvem atividades rurais. Entre as operações estruturantes

apoiadas pelo Banco do Nordeste, destaca-se o financiamento da Ferrovia Transnordestina, empreendimento estratégico para a ampliação da infraestrutura logística e o fortalecimento da competitividade econômica do Nordeste. Viabilizado com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), o projeto acumulou desembolsos de **R\$ 5,88 bilhões** até junho de 2026, dos quais **R\$ 300,0 milhões** foram liberados no primeiro semestre do ano, em três parcelas: **R\$ 106,3 milhões** em janeiro, **R\$ 152,5 milhões** em março e **R\$ 41,2 milhões** em maio. A manutenção dos desembolsos evidencia o apoio contínuo da Instituição à execução de um dos mais relevantes projetos de integração logística da região, com potencial para ampliar a competitividade dos setores produtivos, fortalecer a conectividade regional e impulsionar o desenvolvimento sustentável do Nordeste.

O segmento aplicou no período entre 2021 e junho de 2026 o volume de **R\$ 60,93 bilhões** conforme o gráfico 13 a seguir:

Gráfico 13 - Histórico de Contratações do Segmento Corporate

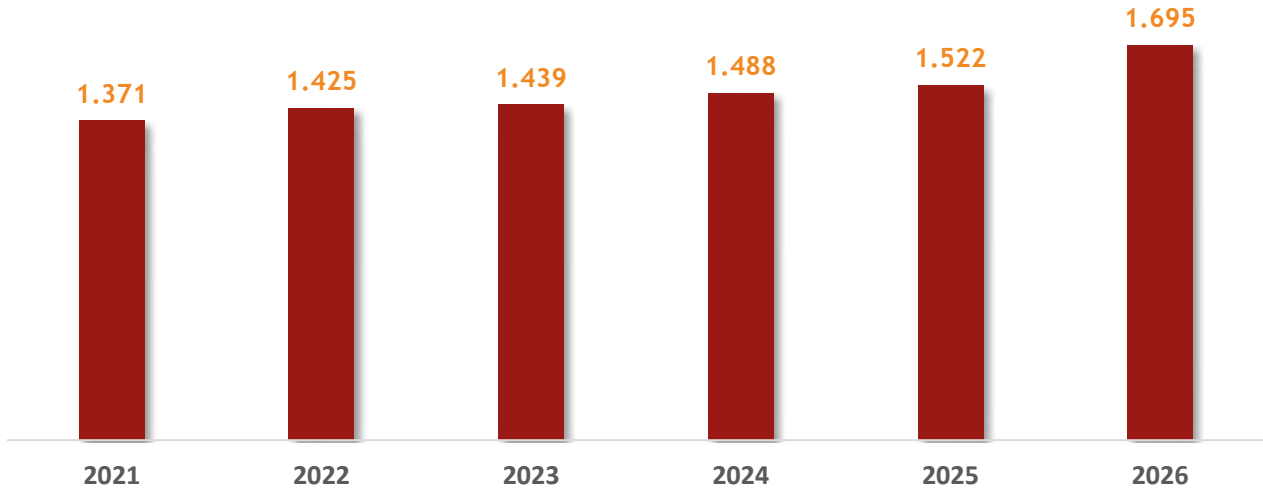


Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

A partir do ano de 2025 iniciou-se uma retomada nos investimentos fechando o ano com crescimento de 6% em relação ao ano de 2024. Essa tendência continua em 2026 onde se contratou até junho 55,71% do valor realizado em 2025.

Apesar do cenário externo desafiador e das adversidades macroeconômicas, o segmento manteve trajetória consistente de expansão da base de clientes (gráfico 14), acumulando crescimento superior a 20% entre 2021 e o primeiro semestre de 2026.

Gráfico 14 - Número de clientes do Segmento Corporate



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento

No período de 2021 a junho de 2026, o setor de infraestrutura destacou-se por concentrar **65,66%** do volume total de investimentos, com predominância das aplicações em **energias renováveis (eólica e solar) e saneamento básico**. Para 2026, estima-se um volume de aplicações da ordem de **R\$ 13,48 bilhões**, dos quais **R\$ 10,26 bilhões** deverão ser destinados a **projetos de infraestrutura**, enquanto **R\$ 3,22 bilhões** serão direcionados aos demais setores da economia.

O Segmento Corporate tem intensificado a **diversificação de suas fontes de *funding*** por meio de parcerias estratégicas com instituições financeiras, com destaque para a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e o BNDES/FINAME, ampliando as alternativas de financiamento e fortalecendo o apoio a projetos estruturantes na região. A Tabela 30 apresenta as principais fontes de recursos utilizadas pelo Segmento Corporate, bem como os respectivos valores contratados:

Tabela 30 - valor contratado por fonte de recursos do Segmento Corporate (Período 2021 - 2026)

Fonte	Qtde de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)
FNE	855	51.111,40
RECIN	144	4.560,70
RECURSOS EXTERNOS	179	1.587,12
FNE-2	15	1.491,99
POUPANCA RURAL	49	677,56
AFD	47	667,96
BNDES/FINAME	19	563,60
FDNE-REPASSES	3	243,99
FINEP	2	22,89
L.C.A.	2	9,57
FUNGETUR	1	0,50
Total	1.315	60.937,28

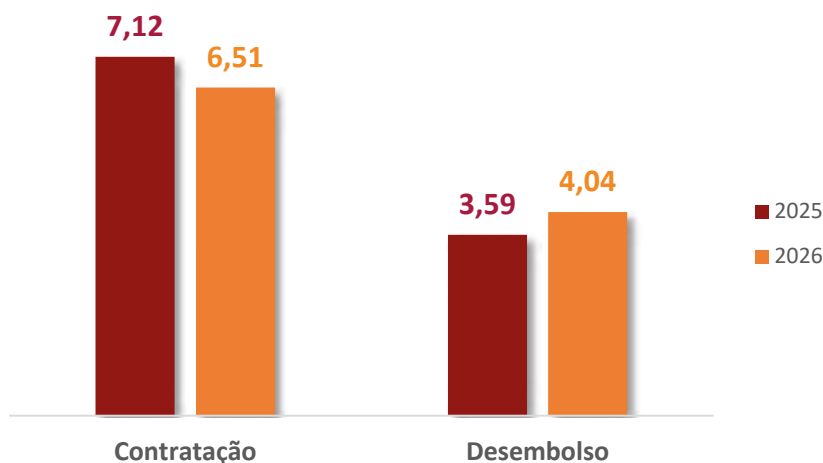
Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Destacam-se os desembolsos realizados com recursos da AFD, REFIN e BNDES/FINAME, direcionados, respectivamente, ao financiamento de projetos de energias renováveis, capital de giro e aquisição isolada de máquinas e equipamentos. Essas operações contribuíram para a diversificação das fontes de financiamento, o fortalecimento do portfólio de crédito do Segmento

Corporate e a ampliação do apoio a investimentos estratégicos na região.

Como pode se verificar no gráfico 15 a seguir, no primeiro semestre de 2026 o segmento **contratou R\$ 6,51 bilhões** o que demonstra uma leve queda em torno de 8,6% em relação ao mesmo período do ano anterior quando foram contratados R\$ 7,12 bilhões.

Gráfico 15 - valores contratados e valores desembolsados em 2025.1 e 2026.1 (R\$ bilhões)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Com relação aos **desembolsos**, o Segmento Corporate registrou R\$ 3,59 bilhões no primeiro semestre de 2025 e **R\$ 4,04 bilhões** no mesmo período de 2026, representando crescimento de 12,5%. Destaca-se o volume de operações contratadas e desembolsadas destinadas ao setor industrial, sinalizando a retomada dos investimentos e o fortalecimento da atividade produtiva na área.

Tabela 31 - Contratações e desembolsos por setor econômico

Setor	Nº de Operações	Valor Contratado (R\$)	Nº de Operações	Valor Desembolsado (R\$)
Infraestrutura	20	3.795.340.449,11	63	2.229.192.606,96
Industrial	43	1.615.799.493,14	18	282.134.808,21
Agrícola	13	403.409.821,61	29	498.647.289,25
Serviços	4	399.180.000,00	9	190.800.841,52
Agroindústria	10	186.300.000,00	17	750.473.815,45
Comércio	10	94.797.927,51	8	68.334.328,51
Pecuária	3	19.681.224,78	3	19.681.224,78
Total	103	6.514.508.916,15	147	4.039.264.914,68

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Para 2026, estima-se um volume de desembolsos de R\$ 7,26 bilhões, refletindo a expectativa de manutenção do ritmo de investimentos e da demanda por crédito no segmento. Nesse contexto, o Segmento Corporate tem ampliado e diversificado sua atuação em diferentes setores da economia por meio de variadas linhas de crédito, conforme demonstrado na tabela 32 a seguir:



Tabela 32 - contratações por programa de crédito

Programa de Crédito	Nº de Operações	Valor Contratado (R\$)	Nº de Operações	Valor Desembolsado (R\$)
PROINFRA	15	3.022.169.044,67	16	920.790.631,72
INOVACAO-INDUSTRIAL	6	829.048.002,96	3	36.214.870,97
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	4	772.671.258,78	39	978.215.542,51
IRRIGACAO	7	306.802.437,34	4	60.189.888,78
PROATUR	1	260.000.000,00	-	-
INDUSTRIAL	11	243.095.648,47	10	215.920.063,49
EXPORTACAO-ACC	15	214.938.410,84	0	-
AGRIN	10	186.300.000,00	10	424.500.000,00
GIRO ESPECIAL	4	185.000.000,00	2	115.000.000,00
FNE-SERVICOS	3	139.180.000,00	4	50.901.480,34
FINAME	7	91.507.735,26	13	73.744.980,56
RURAL	7	89.641.431,12	12	201.204.953,69
FNE-COMERCIO	7	58.797.927,51	7	53.334.328,51
EMPRESTIMO-PONTE	1	29.990.000,00	1	29.990.000,00
POUPANCA RURAL-FIN.RURAI	2	26.647.177,93	3	50.460.376,43
FNE INOVACAO AGRIN	1	22.719.841,27	1	272.641.477,36
CAPITAL DE GIRO-INSUMOS	1	21.000.000,00	1	21.000.000,00
GIRO SIMPLES	1	15.000.000,00	1	15.000.000,00
BNDES FUNDO CLIMA AUT	0	-	10	195.060.526,41
FNE VERDE/SERVICOS	0	-	2	87.061.970,00
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA-2	0	-	1	23.823.599,98
FNE/INOVACAO-PROINFRA	0	-	1	51.091.439,14
FNE-SAUDE-SERVICOS	0	-	1	7.847.391,18
PROGRAMA FDNE	-	-	5	155.271.393,61
Total	103	6.514.508.916,15	147	4.039.264.914,68

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

Na tabela 33 verifica-se que a o comparar o primeiro semestre de 2025 com o mesmo período de 2026, observa-se evolução na maioria dos indicadores de maior relevância para o Segmento Corporate. A carteira ativa registrou expansão de 7,1%, enquanto os desembolsos apresentaram crescimento de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior, evidenciando a manutenção da dinâmica de investimentos e da demanda por crédito.

Tabela 33 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2025	2026	Variação (%)
Valor de Operações contratadas	7.123.580.712,65	6.514.508.916,15	-8,6%
Quantidade de Operações contratadas	139	103	-25,9%
Valor da Carteira Ativa	68.199.788.255,04	73.018.581.586,02	7,1%
Total de Clientes com operações ativas	617	690	11,8%
Desembolsos	3.595.039.084,57	4.039.264.914,68	12%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios.

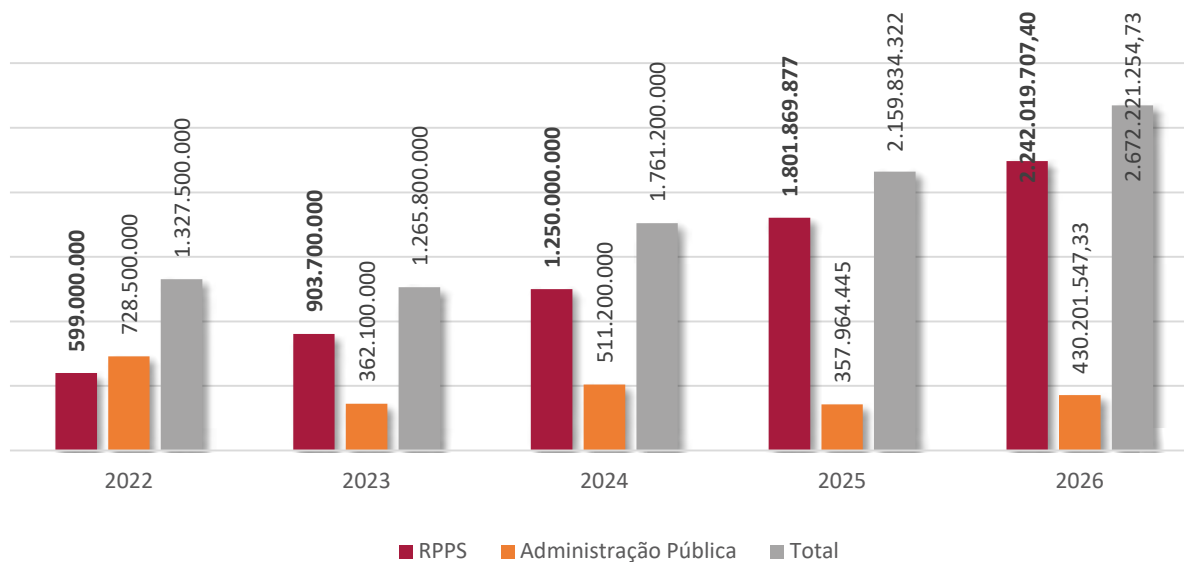
Considerando o estoque de propostas com saldo a desembolsar e o avanço nas tratativas relacionadas às condições contratuais para liberação, projetamos um avanço significativo nesse indicador no segundo semestre. Esses resultados reforçam o papel estratégico do segmento Corporate como vetor de desenvolvimento regional e nacional, com perspectivas promissoras para o segundo semestre de 2026.

3.2.8 Governo

O segmento Governo encerrou junho de 2026 com um total de **2.382 clientes**, representando um crescimento de 2,63% em relação aos 2.321 clientes registrados em 2025.

No primeiro semestre de 2026, o segmento respondeu por **captações efetivas da ordem de R\$ 2,67 bilhões**, com destaque para os recursos provenientes dos RPPS - Regimes Próprios de Previdência Social, que alcançaram R\$ 2,24 bilhões, correspondendo a um crescimento de 4,28% em comparação com o exercício de 2025. Conforme o gráfico 16 a seguir:

Gráfico 16 - Captação Fundos de Investimentos-Segmento Governo



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

O Banco também vem ampliando sua participação nas indicações como depositário das transferências voluntárias do Orçamento Geral da União por meio da plataforma Transferegov. No primeiro semestre de 2026,

foram registradas 1.107 indicações, representando um incremento de 57,92% em relação ao ano de 2025, quando foram contabilizadas 701 indicações, conforme detalhado na tabela 34.

Tabela 34 - Indicadores do Segmento Clientes Governo

Indicador	Natureza	Unidade	Mês	Meta Acumulada	Meta Mensal	Realizado Mensal	Realizado Acumulado
Crédito de Longo Prazo - BID - PRODEPRO	R\$ - Valor Contratado	Superintendência de Clientes Governo.	junho	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	0	R\$ 0,00
Expansão de Captações do TransfereGov	Quantidade	Superintendência de Clientes Governo.	junho	483,3	161,1	66	1107

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Planejamento.

Destaca-se ainda a retomada das operações de crédito voltadas ao setor público, iniciativa estratégica que reforça o compromisso do Banco com o desenvolvimento regional. A ampliação da oferta de financiamento aos estados, municípios e demais entes públicos contribuirá para a execução de investimentos estruturantes, promovendo melhorias na infraestrutura, na prestação de serviços à população e no fortalecimento da capacidade de investimento dos governos locais. Essa retomada cria oportunidades para ampliar

a presença institucional do Banco e apoiar de forma mais efetiva o desenvolvimento econômico e social das regiões em sua área de atuação.

Com a criação do Escritório de Projetos de PPPs e Concessões do Banco do Nordeste, a Instituição vem atuando, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), na estruturação de dois projetos-pilotos: PPP de gestão estratégica de energia para os edifícios públicos do estado do Rio Grande do Norte e



PPP de iluminação pública com componentes de cidades inteligentes para o município de Barbalha (CE). As iniciativas visam transformar demandas públicas em projetos maduros, sustentáveis e financiáveis, contribuindo para o aumento da eficiência na gestão de soluções energéticas para a melhoria da gestão pública, o fortalecimento da segurança urbana e a promoção da inovação e da qualidade de vida na área de atuação do Banco.

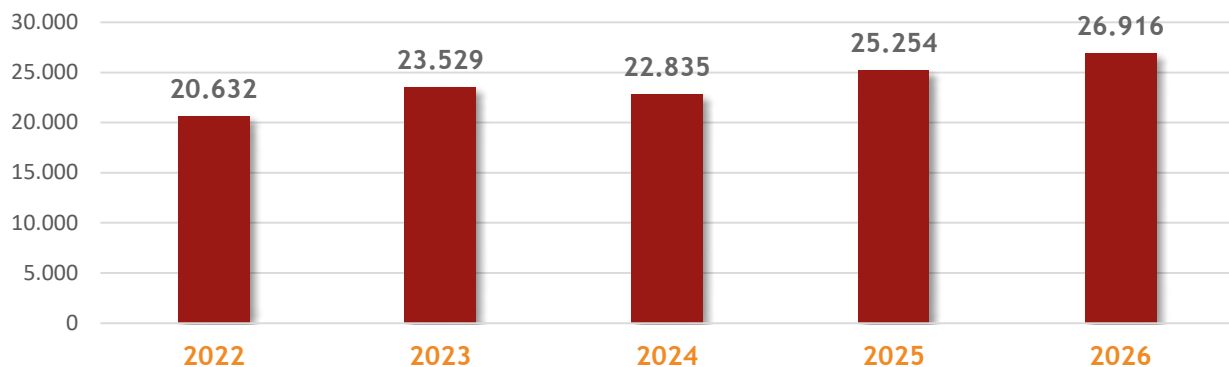
3.2.9 Empresarial

O Segmento Empresarial atende empresas de Pequeno-Médio, Médio e Grande Porte, com faturamento

anual entre R\$ 4,8 milhões e R\$ 400 milhões, incluindo micro e pequenas empresas vinculadas a grupos econômicos enquadrados nessa faixa, bem como empresas do Agronegócio com o mesmo porte econômico. Sua atuação está alinhada à Política de Atuação Mercadológica e à metodologia de segmentação de clientes do Banco, considerando a natureza jurídica e o porte econômico.

O gráfico 17 a seguir, apresenta a evolução histórica do número de clientes do segmento empresarial, levando em consideração o primeiro semestre de cada ano do último quinquênio.

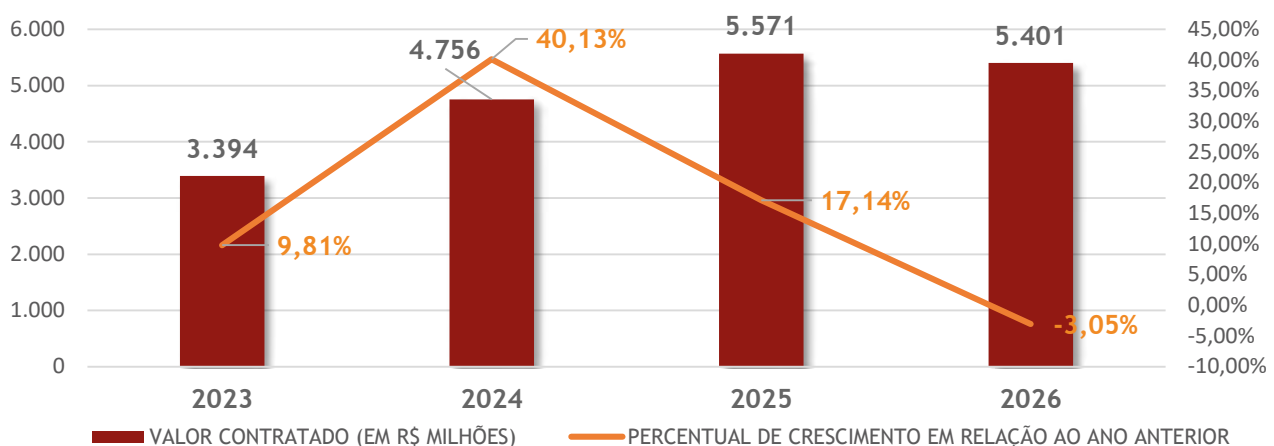
Gráfico 17 - Número de Clientes do Segmento Empresarial



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

O segmento registrou **R\$ 5,40 bilhões** em contratações, resultado 3,05% inferior ao observado no mesmo período de 2025 (gráfico 18). Apesar da leve retração, o volume contratado manteve-se em patamar próximo ao recorde histórico alcançado no exercício anterior, demonstrando a resiliência da atuação comercial do segmento.

Gráfico 18 - Histórico de Valores Contratados (todas as fontes)



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios



A análise das fontes de recursos utilizadas no primeiro semestre de 2026 demonstra a relevância do **FNE** como principal instrumento de financiamento do **segmento empresarial**, com **R\$ 3,77 bilhões contratados e R\$ 3,08 bilhões desembolsados**, representando a maior participação no volume de negócios. Em seguida, destaca-se o **RECIN**, com R\$ 1,05 bilhão contratado e R\$ 1,07 bilhão desembolsado, reforçando sua importância na composição do portfólio de crédito.

As demais fontes contribuíram de forma complementar para o atendimento às demandas empresariais. O **BNDES/FINAME** registrou R\$ 88,1 milhões contratados, enquanto a **FINEP** contratou R\$ 63,5 milhões. Os Recursos Externos somaram R\$ 340,1 milhões em contratações, ao passo que a **Poupança Rural**, o **FUNGETUR** e os recursos oriundos de **LCA** registraram, respectivamente, R\$ 45,1 milhões, R\$ 25,7 milhões e R\$ 22,0 milhões contratados. A tabela 35 apresenta os valores contratados e desembolsados no segmento empresarial por fonte de recurso.

Tabela 35 - Contratações e desembolsos por fontes de recurso

Fonte	Quantidade de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)
FNE	3.713	3.770.784	3.077.948
RECIN	1.840	1.046.466	1.069.108
BNDES/FINAME	43	88.136	50.521
FINEP	6	63.453	23.261
RECURSOS EXTERNOS	54	340.074	48.046
POUPANCA RURAL	11	45.068	41.476
FUNGETUR	18	25.708	25.708
L.C.A.	9	22.036	21.960
Total	5.694	5.401.725	4.284.246

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Na análise de aplicações por setor econômico, A distribuição dos financiamentos evidencia uma carteira diversificada e alinhada às principais atividades econômicas da região. O setor de Serviços destacou-se como o principal destino dos recursos contratados, com R\$ 1,84 bilhão, correspondendo a 34,13% do total contratado. Em seguida, o setor Industrial registrou R\$ 1,79 bilhão, equivalente a 33,14% das contratações, refletindo a continuidade dos investimentos voltados à expansão, modernização e aumento da competitividade das empresas.

O setor de Comércio apresentou volume contratado de R\$ 1,40 bilhão, representando 25,97% do total, confirmando sua relevância para a dinâmica econômica regional e para o desempenho da carteira empresarial.

Na análise por setor econômico, destaca-se a **Infraestrutura**, que totalizou R\$ 182,6 milhões, e a **Agroindústria**, com R\$ 107,7 milhões contratados. Os setores **Agrícola** e **Pecuário** também mantiveram participação relevante, reforçando a atuação do Banco em diferentes cadeias produtivas. A **tabela 36** a seguir apresenta as aplicações do segmento no âmbito de cada segmento:

Tabela 36 - Contratações e Desembolsos por setor econômico

Setor	N °de Operações	Valor Contratado (R\$ mil)	Valor Desembolsado (R\$ mil)	%
Serviços	965	1.843.420	1.213.970	34,13%
Industrial	1484	1.789.959	1.402.594	33,14%
Comércio	3052	1.402.664	1.364.631	25,97%
Infraestrutura	17	182.589	138.738	3,38%
Agroindústria	150	107.707	96.253	1,99%
Agrícola	12	47.717	46.263	0,88%
Pecuária	14	27.669	21.797	0,51%
Total	5.694	5.401.725	4.284.246	100,00%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios



A tabela 37 apresenta a distribuição das contratações por programa de crédito no primeiro semestre de 2026 reforça a predominância dos setores de comércio, serviços e indústria na carteira do Segmento Empresarial. O FNE Serviços liderou o volume contratado, com R\$ 883,0 milhões, correspondendo a 16,35% do total das contratações, seguido pelo FNE Comércio, com R\$ 816,9 milhões (15,12%), e pela linha Industrial, que registrou R\$ 737,5 milhões (13,65%). Em conjunto, esses programas concentraram aproximadamente 45% do volume contratado, demonstrando sua relevância para o finan-

ciamento das atividades produtivas e para o desenvolvimento econômico da área de atuação do Banco.

Entre as linhas de capital de giro, o Giro Simples FGI PEAC registrou R\$ 405,5 milhões contratados, enquanto o Capital de Giro - Insumos alcançou R\$ 256,0 milhões e o Giro Especial, R\$ 125,3 milhões. Os programas de investimento mantiveram participação relevante, destacando-se a linha Industrial, com R\$ 737,5 milhões, o AGRIN, com R\$ 99,6 milhões, e as operações de inovação por meio do INOVACRED, com R\$ 63,5 milhões, e da linha Inovação Industrial, com R\$ 41,9 milhões.

Tabela 37 - contratações por programa de crédito no primeiro semestre de 2026

Programa	Contratações (R\$ mil)	Quantidade	Desembolsado (R\$ mil)
FNE-SERVICOS	882.952	700	540.003
FNE-COMERCIO	816.861	1882	1.021.443
INDUSTRIAL	737.526	413	425.549
PROATUR	501.936	45	312.207
GIRO SIMPLES FGI PEAC	405.515	327	505.405
CAPITAL DE GIRO-INSUMOS	255.975	1052	313.554
FNE-SAUDE-SERVICOS	180.107	62	78.102
GIRO ESPECIAL	125.265	66	136.838
GIRO SIMPLES	107.335	286	49.092
AGRIN	99.554	135	130.952
FINAME	88.136	43	50.521
FNE VERDE-INFRAESTRUTURA	87.448	2	23.313
INOVACRED	63.453	6	23.261
IMPORTACAO-FINANCIADA	340.074	54	48.046
EMPRESTIMO-PONTE	44.200	5	49.646
INOVACAO-INDUSTRIAL	41.937	11	32.830
POUPANCA RURAL-FIN.RURAI	45.068	11	41.476
FNE-MPE-COMERCIO	29.261	166	51.341
FUNGETUR MTUR-INPC	25.708	18	25.708
RECURSOS LIVRES/LCA	22.036	9	21.960
FNE-MPE-SERVICOS	21.290	74	41.107
FNE-SAUDE-INOVACAO-SERVICOS	20.950	6	11.252
OUTROS FNE	350.962	217	409.849
OUTROS RECI	108.176	104	14.573
Total	5.401.725	5694	4.284.246

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Os resultados do Segmento Empresarial no primeiro semestre de 2026 demonstram a manutenção de um elevado volume de negócios, com **R\$ 5,40 bilhões em operações contratadas**, frente a R\$ 5,57 bilhões no mesmo período de 2025, representando uma variação de -3,05%. Contudo, destaca-se o atingimento das metas proporcionais referentes ao FNE

Global. A quantidade de operações contratadas evoluiu de 5.267 para 5.694, registrando crescimento de 8,10%, enquanto a média diária passou de 43 para 46 operações, incremento de 6,97%. A tabela 38 a seguir, apresenta os principais resultados do segmento no primeiro semestre de 2026 em comparação com o mesmo período em 2025.



Tabela 38 - Resultados e Impactos do Segmento

Categoria	2025	2026	Variação (%)
Valor de Operações contratadas	R\$ 5,57 bilhões	R\$ 5,40 bilhões	- 3,05%
Quantidade de Operações contratadas	5.267	5.694	8,10%
Média de Operações por dia	43	46	6,97%
Valor da Carteira Ativa	R\$ 31,50 bilhões	R\$ 28,72 bilhões	- 8,82%
Total de Clientes com operações ativas	12.086	12.812	6,00%
Desembolsos com recursos do FNE	R\$ 2,63 bilhões	R\$ 3,07 bilhões	16,73%
Clientes novos atendidos	95	69	- 27,36%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Negócios

Em 2026, o Segmento Empresarial deu continuidade às ações voltadas ao fortalecimento da atuação comercial e ao aprimoramento da gestão da carteira. Entre as principais iniciativas destacaram-se os fóruns de gestão, os encontros com Gerentes de Relacionamento nas Superintendências Estaduais e o monitoramento sistemático dos indicadores estratégicos por meio de painéis gerenciais, contribuindo para maior efetividade dos negócios e qualidade na tomada de decisões.

3.3 Captação de Recursos

As captações por meio de depósitos à vista e depósitos a prazo constituem elementos centrais das estratégias de **Asset and Liability Management (ALM)** das instituições financeiras, uma vez que contribuem para o equilíbrio entre os fluxos de caixa de ativos e passivos. Os depósitos à vista, por apresentarem maior liquidez, são direcionados predominantemente ao financiamento de operações de crédito de curto prazo, enquanto os depósitos a prazo proporcionam maior estabilidade de *funding*, favorecendo a concessão de crédito de longo prazo.

Nesse contexto, a gestão eficiente de **Asset and Liability Management (ALM)** requer que o Banco mantenha o equilíbrio entre sua base de captação e as exposições às taxas de juros, por meio da adequada gestão dos prazos e da estrutura de seus ativos e passivos. Essa abordagem visa mitigar riscos, otimizar retornos e preservar níveis adequados de liquidez e solidez financeira.

Para 2026, o Banco do Nordeste definiu, em sua estratégia de captação de depósitos, o objetivo de reduzir o custo

médio de sua carteira, considerando os indexadores utilizados na remuneração dos depositantes. Paralelamente, buscou estabelecer metas de captação ainda mais aderentes às diretrizes fixadas para a expansão da carteira de crédito comercial, promovendo maior alinhamento entre a estrutura de *funding* e o crescimento das operações de crédito.

Os **Depósitos a Prazo (CDB)** apresentaram saldo de **R\$ 6,5 bilhões** ao final do primeiro semestre de 2026, registrando redução de **12,28%** em comparação com junho de 2025, o que corresponde a um decréscimo de **R\$ 909,9 milhões**. A retração observada não decorre de limitações na capacidade de captação do Banco, mas de uma decisão estratégica voltada ao fortalecimento da rentabilidade e ao aumento da eficiência da gestão financeira. Essa diretriz buscou preservar níveis adequados de liquidez, reduzir o custo de captação e sustentar o crescimento das operações de crédito de forma equilibrada e sustentável.

Os **depósitos interfinanceiros**, por sua vez, registraram redução de **R\$ 558,17 milhões** em relação ao mesmo período do ano anterior, o que representa uma queda de **38,90%**. As captações dessa modalidade no Banco do Nordeste são compostas predominantemente por **Depósitos Interfinanceiros de Microfinanças (DIM)**. A retração observada reflete, principalmente, o aumento da concorrência no segmento de microcrédito, com instituições financeiras estruturando ou expandindo suas próprias carteiras de operações, reduzindo, consequentemente, a demanda por captações via DIM. A **Tabela 39**, a seguir, apresenta os resultados das captações no primeiro semestre de 2026, comparativamente aos registrados no primeiro semestre de 2025.

Tabela 39 - Captações de Recursos (R\$ milhões)

Captações	1º semestre de 2025	1º semestre de 2026	Δ% 12 Meses
Depósitos à Vista	3.807,40	3.852,1	1,17%
Depósitos de Poupança	1.245,7	1.285,0	3,15%
Depósitos a Prazo - CDB	7.410,1	6.500,2	-12,28%
Depósitos Interfinanceiros	1.434,7	876,5	-38,90%
Letra de Crédito do Agronegócio (LCA)	289,8	709,7	144,91%
Depósitos especiais com remuneração ⁽¹⁾	1.434,70	1.142,80	-20,34%
Depósitos Judiciais	204,8	209,8	2,44%
Total	9.134,5	14576,1	

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito e Diretoria de Planejamento (1) depósitos especiais com remuneração incluem as disponibilidades do Finor e depósitos para reinvestimentos (lei 8.167/91).



Ainda no âmbito de sua estratégia de captação de recursos, o Banco intensificou a emissão de **Letras de Crédito do Agronegócio (LCA)**, com o objetivo de ampliar e diversificar as fontes de *funding* da carteira de crédito do agronegócio. Ao final de junho de 2026, o volume captado por meio desse instrumento alcançou **R\$ 709,69 milhões**, registrando expansão de **144,91%** em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho foi impulsionado, principalmente, pela atratividade do produto junto ao segmento de pessoas físicas, em razão do benefício de **isenção de Imposto de Renda sobre os rendimentos** auferidos.

3.4 Ativos de Terceiros

3.4.1 Fundos de Investimento

No primeiro semestre de 2026, o patrimônio líquido dos fundos de investimento alcançou o saldo de R\$ 21,90 bilhões, um crescimento de 25,72% em relação a 2025. Na mesma posição, o Banco do Nordeste executava a gestão de 30 fundos de investimento, com 249.823 cotistas, uma evolução de 11,73% em relação ao ano anterior. A receita com taxa de gestão dos fundos de investimento totalizou R\$ 81,2 milhões em 2026, um incremento de 16,50% em relação ao mesmo período do ano anterior. Contribuíram para esse resultado as ações realizadas para promover a distribuição de cotas de fundos, com ênfase nas atividades de prospecção de novos clientes e nos processos de gestão de carteiras, que impulsionaram a performance e a atratividade dos produtos de investimento geridos.

A Diretoria de Ativos de Terceiros do Banco do Nordeste teve sua avaliação MQ2.br (Muito Boa) reafirmada pela Moody's Local Brasil, uma das principais agências de classificação de risco do mundo, no âmbito da Avaliação de Qualidade de Gestor de Investimentos. A nota reflete a solidez dos processos de investimento da instituição, a robustez de sua estrutura de governança e a efetividade dos controles de risco e compliance adotados na gestão dos recursos de terceiros.

Segundo a Moody's, a avaliação é sustentada por um processo de investimentos bem estabelecido, com baixa dependência de pessoas-chave, além do suporte e supervisão proporcionados pelo Banco do Nordeste por meio do compartilhamento das estruturas de backoffice, tecnologia, gestão de riscos e compliance. Esses fatores contribuem para a eficiência operacional e para a mitigação de riscos na condução das atividades da gestora.

O relatório também destaca que as atividades de gestão e distribuição de fundos são realizadas por uma diretoria segregada das demais áreas do Banco, com decisões de investimento tomadas de forma colegiada e orientadas pelo melhor interesse dos cotistas. Além disso, o processo decisório é baseado predominantemente em análises proprietárias, complementadas por estudos de terceiros, incorporando ainda critérios ambientais, sociais e de governança (ESG) na avaliação de ativos e emissores.

A Moody's ressalta, ainda, a posição de liderança do Banco do Nordeste nas regiões Norte e Nordeste e a diversificação de seu portfólio de fundos, composto majoritariamente por estratégias de renda fixa, além de fundos multimercado e de ações. A base de investidores é diversificada, abrangendo clientes de varejo, empresas, Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) e entidades públicas.

A reafirmação da avaliação MQ2.br reforça o compromisso do Banco do Nordeste com a excelência na administração de recursos de terceiros, sustentada por processos sólidos, infraestrutura robusta e governança alinhada às melhores práticas de mercado.

3.4.2 Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor)

O Patrimônio Líquido do FINOR atingiu, no 1º semestre de 2026, o valor de R\$ 993,2 milhões, apresentando acréscimo de 12,3% em relação ao 1º semestre de 2025 (R\$ 884,1 milhões), em decorrência do aumento de receitas oriundas de dividendos devidos ao Fundo. A receita com taxa de administração sobre a carteira do FINOR totalizou R\$ 10,1 milhões no 1º semestre de 2026, apresentando um decréscimo de 34,3% em relação ao mesmo período de 2025 (R\$ 15,4 milhões), em decorrência da redução do Patrimônio Líquido, base de cálculo da taxa, em face da realização do 2º Leilão de Recompra de Cotas do FINOR, em 21/03/2025.

3.4.3 Depósitos para Reinvestimento

No exercício de 2026.1, o Banco efetuou 25 liberações de recursos em favor dos projetos aprovados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), totalizando R\$ 85,6 milhões. Esse desempenho gerou uma receita de R\$ 0,2 milhão para o Banco, referente ao custo de administração dos projetos. Além disso, foram efetuados 657 depósitos, que totalizaram R\$ 418 milhões em novos recursos captados. A tabela 40 apresenta os depósitos para reinvestimento no primeiro semestre de 2026.



Tabela 40 - depósitos p/reinvestimento - lei Nº 8.167/91

MÊS	LIBERAÇÕES QUANTIDADE	LIBERAÇÕES VALORES (R\$)	RECEITA 1% TX DE ADM	DEPÓSITOS QUANTIDADE	DEPÓSITOS VALORES (R\$)
jan/26	7	71.981.812,57	41.689,55	52	144.552.680,69
fev/26	7	4.816.232,16	48.162,07	84	13.193.774,11
mar/26	8	2.034.413,83	20.344,13	100	166.542.062,08
abr/26	0	0,00	0,00	272	80.469.646,41
mai/26	3	6.761.929,40	67.619,30	87	9.157.626,07
jun/26	0	0,00	0,00	62	4.129.709,07
TOTAL	25	85.594.387,96	177.815,05	657	418.045.498,43

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria Financeira e de Crédito

4. IMPACTOS ECONÔMICOS, SOCIAIS, AMBIENTAIS E CLIMÁTICOS

4.1 Estimativa de Impactos Socioeconômicos

Tendo por base em estimativas realizadas a partir da Matriz de Insumo-Produto Regional, os recursos contratados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) em 2026 deverão exercer impacto relevante sobre o mercado de trabalho na área de

atuação do Banco do Nordeste. Os investimentos financiados tendem a estimular a atividade econômica em diversos setores, ampliando a demanda por mão de obra e contribuindo para a dinamização das economias locais e regionais.

Tabela 41 - Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE 1º Semestre 2026 - R\$ Milhões e Empregos em Número de Pessoas (1)

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE ¹									
	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Turismo	Total
Valor total contratado	5.042,83	6.058,57	611,81	2.033,36	4.125,69	1.813,50	5.736,28	1.074,00	26.496,03
Área de atuação do Banco do Nordeste									
Valor Bruto da Produção ²	2.868,11	3.059,30	650,03	1.730,78	4.187,71	1.239,72	3.332,97	767,38	17.836,01
Valor Adicionado ³	1.389,17	1.441,72	238,88	670,72	1.820,64	643,68	1.692,22	348,40	8.245,45
Remuneração (salários e contribuições sociais)	490,14	595,03	109,49	296,36	703,81	304,06	726,31	162,07	3.387,29
Arrecadação (impostos sobre produtos)	116,47	139,31	30,00	97,92	239,36	53,63	149,01	40,45	866,15
Número de ocupações (unidade) ⁴	46.845	72.803	7.129	14.043	36.078	16.303	34.478	9.631	237.310
Economia brasileira ⁵									
Valor Bruto da Produção ²	5.742,25	6.513,40	1.138,83	3.107,66	8.075,22	2.256,15	6.383,14	1.407,95	34.624,59
Valor Adicionado ³	2.558,02	2.853,76	439,87	1.233,88	3.427,11	1.066,30	2.957,69	611,47	15.148,11
Remuneração (salários e contribuições sociais) ⁴	1.092,16	1.321,57	207,02	577,10	1.519,85	521,43	1.381,65	296,22	6.916,99

Estimativa das Repercussões Econômicas das Contratações do FNE¹									
	Agricultura	Pecuária	Agroindústria	Indústria	Infraestrutura	Comércio	Serviços	Turismo	Total
Arrecadação (impostos sobre produtos)	264,63	316,15	54,46	169,09	440,94	105,55	305,01	73,36	1.729,19
Número de ocupações (unidade)	58.737	87.673	9.297	19.554	51.930	20.592	47.378	12.336	307.496

Fonte: Banco do Nordeste - Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene).

Notas:

- (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2019, contemplando os efeitos diretos (choque no setor) e indiretos (demandas nos outros setores), a partir da aplicação dos recursos.
- (2) Somatório de todos os bens e serviços produzidos no período.
- (3) Valor dos bens produzidos, deduzidos os custos dos insumos adquiridos de terceiros, utilizados na produção.
- (4) Empregos formais e informais.
- (5) Somatório dos impactos produzidos no Brasil, considerando-se o efeito transbordamento dos efeitos diretos e indiretos do valor contratado para toda a economia brasileira, além da área de atuação do Banco do Nordeste. Os impactos econômicos referentes às operações do Fies foram incorporados ao Setor de Serviços.



Os resultados apontam para a geração e/ou manutenção de empregos formais e informais associados aos efeitos econômicos dos financiamentos concedidos ao longo do ano. É importante destacar que essas estimativas não correspondem ao saldo líquido de postos de trabalho ao final do período, mas ao volume de ocupações criadas ou preservadas em decorrência da expansão da produção, da renda e da atividade econômica impulsionadas pelos recursos do FNE.



4.2 Estudos de efetividade da Atuação do Banco do Nordeste

Crédito direcionado e efeitos reais sobre as firmas: Evidências do FNE com DID (Difference-in-Differences) de múltiplos períodos

O estudo analisou os efeitos do primeiro acesso ao crédito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) sobre o mercado de trabalho formal das empresas beneficiárias no período de 2010 a 2023, combinando dados administrativos do Banco do Nordeste e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), o que permitiu estimar de forma robusta os impactos causais do crédito sobre emprego, massa salarial e remuneração média das firmas.

Os resultados demonstram que o acesso ao FNE produziu efeitos positivos, estatisticamente significativos e persistentes sobre as empresas atendidas. O impacto médio agregado indica aumento de 22,6% no emprego formal, 49,6% na massa salarial e 22,1% na remuneração média dos trabalhadores, em comparação com empresas similares que não receberam financiamento.

Em termos econômicos, o efeito médio do programa corresponde à geração de aproximadamente cinco empregos formais adicionais por empresa beneficiária, ao incremento de cerca de R\$ 481 mil na massa salarial e ao aumento de aproximadamente R\$ 617 na remuneração média dos trabalhadores.

A análise dinâmica evidencia que os impactos se ampliam ao longo do tempo. Após um ano de exposição

ao crédito, as empresas beneficiárias registraram, em média, três postos de trabalho adicionais, aumento de R\$ 379 mil na massa salarial e elevação de R\$ 550 na remuneração média. Após doze anos, os efeitos acumulados alcançam cerca de 14 empregos adicionais por empresa, incremento de R\$ 1,51 milhão na massa salarial e aumento de R\$ 1.412 na remuneração média dos trabalhadores.

Tais resultados sugerem que o FNE contribui para reduzir os desafios de crédito enfrentados pelas empresas, viabilizando investimentos produtivos, ampliação da capacidade operacional e geração de empregos de melhor qualidade. O padrão observado indica que os efeitos do financiamento se materializam de forma gradual e cumulativa, reforçando o papel estratégico do Fundo como instrumento de desenvolvimento regional, fortalecimento da atividade econômica e promoção da inclusão produtiva no Nordeste.

As evidências confirmam que o FNE vem cumprindo sua função de estimular o crescimento das empresas beneficiárias, contribuindo para a expansão do emprego formal, da renda do trabalho e da massa salarial, com impactos duradouros sobre a economia regional.

Quanto Crédito é Suficiente? Evidências Não Lineares do FNE sobre Emprego e Renda

O estudo analisou como diferentes volumes de crédito concedidos pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) influenciam o desempenho das empresas beneficiárias, com foco em emprego formal, massa salarial e salário médio. Diferentemente das avaliações tradicionais, que comparam apenas beneficiários e não beneficiários, a pesquisa mensurou como a intensidade do financiamento afeta os resultados econômicos das firmas. A análise utilizou dados administrativos do Banco do Nordeste e da RAIS para o período de 2010 a 2023.

Os resultados evidenciam que os impactos do FNE são não lineares, ou seja, dependem da magnitude dos recursos acessados pelas empresas. Em níveis reduzidos de financiamento, os efeitos sobre emprego, salários e massa salarial são limitados ou pouco expressivos. Entretanto, a partir de determinados patamares de crédito, observa-se uma mudança significativa de comportamento, com efeitos positivos e crescentes sobre as variáveis analisadas.

No caso da massa salarial, verificou-se que financiamentos de pequena magnitude (até 20%) tendem a produzir impactos modestos, possivelmente associados à recomposição financeira ou capital de giro das empresas. À medida que o volume de crédito aumenta, os efeitos tornam-se positivos e passam a impulsionar a expansão da folha de pagamentos. Em níveis mais elevados de financiamento (acima de 50%), observa-se crescimento expressivo da massa salarial, refletindo ampliação das atividades produtivas e maior geração de renda do trabalho.

Em relação ao salário médio, a pesquisa identifica comportamento semelhante. Os efeitos tornam-se mais evidentes em faixas intermediárias (entre 30% e 60%) e altas de crédito (acima de 60%), indicando que financiamentos mais robustos contribuem para ganhos de produtividade, fortalecimento das empresas e elevação da remuneração dos trabalhadores. Os resultados sugerem que o crédito não apenas aumenta a capacidade operacional das firmas, mas também favorece a melhoria da qualidade dos empregos gerados.



Quanto ao emprego formal, os achados mostram que o impacto do crédito cresce progressivamente conforme aumenta o volume financiado. Em níveis baixos (até 20%), o financiamento atua principalmente como mecanismo de estabilização financeira. Já em níveis intermediários (entre 20% e 50%) e elevados (acima de 50%), o crédito passa a estimular a ampliação da escala produtiva e a contratação de trabalhadores, resultando em expansão consistente do número de vínculos formais.

Esses resultados reforçam que a efetividade do FNE depende não apenas do acesso ao crédito, mas

também da intensidade dos recursos disponibilizados. As evidências demonstram que volumes adequados de financiamento potencializam a geração de emprego formal, a expansão da massa salarial e o aumento da remuneração dos trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento regional e para o fortalecimento das empresas da área de atuação do Banco do Nordeste. O estudo destaca ainda a importância de considerar a magnitude do crédito na formulação, no monitoramento e na avaliação das políticas públicas de financiamento.

5 TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

5.1 Experiência Digital e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

No primeiro semestre de 2026, a Área de Tecnologia da Informação do Banco do Nordeste avançou significativamente na execução de sua estratégia de transformação digital, promovendo entregas voltadas à modernização tecnológica, à automação de processos, ao fortalecimento da governança, à conformidade regulatória e à melhoria da experiência de clientes e colaboradores. As iniciativas implementadas contribuíram para elevar a eficiência operacional, ampliar a capacidade de resposta aos desafios do negócio e sustentar a evolução dos serviços financeiros digitais.

No âmbito das soluções de crédito, destacaram-se ações de automação da análise e formalização de operações, aperfeiçoamento de processos de microcrédito urbano e rural, ampliação do uso de inteligência artificial para análise documental e simplificação de jornadas de contratação e renovação de crédito. Essas ações contribuíram para reduzir atividades manuais, aumentar a produtividade e fortalecer a conformidade dos processos.

A evolução das plataformas digitais também foi relevante. Foram implementadas melhorias em aplicativos corporativos e de relacionamento com clientes, incluindo funcionalidades de assinatura digital, autovistoria, atualização cadastral simplificada, simuladores de crédito e novos serviços digitais, ampliando a conveniência e a eficiência dos canais eletrônicos.

A agenda regulatória recebeu atenção especial durante o período, com destaque para as adequações ao novo padrão de CNPJ Alfanumérico, implementadas em dezenas de sistemas corporativos, além de evoluções relacionadas a *Open Finance*, Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo (PLD/FT), Crédito Rural e requisitos do Banco Central do Brasil. Essas

entregas reforçaram a aderência regulatória e a segurança operacional da Instituição.

Outro destaque do semestre foi o fortalecimento da infraestrutura tecnológica. Foram realizados investimentos na modernização do ambiente computacional, na ampliação da capacidade de armazenamento, na renovação de servidores, no fortalecimento da infraestrutura corporativa, na contratação de soluções avançadas de observabilidade e na modernização de componentes legados, assegurando maior disponibilidade, desempenho e resiliência dos serviços críticos.

Paralelamente, consolidaram-se importantes ações de governança de tecnologia e dados, incluindo a estruturação da Governança Corporativa de Dados, a evolução dos mecanismos de gestão estratégica e a avaliação de ferramentas voltadas à governança da inteligência artificial. Essas ações ampliam a capacidade institucional de tomada de decisão baseada em dados e fortalecem os fundamentos da transformação digital.

Em relação à modernização tecnológica, destacaram-se ações relacionadas à governança de inteligência artificial generativa, à modernização de plataformas de desenvolvimento, à ampliação da arquitetura em nuvem, à evolução dos mecanismos de integração entre sistemas e serviços digitais e à implantação de esteiras automatizadas de dados, promovendo maior escalabilidade, rastreabilidade e eficiência operacional na entrega de soluções digitais.

De forma integrada, as ações realizadas no semestre fortaleceram a capacidade institucional de execução da estratégia corporativa, ampliaram a geração de valor para clientes, elevaram a eficiência operacional e prepararam o Banco do Nordeste para novos ciclos de inovação, crescimento sustentável e transformação digital.

6 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6.1 Ativos

Os ativos globais do Banco do Nordeste totalizaram R\$ 81,04 bilhões, ao término do primeiro semestre de 2026, apresentando um acréscimo de 10,6% em relação aos R\$ 73,29 bilhões existentes em dezembro de 2025. Estão incluídos nos ativos do BNB os valores relativos aos recursos disponíveis do FNE e os recursos comprometidos com operações de crédito desse Fundo, ou seja, relativos a operações contratadas e que aguardam liberação de recursos.

Acerca da composição dos ativos, verificou-se redução de 3,9% no saldo da carteira de crédito, que passou de R\$ 20,27 bilhões em dezembro de 2025 para R\$ 19,46 bilhões em junho de 2026. Em sentido oposto, o saldo agregado de Títulos e Valores Mobiliários (TVM), aplicações interfinanceiras e disponibilidades atingiu R\$ 55,14 bilhões, correspondendo a um crescimento de 18,5% em relação aos R\$ 46,53 bilhões observados ao final de 2025.

O crescimento dos ativos totais foi impulsionado, majoritariamente, pelo fortalecimento das aplicações interfinanceiras, evidenciando a realocação de recursos para ativos de maior liquidez e contribuindo para a expansão da base patrimonial e do volume de ativos da Instituição

6.2 Disponibilidades do FNE

Ao Banco do Nordeste cabe aplicar os recursos do Fundo e implementar as políticas de concessão de crédito aprovadas pela Sudene/Condrel. Enquanto tais recursos não são destinados a tal finalidade, são remunerados à taxa Selic, conforme Lei nº 14.227/2021.

No primeiro semestre de 2026 ingressaram R\$ 9,85 bilhões de recursos oriundos do Tesouro Nacional ao mesmo tempo em que foram reembolsados R\$ 20,20 bilhões de operações de crédito. Em contrapartida, foram desembolsados R\$ 21,68 bilhões em novas operações. O saldo de recursos em Caixa do FNE elevou-se em 36,5% em relação a dezembro de 2025 (R\$ 22,71 bilhões em 30/06/2026, contra R\$ 16,64 bilhões em 31/12/2025).

Pontua-se que do total do saldo de recursos, a parcela mais expressiva está em Recursos Comprometidos, tendo variado seu saldo em R\$ 3,31 bilhões (R\$ 18,07 bilhões em 30/06/2026, contra R\$ 14,76 bilhões em 31/12/2025). Destaca-se, nesse cenário, o volume maior de contratações de operações de crédito no primeiro semestre de 2026 (R\$ 26,50 bilhões até junho/26, contra R\$ 25,53 bilhões até junho/25: + 3,8%).

6.3 Patrimônio Líquido e Rentabilidade

O Banco do Nordeste apresentou um Patrimônio Líquido de R\$ 16,81 bilhões ao término do primeiro semestre de 2026. A rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio foi de 13,22% a.a. no primeiro semestre de 2026 (20,35% a.a. no primeiro semestre de 2025).

6.4 Resultados

O Lucro Líquido acumulado no primeiro semestre de 2026 alcançou a cifra de R\$ 1.057,4 milhões, o que representou um decréscimo de 23,6% em relação aos R\$ 1.383,7 milhões apurados no mesmo período de 2025. O Resultado Operacional atingiu o montante de R\$ 1.698,1 milhões, uma redução de 24,1% em relação aos R\$ 2.238,1 milhões obtidos no primeiro semestre de 2025.

Destacam-se os seguintes fatores que contribuíram positivamente para a consecução do resultado do primeiro semestre de 2026, em relação ao primeiro semestre de 2025:

- a) Elevação na margem financeira gerada pelas operações de crédito com recursos próprios e terceiros; e
- b) Maior nível das receitas provenientes da prestação de serviços.

Por outro lado, registram-se os seguintes fatores que reduziram a lucratividade do BNB no mesmo período:

- a) Acréscimos de despesas relacionadas ao risco de crédito em operações com recursos próprios e de terceiros, apurados segundo novo modelo de risco de crédito que contempla as disposições da Resolução 4.966/21 - Banco Central;
- b) Aumento de Despesas Administrativas (Pessoal e Outras), efeito que foi mitigado pelo crescimento nas receitas auferidas pelo Banco;
- c) Maiores níveis de despesas com Contingências Jurídicas em relação ao mesmo período do ano anterior; e
- d) Impactos decorrentes de um incidente de segurança cibernética em janeiro/2026.

Para fins de apuração do resultado recorrente, apresenta-se a seguir o quadro dos eventos não recorrentes que impactaram o desempenho do primeiro semestre de 2026, em comparação com o mesmo período de 2025:



Tabela 42 - Demonstração do Lucro Líquido Recorrente (R\$ milhões)

	jan-jun/25	jan-jun/26	Var. R\$	Var. %
Resultado Recorrente	1.382,6	1.289,3	(93,3)	(6,7%)
Eventos não recorrentes	1,1	(231,9)		
Programa Desenrola Rural - Operações do FNE com risco compartilhado ⁽¹⁾	0,8	2,1		
Impacto da Lei 14.166/14.554 ⁽²⁾	1,1	5,6		
Impacto da Lei 13.340 ⁽³⁾	0,2	1,4		
Incidente de Segurança Cibernética ⁽⁴⁾	-	(144,0)		
Evento Contencioso Excepcional ⁽⁵⁾	-	(320,4)		
Efeitos fiscais e PLR sobre itens extraordinários ⁽⁶⁾	(1,0)	223,4		
Lucro Líquido	1.383,7	1.057,4	(326,3)	(23,6%)

(1) Resultado no Balanço do BNB proveniente do Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar - Desenrola Rural, instituído pelo Decreto nº 12.381, de 11/02/2025, em operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com risco compartilhado.

(2) Impacto no resultado das recuperações de créditos com base na Lei nº 14.166, de 10.06.2021, que dispõe sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), prorrogada pelas leis nº 14.554/23 e nº 14.995/24.

(3) Lei nº 13.340/2016 que autorizou a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural para produtores das regiões Norte e Nordeste

(4) Efeito associado ao incidente de segurança cibernética reportado pelo Banco em Comunicado ao Mercado de 26/01/2026.

(5) Evento contencioso excepcional decorrente da constituição de provisão para contingência judicial de natureza cível, no montante de R\$ 320,4 milhões, reconhecida no período, sem característica de recorrência operacional.

(6) Valor calculado sobre os itens 1, 2, 3, 4 e 5 do Resultado Não Recorrente.

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

6.5 Adequação Patrimonial

Em relação ao cumprimento das regulamentações determinadas pelo Conselho Monetário Nacional, relativas à estrutura de capital de instituições financeiras, conhecidas em seu conjunto como Acordo de Basileia, o Banco do Nordeste tem superado os requisitos mínimos de capital estipulados, o que tem garantido margem para continuar expandindo os seus negócios.

Em 30/06/2026, o Banco do Nordeste apresentou um índice de Basileia de 15,14% (14,0% em 31/12/2025), o índice de Nível I ficou em 14,54% (13,26% em 31/12/2025) e o de Capital Principal foi de 13,86% (12,62% em 31/12/2025). O PR apurado foi de R\$ 17.437.630 mil (R\$ 17.211.559 mil em 31/12/2025), o Nível I apresentou o valor de R\$ 16.752.849 mil (R\$ 16.298.517 mil em 31/12/2025) e o Capital Principal registrou o valor de R\$ 15.962.360 mil (R\$ 15.508.028 mil em 31/12/2025), enquanto os ativos ponderados pelo risco (RWA) totalizaram R\$ 115.196.562 mil (R\$ 122.922.380 mil em 31/12/2025).

A elevação de 1,24 p.p. no índice de Capital Principal reflete a incorporação dos resultados do período, que fortaleceram esse nível de capital, associada à redução

de R\$ 7.725.818 mil nos ativos ponderados pelo risco (RWA) entre dezembro de 2025 e junho de 2026, fator que contribuiu positivamente para o comportamento dos indicadores regulatórios. Por sua vez, o aumento de 1,28 p.p. no índice de Nível I decorre da expansão do Capital Principal, combinada à menor exigência de capital decorrente da redução do RWA, ampliando a folga regulatória nesse nível. Já a elevação de 1,14 p.p. no índice de Basileia resultou do fortalecimento do Patrimônio de Referência, impulsionado pelo crescimento do Capital Principal e pela redução dos ativos ponderados pelo risco, efeitos que superaram o impacto da continuidade da exclusão gradual dos instrumentos de dívida junto aos Fundos Constitucionais reconhecidos como Capital de Nível II, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.955/2021.

Ressalte-se que o desempenho apresentado se refere à situação do Banco enquanto Conglomerado Prudencial e pode, ainda, apresentar alterações, em decorrência de validações e críticas por parte do regulador que podem ocorrer futuramente.



6.6 Indicadores de Desempenho Econômico-Financeiro

Tabela 43 - Indicadores de Desempenho

Indicadores	1º semestre de 2025	1º semestre de 2026
Rentabilidade s/ PL Médio	20,35% a.a.	13,22% a.a.
Eficiência Operacional	50,59%	53,36%
Risco de Crédito / Margem Financeira	14,99%	25,97%
Inadimplência > 90 dias	3,58%	8,06%
Cobertura da Inadimplência	129,72%	102,40%
Índice de Basileia	13,5%	15,1%

Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

O BNB alcançou, em junho de 2026, rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido Médio de 13,22% a.a., ante 20,35% a.a. em junho de 2025. O desempenho observado refletiu, principalmente, o aumento da margem financeira gerada pela aplicação de recursos próprios e de terceiros em operações de crédito. Apesar do ambiente macroeconômico desafiador, caracterizado pela elevação dos índices de inadimplência e pelo consequente aumento das despesas com provisão para perdas esperadas de crédito, constituídas em conformidade com a abordagem prospectiva estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966, as receitas financeiras mantiveram trajetória resiliente no período.

Por outro lado, o aumento das despesas relacionadas a contingências jurídicas e os impactos decorrentes de um incidente de segurança cibernética pressionaram o resultado, contribuindo para a redução do lucro líquido em comparação ao primeiro semestre de 2025. Em contrapartida, a evolução das receitas de prestação de serviços contribuiu para mitigar parcialmente os efeitos do aumento das despesas de pessoal e das demais despesas administrativas, reduzindo a pressão sobre a rentabilidade.

O Índice de Eficiência Operacional do Banco atingiu 53,36% em junho de 2026, apresentando piora de 2,77 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2025. O comportamento do indicador foi favorecido pelo aumento da margem financeira com recursos próprios e de terceiros, decorrente, principalmente, da maior alocação de recursos em operações de crédito. Entretanto, a elevação das despesas administrativas, especialmente de pessoal e outras despesas operacionais, contribuiu para o aumento do índice e, consequentemente, para a redução da eficiência operacional.

Observou-se, adicionalmente, aumento na relação entre o Risco de Crédito e a Margem Financeira, que passou de 14,99% em junho de 2025 para 25,97% em junho de 2026, evidenciando maior comprometimento

da margem financeira pela materialização do risco de crédito. Destaca-se que a entrada em vigor da Resolução CMN nº 4.966/21, a partir de 2025, introduziu o modelo de perdas esperadas, ampliando a sensibilidade da mensuração do risco de crédito ao exigir avaliações prospectivas mais abrangentes da qualidade dos ativos. Como consequência, observou-se elevação dos níveis de provisionamento e maior percepção contábil dos riscos inerentes à carteira, mesmo na ausência de eventos efetivos de inadimplência.

Na carteira própria, a inadimplência evoluiu de 3,58%, em junho de 2025, para 8,06%, em junho de 2026. Em um contexto caracterizado por taxas de juros elevadas e maior nível de endividamento de famílias e empresas, observou-se deterioração da capacidade de pagamento dos agentes econômicos, especialmente nos segmentos mais sensíveis ao custo do crédito. Adicionalmente, verificou-se, no período, aumento da incidência de pedidos de recuperação judicial no país, fator que impacta os cronogramas de recebimento das operações e, consequentemente, os indicadores de inadimplência, ambiente no qual o Banco está inserido. Ressalta-se, ainda, que a adoção do modelo de perdas esperadas previsto na Resolução CMN nº 4.966/21 ampliou o prazo de permanência das operações inadimplentes na carteira antes de sua baixa contábil, além de elevar a sensibilidade do sistema à mensuração do risco de crédito.

A Cobertura da Inadimplência do BNB permaneceu em patamar superior ao saldo da carteira inadimplente, alcançando 102,40% em junho de 2026. A redução do indicador decorre, em grande medida, das alterações introduzidas pelas regras de reconhecimento de prejuízo estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.966/21. O novo arcabouço regulatório prevê prazo mais amplo entre o início da inadimplência e a baixa contábil do ativo, resultando na ampliação da base de créditos inadimplentes considerada no cálculo do indicador e, consequentemente, na redução de seu valor. Adicional-

mente, o ingresso de empresas em processos de recuperação judicial no período contribuiu para o aumento do volume de créditos inadimplentes de maior risco, intensificando esse efeito. Ainda assim, o indicador permaneceu acima de 100%, evidenciando a manutenção de provisões suficientes para cobertura integral da carteira inadimplente.

Na posição de junho/2026, o Banco registrou Índice de Basileia de 15,1%, frente a 13,5% em junho/2025. O incremento observado reflete, de um lado, o aumento do Patrimônio de Referência decorrente da retenção e incorporação dos resultados gerados no período e, de outro, a redução da parcela de RWA, com consequente diminuição da exigência de capital para cobertura dos riscos incorridos. A combinação desses fatores contribuiu para a elevação da razão entre o PR e os ativos ponderados pelo risco, reforçando a adequação de capital da

Instituição e mantendo margem prudencial compatível com seu perfil de risco e com as diretrizes estabelecidas no Plano de Capital, demonstrando sua capacidade de alavancar suas principais linhas de negócio.

6.7 Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de abril de 2026, foi aprovado o aumento do Capital Social em **R\$ 1.900,8 milhões**, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sendo **R\$ 1.523,1 milhões** da Reserva para Margem Operacional e **R\$ 377,7 milhões** da Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de **R\$ 13.238,2 milhões** para **R\$ 15.139,0 milhões**, representado por **98.700 ações ordinárias**, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

7 CAPITAL HUMANO

7.1 Relacionamento com Empregados

O Banco do Nordeste encerrou o primeiro semestre de 2026 com **6.986 empregados**, **66 Bolsistas de Nível Médio**, **696 Bolsistas de Nível Superior** e **396 Jovens Aprendiz**es. Dentre os 6.986 empregados, destaca-se

que a distribuição da força de trabalho por sexo é composta por aproximadamente **32% de mulheres** e **68% de homens**. No que se refere aos cargos de gestão principal, gestão intermediária e coordenação, observa-se que 27% dessas posições são ocupadas por mulheres, enquanto 73% são ocupadas por homens, conforme a tabela 44 a seguir.

A tabela 44 - Quantidade e Proporção de Mulheres por Categoria Funcional do Banco do Nordeste

Categoria Funcional	Mulheres		Homens		Total
	Quantidade	% do Total	Quantidade	% do Total	Quantidade
Diretoria Executiva	1	14,3%	6	85,7%	7
Gestão Principal	111	21,3%	410	78,7%	521
Gestão Intermediária	682	27,9%	1760	72,1%	2442
Coordenação	219	30,1%	509	69,9%	728
Funções Técnicas	919	38,7%	1455	61,3%	2374
Funções de Assessoria e Apoio	46	60,5%	30	39,5%	76
Não Comissionados	254	30,2%	586	69,8%	840
Contratados a Prazo Determinado	0	0,0%	5	100,0%	5
TOTAL	2232		4761		6993 ¹

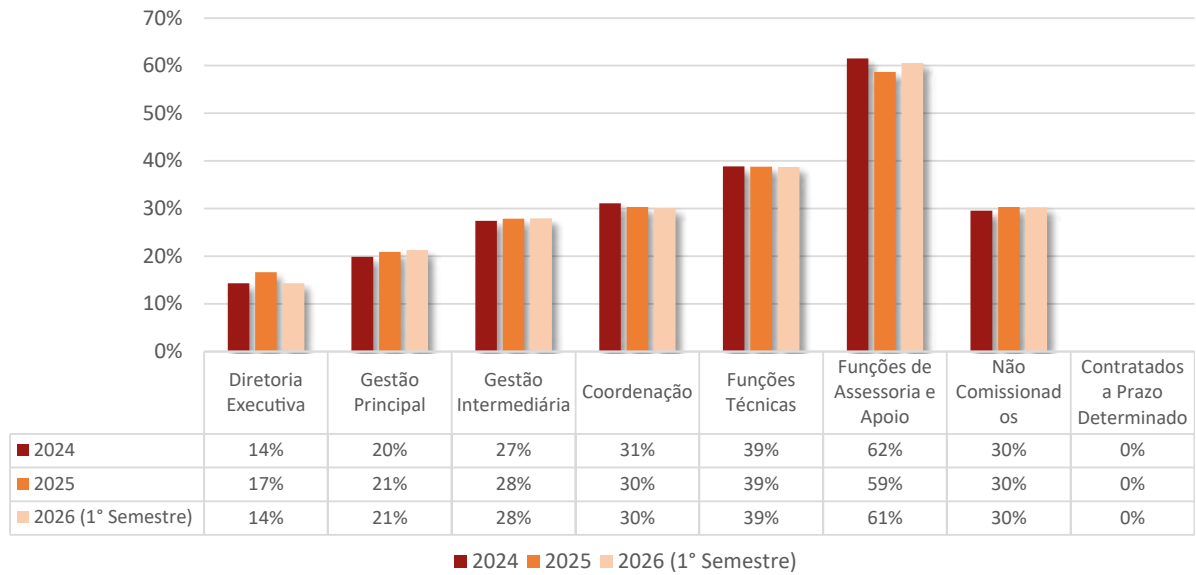
Nota 1: Em 30 de junho de 2026, o quadro de pessoal era composto por **6.986 empregados** e **7 membros da Diretoria Executiva**, totalizando **6.993 profissionais** vinculados à Instituição.

Fonte: Diretoria de Administração do Banco do Nordeste.

Como evidenciado no gráfico 19 a seguir, a participação feminina por categoria funcional manteve-se estável entre 2024 e o primeiro semestre de 2026, com destaque

para as Funções de Assessoria e Apoio, que registraram os maiores percentuais, registrando 61% de participação feminina no primeiro semestre de 2026.

Gráfico 19 - Histórico Percentual de Mulheres por Categoria Funcional.



Fonte: Diretoria de Administração do Banco do Nordeste.

Tabela 45 - salário-base médio por categoria funcional e gênero

Categoria Funcional	Salário-Base Médio 2025			Salário-Base Médio 1º Sem/2026		
	Mulheres (A)	Homens (B)	A/B	Mulheres (A)	Homens (B)	A/B
Diretoria Executiva-Presidente	-	58.804,48	-	-	62.247,52	-
Diretoria Executiva-Diretor	52.024,59	52.024,59	1,00	54.382,65	54.382,65	1,00
Gestão Principal	38.836,56	38.415,33	1,01	40.075,05	39.748,21	1,01
Gestão Intermediária	18.475,00	17.816,77	1,03	19.224,19	18.473,57	1,04
Coordenação	19.447,13	19.491,39	0,99	20.080,84	20.060,10	1,00
Funções Técnicas	15.625,16	14.739,97	1,06	16.173,18	15.211,34	1,06
Funções de Assessoria e Apoio	23.898,37	31.466,98	0,75	25.695,64	31.420,12	0,81
Não Comissionados	6.957,10	8.064,04	0,86	7.567,02	8.534,18	0,88
Contratados a Prazo Determinado	-	45.189,49	-	-	46.935,95	-
MÉDIA GERAL	25.037,70	31.779,23	0,79	26.171,22	33.001,52	0,79

Fonte: Diretoria de Administração do Banco do Nordeste.

Nota 1: Para esse indicador foi considerado o MAIOR salário mensal contratual pago em de jun/2026 em relação ao MENOR salário contratual mensal pago em jun/2026.

Tabela 46 - Remuneração Média por Categoria Funcional e Gênero

Categoria Funcional	Remuneração Média /2025			Remuneração Média 1º Sem/2026		
	Mulheres (A)	Homens (B)	A/B	Mulheres (A)	Homens (B)	A/B
Diretoria Executiva-Presidente	-	61.213,81	-	-	63.713,05	-
Diretoria Executiva-Diretor	53.677,59	54.305,08	0,99	57.227,00	57.251,68	1,00
Gestão Principal	39.473,74	38.983,08	1,01	40.768,25	40.365,64	1,01
Gestão Intermediária	19.937,43	19.268,59	1,03	20.649,54	20.070,25	1,03
Coordenação	20.803,05	20.976,70	0,99	21.443,12	21.745,62	0,99
Funções Técnicas	17.079,85	16.383,90	1,04	17.654,61	16.919,09	1,04
Funções de Assessoria e Apoio	24.653,25	33.597,33	0,73	26.622,62	32.851,63	0,81
Não Comissionados	8.904,64	10.341,41	0,86	9.877,15	11.540,38	0,86
Contratados a Prazo Determinado	-	45.189,49	-	-	46.935,95	-
MÉDIA GERAL	26.361,36	33.362,15	0,79	27.748,90	34.599,25	0,80

Fonte: Diretoria de Administração do Banco do Nordeste.

Nota 1: Para esse indicador foi considerado o MAIOR salário mensal contratual pago em dez/2025 em relação ao MENOR salário contratual mensal pago em dez/2025



As Tabelas 47 e 48 apresentam, respectivamente, a distribuição do salário médio e da remuneração média por gênero. A análise dos dados demonstra que as mulheres possuem salário base médio superior ao dos homens em todas as funções de gestão e coordenação. Em relação à remuneração média total, as mulheres recebem valores iguais ou superiores aos dos homens nas categorias funcionais de Funções Técnicas, Gestão Principal, Gestão Intermediária e Diretoria Executiva. Os resultados evidenciam um cenário de equilíbrio remuneratório e reforçam a presença feminina em posições estratégicas da organização.

Concurso Público, Movimentação Interna e Desenvolvimento de Carreira

No primeiro semestre de 2026, o Banco deu continuidade às convocações do concurso público para Analista Bancário realizado em 2024, efetuando **172 convocações**, o que resultou no esgotamento do cadastro de reserva e no cumprimento integral das condições previstas em edital, fortalecendo a capacidade operacional da Instituição. Paralelamente, por meio da plataforma “**Promova-se**”, foram conduzidos **301 processos de seleção interna**, ampliando as oportunidades de mobilidade, desenvolvimento profissional e progressão na carreira. Como resultado, 229 candidatos foram selecionados para atuação em 191 unidades, reforçando a valorização dos talentos internos e o fortalecimento das equipes em toda a organização.

Avanços na Gestão de Pessoas e Desenvolvimento Profissional

No primeiro semestre de 2026, o Banco modernizou sua gestão de pessoas com a implantação do **Novo ConverGENTE**, tornando a avaliação de desempenho mais simples, integrada e alinhada às necessidades dos usuários, além de fortalecer a gestão por resultados, competências, feedback e desenvolvimento contínuo. No mesmo período, avançou na estruturação do **Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)**, com a definição do modelo conceitual, metodológico e dos requisitos para integração ao sistema. Com implantação prevista para o segundo semestre de 2026, após o encerramento do ciclo avaliativo 2026.1, em setembro, o PDI ampliará o acompanhamento do desenvolvimento profissional e fortalecerá a preparação de talentos para os desafios estratégicos da organização.

Eficiência em Desenvolvimento Humano

Os esforços de **transformação digital** empreendidos pela área de Desenvolvimento Humano, por meio do Centro de Eficiência em Desenvolvimento Humano (CEDH), resultaram em avanços significativos materializados em **82 entregas concluídas no período**, voltadas à moder-

nização de sistemas, otimização de processos, mitigação de riscos, fortalecimento da gestão baseada em dados e ampliação da autonomia das áreas de negócio.

No primeiro semestre de 2026, o CEDH avançou na modernização da gestão de pessoas com a implantação de sistemas para avaliação de desempenho, processos trabalhistas, aprendizagem, saúde ocupacional e qualidade de vida, promovendo maior integração, simplificação e eficiência operacional. Também foram implementadas automações em processos de benefícios, substituições, férias, viagens e demandas trabalhistas, ampliando o controle e a padronização. Adicionalmente, o desenvolvimento de painéis, dashboards e novas funcionalidades fortaleceu a análise de dados, a tomada de decisão, a transparência, a governança e a autonomia das áreas gestoras, contribuindo para a evolução do Banco rumo a um modelo mais digital e orientado por dados.

Mesa Permanente de Negociação

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste manteve as reuniões da **Mesa Permanente de Negociação**, fortalecendo o diálogo com as entidades representativas dos trabalhadores e debatendo temas como Avaliação de Desempenho (Novo ConverGENTE), diversidade e inclusão, saúde e bem-estar, PLR, movimentação de empregados, funções em comissão e capacitação. Em **30 de junho de 2026**, a **Contraf-CUT** entregou a pauta de reivindicações da **Campanha Salarial dos Bancários 2026**, marcando o início das negociações para o próximo Acordo Coletivo de Trabalho. A atuação reforça o compromisso do Banco com a transparência, a negociação coletiva e o fortalecimento das relações institucionais com os representantes dos trabalhadores.

Saúde e Qualidade de Vida

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste ampliou as ações do Programa de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho, por meio do Hub de Bem, com iniciativas voltadas à saúde física, mental, educação financeira e bem-estar dos colaboradores. Entre os destaques, estiveram campanhas de prevenção, incentivo à atividade física, atendimento nutricional, vacinação e ações de conscientização. Na frente de saúde mental, o programa De Bem com Você Mesmo realizou mais de 2 mil atendimentos psicológicos e ações direcionadas a gestoras.

O período também registrou a inauguração da Sala de Amamentação no Centro Administrativo Getúlio Vargas e o fortalecimento de iniciativas para identificação e mitigação de riscos psicossociais, reforçando o compromisso institucional com saúde, inclusão e qualidade de vida no trabalho.



Os avanços promovidos pelo Hub de Bem contribuíram para o reconhecimento do Banco do Nordeste como uma das melhores empresas para trabalhar no país, com a conquista da certificação Great Place to Work (GPTW) em abril de 2026, reforçando o compromisso institucional com a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida dos empregados.

Segurança de Trabalho

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste fortaleceu as ações de saúde, segurança e bem-estar dos empregados por meio da SIPAT, de iniciativas do Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho e da atuação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e de Assédio (CIPA). Foram realizadas mais de 60 Avaliações Ergonômicas Preliminares (AEPs), que subsidiaram melhorias nas condições de trabalho e a atualização dos Programas de Gerenciamento de Riscos. O período também registrou a capacitação de mais de 200 brigadistas e o fortalecimento da formação dos membros da CIPA em prevenção de riscos, investigação de acidentes, saúde física e mental e combate ao assédio, reforçando a cultura de prevenção e o compromisso com ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis.

Diversidade, Equidade e Inclusão

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste fortaleceu sua agenda de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI) por meio de ações de sensibilização, educação, governança e reconhecimento. Entre os principais destaques estiveram a aprovação da Política de Diversidade, Equidade e Inclusão, a realização da 3ª edição do Prêmio Sarah Midauar, que reconhece trajetórias inspiradoras de mulheres em posições de liderança, a campanha Nosso Elo, voltada à valorização da diversidade sexual e de gênero, além da atualização do Censo da Diversidade e da implantação do Painel da Diversidade, ampliando a capacidade de monitoramento e gestão dos indicadores relacionados ao tema.

O período também foi marcado pela distribuição de cordões de crachá com símbolos representativos das diversidades e pela adesão à campanha do Instituto Banco Vermelho, reforçando o compromisso institucional com a inclusão, o respeito às diferenças e o enfrentamento à violência contra a mulher. Como reconhecimento pelos avanços alcançados, o Banco conquistou o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça, coordenado pelo Ministério das Mulheres, e o Selo Ouro/Premium de Equidade de Gênero e Inclusão, concedido pelo Governo do Estado do Ceará.

Premiações

Os resultados alcançados nas ações de saúde, bem-estar e qualidade de vida também obtiveram reconhecimento externo, com a indicação do Programa Hub de

Bem como finalista da 4ª edição do Prêmio Ser Humano, na categoria Desenvolvimento Humano.

Educação Corporativa

Por meio da **Universidade Corporativa**, no primeiro semestre de 2026 foram disponibilizadas **125 oportunidades em cursos de educação formal**, sendo 10 para Graduação e 115 para Especialização/MBA, para os funcionários do Banco, em universidades de renome no mercado. Além dessas, há 231 oportunidades em andamento. Com relação à educação profissional, no primeiro semestre de 2026 foram realizadas **29.596 oportunidades de treinamento**, das quais 7.104 (24%) no formato de treinamento externo/interno/*in company* e 22.492 (76%) ofertadas nas plataformas de educação à distância do Banco.

No primeiro semestre de 2026, a Universidade Corporativa do Banco do Nordeste promoveu ações de capacitação em temas relacionados à integridade, governança e gestão de riscos, abrangendo modalidades internas, *in company* e externas. Entre os temas abordados destacam-se Controles Internos, Gestão de Risco Operacional, Gestão da Integridade, Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Prevenção a Fraudes, Governança, Ética e Programa de Integridade, totalizando **3.166 oportunidades de capacitação** no período. Também foram ofertados conteúdos em áreas estratégicas como Inteligência Artificial, Governança Corporativa, Educação Financeira, Sustentabilidade, Liderança, Inovação, Crédito, Diversidade e Inclusão, Metodologias Ágeis, Gestão da Continuidade de Negócios e Transformação Digital.

O período também foi marcado pela realização do **Encontro de Administradores 2026**, realizado em março, com o tema “**Um banco para 60 milhões de pessoas**”. O evento representou o ponto de partida do Programa de Ação do Banco para o ano, celebrando os resultados alcançados no exercício anterior e promovendo debates sobre estratégias, desafios e oportunidades para os próximos anos, incluindo discussões sobre o uso da inteligência artificial como indutora do crescimento dos negócios.

A plataforma externa de educação à distância da Universidade Corporativa Banco do Nordeste, que oferece cursos para diversos stakeholders (partes interessadas) do Banco de forma inteiramente online e gratuita, conta hoje com **64 cursos disponíveis**, abordando temas como gestão ambiental, educação financeira, negociação, desenvolvimento territorial, entre outros. No primeiro semestre de 2026 foram realizadas **18.075 oportunidades de treinamentos**.

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste realizou a **3ª Feira da Educação**, promovendo debates sobre transformação dos negócios e investimentos em educação com a participação de instituições parceiras. A Universidade Corporativa também deu continuidade ao



Programa de Formação de Conselheiros das Estatais, em parceria com MGI, SEST e ENAP. Além disso, lançou o **Programa Cria Digital**, voltado ao desenvolvimento de soluções inovadoras com uso de **Inteligência Artificial** e ferramentas *low-code/no-code*, registrando **182 ideias cadastradas** e reforçando a cultura de inovação e transformação digital da Instituição.

No primeiro semestre de 2026, o Banco do Nordeste lançou os programas **Liderança Feminina** e **Liderança com Propósito**, com turmas em andamento, reforçando o desenvolvimento de lideranças alinhadas à estratégia institucional. O período também foi marcado pelo lançamento da nova plataforma de educação a distância, que disponibiliza **mais de 900 cursos** atualizados, em diversos idiomas e com recursos de **inteligência artificial** para personalização dos treinamentos. Além disso, seguem em execução os programas **Comunicação Eficaz e Feedback para Gestores Principais**, **Formação de Lideranças** e **Formação de Instrutores**, fortalecendo o desenvolvimento profissional dos empregados.

7.2 Assistência Médica e Previdenciária dos Funcionários do Banco do Nordeste

7.2.1 Camed Saúde

No primeiro semestre do exercício de 2026, a Camed Saúde registrou um **superávit de R\$ 51,1 milhões**, representando **91% superior ao mesmo período do ano de 2025** evidenciando um cenário de equilíbrio e eficiência na gestão econômico-financeira da instituição. Esse desempenho positivo foi influenciado, em grande medida, pela reversão da Provisão para Insuficiência de Contraprestação (PIC) realizada em maio de 2026, decorrente da adoção, pela Camed Saúde, de metodologia própria para apuração e reversão dessa provisão no exercício de 2026.

Destaca-se, ainda, o **crescimento de 5% no resultado de equivalência patrimonial decorrente da participação societária na Camed Corretora**, em comparação com o primeiro semestre de 2025. Esse desempenho evidencia a contribuição positiva do investimento para os resultados da Camed Saúde. A Camed vem ampliando a diversificação das fontes de geração de resultado e fortalecendo sua sustentabilidade econômico-financeira, ao complementar o desempenho operacional da operadora com receitas oriundas de investimentos estratégicos.

O **custeio assistencial**, principal saída de caixa da operadora, registrou crescimento de **14% no primeiro semestre de 2026** em relação ao mesmo período de 2025, refletindo a elevação das despesas assistenciais. Apesar desse aumento, os gastos realizados permaneceram em linha com o orçamento aprovado, com variação

de apenas **0,04%**. O resultado demonstra a consistência do planejamento orçamentário e a efetividade dos mecanismos de gestão adotados pela Camed. O acompanhamento contínuo dos custos, da utilização dos serviços e das condições da rede credenciada permitiu a adoção tempestiva de medidas gerenciais, contribuindo para a sustentabilidade econômico-financeira da operadora sem comprometer a qualidade da assistência prestada aos beneficiários.

Diante dos resultados apresentados, a Camed demonstra a efetividade de sua gestão na condução dos recursos assistenciais e financeiros, conciliando a evolução das despesas com a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da operadora. A aderência da execução ao orçamento, aliada ao desempenho das receitas financeiras e dos investimentos societários, evidencia a consistência das estratégias adotadas e a capacidade da Caixa de enfrentar aos desafios do setor de saúde suplementar, assegurando a continuidade da oferta de serviços com qualidade, segurança e sustentabilidade.

7.2.2 Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste

A Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef) é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar que, há mais de 59 anos, atua na promoção da segurança financeira e da qualidade de vida de seus participantes e beneficiários. Organizada sob a forma de entidade sem fins lucrativos, ocupa a **27ª posição** entre as entidades associadas à Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp), destacando-se como a **segunda maior entidade das regiões Norte e Nordeste em patrimônio administrado**.

A Capef possui certificação da Abrapp em Governança e Gestão de Investimentos, reconhecimento do seu compromisso permanente com as boas práticas de gestão, transparência, solidez institucional e sustentabilidade de longo prazo.

A Entidade administra três planos previdenciários, sendo dois **planos patrocinados** - o Plano de Benefício Definido (BD) e o Plano de Contribuição Variável (CV I) - e um **plano instituído**, o Plano Família.

Atualmente, os planos **CV I** e **Família** permanecem abertos para novas adesões. O Plano CV I é destinado aos empregados do Banco do Nordeste e da Capef, enquanto o Plano Família abrange participantes ativos e assistidos dos planos administrados pela Entidade, empregados do Banco do Nordeste, da Capef, da Camed e do Instituto Nordeste Cidadania (INEC), além de seus familiares até o terceiro grau de parentesco.

RESULTADOS DOS PLANOS

Posição de Referência Junho de 2026

01 PARTICIPANTES

PLANO BD		PLANO CVI	
 848 Participantes Ativos	14,1%	 6.351 Participantes Ativos	91,0%
 3.581 Assistidos	59,7%	 483 Assistidos	6,9%
 1.570 Pensionistas	26,2%	 104 Pensionistas	1,5%
 Total de participantes dos planos		 12.937	

02 ARRECADAÇÃO X BENEFÍCIOS PAGOS (Planos BD + CV I)

Arrecadação Previdenciária		Benefícios Pagos
Total arrecadado	X	Total pago
R\$ 335,3 milhões		R\$ 312,5 milhões
(Folhas mensais e 13º benefício)		

03 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

03 BENEFÍCIOS CONCEDIDOS			PLANO BD			PLANO CV I		
	Aposentadorias	87		Pensões	35		Aposentadorias	40
				Pecúlios	51		Pensões	5
				Pecúlios	7			
				Total de benefícios concedidos	225			

04 RENTABILIDADE

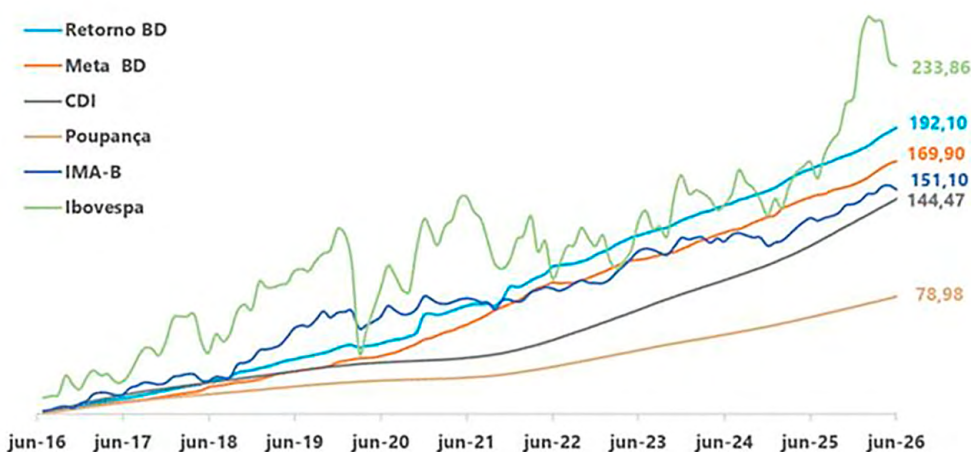
 PLANO BD	RENTABILIDADE ACUMULADA 6,11%	VS	META ATUARIAL 6,15% (IPCA + 5,00% a.a.)	 PLANO CV I	RENTABILIDADE ACUMULADA 6,41%	VS	META ATUARIAL 5,88% (IPCA + 5,00% a.a.)
--	--	-----------	--	--	--	-----------	--

Os resultados observados refletem a solidez da gestão dos investimentos e a adequada condução das estratégias definidas nas respectivas Políticas de Investimentos, em consonância com os objetivos previdenciários e atuariais de cada plano.

Sob a perspectiva de longo prazo, o desempenho dos investimentos demonstra consistência e aderência às metas estabelecidas. No horizonte dos últi-

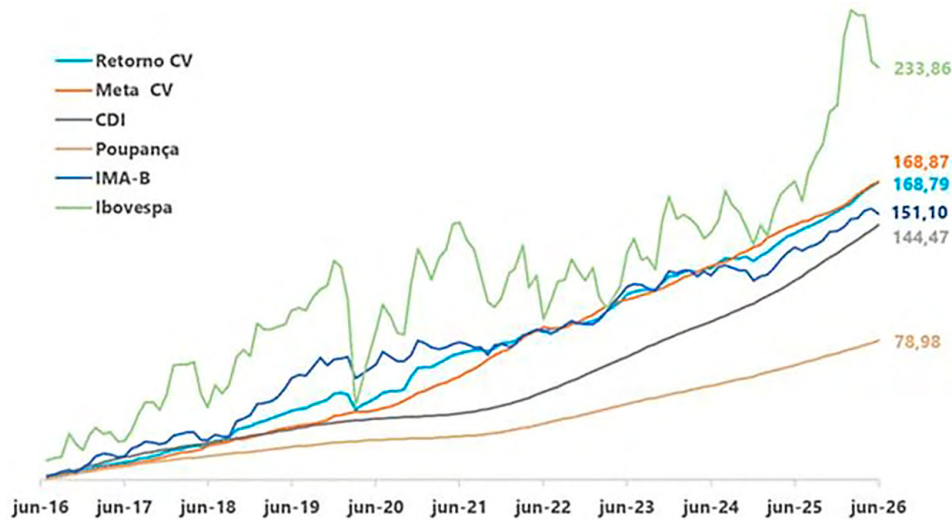
mos dez anos, o **Plano BD** acumulou rentabilidade superior à sua meta atuarial, enquanto o **Plano CV** apresentou desempenho alinhado ao objetivo atuarial do período. Esses resultados reforçam a efetividade da gestão dos recursos garantidores, contribuindo para a sustentabilidade dos planos e para a segurança dos compromissos assumidos com participantes e assistidos.

Gráfico 20 - Rentabilidade acumulada do Plano BD (últimos 10 anos)



Fonte: Capef

Gráfico 21 - rentabilidade acumulada do plano CV I (últimos 10 anos)



Fonte: Cipef

8 RELACIONAMENTO COM CLIENTES

8.1 Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão (CRCIC)

O Centro de Relacionamento com Clientes e de Informação ao Cidadão realizou 4.869.503 atendimentos em 2026, a seguir discriminados:



Destaca-se que o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), criado pela Lei de Acesso à Informação, presta atendimento por transparência ativa (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao>) e transparência passiva (disponível em <http://www.bnb.gov.br/acesso-a-informacao/servico-de-informacao-ao-cidadao-sic>).

8.2 Ouvidoria

A Ouvidoria do Banco do Nordeste busca, continuamente, ser reconhecida como indutora da excelência no atendimento à sociedade, estabelecendo parcerias na promoção de melhorias nos processos,

produtos e serviços e permanecer com o reconhecimento pela sociedade, principalmente com relação a prazo e qualidade das repostas às demandas recepcionadas.



Em junho, a Ouvidoria promoveu o III Encontro de Ouvidores - BNB e Entidades Coligadas, com foco no fortalecimento do papel estratégico das ouvidorias e na geração de resultados para as instituições. O evento reuniu representantes de diversas áreas e entidades parceiras para compartilhar experiências, práticas e avanços registrados ao longo do ano passado e de 2026.

A Ouvidoria do Banco do Nordeste palestrou no I **Seminário Internacional de Ouvidorias**, realizado entre os dias 23 e 25 de junho, promovido pela Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Rede Nacional de Ouvidorias (RENOUV) e o Ministério da Igualdade Racial, o evento reuniu especialistas nacionais e internacionais para discutir o papel estratégico das ouvidorias na transformação da escuta do cidadão em melhorias concretas na gestão pública.

Ainda, em março de 2026, a Ouvidoria conquistou, mais uma vez, o Programa de Ação, referente ao grupoamento Superintendência Dirge - Conformidade, Controle e Risco, conquista esta, que reflete o empenho, esforço e dedicação desta Superintendência em alcançar suas metas e objetivos.

Objetivando otimizar os processos internos e melhorar o atendimento à sociedade, estão previstos para o próximo semestre, os seguintes desafios: Mensuração dos Benefícios (Financeiros/Não Financeiros) das PDMs, Evolução da BEC - Base Estruturada de Conhecimento com inclusão da Linguagem Simples, e Aprimoramento da declaração de "Visão" da Ouvidoria do Banco do Nordeste, de modo a ampliar o foco estratégico da unidade em conexão, sobretudo, com as tendências do mercado e os avanços tecnológicos que permeiam o ambiente de atuação do Banco do Nordeste.



9 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Governança no setor público é compreendida como “um conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade” (disponível em: [Governança | Portal TCU](#)).

A estrutura de governança corporativa do Banco do Nordeste, definida em seu Estatuto Social, está alinhada às melhores práticas de mercado, na medida em que fortalece o processo decisório e a dinâmica administrativa e operacional da empresa. A estrutura possui órgãos que visam avaliar, direcionar e monitorar a sua gestão, como o Conselho de Administração, assessorado pelo Comitê de Auditoria, Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e pelo Comitê de Inovação e Estratégia Digital; a Auditoria Interna e a Ouvidoria; a Diretoria Executiva e uma Comissão de Ética.

O Comitê de Inovação e Estratégia Digital, criado em 2025, consolida-se como instância relevante de assessoramento ao Conselho de Administração, contribuindo para o fortalecimento das práticas de governança do Banco nos temas relacionados à inovação, transformação digital e tecnologia da informação. Sua atuação técnica e especializada tem permitido ao Banco aprimorar o acompanhamento de seus planos estratégicos e apoiar a tomada de decisões em matérias cada vez mais críticas ao negócio, em especial aquelas vinculadas ao uso de tecnologias emergentes, à governança de dados e à evolução do ambiente digital. Além disso, o Comitê contribui para a disseminação de uma cultura organizacional orientada à inovação e à transformação digital.

O Banco também conta em sua estrutura de governança com o Conselho Fiscal, órgão responsável por fiscalizar e acompanhar os atos dos administradores da companhia, e pela verificação do cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, atuando com base nos princípios da transparência, da equidade e da prestação de contas, contribuir para o aprimoramento do desempenho da empresa.

Além do Estatuto Social, o Banco dispõe de Regimentos Internos que orientam as ações e práticas dos colegiados estatutários, assegurando coerência com os demais normativos internos e com a legislação vigente. Essa arquitetura institucional reforça o compromisso do BNB com a transparência, a responsabilidade corporativa e a sustentabilidade de suas operações.

Além dos documentos já mencionados, o Banco do Nordeste possui um **Código de Conduta Ética e Integridade**, disponibilizado no Portal do Banco na Internet o [Código de Conduta Ética e Integridade do Banco do Nordeste](#)

que se destaca por ser o principal instrumento orientador da ética empresarial na Instituição, em consonância com os valores de acesso e transparência das informações.

Ainda nesse contexto, o Banco possui uma **Política de Integridade e Ética** que consiste no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. Referida Política pode ser acessada através do [link](#) a seguir: [Política de Integridade e Ética do Banco do Nordeste](#).

Atualmente, o Banco dispõe de um retrato mais fiel de seu corpo funcional por meio do Censo da Diversidade, iniciativa que integra o conjunto de ações do Plano PróDiversidade, Equidade e Inclusão do Banco do Nordeste. O Censo tem como objetivo coletar e divulgar informações autodeclaradas sobre administradores e empregados, contemplando aspectos como identidade de gênero, raça/cor, faixa etária, entre outros indicadores de diversidade. Nessa perspectiva, constitui importante instrumento institucional para subsidiar o planejamento e a implementação de ações afirmativas de forma mais efetiva, reforçando o compromisso da Instituição com a promoção da diversidade, equidade e inclusão.

O Banco mantém oferta contínua de capacitação aos seus administradores, por meio de treinamentos presenciais e na modalidade à distância, abrangendo temas relevantes à legislação societária e de mercado de capitais, divulgação de informações, controles internos, código de conduta, integridade e demais tópicos correlatos. As ações educacionais são estruturadas com vistas ao atendimento ao disposto na Lei nº 13.303/2016, bem como ao fortalecimento da atuação dos administradores, contribuindo para o aprimoramento contínuo das práticas de governança da Instituição.

Ademais, a política de tomada de decisões acontece de modo colegiado em todas as unidades com o propósito de assegurar o fortalecimento e proporcionar maior segurança à governança. Para tanto, são utilizados comitês e comissões, que visam mitigar riscos associados ao processo de tomada de decisão. O Banco dispõe, ainda, de mecanismos de gestão que adotam as melhores práticas de Governança Corporativa, garantindo efetividade e independência na gestão dos riscos e controles internos e *compliance*. Mais informações sobre Governança no Banco do Nordeste podem ser consultadas no Portal do Banco na Internet no endereço a seguir: [Governança, Transparência e Ética](#).

10 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

10.1 Gestão de Riscos

Banco do Nordeste adota uma Política Corporativa de Gestão de Riscos voltada à gestão contínua, integrada e prudente dos riscos considerados relevantes para a instituição, estabelecendo diretrizes e estratégias compatíveis com o nível de apetite a riscos, a natureza das operações, a complexidade dos processos e os objetivos estratégicos do Banco.

A **Declaração de Apetite por Riscos (RAS)** estabelece os tipos e os níveis de riscos que o Banco está disposto a assumir para o alcance de seus objetivos estratégicos, considerando o ambiente regulatório, as condições de competitividade, sua capacidade de gerenciamento de riscos e os riscos inerentes às atividades desenvolvidas.

Em fevereiro de 2026, o Banco promoveu a atualização da RAS, reforçando o alinhamento entre a gestão de riscos, a estratégia corporativa e a gestão de capital. A revisão aprimorou o monitoramento dos riscos relevantes e de seus respectivos indicadores, consolidando seu acompanhamento por meio de parâmetros quantitativos e qualitativos e fortalecendo a efetividade do processo de gestão de riscos.

A atualização reafirmou o perfil conservador do Banco do Nordeste e manteve os limites de exposição compatíveis com sua missão institucional, seu modelo de negócios e a adequada relação entre risco, retorno e capital, reforçando a solidez de sua estrutura de governança e gestão de riscos.

O exercício de 2026 corresponde ao segundo ano de aplicação da Resolução **CMN nº 4.966/2021**, marco regulatório que introduziu a adoção do conceito de perdas esperadas associadas ao risco de crédito e promoveu mudanças relevantes na classificação, mensuração, reconhecimento e evidência dos instrumentos financeiros pelas instituições autorizadas a funcionar pelo **Banco Central do Brasil**. A fase inicial de implementação, caracterizada pela adequação de processos, sistemas, metodologias e rotinas contábeis, desdobrou em um período de consolidação nos procedimentos adotados e no fortalecimento dos mecanismos de governança, monitoramento e gestão integrada dos riscos, refletindo maior maturidade institucional na aplicação do novo modelo regulatório.

Nesse contexto, o Banco do Nordeste deu continuidade às iniciativas relacionadas à Resolução **CMN nº 4.966/2021**, com foco na estabilização dos processos implementados, no aprimoramento das metodologias de mensuração das perdas esperadas, na qualificação das

informações utilizadas nos modelos e no fortalecimento dos controles internos associados à apuração da provisão. As ações conduzidas ao longo desse período reforçaram a capacidade institucional de avaliar, de forma recorrente, tempestiva e prospectiva, os riscos inerentes à carteira de crédito, contribuindo para maior consistência das informações gerenciais e contábeis, bem como para o aperfeiçoamento contínuo da tomada de decisão, o que fortalece fortalecendo a eficiência da gestão do ciclo de crédito, desde a contratação das operações até o monitoramento, a recuperação e a mitigação dos riscos associados à carteira.

No primeiro semestre de 2026, foram registrados eventos relevantes relacionados ao Risco Operacional, com destaque para o incidente de fraude externa mediante ataque cibernético ao arranjo de pagamento **PIX** em **JAN/26**, que resultou numa **perda de R\$ 292 milhões**, dos quais **R\$ 148 milhões foram recuperados até JUN/26**; e a constituição de **provisão de R\$ 309 milhões** em processos da vara cível cuja **classificação de risco foi elevada para “provável” em ABR/2026**. Trata-se de eventos excepcionais, de caráter não recorrente, que refletirão diretamente o resultado do **RWAOPAD** a ser apurado no segundo semestre de 2026.

Em 2026, permaneceram em andamento as ações destinadas à adequação do Banco à **Resolução BCB nº 470/2025**, que estabelece os procedimentos para cálculo do valor diário da parcela relativa às sensibilidades dos instrumentos sujeitos ao risco de mercado (**RWASENS**). As iniciativas visam assegurar a conformidade regulatória e a plena implementação dos requisitos normativos, cuja observância passará a ser obrigatória a partir de **1º de janeiro de 2027**.

Houve avanços na automatização e no aprimoramento dos mecanismos de monitoramento dos indicadores de riscos considerados relevantes na Declaração de Apetite por Riscos, ampliando a tempestividade do acompanhamento e a capacidade preventiva da instituição na identificação de potenciais desvios em relação aos níveis estabelecidos.

No primeiro semestre de 2026, a Instituição avançou no aprimoramento de seus modelos de avaliação de risco de crédito, com entregas voltadas à atualização metodológica, à ampliação da cobertura dos diferentes segmentos de clientes e ao alinhamento com a estrutura de alçadas decisórias vigente. Entre as principais realizações, destacam-se a calibração de modelos existentes, o desenvolvimento de novas soluções para pessoas físicas e jurídicas, a incorporação de recomendações decorren-

tes dos processos de validação e o aperfeiçoamento das métricas de desempenho e estabilidade.

As iniciativas reforçaram a capacidade de identificação e diferenciação do risco, contribuindo para decisões de crédito mais consistentes, maior aderência ao apetite a riscos e fortalecimento da governança do ciclo de vida dos modelos. A Instituição também manteve a evolução de estudos relacionados à perda esperada, custos de recuperação, baixa de ativos, exposição em caso de inadimplência e outros parâmetros prudenciais, em linha com o processo contínuo de aprimoramento da gestão de riscos e da conformidade regulatória.

Quanto à gestão dos riscos social, ambiental e climático, o Banco divulgou em seu sítio eletrônico o Relatório de Gerenciamento de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC), ampliando a transparência das informações relacionadas à gestão desses riscos e às oportunidades associadas à sustentabilidade. Adicionalmente, estão sendo conduzidas ações de revisão do **Documento de Risco Social, Ambiental e Climático (DRSAC)**, com vistas à atualização de suas diretrizes, metodologias, critérios de avaliação e procedimentos operacionais, fortalecendo sua integração aos processos de concessão de crédito, monitoramento das operações, gerenciamento integrado de riscos e conformidade regulatória.

Por fim, é importante destacar que os níveis de exposição aos riscos definidos na Declaração de Apetite por Riscos continuaram sendo monitorados e reportados regularmente à Diretoria Executiva, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração, contribuindo para a manutenção da adequada relação entre risco e retorno e para o fortalecimento da governança corporativa. Os resultados observados no primeiro semestre de 2026 demonstram a resiliência

e a capacidade da instituição de gerenciar seus riscos em ambiente econômico e regulatório cada vez mais dinâmico e complexo.

Outras informações sobre a estrutura de Gestão de Riscos do Banco do Nordeste encontram-se disponíveis em <https://www.bnb.gov.br/relatorios-de-gestao-de-riscos>.

10.2 Controles Internos

O Sistema de Controles Internos (SCI) do Banco do Nordeste está fundamentado em política corporativa que define seus objetivos, princípios, diretrizes e responsabilidades, em compatibilidade com o porte, a complexidade, o perfil de riscos e o modelo de negócios da Instituição.

O SCI é composto por políticas, procedimentos, estruturas organizacionais e atividades de supervisão, monitoramento e controle, voltados a assegurar a legalidade, a legitimidade, a economicidade e a transparência na aplicação dos recursos, bem como a contribuir para o alcance dos objetivos institucionais com eficiência, eficácia e integridade.

O sistema apoia a identificação, a avaliação, o tratamento e o monitoramento dos riscos inerentes às atividades da Instituição, contribuindo para a proteção dos ativos, a confiabilidade das informações, a conformidade com normas internas e externas e a prevenção de perdas e irregularidades.

O Banco adota o Modelo das Três Linhas, que organiza a gestão de riscos, os controles internos e a governança corporativa por meio de papéis definidos e complementares. Esse modelo favorece a segregação de funções, a prestação de contas, a transparência e a independência das avaliações.

Figura 10 - Modelo de Linhas de Gerenciamento Eficaz de Riscos e Controles



Fonte: Banco do Nordeste - Diretoria de Controle e Risco

A primeira linha é composta pelas áreas de negócio e de suporte, responsáveis pela execução das atividades e pelo gerenciamento direto dos riscos. A segunda linha reúne as funções de gestão de riscos, controles internos e compliance, responsáveis por

orientar, monitorar e avaliar a gestão desses riscos. A terceira linha, representada pela Auditoria Interna, realiza avaliações independentes sobre a adequação e a efetividade da governança, da gestão de riscos e dos controles internos.

As unidades que integram a Estrutura de Controles Internos atuam de forma coordenada para:

1. manter os riscos de processos, produtos, serviços e sistemas dentro dos limites estabelecidos;
2. avaliar a aderência ao arcabouço legal, normativo e ético aplicável;
3. assegurar a qualidade e a integridade das informações utilizadas na tomada de decisão;
4. contribuir para a eficiência operacional; e
5. monitorar a exposição a riscos relevantes, inclusive em cenários de estresse.

A atuação integrada das três linhas, associada ao comprometimento da Alta Administração, fortalece a efetividade do SCI e contribui para sua evolução contínua no Banco do Nordeste.

No âmbito da segunda linha, o Ambiente de Controles Internos e Compliance (ACIC) atua de forma segregada das áreas executoras, realizando atividades de supervisão de controles internos e de compliance aplicáveis aos processos, produtos e serviços da Instituição. Essas atividades incluem a apuração de indicadores e a elaboração de relatórios destinados à governança e aos órgãos de controle.

Para assegurar cobertura adequada dos processos relevantes, o ACIC executa o Plano Anual de Atividades de Controles Internos e Compliance (PACIC), com avaliações baseadas em risco, alinhadas ao apetite a riscos

da Instituição e às expectativas dos órgãos reguladores e de supervisão.

No primeiro semestre de 2026, o ACIC realizou **549 trabalhos e testes**. Desse total, 516 foram aplicados junto às unidades executoras – Agências, Centrais de Crédito, Desembolso de Financiamentos, Renegociação de Dívidas e Escritórios – com o objetivo de verificar a aderência das operações aos normativos internos. O resultado foi um Índice de Conformidade (IC) de **97,55%**.

O ACIC acompanha, ainda, recomendações decorrentes de avaliações realizadas pelas unidades de segunda linha e pela auditoria independente. No primeiro semestre de 2026, foram registradas **97 novas recomendações e 90 tiveram seu atendimento concluído**. Ao final do período, **116 recomendações permaneciam em acompanhamento**, com planos de ação monitorados pelas instâncias responsáveis.



Essas atividades contribuem para o fortalecimento da governança corporativa, o aprimoramento dos processos institucionais, a mitigação de riscos e a manutenção da conformidade com normas legais, regulamentares e internas, em alinhamento à Política de Controles Internos e às melhores práticas de mercado.

Comentário do Desempenho



Notas Explicativas

Nota 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (Banco) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1.649, de 19.07.1952, organizado sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, com matriz localizada na Avenida Dr. Silas Munguba, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil, controlado pela União Federal e tem por missão: "Atuar como o Banco de desenvolvimento sustentável da Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Espírito Santo". O Banco está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras classificadas como Banco Múltiplo. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (Finor) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). As obrigações assumidas pelo Banco para atender interesse público estão demonstradas nas Notas Explicativas 10.a.6 e 13.a.1. O Banco possui o maior programa de microfinanças da América Latina, consolidado por meio do Crediamigo e do Agroamigo, que facilita o acesso ao crédito a pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços, nas áreas urbana e rural. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas, bem como de parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Nota 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Informações Trimestrais (ITR)

As Informações Trimestrais (ITR) foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen ou BCB) e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As contas do Ativo e do Passivo do Balanço Patrimonial estão sendo apresentadas exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade, conforme faculta a Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020. A segregação entre circulante e não circulante é objeto de divulgação nas Notas Explicativas.

As Informações Trimestrais (ITR) foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional, porquanto a administração avalia que o Banco possui recursos suficientes para continuar operando no cumprimento de sua missão e objeto social, inexistindo incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre essa capacidade de continuar operando normalmente.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo CMN e BCB como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN e BCB, estão observados nestas Informações Trimestrais (ITR), conforme abaixo:

- CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 02 (R2) – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 91, de 20.05.2022);
- CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020, Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 04 (R1) - Ativo Intangível (Resolução CMN nº 4.534, de 24.11.2016);
- CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);
- CPC 06 (R2) – Arrendamentos (Resolução CMN nº 4.975, de 16.12.2021 e Resolução CVM nº 95, de 20.05.2022);
- CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (Resolução CVM nº 199, de 09.02.2024);
- CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações (Resolução CMN nº 3.989, de 30.06.2011);
- CPC 12 (R1) – Ajuste a Valor Presente (Resoluções CVM nº 190, de 09.10.2023 e nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 22 – Informações por Segmento (Resolução CVM nº 103, de 20.05.2022);
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021);
- CPC 24 – Evento Subsequente (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020 e Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020);

Notas Explicativas

- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (Resolução CVM nº 106, de 20.05.2022);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Resolução CMN nº 4.535, de 24.11.2016);
- CPC 28 – Propriedade para Investimento (Resolução CMN nº 4.967, de 25.11.2021);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Resolução CVM nº 109, de 20.05.2022);
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados (Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020);
- CPC 41 – Resultado por Ação (Resolução CMN nº 4.818, de 29.05.2020, Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 242, de 13.04.2026);
- CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021); e
- CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (Resolução CMN nº 4.924, de 24.06.2021)

Nota 3 - Resumo das Políticas Contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas ao período apresentado nas Informações Trimestrais (ITR).

a) Moeda Funcional

A moeda funcional e de apresentação das Informações Trimestrais (ITR) do Banco é o Real.

Os Ativos e Passivos em moeda estrangeira são registrados à taxa de câmbio em vigor na data da transação, permanecendo os Ativos não monetários ao custo histórico.

Ao final de cada mês, os Ativos e Passivos monetários em moeda estrangeira são atualizados pela taxa de câmbio de fechamento, sendo as variações reconhecidas no resultado.

b) Critérios de Reconhecimento dos Resultados

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério *pro rata temporis*.

c) Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Correspondem aos saldos de disponibilidades, acrescidos das aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias da data de aplicação, e que apresentam risco insignificante de variações no valor de mercado.

d) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

l) Classificação

O Banco classifica seus Ativos e Passivos Financeiros considerando os modelos de negócios para geri-los, associados com as respectivas características de fluxo de caixa contratual, conforme a seguir:

a) Ativos Financeiros:

a.1) Ao Valor Justo no Resultado (“VJR”):

- cujo objetivo seja vendê-los antes de seus respectivos vencimentos, mas que não contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamento de principal + encargos em datas previamente estabelecidas; ou, que sejam classificados como Instrumentos Financeiros Derivativos.

a.2) Ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

- cujo objetivo seja tanto mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso), como vendê-los antes de seus respectivos vencimentos; e,

- contemplem esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

a.3) Ao Custo Amortizado (“CA”), que atendam, cumulativamente, às duas condições seguintes:

Notas Explicativas

- cujo objetivo seja mantê-los em carteira para recebimento de seus fluxos de caixa contratuais (principal + encargos) nas datas efetivamente pactuadas com o cliente (esquema de reembolso); e,
- contemplem os esquemas de reembolso que prevejam pagamentos de principal + encargos em datas previamente estabelecidas.

b) Passivos Financeiros:

b.1) Ao Custo Amortizado (“CA”), excetuando-se os que forem objeto da opção irrevogável, quanto a serem mensurados a VJR; e

b.2) Valor Justo no Resultado (“VJR”) os Passivos decorrentes de Instrumentos Financeiros Derivativos.

II) Reclassificação

O Banco somente reclassifica os Ativos Financeiros na hipótese de mudanças em seus modelos de negócios para geri-los e, em nenhuma hipótese, reclassifica os seus Passivos Financeiros.

III) Taxa de Juros Efetiva (“TJE”)

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do Ativo ou Passivo Financeiro ao valor contábil bruto de um Ativo Financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um Passivo Financeiro.

Ativos e Passivos financeiros classificados e mensurados ao (“CA”), referentes a operações iniciadas a partir de janeiro de 2025, foram reconhecidos pelo método da taxa efetiva de juros. As operações de crédito originadas até 31.12.2024, continuaram a ser reconhecidas pela taxa contratual, pela vigência dos respectivos contratos, exceto se renegociadas/reestruturadas a partir de 01 de janeiro de 2025.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do Ativo Financeiro.

Referente às operações de crédito classificadas na categoria (“CA”), para a apropriação de receitas e despesas relativas aos custos de transação e demais valores recebidos na originação ou na emissão do instrumento financeiro, é utilizada a metodologia [diferenciada linear] de apropriação às receitas contratuais.

Em razão das operações ativas e passivas do Banco, os seguintes custos de transação/originação e tarifas/comissões compõem a formação da TJE, uma vez que se referem a custos diretamente atribuíveis à emissão do instrumento financeiro:

- Taxa de Abertura de Crédito (TAC) e Comissão de Estruturação (incidentes na originação de operações de crédito ativas); e
- Taxa Flat (incidente na liberação de recursos de operações passivas junto ao BNDES).

IV) Classificação do Risco da Carteira de Crédito

i - Carteira 1 (C1):

- a) créditos garantidos por alienação fiduciária de imóveis; e
- b) créditos com garantia fidejussória da União, de governos centrais de jurisdições estrangeiras e respectivos bancos centrais ou organismos multilaterais e entidades multilaterais de desenvolvimento;

ii - Carteira 2 (C2):

- a) créditos de arrendamento mercantil, nos termos do disposto na Lei nº 6.099, de 12 de setembro de 1974;
- b) créditos garantidos por hipoteca de primeiro grau de imóveis residenciais, por penhor de bens móveis ou imóveis ou por alienação fiduciária de bens móveis;
- c) créditos garantidos por depósitos à vista, a prazo ou de poupança;
- d) créditos decorrentes de ativos financeiros emitidos por ente público federal ou por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- e) créditos com garantia fidejussória de instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil;
- f) créditos com cobertura de seguro de crédito emitido por entidade que não seja parte relacionada da instituição, nos termos da Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020;

iii - Carteira 3 (C3):

- a) créditos decorrentes de operações de desconto de direitos creditórios, inclusive recebíveis comerciais adquiridos e operações formalizadas como aquisição de recebíveis comerciais de pessoa não integrante

Notas Explicativas

do Sistema Financeiro Nacional e nas quais a mesma pessoa seja devedora solidária ou subsidiária dos recebíveis;

b) créditos decorrentes de operações garantidas por cessão fiduciária, caução de direitos creditórios ou penhor de direitos creditórios; e

c) créditos com cobertura de seguro de crédito, garantia real ou garantia fidejussória não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput;

iv - Carteira 4 (C4):

a) créditos para capital de giro, adiantamentos sobre contratos de câmbio, adiantamentos sobre cambiais entregues, debêntures e demais títulos emitidos por empresas privadas, sem garantias ou colaterais; e

b) operações de crédito rural sem garantias ou colaterais destinadas a investimentos; ou

v - Carteira 5 (C5):

a) operações de crédito pessoal, com ou sem consignação, crédito direto ao consumidor, crédito rural não abrangido pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput e crédito na modalidade rotativo sem garantias ou colaterais;

b) créditos sem garantias ou colaterais não abrangidos pelas hipóteses previstas no inciso IV do caput; e

c) créditos decorrentes de operações mercantis e outras operações com características de concessão de crédito não abrangidos pelas hipóteses previstas nos incisos I a IV do caput.

Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

O Banco adota a metodologia completa para cálculo da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito, observando-se os seguintes critérios:

- são consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definido pela Resolução BCB nº 352, artigo 76, para operações adimplidas e inadimplidas, inclusive. A citada Resolução não dispensa às Instituições Financeiras obrigadas à aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais ali definidos.

- são consideradas, ainda, as expectativas de eventos futuros e condições econômicas, além de evidências objetivas de perda no valor recuperável dos Ativos. Isso ocorre como resultado de um ou mais eventos de perda ocorridos após o reconhecimento inicial dos Ativos, os quais impactam negativamente os fluxos de caixa futuros previstos do Ativo, podendo ser estimados de forma confiável.

O Banco não reconhece os juros a partir do momento que a Administração entende que o reconhecimento da receita não seja provável, em função de significativa incerteza de recebimento futuro, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 90 dias de atraso.

V) Baixa do Ativo Financeiro

O Banco procede à baixa de um Ativo Financeiro se:

- os direitos contratuais ao fluxo de caixa do Ativo expirarem; ou

- o Ativo Financeiro for transferido e a transferência se qualificar para a baixa.

Conforme modelo de avaliação instituído pelo Banco, o período de reconhecimento de não-recuperação do valor de um Ativo foi definido em 19 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C3, C4 e C5, conforme a tabela de perda incorrida, sendo 18 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo, e em 25 meses após o início do atraso para os instrumentos de crédito enquadrados nas Carteiras C1 e C2, sendo 24 meses de atraso mais 1 mês até o lançamento em prejuízo.

VI) Mensuração do Valor Justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

A mensuração dos valores justos de Ativos e Passivos Financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de agentes de mercado para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se técnicas de avaliação. As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor líquido presente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado, e modelos de avaliação. O Banco utiliza métodos de avaliação amplamente reconhecidos para determinar o valor justo de instrumentos financeiros, conforme modelo de negócios, levando em consideração dados observáveis no mercado. Para instrumentos financeiros mais complexos, o Banco utiliza modelos exclusivos, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos no mercado, conforme determinado em política ou manual de marcação. Alguns

Notas Explicativas

ou todos os dados inseridos nesses modelos podem não ser observáveis no mercado, e são derivados de preços ou taxas de mercado ou são estimados com base em premissas.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de mensuração do valor justo descrita a seguir:

Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para Ativos e Passivos idênticos.

Nível 2: Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o Ativo ou Passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: Inputs, para o Ativo ou Passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco no mercado de derivativos restringe-se a operações de swap, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captação no Exterior, o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos para proteção total dos valores de captação e correspondentes juros devidos, classificados segundo a sua natureza em hedge de risco de mercado.

O principal protegido acrescido dos juros devidos é demonstrado pelo valor de mercado, sendo a variação no valor de mercado registrada como parte de seu valor contábil e reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela B3 S.A.

Os contratos de câmbio, são considerados instrumentos financeiros derivativos, sendo contabilizados pelo valor justo com reconhecimento de variações diretamente no resultado do período.

f) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustado por provisão para perdas, quando aplicável.

g) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Estão registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados nas categorias ("VJR"), ("VJORA") e ("C.A").

Os Títulos e Valores Mobiliários sujeitos ao valor justo, seja pela coleta de preços no mercado, seja por modelo de precificação interna, estão sob a influência de vários fatores, dentre eles: taxas de juros, variação cambial, rating e liquidez dos títulos, e cenários políticos, econômicos e sanitários. Todos esses e outros fatores impactam o custo de oportunidade desses ativos, afetando os valores com que são negociados no mercado secundário, ou as taxas de desconto a valor presente utilizadas nas metodologias de precificação interna (precificação pelo fluxo de caixa descontado).

h) Outros Valores e Bens

Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda correspondentes a imóveis, veículos e outros bens (próprios desativados, recebidos em dação de pagamento ou oriundos de execução de garantias). Esses bens são ajustados a valor justo, de acordo com as normas vigentes.

As Despesas Antecipadas referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os exercícios seguintes. As despesas antecipadas são registradas pelo custo e amortizadas à medida da realização dos serviços ou geração dos benefícios.

i) Propriedade para Investimento, Imobilizado e intangível

Propriedade para Investimento: avaliada pelo custo, deduzido da respectiva depreciação.

Imobilizado de Uso: avaliado pelo custo de aquisição, deduzido das perdas decorrentes de redução ao valor recuperável (se houver) e da respectiva depreciação, que está calculada pelo método linear, a partir

Notas Explicativas

do momento de disponibilidade do ativo para uso, considerando a vida útil estimada dos bens: Edificações e Instalações – 40 a 60 anos; Móveis e Utensílios – 10 a 45 anos; Máquinas e Equipamentos – 15 a 35 anos; Aeronaves – 20 anos; e Veículos (automóveis, tratores e bicicletas) – 10 a 30 anos. Terrenos não são depreciados. O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais são revisados a cada ano. Intangível: corresponde a ativos não monetários identificáveis, sem substâncias físicas, adquiridos ou desenvolvidos internamente e destinados à manutenção das atividades do Banco.

j) Redução ao Valor Recuperável de Ativos

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes e dos ativos financeiros que tem modelo de negócios definido como venda e como coletar fluxos de caixa são revistos, no mínimo, ao fim de cada exercício de relatório, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

k) Depósitos e Captações no Mercado Aberto

São reconhecidos pelos valores das exigibilidades, sendo os encargos exigíveis, quando cabíveis, registrados com base no critério pro rata die.

l) Dívidas Subordinadas

Estão registradas pelo custo amortizado, atualizadas pela taxa extramercado, divulgada pelo Bacen, quando os recursos estão disponíveis, e, quando aplicados, pelos encargos pactuados com os mutuários.

m) Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e dos passivos contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, recepcionado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16.12.2009.

As provisões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outras causas são reconhecidas contabilmente quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial, reavaliados por ocasião de movimentações processuais e atualizados monetariamente a cada mês.

A avaliação da provisão e do passivo contingente, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota, exceto nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Cíveis, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego e, a partir de maio de 2025, nos processos com estimativa de perda financeira inferior a R\$ 1 milhão, cujas avaliações de provisão são feitas com base na média histórica de perdas.

As contingências classificadas como prováveis, reconhecidas contabilmente, estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Para as contingências enquadradas como possíveis e remotas não cabem provisões, conforme disposições legais e regulamentares.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente. Quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível, referido ganho é reconhecido nas demonstrações contábeis porque o ativo relacionado deixa de ser ativo contingente. Os ativos contingentes, para os quais a entrada de benefícios econômicos

Notas Explicativas

é provável, têm sua natureza divulgada nas notas explicativas, bem como uma estimativa de seus efeitos financeiros, quando praticável.

n) Benefícios a Empregados

O Banco mantém, para seus empregados, benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável”, além de plano de assistência médica e de seguro de vida em grupo, ambos do tipo “benefício definido”.

Para os planos do tipo “benefício definido” e para a parcela dos benefícios não programados do plano de contribuição variável, que possui características de plano de benefício definido, os valores correspondentes ao custo do serviço corrente líquido e juros líquidos sobre o valor líquido do passivo atuarial, incluindo os juros sobre o efeito de limite de ativo de benefício definido, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, enquanto os ganhos e perdas atuariais e o retorno sobre os ativos dos planos, excluindo valores considerados nos juros líquidos, são reconhecidos em “Outros Resultados Abrangentes”, no Patrimônio Líquido. As contribuições referentes à parcela de contribuição definida do plano de contribuição variável são reconhecidas no resultado. Como forma de mitigar as incertezas decorrentes dos cálculos atuariais, o Banco conta com os serviços de consultoria especializada que, periodicamente, efetua a mensuração desses cálculos, que inclui análise de sensibilidade, contemplando a simulação de cenários das premissas consideradas mais relevantes, tais como: taxa de juros, tábua de mortalidade e inflação médica.

o) Tributos

O encargo do Imposto de Renda (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 240 mil no exercício) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. O Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. O ISSQN é calculado de acordo com a legislação de cada município, com as alíquotas variando entre 2% e 5%.

A carga tributária total de IRPJ e CSLL é composta da provisão para esses tributos (despesa corrente + passivo fiscal diferido) e do ativo fiscal diferido. A despesa corrente refere-se ao montante efetivamente recolhido ao erário. Os ativos e os passivos fiscais diferidos são tributos diferidos originários de prejuízos fiscais, bases negativas de CSLL, e diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal. As diferenças temporárias decorrem, por exemplo, de: provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões para benefícios pós-emprego, outras provisões contingenciais, ajustes a valor justo etc.

A constituição dos ativos e passivos fiscais diferidos de IRPJ/CSLL é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudo técnico elaborado semestralmente, considerando as alíquotas dos tributos vigentes no exercício de realização destes ativos. Os ativos fiscais diferidos são registrados de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, e observam os critérios para constituição, manutenção e baixa, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020. No caso dos passivos fiscais diferidos, essa legislação não estabelece limites para constituição e manutenção, haja vista que a sua realização prescinde de lucros futuros.

Os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição, tendo como principais critérios de realização:

- Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: a) cronograma de reembolso do crédito; e b) enquadramento em perdas conforme a Lei n.º 14.467, de 16.11.2022;
- Demais provisões: previsão de pagamento (fluxo de contribuições, previsão de desenlace das ações etc.);
- Ajuste a valor justo: vencimento do contrato.

Por sua vez, os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando-se o limite de 30% da referida base.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos na Demonstração do Resultado, exceto quando

Notas Explicativas

resultam de transação reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido no Patrimônio Líquido (em Outros Resultados Abrangentes).

Em face da Lei nº 14.467, de 16.11.2022, alterada pela Lei nº 15.078, de 27.12.2024, as perdas apuradas em 01.01.2025 relativas aos créditos que se encontravam inadimplidos em 31.12.2024, que não foram deduzidos até essa data nem recuperados, estão sendo excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão 1/84 (um oitenta e quatro avos), desde janeiro/2026. Em relação às operações de crédito contratadas a partir de 2025, para o cálculo das perdas incorridas no recebimento de crédito, estão sendo aplicados os fatores A e B, nas operações inadimplidas (superiores a 90 dias de atraso), conforme previsto nos art. 2.º e 3.º da Lei nº 14.467.

p) Uso de estimativas

A preparação das Informações Trimestrais (ITR) inclui estimativas e premissas, tais como: a mensuração de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estimativas do valor de mercado de instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável e outras provisões, a exemplo do passivo atuarial com planos de assistência médica, previdência complementar e seguro de vida; e constituição e realização de ativo/passivo fiscal diferido. Os resultados efetivos podem ser diferentes de tais estimativas e premissas.

q) Juros sobre o Capital Próprio (JCP) e Dividendos

Os acionistas têm direito de receber como dividendo mínimo obrigatório, em cada semestre, a importância de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma da Lei, conforme disposto no Estatuto do Banco. Os JCP são imputados ao dividendo mínimo.

r) Resultado por Ação

O lucro por ação básico e o lucro por ação diluído do Banco foram calculados dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias totais. O Banco não tem opção, bônus de subscrição ou seus equivalentes que dão ao seu titular direito de adquirir ações. Assim, o lucro por ação básico e o lucro por ação diluído são iguais.

s) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Considera-se resultado não recorrente o resultado que: a) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas do Banco; e b) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

O resultado não relacionado ou relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição terá sua frequência confirmada quando ocorrer por mais de dois exercícios seguidos.

Nota 4 - Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

- a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como: operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e
- b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A performance de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente atingiu 10% ou mais da receita total do Banco, durante os semestres findos em 30.06.2026 e 30.06.2025.

O quadro a seguir apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna "Total".

Notas Explicativas

Especificação	01.04 a 30.06.2026			01.01 a 30.06.2026		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
a) Receitas	2.200.224	1.829.977	4.030.201	4.374.315	3.555.602	7.929.917
Receitas de Operações de Crédito (Nota 7.c.2.3)	1.064.569	-	1.064.569	2.048.941	-	2.048.941
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.1.1)	982.700	703.371	1.686.071	1.962.853	1.313.791	3.276.644
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2.3)	(22.007)	-	(22.007)	(42.333)	-	(42.333)
Resultado de Aplicações Compulsórias	4.859	-	4.859	9.878	-	9.878
Outras Receitas	170.103	1.126.606	1.296.709	394.976	2.241.811	2.636.787
b) Despesas	(1.050.330)	(1.106.716)	(2.157.046)	(2.082.889)	(2.137.857)	(4.220.746)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 10.a.2.1)	(734.887)	-	(734.887)	(1.447.017)	-	(1.447.017)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(55.759)	(702.467)	(758.226)	(103.946)	(1.312.133)	(1.416.079)
Provisão para Risco de Crédito	(259.684)	(404.249)	(663.933)	(531.926)	(825.724)	(1.357.650)
c) Margem Financeira (a+b)	1.149.894	723.261	1.873.155	2.291.426	1.417.745	3.709.171
d) Receitas de Prestação de Serviços (Nota 20.a)	365.450	750.765	1.116.215	555.268	1.616.185	2.171.453
e) Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 20.b)	31.889	-	31.889	62.606	-	62.606
f) Pasep e Cofins	(69.923)	(94.730)	(164.653)	(137.261)	(186.864)	(324.125)
g) Resultado após Tarifas e Comissões (c+d+e+f)	1.477.310	1.379.296	2.856.606	2.772.039	2.847.066	5.619.105
h) Despesas Administrativas			(1.590.118)			(3.066.765)
Despesas de Pessoal (Nota 20.c)			(803.503)			(1.596.189)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20.d)			(786.615)			(1.470.576)
i) Outras Despesas			(83.278)			(366.899)
j) Despesas de Provisões, exceto Crédito			(386.076)			(487.055)
k) Lucro antes da Tributação e Participações (g+h+i+j)			797.134			1.698.386
l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(157.627)			(555.529)
m) Participações no Lucro			(70.111)			(85.445)
n) Lucro Líquido (k+l+m)			569.396			1.057.412

Notas Explicativas

Especificação	01.04 a 30.06.2025			01.01 a 30.06.2025		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
a) Receitas	2.138.240	1.731.417	3.869.657	4.098.009	3.201.278	7.299.287
Receitas de Operações de Crédito (Nota 7.c.2.3)	1.003.639	-	1.003.639	1.913.666	-	1.913.666
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7.a.1.1)	916.147	648.991	1.565.138	1.837.645	1.142.066	2.979.711
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2.3)	(13.311)	-	(13.311)	(168.955)	-	(168.955)
Resultado de Operações de Câmbio	(11.634)	-	(11.634)	-	-	-
Resultado de Aplicações Compulsórias	4.905	-	4.905	9.528	-	9.528
Outras Receitas	238.494	1.082.426	1.320.920	506.125	2.059.212	2.565.337
b) Despesas	(610.454)	(779.875)	(1.390.329)	(1.537.676)	(1.710.916)	(3.248.592)
Despesas de Captação no Mercado (Nota 10.a.2.1)	(552.978)	-	(552.978)	(1.087.320)	-	(1.087.320)
Despesas com Operações de Empréstimos e Repasses	(36.391)	(647.845)	(684.236)	(78.660)	(1.139.981)	(1.218.641)
Provisão para Risco de Crédito	(21.085)	(132.030)	(153.115)	(371.696)	(570.935)	(942.631)
c) Margem Financeira (a+b)	1.527.786	951.542	2.479.328	2.560.333	1.490.362	4.050.695
d) Receitas de Prestação de Serviços (Nota 20.a)	188.613	771.874	960.487	363.598	1.503.487	1.867.085
e) Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões (Nota 20.b)	31.927	-	31.927	61.443	-	61.443
f) Pasep e Cofins	(67.886)	(84.489)	(152.375)	(132.878)	(165.762)	(298.640)
g) Resultado após Tarifas e Comissões (c+d+e+f)	1.680.440	1.638.927	3.319.367	2.852.496	2.828.087	5.680.583
h) Despesas Administrativas			(1.412.462)			(2.781.296)
Despesas de Pessoal (Nota 20.c)			(761.093)			(1.498.806)
Outras Despesas Administrativas (Nota 20.d)			(651.369)			(1.282.490)
i) Outras Despesas			(332.903)			(506.608)
j) Despesas de Provisões, exceto Crédito			(57.820)			(153.725)
k) Lucro antes da Tributação e Participações (g+h+i+j)			1.516.182			2.238.954
l) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro			(368.323)			(741.523)
m) Participações no Lucro			(105.393)			(113.752)
n) Lucro Líquido (k+l+m)			1.042.466			1.383.679

Notas Explicativas

Nota 5 - Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades em Caixa	139.015	139.729
Disponibilidades em Moeda Estrangeira	11.506	22.623
Total das Disponibilidades	150.521	162.352
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	9.299.999	2.610.000
Total de Disponibilidades e Caixa e Equivalentes de Caixa	9.450.520	2.772.352

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias.

Nota 6 - Depósitos no Banco Central

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Depósitos Compulsórios sobre Recursos à Vista	493.433	562.205
Depósitos Compulsórios sobre Poupança	256.134	256.955
Banco Central – Conta de Pagamento Instantâneo	94.424	203.515
Banco Central – Outros Depósitos	242.500	-
Total ⁽¹⁾	1.086.491	1.022.675

⁽¹⁾ Operações cujo vencimento corresponde a até 12 meses.

Notas Explicativas

Nota 7 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado (“VJR”)

a.1) Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos e Valores Mobiliários	30.06.2026						
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo (Resultado)	Nível de Mensuração a Valor Justo
	Até 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	24.050	1.563.752		1.609.445	1.587.802	(21.643)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	1.192.718	2030 a 2032	1.190.662	1.192.718	2.056	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	24.050	371.034	2026 a 2060	418.783	395.084	(23.699)	Nível 1
Cotas de Fundos de Investimento	-	398.688		382.349	398.688	16.339	
Vinci Crédito FIC FI Infra	-	388.968	2099	372.629	388.968	16.339	Nível 3
Pátria Infra Crédito FIDC	-	9.720	2044	9.720	9.720	-	Nível 3
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	7.870	-		3.331	7.870	4.539	
Ações de Companhias Abertas	7.870	-	Sem vencimento	3.331	7.870	4.539	Nível 1
Total da Categoria	31.920	1.962.440		1.995.125	1.994.360	(765)	
Crédito Tributário						25.661	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 17.d)						(25.316)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado						(420)	

⁽¹⁾ Garantias em Processos Judiciais R\$ 7.870 (R\$ 7.336 em 31.12.2025).

Notas Explicativas

Títulos e Valores Mobiliários	31.12.2025						
	Faixa de Vencimento		Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo	Ajuste a Valor Justo (Resultado)	Nível de Mensuração a Valor Justo
	Até 360 dias	Acima de 360 dias					
Títulos de Renda Fixa	22.847	1.073.041		1.102.189	1.095.888	(6.301)	
Letras Financeiras do Tesouro	-	756.357	2030 a 2031	755.042	756.357	1.315	Nível 1
Notas do Tesouro Nacional	22.847	316.684	2026 a 2060	347.147	339.531	(7.616)	Nível 1
Cotas de Fundos de Investimento	-	392.421		392.421	392.421	-	
Vinci Crédito FIC Infra	-	392.421	2099	392.421	392.421	-	Nível 3
Títulos de Renda Variável	64	-		64	64	-	
Ações de Companhias Abertas	64	-	Sem Vencimento	64	64	-	Nível 1
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	7.336	-		7.336	7.336	-	
Ações de Companhias Abertas	7.336	-	Sem Vencimento	7.336	7.336	-	Nível 1
Total da Categoria	30.247	1.465.462		1.502.010	1.495.709	(6.301)	
Crédito Tributário						4.450	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 17.d)						(1.614)	
Total do Ajuste a Valor de Mercado						(3.465)	

⁽¹⁾ Garantias em Processos Judiciais R\$ 7.336.

Notas Explicativas

a.1.1) Resultado com TVM

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Aplicações no Mercado Aberto	193.131	292.188	84.064	151.379
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	21.478	43.408	27.228	48.105
Títulos de Renda Fixa	1.471.447	2.941.002	1.454.334	2.777.928
Títulos de Renda Variável	15	46	(488)	2.299
Total	1.686.071	3.276.644	1.565.138	2.979.711

a.2) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

a.2.1) IFD classificados como Hedge de Risco de Mercado (Hedge Accounting)

Composição 30.06.2026							
Especificação	Valor Ncional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial Positivo	Diferencial Negativo
Posição Ativa	625.382	48.005	24.317	33.565	23.278	14.440	1.039
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	48.005	-	33.565	-	14.440	-
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	24.317	-	23.278	-	1.039
Total	625.382	48.005	24.317	33.565	23.278	14.440	1.039

Composição em 31.12.2025							
Especificação	Valor Ncional	Valor de Mercado		Valor da Curva		Ajuste a Mercado	
		Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial Positivo	Diferencial Negativo
Posição Ativa	625.382	67.062	13.988	90.200	-	-	37.126
Moeda Estrangeira (Euro)	314.382	67.062	-	76.917	-	-	9.855
Moeda Estrangeira (Euro)	311.000	-	13.988	13.283	-	-	27.271
Total	625.382	67.062	13.988	90.200	-	-	37.126

Especificação	30.06.2026		31.12.2025	
	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
5 a 15 anos	48.005	24.317	67.062	13.988
Total	48.005	24.317	67.062	13.988

Especificação	30.06.2026				Ajuste a Valor de Mercado
	Valor da Curva		Valor de Mercado		
IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	356.978	323.413	341.449	293.444	14.440
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	296.968	320.245	281.813	306.129	(1.039)
Item Objeto de <i>Hedge</i> ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	655.643		623.263		(32.380)

⁽¹⁾ Líquido do efeito tributário com relação ao Item Objeto de Hedge.

Notas Explicativas

Especificação	31.12.2025				
	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
IFD utilizados como <i>Hedge</i>	Ativo Euro	Passivo IPCA	Ativo Euro	Passivo IPCA	
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	397.192	320.275	381.133	314.071	(9.855)
<i>Swap</i> - Moeda Estrangeira – Posição Ativa – EURO	330.421	317.137	314.297	328.286	(27.273)
Item Objeto de <i>Hedge</i> ⁽¹⁾	Valor da Curva		Valor de Mercado		Ajuste a Valor de Mercado
Captação de recursos no exterior	717.607		695.431		(22.176)

Considerando o risco da exposição cambial bem como condições de mercado de captações no Exterior junto à Associação Francesa de Desenvolvimento (AFD), o Banco designou Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD) (contratos de *swap*) para proteção total (*Hedge* de Risco de Mercado) dos valores dos principais captados e correspondentes juros devidos. Visando equalizar os efeitos da marcação a mercado dos IFD designados como proteção, o Item Objeto de *Hedge* também é ajustado ao valor de mercado.

A variação no valor de mercado dos derivativos designados para proteção e o ajuste a valor de mercado de cada Item Objeto de *Hedge* (registrado como parte do valor contábil da captação) são reconhecidos no resultado do período. Se o instrumento de proteção vence ou é vendido, cancelado ou exercido, ou quando a posição de proteção não se enquadra nas condições de *hedge accounting*, a relação de proteção é terminada.

Os objetivos da gestão de risco dessas operações, bem como a estratégia de proteção de tais riscos durante todo o prazo das operações estão devidamente documentados, como também é documentada a avaliação da efetividade das operações.

As operações com IFD destinadas a cada item objeto de *hedge* foram avaliadas como efetivas na forma da Circular Bacen nº 3.082, de 30.01.2002, com base nos fluxos financeiros (principal e juros) dos Itens Objeto de *Hedge* e dos instrumentos de *hedge* (contratos de *swap*).

a.2.2) Composição da Margem Dada em Garantia de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
<i>Swap</i> Simples - Fluxo Não Constante	23.391	-
Total	23.391	-

a.2.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
<i>Swap</i>	(22.007)	(42.333)	(13.311)	(168.955)
Total	(22.007)	(42.333)	(13.311)	(168.955)

Notas Explicativas

b) Ativos Financeiros ao Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

b.1)Títulos e Valores Mobiliários (TVM)

Títulos Valores Mobiliários	30.06.2026											
	Faixa de Vencimento					Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo (Contábil)	Ajuste a Valor Justo	Nível de Mensuração a Valor Justo	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	0 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Estágio 3
Títulos de Renda Fixa	-	290.280	163.543	996	37.632.207		39.147.924	38.087.026	(1.060.898)		(2.308)	(25.327)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	34.609.209	2027 a 2030	34.477.329	34.609.209	131.880	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	163.543	-	2.924.665	2026 a 2055	4.042.529	3.088.208	(954.321)	Nível 1	-	-
Letras Financeiras	-	290.280	-	-	-	2026	290.316	290.280	(36)	Nível 3	(1.348)	(25.327)
Debêntures	-	-	-	-	98.333	2035	336.880	98.333	(238.547)	Nível 3	(960)	-
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	996	-	2027	870	996	126	Nível 2	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	7.455	-	11.698	14.036	411.033		444.222	444.222	-			
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	652	-	-	-	-	Sem Vencimento	652	652	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	6.496	-	-	2026	6.496	6.496	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	-	17.141	2027	17.141	17.141	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	-	-	14.036	-	2027	14.036	14.036	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	-	4.638	2033	4.638	4.638	-	Nível 3	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	-	-	-	3.516	2028	3.516	3.516	-	Nível 3	-	-
Nordeste III FIP	-	-	5.202	-	-	2026	5.202	5.202	-	Nível 3	-	-
FIP Anjo	-	-	-	-	12.689	2029	12.689	12.689	-	Nível 3	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	-	30.995	2030	30.995	30.995	-	Nível 3	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	-	341.261	2037	341.261	341.261	-	Nível 3	-	-
Fundo de Investimento Liquidez Câmara B3 Multimercado - FILCB	6.803	-	-	-	-	Sem Vencimento	6.803	6.803	-	Nível 3	-	-
FIP Nordeste Capital Semente Responsabilidade LTDA	-	-	-	-	793	2035	793	793	-	Nível 3	-	-
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	-	-	-	3.974.526		3.960.133	3.974.526	14.393		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	-	3.974.526	2028 a 2030	3.960.133	3.974.526	14.393	Nível 1	-	-
Total da Categoria	7.455	290.280	175.241	15.032	42.017.766		43.552.279	42.505.774	(1.046.505)		(2.308)	(25.327)
Crédito Tributário (Nota 17.c)									536.807			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 17.d)									(65.880)			
Total do Ajuste a Valor Justo ⁽²⁾									(575.578)			

(1) Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 1.472.623 (R\$ 1.376.950 em 31.12.2025); Garantias em Processos Judiciais R\$ 0,00 (R\$ 1.812.835 em 31.12.2025); e Demais Garantias R\$ 2.501.903 (R\$ 2.317.500 em 31.12.2025); e

(2) Registrado em “Outros Resultados Abrangentes”.

Notas Explicativas

Títulos Valores Mobiliários	31.12.2025										
	Faixa de Vencimento				Vencimento Final	Valor de Custo	Valor Justo (Contábil)	Ajuste a Valor Justo	Nível de Mensuração a Valor Justo ⁽³⁾	Perda Esperada	
	Sem Vencimento	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias						Estágio 1	Estágio 2
Títulos de Renda Fixa	-	-	155.361	35.354.174		36.172.525	35.509.535	(662.990)		-	-
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	32.372.265	2027 a 2030	32.262.306	32.372.265	109.959	Nível 1	-	-
Notas do Tesouro Nacional	-	-	155.361	2.979.990	2026 a 2055	3.908.379	3.135.351	(773.028)	Nível 1	-	-
Títulos Públicos Federais – FCVS	-	-	-	1.919	2027	1.840	1.919	79	Nível 2	-	-
Cotas de Fundos de Investimentos	6.968	24.091	28.358	46.899		106.316	106.316	-		-	-
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	606	-	-	-	Sem Vencimento	606	606	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC	-	-	8.044	-	2026	8.044	8.044	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC II	-	-	-	14.590	2027	14.590	14.590	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC III	-	13.742	-	-	2026	13.742	13.742	-	Nível 3	-	-
Cotas Fundo Investimento CRIATEC IV	-	-	-	3.032	2033	3.032	3.032	-	Nível 3	-	-
FIP Brasil Agronegócio	-	10.349	-	-	2026	10.349	10.349	-	Nível 3	-	-
Nordeste III FIP	-	-	20.314	-	2026	20.314	20.314	-	Nível 3	-	-
Vinci Impacto e Retorno IV Feeder B	-	-	-	401	2030	401	401	-	Nível 3	-	-
Vinci Cred Infra Institucional	-	-	-	28.876	2031	28.876	28.876	-	Nível 3	-	-
Fundo de Investimento Liqueidez Câmara B3 Multimercado - FILCB	6.362	-	-	-	Sem Vencimento	6.362	6.362	-	Nível 3	-	-
Títulos Dados em Garantia ⁽¹⁾	-	1.144.554	246.071	4.116.659		5.730.780	5.507.284	(223.496)		(4.465)	(25.327)
Letras Financeiras do Tesouro	-	-	-	3.694.450	2028 a 2029	3.681.362	3.694.450	13.088	Nível 1	-	-
Debêntures	-	-	-	97.255	2035	335.261	97.255	(238.006)	Nível 3	(2.767)	-
Letras Financeiras	-	1.144.554	246.071	-	2026	1.389.203	1.390.625	1.422	Nível 3	(1.698)	(25.327)
Cotas de Fundo	-	-	-	324.954	2029 a 2037	324.954	324.954	-	Nível 3	-	-
Total da Categoria	6.968	1.168.645	429.790	39.517.732		42.009.621	41.123.135	(886.486)		(4.465)	(25.327)
Crédito Tributário (Nota 17.c)								454.965			
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 17.d)								(56.047)			
Total do Ajuste a Valor Justo ⁽²⁾								(487.568)			

⁽¹⁾ Composição: Garantias de Operações em Bolsa R\$ 1.376.949; Garantias em Processos Judiciais R\$ 1.812.835 e Demais Garantias R\$ 2.317.500; e

⁽²⁾ Registrado em "Outros Resultados Abrangentes".

⁽³⁾ para efeito de comparabilidade, os ativos "cotas de Fundos" e "Debêntures" foram reclassificados, passando de nível 1 para nível 3

Conforme permitido pela legislação vigente, o Banco possui instrumentos patrimoniais de outras entidades classificados em VJORA, a exemplo de cotas de Fundos, como forma de alinhamento à estratégia usual da aquisição desses ativos que, nada obstante buscar uma rentabilidade compatível com seu apetite a risco, atende precipuamente ao cumprimento do papel institucional do Banco de fomento ao desenvolvimento, de modo que o objetivo principal não é gerar retorno pela venda, sendo mais apropriado o reconhecimento de variações de preço no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

b.2) Movimentação dos Títulos Mensurados a ("VJORA")

Especificação	Letras Financeiras	Debêntures
Saldo em 31.12.2025	1.363.600	94.489
Vendas/Desbloqueio Judicial	(1.162.660)	-
Rendas	63.772	1.619
Perdas Esperadas/Reversões ⁽¹⁾	350	1.807
Ajustes a Valor Justo ⁽²⁾	(1.458)	(541)
Saldo em 30.06.2026	263.604	97.374

⁽¹⁾ Reconhecidas no Resultado; e⁽²⁾ Reconhecidos em "Outros Resultados Abrangentes".

c) Ativos Financeiros ao Custo Amortizado ("CA")

c.1) Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	Faixa de Vencimento		30.06.2026		
	0 a 30 dias	Acima de 360 dias	Vencimento final	Valor Justo (Contábil)	Perda Esperada Estágio 1
Títulos de Renda Fixa	-	295.953		295.953	-
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	295.953	2030	295.953	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.137.690	-		10.137.690	(419)
Aplicações em Operações	9.299.999	-	2026	9.299.999	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	837.691	-	2026	837.691	(419)
Aplicações em Moedas Estrangeiras	36.211	-	-	36.211	-
Total da Categoria	10.173.901	295.953		10.469.854	(419)

Especificação	Faixa de Vencimento		31.12.2025		
	Até 360 dias	Acima de 360 dias	Vencimento final	Valor de Custo (Contábil)	Perda Esperada
Títulos de Renda Fixa	-	284.627		284.627	-
Notas do Tesouro Nacional NTN - P	-	284.627	2030	284.627	-
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.411.371	-		3.411.371	-
Aplicações em Operações Compromissadas	2.610.000	-	2026	2.610.000	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	801.371	-	2026	801.371	(663)
Aplicações em Moedas Estrangeiras	18.173	-	-	18.173	-
Total da Categoria	3.429.544	284.627		3.714.171	(663)

c.2) Operações de Crédito

c.2.1) Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	18.713.964	(1.453.612)	19.672.312	(1.110.489)
Outras Rubricas com Características de Crédito	634.419	(151.865)	482.239	(155.328)
Total	19.348.383	(1.605.477)	20.154.551	(1.265.817)

Notas Explicativas

c.2.2) Composição da Carteira de Crédito (líquida de provisão)

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Adiantamentos a Depositantes	6.868	2.505
Empréstimos	8.795.862	10.068.260
Títulos Descontados	289	701
Financiamentos	3.227.733	2.744.526
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	36.856	21.235
Financiamentos Agroindustriais	21.047	85
Financiamentos Rurais	1.065.328	1.709.094
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.106.369	4.015.417
Total de Operações de Crédito	17.260.352	18.561.823
Avais e Fianças Honradas	1.262	1.262
Títulos e Créditos a Receber	9.390	15.933
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	471.902	309.716
Total de Outras Rubricas com Características de Crédito	482.554	326.911
Total da Carteira de Créditos	17.742.906	18.888.734

c.2.3) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Empréstimos e Títulos Descontados	651.151	1.350.887	689.517	1.284.260
Financiamentos	264.270	444.799	165.421	313.242
Financiamentos Agroindustriais	6	7	-	2
Financiamentos Rurais	65.778	134.014	48.288	90.654
Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	16.700	22.049	18.760	35.469
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	66.664	97.185	81.653	190.039
Total	1.064.569	2.048.941	1.003.639	1.913.666

c.2.4) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento

Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
Rural	205.910	101.749	99.897	199.705	289.474	184.719	1.081.454	1.663.135
Indústria	70.765	83.900	66.200	284.401	429.573	5.032.089	5.966.928	6.207.224
Governo	-	-	44.160	-	44.160	70.946	159.266	165.189
Outros Serviços	141.573	141.312	182.428	447.582	824.335	2.424.959	4.162.189	4.081.492
Comércio	607.165	578.362	511.746	1.135.613	843.043	1.854.418	5.530.347	6.120.354
Pessoas Físicas	1.772	790	542	961	1.175	4.426	9.666	10.184
Total 30.06.2026	1.027.185	906.113	904.973	2.068.262	2.431.760	9.571.557	16.909.850	18.247.578

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

Créditos em Atraso

Parcelas Vincendas								
Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
Rural	4.816	39	21	29.662	180	15.417	50.135	20.199
Indústria	4.267	3.667	3.501	15.745	23.263	78.413	128.856	113.150
Outros Serviços	27.330	23.836	22.458	64.699	95.166	268.001	501.490	428.276
Comércio	54.393	50.732	35.633	109.187	144.998	459.490	854.433	565.717
Pessoas Físicas	260	209	164	243	127	372	1.375	1.358
Total 30.06.2026	91.066	78.483	61.777	219.536	263.734	821.693	1.536.289	1.128.700

Notas Explicativas

Parcelas Vencidas									
Tipo Cliente/Atividade	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
Rural	16.631	16.158	2.602	2.531	1.735	2.053	27.671	69.381	80.268
Indústria	3.594	4.038	3.584	7.241	38.746	5.555	3.956	66.714	55.473
Outros									
Serviços	25.088	11.230	19.803	28.135	48.202	88.769	113.809	335.036	292.973
Comércio	43.182	31.907	39.103	53.034	106.201	113.162	32.097	418.686	337.911
Pessoas Físicas	1.823	555	635	824	2.295	3.349	2.949	12.430	11.648
Total 30.06.2026	90.318	63.888	65.727	91.765	197.179	212.888	180.482	902.247	778.273

c.2.5) Concentração de Crédito

Especificação	30.06.2026		31.12.2025	
	Saldo	% da Carteira	Saldo	% da Carteira
10 Maiores devedores	2.088.282	10,79	2.217.950	11,00
50 maiores devedores	5.429.684	28,06	5.592.846	27,75
100 maiores devedores	7.560.729	39,08	7.784.925	38,63

c.2.6) Até 30.06.2026, foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 97.185 (R\$ 190.039 em 30.06.2025). Até 30.06.2026, as renegociações totalizaram R\$ 427.503 (R\$ 226.386 em 30.06.2025) e o saldo total das operações renegociadas corresponde a R\$ 2.224.454 em 30.06.2026 (R\$ 2.069.419 em 31.12.2025).

c.3) Níveis de Risco

A Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito é constituída de acordo com o estágio no qual o instrumento financeiro está alocado, da seguinte forma:

- **primeiro estágio:** a constituição da provisão, considera a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses, ou durante o prazo esperado do instrumento, caso este seja inferior a 12 meses;

- **segundo estágio:** a constituição da provisão leva em conta a probabilidade de o instrumento financeiro ser classificado como Ativo com problema de recuperação de crédito ao longo de todo o prazo esperado do instrumento financeiro; e

- **terceiro estágio:** a constituição da provisão considera que o instrumento financeiro é classificado como um Ativo com problema de recuperação de crédito.

A determinação do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, considera as características dos Ativos Financeiros segregados por carteiras (C1, C2, C3, C4 ou C5).

Notas Explicativas

c.3.1) Classificação dos Ativos Financeiros por Estágio

Ativos Financeiros	30.06.2026			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10.173.901	-	-	10.173.901
Títulos de Dívida	44.988.131	-	25.327	45.013.458
Títulos Públicos Federais	44.386.261	-	-	44.386.261
Títulos Privados de Instituições Financeiras	264.989	-	25.327	290.316
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	336.881	-	-	336.881
Operações de Crédito	15.693.009	1.065.694	1.955.261	18.713.964
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	7.731.357	710.214	1.511.922	9.953.493
Financiamentos	3.197.848	109.428	155.362	3.462.638
Financiamentos Rurais	962.728	56.079	169.449	1.188.256
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.801.076	189.973	118.528	4.109.577
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	470.212	4.367	159.840	634.419
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	470.211	2.953	3.103	476.267
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	1	1.414	156.737	158.152
Total	71.325.253	1.070.061	2.140.428	74.535.742

Ativos Financeiros	31.12.2025			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3.429.544	-	-	3.429.544
Títulos de Dívida	43.264.794	-	25.327	43.290.121
Títulos Públicos Federais	41.240.703	-	-	41.240.703
Títulos Privados de Instituições Financeiras	1.363.876	-	25.327	1.389.203
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	660.215	-	-	660.215
Operações de Crédito	17.352.550	887.442	1.432.319	19.672.311
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	9.285.095	562.774	1.131.056	10.978.925
Financiamentos	2.702.939	78.630	140.858	2.922.427
Financiamentos Rurais	1.558.395	153.345	39.152	1.750.892
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	3.806.121	92.693	121.253	4.020.067
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	304.609	7.695	169.936	482.240
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess.	301.706	7.474	30.651	339.831
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	2.903	221	139.285	142.409
Total	64.351.497	895.137	1.627.582	66.874.216

Notas Explicativas

c.4) Classificação dos Ativos Financeiros por Tipo de Carteira

Ativos Financeiros	30.06.2026					
	Carteiras					Total
	C1	C2	C3	C4	C5	
Não Problemáticos	1.755.544	62.919.710	6.660.726	871.693	187.641	72.395.314
De 0 A 14 Dias De Atraso	1.707.599	62.753.317	6.511.812	862.882	183.356	72.018.966
De 15 A 30 Dias De Atraso	23.403	57.214	62.590	5.553	1.017	149.777
De 31 A 60 Dias De Atraso	20.695	77.129	49.417	119	1.673	149.033
De 61 A 90 Dias De Atraso	3.847	32.050	36.907	3.139	1.595	77.538
Problemáticos Adimplidos	44.665	364.149	139.142	11.427	10.800	570.183
De 0 A 90 Dias De Atraso	44.665	364.149	139.142	11.427	10.800	570.183
Problemáticos Inadimplidos	114.444	428.000	986.733	8.173	32.895	1.570.245
Inad.- Menor que 1 Mês	3.720	64.745	27.087	698	1.469	97.719
Inad.-Per. Igual ou Maior 1 e Menor Que 2 Meses	39.408	63.196	138.785	944	1.507	243.840
Inad.-Per. Igual ou Maior 2 e Menor Que 3 Meses	2.130	37.723	142.136	459	2.042	184.490
Inad.-Per. Igual ou Maior 3 e Menor Que 4 Meses	22.193	43.475	42.194	647	1.757	110.266
Inad.-Per. Igual ou Maior 4 e Menor Que 5 Meses	13.229	72.484	23.407	66	1.129	110.315
Inad.-Per. Igual ou Maior 5 e Menor Que 6 Meses	4.625	28.500	234.040	398	845	268.408
Inad.-Per. Igual ou Maior 6 e Menor Que 7 Meses	3.715	19.896	64.519	418	987	89.535
Inad.-Per. Igual ou Maior 7 e Menor Que 8 Meses	-	12.434	40.601	303	825	54.163
Inad.-Per. Igual ou Maior 8 e Menor Que 9 Meses	3.130	8.819	71.025	657	1.252	84.883
Inad.-Per. Igual ou Maior 9 e Menor Que 10 Meses	2.569	11.874	12.932	576	13.699	41.650
Inad.-Per. Igual ou Maior 10 e Menor Que 11 Meses	-	11.717	9.546	74	757	22.094
Inad.-Per. Igual ou Maior 11 e Menor Que 12 Meses	4.740	8.835	12.884	216	1.013	27.688
Inad.-Per. Igual ou Maior 12 e Menor Que 13 Meses	-	1.522	6.221	1.560	822	10.125
Inad.-Per. Igual ou Maior 13 e Menor Que 14 Meses	4.457	4.825	13.711	200	934	24.127
Inad.-Per. Igual ou Maior 14 e Menor Que 15 Meses	-	2.765	122.726	563	2.591	128.645
Inad.-Per. Igual ou Maior 15 e Menor Que 16 Meses	2.291	8.888	24.919	394	1.266	37.758
Inad.-Per. Igual ou Maior 16 e Menor Que 17 Meses	-	2.358	-	-	-	2.358
Inad.-Per. Igual ou Maior 17 e Menor Que 18 Meses	-	6.182	-	-	-	6.182
Inad.-Per. Igual ou Maior 18 e Menor Que 19 Meses	8.097	6.538	-	-	-	14.635
Inad.-Per. Igual ou Maior 19 e Menor Que 20 Meses	-	2.609	-	-	-	2.609
Inad.-Per. Igual ou Maior 20 e Menor Que 21 Meses	-	1.509	-	-	-	1.509
Inadimplido – Per.Igual ou Maior Que 21 meses	140	7.106	-	-	-	7.246
Total	1.914.653	63.711.859	7.786.601	891.293	231.336	74.535.742

Notas Explicativas

Ativos Financeiros	31.12.2025					Total
	Carteiras					
	C1	C2	C3	C4	C5	
Não Problemáticos	2.299.351	54.023.649	8.036.391	683.274	203.967	65.246.632
De 0 A 14 Dias De Atraso	2.267.080	53.921.103	7.917.257	676.431	200.738	64.982.609
De 15 A 30 Dias De Atraso	22.392	29.406	58.297	3.425	1.347	114.867
De 31 A 60 Dias De Atraso	9.879	45.336	36.438	570	1.099	93.322
De 61 A 90 Dias De Atraso	-	27.804	24.399	2.848	783	55.834
Problemáticos Adimplidos	49.520	262.778	337.438	8.373	10.215	668.324
De 0 A 90 Dias De Atraso	49.520	262.778	337.438	8.373	10.215	668.324
Problemáticos Inadimplidos	32.622	188.251	667.021	37.707	33.659	959.260
Inad.- Menor que 1 Mês	3.695	33.095	34.403	31.503	1.327	104.023
Inad.-Per. Igual ou Maior 1 e Menor Que 2 Meses	-	26.590	44.008	491	1.061	72.150
Inad.-Per. Igual ou Maior 2 e Menor Que 3 Meses	3.130	22.743	86.826	748	1.409	114.856
Inad.-Per. Igual ou Maior 3 e Menor Que 4 Meses	2.569	23.532	32.305	458	13.818	72.682
Inad.-Per. Igual ou Maior 4 e Menor Que 5 Meses	976	21.594	29.588	66	1.714	53.938
Inad.-Per. Igual ou Maior 5 e Menor Que 6 Meses	4.738	12.530	29.791	200	1.122	48.381
Inad.-Per. Igual ou Maior 6 e Menor Que 7 Meses	-	844	23.965	1.389	971	27.169
Inad.-Per. Igual ou Maior 7 e Menor Que 8 Meses	4.635	8.312	35.229	318	1.592	50.086
Inad.-Per. Igual ou Maior 8 e Menor Que 9 Meses	-	3.963	151.975	454	3.161	159.553
Inad.-Per. Igual ou Maior 9 e Menor Que 10 Meses	2.280	3.680	20.501	199	1.275	27.935
Inad.-Per. Igual ou Maior 10 e Menor Que 11 Meses	-	1.351	14.691	11	874	16.927
Inad.-Per. Igual ou Maior 11 e Menor Que 12 Meses	-	7.401	105.848	396	939	114.584
Inad.-Per. Igual ou Maior 12 e Menor Que 13 Meses	8.065	6.721	27.559	393	1.241	43.979
Inad.-Per. Igual ou Maior 13 e Menor Que 14 Meses	-	2.622	10.621	2	1.372	14.617
Inad.-Per. Igual ou Maior 14 e Menor Que 15 Meses	-	1.455	7.971	82	670	10.178
Inad.-Per. Igual ou Maior 15 e Menor Que 16 Meses	78	1.610	11.740	997	1.113	15.538
Inad.-Per. Igual ou Maior 16 e Menor Que 17 Meses	62	4.415	-	-	-	4.477
Inad.-Per. Igual ou Maior 17 e Menor Que 18 Meses	249	2.445	-	-	-	2.694
Inad.-Per. Igual ou Maior 18 e Menor Que 19 Meses	2.145	1.999	-	-	-	4.144
Inad.-Per. Igual ou Maior 19 e Menor Que 20 Meses	-	1.349	-	-	-	1.349
Inad.-Per. Igual ou Maior 20 e Menor Que 21 Meses	-	-	-	-	-	-
Total	2.381.493	54.474.678	9.040.850	729.354	247.841	66.874.216

Notas Explicativas

c.5) Movimentação, entre estágios, da Provisão sobre Ativos Financeiros

Estágio 1

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 2	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	5.127	(2.400)	-	-	-	2.727	5.127
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	2.361	(594)	-	-	-	1.767	2.361
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	2.766	(1.806)	-	-	-	960	2.766
Operações de Crédito	139.036	311.357	(32.441)	(295.499)	-	122.453	139.029
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	92.102	284.429	(25.611)	(276.698)	-	74.222	92.101
Financiamentos	28.460	33.143	(6.792)	(18.788)	-	36.023	28.457
Financiamentos Rurais	14.144	(4.780)	(32)	(13)	-	9.319	14.142
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	4.330	(1.435)	(6)	-	-	2.889	4.329
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	2.536	1.483	(33)	(940)	-	3.046	2.535
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	2.481	1.217	(24)	(628)	-	3.046	2.481
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	55	266	(9)	(312)	-	-	54
Total	146.699	310.440	(32.474)	(296.439)	-	128.226	146.691

Notas Explicativas

Estágio 2

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 3	Baixas	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	43.900	144.362	(624)	(116.566)	-	71.072	43.900
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	31.196	112.703	(120)	(84.102)	-	59.677	31.196
Financiamentos	7.752	16.060	(502)	(12.598)	-	10.712	7.752
Financiamentos Rurais	4.952	15.593	(2)	(19.866)	-	677	4.952
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	-	6	-	-	-	6	-
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	57	842	-	(775)	-	124	56
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	48	642	-	(666)	-	24	47
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	9	200	-	(109)	-	100	9
Total	43.957	145.204	(624)	(117.341)	-	71.196	43.956

Notas Explicativas

Estágio 3

Ativos Financeiros	01.01.2026	Contratação/ (liquidação)/ variação	Transferência do/(para) estágio 1	Transferência do/(para) estágio 2	Baixas	30.06.2026	31.12.2025
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-	-	-	-	-	-	-
Títulos de Dívida	25.327	-	-	-	-	25.327	25.327
Títulos Públicos Federais	-	-	-	-	-	-	-
Títulos Privados de Instituições Financeiras	25.327	-	-	-	-	25.327	25.327
Títulos Privados de Entidades Não Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito	927.554	494.476	(287)	(1.285)	(160.371)	1.260.087	927.553
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados	784.163	378.390	(23)	(1.068)	(144.886)	1.016.576	784.163
Financiamentos	120.369	25.171	(264)	(217)	(14.792)	130.267	120.369
Financiamentos Rurais	22.702	90.922	-	-	(693)	112.931	22.701
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	320	(7)	-	-	-	313	320
Outras Oper. c/ Característica Concess. Cred	152.735	(1.428)	-	-	(2.612)	148.695	152.734
Adiant. Contrato Cambio c/ Caracter. Concess. Cred	27.586	(26.292)	-	-	-	1.294	27.585
Creditos por Avais e Fianças Honrados	11.362	-	-	-	-	11.362	11.362
Títulos com Característica de Concessão de Crédito	113.787	24.864	-	-	(2.612)	136.039	113.787
Total	1.105.616	493.048	(287)	(1.285)	(162.983)	1.434.109	1.105.614

Notas Explicativas

c.6) Movimentação da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco da Carteira de Crédito

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Saldo Inicial da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.265.817	588.558
Efeito da Adoção Inicial da Resolução CMN nº 4.966	-	62.258
(+) Constituição de Provisão no Período	838.256	948.320
(-) Reversão	(306.330)	(79.489)
(-) Créditos Baixados como Prejuízo	(192.266)	(253.830)
(=) Saldo Final da Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	1.605.477	1.265.817
Vencimento até 360 dias	719.959	576.520
Vencimento acima de 360 dias	885.518	689.297

c.7) Composição do Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
(+) Provisão sobre Operações de Crédito	357.337	743.409	118.647	366.096
(+) Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito	33.327	49.120	22.311	82.914
(+) Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	3.723	12.497	(73.339)	40.523
(+) Provisão sobre TVM	1.315	31.804	1493	1.568
(+) Provisão sobre Outros Ativos Financeiros	1.084	1.426	1.110	1.110
(-) Reversão de Provisão sobre Operações de Crédito	(101.393)	(207.479)	-	(68.321)
(-) Reversão de Provisão sobre Outras Operações com Características de Concessão de Crédito e TVM	(33.790)	(84.078)	(1.373)	(4.430)
(-) Reversão de Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar	(1.919)	(14.773)	(47.764)	(47.764)
(=) Saldo da Despesa de Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	259.684	531.926	21.085	371.696

Notas Explicativas

Nota 8 - Outros Ativos

Especificação	Vencimento até 360 dias	Vencimento acima de 360 dias	30.06.2026	31.12.2025
Pagamento e Recebimentos a Liquidar	79.360	-	79.360	70
Correspondentes	6	-	6	2.625
SFH – Sistema Financeiro de Habitação	-	15.436	15.436	14.879
(Provisão para Perdas - SFH)	-	(1.596)	(1.596)	(1.596)
Transações de Pagamento	38.570	-	38.570	42.514
(Provisão para Perdas - Transações de Pagamento)	(1.556)	-	(1.556)	(477)
Rendas a Receber	45.912	-	45.912	50.319
Devedores por Depósitos em Garantia	-	679.883	679.883	654.293
Adiantamentos ao FGC	13.692	50.211	63.903	-
Adiantamentos e Antecipações Salariais	67.439	-	67.439	26.468
Pagamentos a Ressarcir	12.014	-	12.014	4.169
Valores a Receber Bônus Rebate	27.500	-	27.500	28.227
Adiantamentos para Pagamentos de nossa conta da Instituição	145.747	-	145.747	156.699
Devedores por compra de valores e bens	7	-	7	11
Participações Pagas Antecipadamente	-	-	-	113.126
Valores A Receber Em Operacoes Subsid.Ou Subvenc.	3.039	-	3.039	-
Impostos e Contribuições a Compensar	18.991	-	18.991	19.744
Opções por Incentivos Fiscais	-	19.631	19.631	19.630
Provisão Outros Crédito de Liquidação Duvidosa sem Características de Concessão de Crédito	-	(18.655)	(18.655)	(19.325)
Devedores Diversos	191.578	-	191.578	168.242
Outros Valores e Bens	232.259	-	232.259	68.148
Total	874.558	744.910	1.619.468	1.347.766

Notas Explicativas

Nota 9 – Propriedade para Investimento, Imobilizado e Intangível

a) Propriedade para Investimento

Especificação	31.12.2025	30.06.2026		
	Saldo Contábil	Custo	Depreciação	Saldo Contábil
Imóvel	441	793	(444)	349

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2025 Saldo Contábil	01.01 a 30.06.2026 Movimentações			30.06.2026		
		Adições	Baixas	Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Contábil
Edificações	130.882	5.822	-	(1.385)	326.042	(190.723)	135.319
Sistema de Processamento de Dados	151.467	48.062	(1.103)	(9.187)	319.886	(130.647)	189.239
Móveis e Equipamentos de Uso	42.995	2.942	(4)	(2.209)	104.972	(61.248)	43.724
Terrenos	16.759	-	-	-	16.759	-	16.759
Instalações	5.268	407	(26)	(55)	17.801	(12.207)	5.594
Equipamentos de Comunicação	207	52	(12)	(10)	459	(222)	237
Equipamentos de Segurança	18.759	2.904	(252)	(350)	22.238	(1.177)	21.061
Equipamentos de Transporte	16	-	-	-	14.328	(14.312)	16
Bens Artísticos e Valiosos	1.275	-	-	-	1.275	-	1.275
Direitos de Uso	2.555	2.524	-	(818)	5.723	(1.462)	4.261
Total	370.183	62.713	(1.397)	(14.014)	829.483	(411.998)	417.485

c) Intangível

Especificação	31.12.2025 Saldo Contábil	01.01 a 30.06.2026 Movimentações			30.06.2026		
		Adições	Baixas	Amortização	Custo	Amortização Acumulada	Saldo Contábil
Licença de Software	160.656	26.722	-	(9.893)	207.907	(30.422)	177.485
Desenvolvimento de Software	19.373	87.336	-	(3.539)	106.925	(3.755)	103.170
Manutenção de Software	176.694	-	(848)	(9.816)	195.504	(29.474)	166.030
Total	356.723	114.058	(848)	(23.248)	510.336	(63.651)	446.685

Notas Explicativas

Nota 10 – Passivos Financeiros

a) Ao Custo Amortizado

a.1) Distribuição dos Depósitos, Recursos por Emissões de Letras, Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Complementar e Dívidas Subordinadas |Elegíveis a Capital, por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
Depósitos à Vista	3.852.144	-	-	-	-	-	3.852.144	3.241.066
Depósitos de Poupança	1.285.088	-	-	-	-	-	1.285.088	1.288.692
Depósitos Interfinanceiros	472.264	404.270	-	-	-	-	876.534	1.079.194
Depósitos a Prazo	705.882	1.165.100	4.113.394	1.983.324	712.035	462.308	9.142.043	8.956.429
Depósitos a Prazo	442.773	1.165.100	2.227.186	1.737.093	465.804	462.308	6.500.264	6.779.717
Depósitos Judiciais com Remuneração	209.828	-	-	-	-	-	209.828	205.288
Finor/Disponibilidades	-	-	724.815	-	-	-	724.815	683.149
Reinvestimentos (Lei nº 8.167)	-	-	1.161.393	246.231	246.231	-	1.653.855	1.231.159
Outros	53.281	-	-	-	-	-	53.281	57.116
Recursos por Emissões de Letras (Nota 10.a.5)	148.695	578.876	-	-	-	-	727.571	534.073
Obrigações por Emissão de Letras Financeiras – encargos	-	17.880	-	-	-	-	17.880	17.535
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito (LCA) ⁽¹⁾	148.695	560.996	-	-	-	-	709.691	516.538
Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Complementar (Nota 10.a.5)	-	-	-	-	-	790.489	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 10.a.5)	-	-	-	-	-	4.134.125	4.134.125	3.953.830
Total	6.464.073	2.148.246	4.113.394	1.983.324	712.035	5.386.922	20.807.994	19.843.773

⁽¹⁾ Título com prazo médio de 211 dias, sendo a taxa de atualização média de 90% do CDI a.a. pro rata até o vencimento.

Notas Explicativas

a.2) Captação no Mercado Aberto

Especificação	Vencimento até 360 dias	30.06.2026	31.12.2025
Carteira Própria	4.614.125	4.614.125	4.718.865
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	4.614.125	4.614.125	4.718.865
Total	4.614.125	4.614.125	4.718.865

a.2.1) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Despesas de Captação	(575.411)	(1.119.987)	(371.116)	(736.162)
Depósitos a Prazo	(210.776)	(427.577)	(238.932)	(436.029)
Depósitos de Poupança	(24.975)	(49.855)	(23.785)	(46.365)
Depósitos Judiciais	(4.044)	(8.017)	(3.871)	(7.561)
Depósitos Interfinanceiros	(26.669)	(58.556)	(38.738)	(75.882)
Depósitos Especiais	(75.586)	(142.135)	(55.618)	(152.116)
Despesas de Instrumentos com Cláusulas de Subordinação	(132.396)	(243.953)	-	-
Outros Depósitos	(100.965)	(189.894)	(10.172)	(18.209)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(159.476)	(327.030)	(181.862)	(351.158)
Carteira Própria	(159.476)	(327.030)	(150.578)	(291.771)
Letras Financeiras	-	-	(31.384)	(59.387)
Total	(734.887)	(1.447.017)	(552.978)	(1.087.320)

a.3) Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 30.06.2026	Total em 31.12.2025
Obrigações por Empréstimos no Exterior	77.968	426.102	-	-	-	-	504.070	333.829
Obrigações por Repasses do País	57.136	153.898	472.588	391.951	312.806	148.356	1.536.735	1.144.578
Obrigações por Repasses do Exterior	35.324	39.490	196.555	162.542	292.702	-	726.613	842.064
Total	170.428	619.490	669.143	554.493	605.508	148.356	2.767.418	2.320.471

a.3.1) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2026	31.12.2025
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,00	794	765
BNDES		654.209	482.384
Programa de Operações Conjuntas (POC)	Pré 6,96 a 9,85 TLP + 1,30 TJLP + 0,90 a 1,00	454.534	478.831
Fundo Garantidor para Investimentos (FGI)	Sem remuneração	3.313	3.553
Programa BNDES/Clima	Pré 7,99	196.362	-
FINAME	SELIC + 0,95 a 1,13 TLP + 1,13 a 1,34	613.089	446.113
Finep	TR + 1,20 a 3,00	111.376	74.162
Fungetur	Selic INPC	157.267	141.154
Total		1.536.735	1.144.578

Notas Explicativas

a.3.2) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2026	31.12.2025
Empréstimos no Exterior/Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD + SOFR + 0,75 a 2,00	504.070	333.829
Total		504.070	333.829

a.3.3) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	30.06.2026	31.12.2025
BID – Prodetur II	USD + SOFR + 1,21	103.350	146.633
AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento ⁽¹⁾	EUR + 5,44 EUR + 4,41	655.643	717.607
Ajuste Hedge de Valor Justo		(32.380)	(22.176)
Total		726.613	842.064

⁽¹⁾ Captações realizadas em novembro de 2023 e dezembro de 2024 com vencimento em abril de 2035, possuem amortizações semestrais, estando na carência de principal até outubro de 2027.

a.3.4) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Despesas de Obrigações por Repasses	(47.669)	(88.465)	(36.569)	(78.740)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(38.080)	(65.551)	(19.104)	(36.242)
Tesouro Nacional	(31)	(33)	8	(6)
BNDES	(16.473)	(28.372)	(13.103)	(25.850)
Finame	(20.583)	(35.332)	(5.675)	(9.925)
Finep	(993)	(1.814)	(334)	(461)
Despesas de Repasses do Exterior	(9.589)	(22.914)	(17.465)	(42.498)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(4.661)	(8.191)	(5.349)	(10.823)
Despesas por Repasse Outras Instituições Financeiras	(1.504)	(3.371)	(1.647)	(3.331)
Total	(53.834)	(100.027)	(43.565)	(92.894)

a.4) Arrendamentos

O Banco, na qualidade de arrendatário, possui contratos de aluguel de imóveis, utilizados em suas atividades de operações administrativas e bancárias. Esses contratos possuem opções de renovação e cláusulas de reajuste anual do preço de locação.

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Direitos de Uso em Arrendamento	4.249	2.611

Notas Explicativas

a.5) Outros Instrumentos de Dívida

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	30.06.2026	31.12.2025
Recursos por Emissões de Letras	727.570	-	727.570	534.073
Instrumentos de Dívidas Elegíveis a Capital Complementar	-	790.489	790.489	790.489
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	-	4.134.125	4.134.125	3.953.830
Total	727.570	4.924.614	5.652.184	5.278.392

a.6) Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	30.06.2026	31.12.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	158.244	23.948.026	24.106.270	17.801.411
FNE	10.411	22.718.095	22.728.506	16.653.813
FDNE	64.222	739.517	803.739	659.617
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	16.900	9.204	26.104	34.971
Finep/Fundeci/ Fundo Sustentabilidade	54.180	40.188	94.368	83.094
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	-	77.462	77.462	72.604
Programa Nacional de Crédito Fundiário	-	338.901	338.901	238.529
Banco da Terra	-	24.278	24.278	20.802
Outros	12.531	381	12.912	37.981
Total	158.244	23.948.026	24.106.270	17.801.411

a.7) Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(704.392)	(1.316.052)	(640.670)	(1.125.747)
FNE	(683.288)	(1.276.947)	(623.578)	(1.095.758)
FDNE	(10.207)	(16.457)	(4.800)	(9.090)
Fundo da Marinha Mercante (FMM)	(298)	(639)	(443)	(882)
Projeto Piloto de Apoio à Reforma Agrária	(2.491)	(4.968)	(2.183)	(4.089)
Programa Nacional de Crédito Fundiário	(3.994)	(9.588)	(8.046)	(11.890)
Banco da Terra	(1.289)	(2.549)	(1.226)	(2.271)
Outros	(2.825)	(4.904)	(394)	(1.767)
Total	(704.392)	(1.316.052)	(640.670)	(1.125.747)

a.8) PR Nível I - Capital Complementar

Letras Financeiras Subordinadas captadas em junho de 2019, que compõem o PR Nível I, a título de Capital Complementar, conforme autorização do Bacen:

Especificação	Valor Emitido	Remuneração	Data de Captação	30.06.2026	31.12.2025
Letras Financeiras ^{(1) (2)}	801.040	117% da Selic	06.2019	790.489	790.489

(1) Juros pagos semestralmente; e

(2) Títulos sem Vencimento.

a.9) PR Nível II

Dívidas Subordinadas constituídas por duas operações de captações com o FNE nos montantes originais de R\$ 600.000 e R\$ 400.000, em 20.07.2009 e 01.03.2010, respectivamente, sem vencimento.

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)	4.134.125	3.953.830
Recursos disponíveis	680.988	453.604
Recursos aplicados	3.453.137	3.500.226
Total	4.134.125	3.953.830

Nota 11 – Fundos Financeiros e de Desenvolvimento

a) Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE)

O Patrimônio Líquido do FNE, no montante de R\$ 190.460.286 (R\$ 178.919.800 em 31.12.2025), está registrado em conta de compensação do Banco, denominada “Patrimônio de Fundos Públicos Administrados/FNE”.

Notas Explicativas

As disponibilidades e os recursos comprometidos com operações de crédito, que representam as disponibilidades do FNE, no valor total de R\$ 22.718.094 (R\$ 16.642.113 em 31.12.2025), registrados no título “Outros Instrumentos Financeiros/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento” são remunerados pela variação da taxa Selic. No 1º semestre de 2026, a despesa do Banco com a remuneração dessas disponibilidades ao FNE foi de R\$ 1.276.947 (R\$ 1.095.758 em 30.06.2025).

No 1º semestre de 2026, a receita do Banco com *del credere* sobre operações contratadas pelo FNE foi de R\$ 2.149.114 (R\$ 1.962.495 até 30.06.2025). Para as operações contratadas a partir de 01.01.2022, inclusive as com base no Artigo 9º-A da Lei nº 7.827, o *del credere* corresponde a taxas que variam de 6% a.a. a 4,5% a.a., nos financiamentos com risco integral para o Banco, e de 3% a.a. a 2,25% a.a., nas operações com risco compartilhado, conforme o porte do beneficiário. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, o *del credere* é de 3% a.a. ou de 6% a.a.

No 1º semestre de 2026, a taxa de administração foi de R\$ 1.092.808 (R\$ 987.912 até 30.06.2025), calculada à base de 1,5% a.a., sobre o Patrimônio Líquido e apropriada mensalmente pelo Banco.

No 1º semestre de 2026, a remuneração paga ao Banco em razão das disponibilidades do FNE totalizou R\$ 8.681 (R\$ 7.887 até 30.06.2025) calculada à taxa de 0,09% (nove centésimos por cento) ao ano.

No 1º semestre de 2026, as renegociações decorrentes de operações contratadas pelo FNE totalizaram R\$ 2.112.749 (R\$ 1.974.883 até 30.06.2025) e o saldo das operações renegociadas corresponde a R\$ 32.015.453 em 30.06.2026 (R\$ 34.318.377 em 31.12.2025).

b) Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE)

O FDNE, criado pela Medida Provisória nº 2.156-5, de 24 de agosto de 2001, tem por finalidade assegurar recursos para investimentos na área de atuação da SUDENE, em infraestrutura e serviços públicos e em empreendimentos produtivos de grande capacidade germinativa de novos negócios e atividades produtivas.

O Banco é o agente operador exclusivo na modalidade de financiamentos por meio de emissão de debêntures e operador preferencial para contratação de operações de crédito por repasse.

Constituem recursos do FDNE:

- I. recursos do Tesouro Nacional correspondentes às dotações que lhe foram consignadas no orçamento anual;
- II. resultados de aplicações financeiras à sua conta;
- III. produto da alienação de valores mobiliários, dividendos de ações e outros a ele vinculados;
- IV. transferências financeiras de outros fundos destinados ao apoio de programas e projetos de desenvolvimento regional que contemplam a área de atuação da SUDENE;
- V. a reversão dos saldos anuais não aplicados;
- VI. o produto do retorno das operações de financiamentos concedidos, incluídos o principal, juros e demais encargos financeiros, descontada a parcela que corresponder à remuneração do agente operador, conforme dispuser o Conselho Monetário Nacional; e
- VII. outros recursos previstos em lei.

Os quadros a seguir demonstram a remuneração do Banco, na qualidade de Operador do FDNE, a despesa de provisão constituída sobre as garantias financeiras prestadas e os saldos das operações contratadas:

Notas Explicativas

Receita com *Del Credere* e Despesa de Provisão

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Receita de <i>Del Credere</i>	2.536	4.858	3.356	6.500
Despesa de Provisão	(71)	(205)	1.183	(1.980)

Saldos das Operações Contratadas

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
FDNE – Debêntures	6.309.559	5.904.728
FDNE - Repasse	629.136	590.077

Nota 12 - Rendas Antecipadas

Receita decorrente do contrato de parceria comercial estratégica, firmado com a Icatu Seguros em maio de 2020, com exclusividade para desenvolvimento e comercialização de Seguros, nos ramos de seguros de Pessoas, Prestamista e produtos para Previdência Privada, na rede de distribuição do Banco.

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Saldo Inicial de Rendas Antecipadas	200.000	200.000
(-) Apropriação em Receita corrente ao longo dos exercícios	(61.398)	(56.398)
(=) Saldo Final a Apropriar	138.602	143.602
Vencimento até 360 dias	10.000	10.000
Vencimento acima de 360 dias	128.602	133.602

Nota 13 – Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

a) Composição do Saldo Exposto ao Risco e da Provisão para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2026				31.12.2025	
	Saldo Exposto		Provisão		Saldo Exposto	Provisão
	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses	Vencimento até 12 meses	Vencimento acima de 12 meses		
Setor Público	1.930.613	70.967.575	71.864	4.450.294	71.182.767	4.019.137
FNE	1.930.613	70.808.073	71.864	4.448.296	71.038.179	4.017.126
FDNE	-	159.502	-	1.998	144.588	2.011
Total	1.930.613	70.967.575	71.864	4.450.294	71.182.767	4.019.137

a.1) Movimentação das Provisões para Garantias Financeiras Prestadas

Especificação	30.06.2026				
	31.12.2025	Constituição	Reversão	Baixa	30.06.2026
FNE	4.017.126	1.035.765	(210.102)	(322.630)	4.520.159
FDNE	2.011	274	(213)	(73)	1.999
(=) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	4.019.137	1.036.039	(210.315)	(322.703)	4.522.158

Notas Explicativas

a.2) a provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

a.2.1) nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

a.2.2) para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se as operações no âmbito do Pronaf (Grupos A, A/Microcrédito, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes, Estiagem/98, Semiárido-Seca 2012 e Seca-2012-Custeio), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN nº 4.966; e

a.2.3) o risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Devedores por Repasses do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração nº 147, de 05.04.2018. Nos financiamentos contratados com recursos do FNE, com base nas Leis nºs 12.716, de 21.09.2012 e 12.844, de 19.07.2013, destinados à liquidação de operações do Banco com outras fontes

a.2.4) em observância ao Inciso "V", do Art. 9º, da Resolução CMN 4.966, as garantias financeiras prestadas pelo Banco, após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo valor das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por ser maior que o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida.

Nota 14 - Provisão para Perdas Esperadas com Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar

Composição do Saldo Exposto e da Provisão sobre Compromissos de Créditos e Créditos a Liberar				
Compromissos de Créditos	30.06.2026		31.12.2025	
	Saldo Exposto	Provisão	Saldo Exposto	Provisão
Pessoa Jurídica	417.428	11.210	224.041	2.214
Pessoa Física	229.210	6.501	434.000	10.162
Créditos a Liberar	Saldo Exposto	Provisão	Saldo Exposto	Provisão
Pessoa Jurídica	741.736	4.380	32.729	454
Pessoa Física	52.011	596	1.053.665	12.059
Total	1.440.385	22.688	1.744.435	24.889

Nota 15 - Ativos Contingentes, Passivos Contingentes e Provisões

a) Os Ativos Contingentes não são reconhecidos contabilmente. Contudo, existem três processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável: o primeiro, de R\$ 19.000, que se trata de indenização por danos materiais; o segundo no valor de R\$ 8.436, que se trata de ação anulatória de decisão administrativa e restituição de indébito; e o terceiro no valor de R\$ 607, que se trata de ação de indenização por danos materiais.

b) O Banco é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista, e outros que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. A Administração do Banco entende que as provisões constituídas são suficientes para atender a probabilidade de perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos, conforme quadro a seguir:

Notas Explicativas

Especificação	30.06.2026		31.12.2025	
	Valor da Base	Provisão	Valor da Base	Provisão
b.1) Fiscais	10.704.673	32.976	9.820.923	38.445
Provável (Nota 15 f.i)	32.976	32.976	38.445	38.445
Possível	10.671.697		9.782.478	-
b.2) Trabalhistas	505.518	429.594	491.320	403.981
Provável (Nota 15 f.ii)	429.594	429.594	403.981	403.981
Possível	75.924		87.339	-
b.3) Causas Cíveis	5.645.718	1.115.025	4.534.510	723.536
Provável (Nota 15 f.iii)	1.115.025	1.115.025	723.536	723.536
Possível	4.530.693		3.810.974	-
b.4) Outras Contingências (Nota 15 f.iv)	428.240	17.734	399.575	16.634
i) Operações Securitizadas	444	444	444	444
ii) Outras	427.796	17.290	399.131	16.190
Provável	17.290	17.290	16.190	16.190
Possível	410.506		382.941	-

c) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedades de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de cobrança de dívidas oriundas de operações de crédito, cuja avaliação da provisão e do passivo contingente é realizada pela área jurídica do Banco.

d) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o Banco é parte, classificados como risco de perda possível:

Fiscal

O montante de contingência passiva relacionada às causas fiscais está concentrado em 06 (seis) ações originárias de autos de infração lavrados pelas Fazendas Públicas Municipais, visando à cobrança de tributos. As estimativas de perdas financeiras somadas perfazem R\$ 9.782.995 em 30.06.2026 (R\$ 8.806.843, em 31.12.2025).

Outras Causas

O montante de contingência passiva relacionada às outras causas está concentrado em 01 (um) processo administrativo relacionado ao pedido de pagamento de multa/custos financeiros, para o qual a estimativa de valor perfaz, R\$ 353.685 em 30.06.2026 (R\$ 329.880 em 31.12.2025).

Cível

Processo no qual a parte adversa busca ressarcimento de natureza material, com os pedidos de pagamento de indenização e de honorários advocatícios, argumentando possível privação de lucros e danos patrimoniais. A estimativa de valor perfaz R\$ 1.510.83 em 30.06.2026 (R\$ 1.374.548 em 31.12.2025).

Ação revisional de contrato com pedido de ressarcimento por perdas, danos (morais e materiais), lucros cessantes e danos emergentes. A estimativa de valor total perfaz, em 30.06.2026, R\$ 600.802, sendo R\$ 587.731 classificado como risco possível e R\$ 13.071, como risco provável. (Em 31.12.2025, o valor era R\$ 11.892, classificado como risco provável).

Ação indenizatória que visa pagamento de lucro cessante, pagamento de honorários advocatícios, multa e danos morais, alegando suposta ausência de prestação de assistência técnica. A estimativa de valor total perfaz, em 30.06.2026, R\$ 191.268, sendo R\$ 178.580 classificado como risco possível e R\$ 12.687 como risco provável. (Em 31.12.2025 a estimativa total era de R\$ 174.015 sendo R\$ 162.472 classificado como risco possível e R\$ 11.543 como risco provável).

Ação declaratória que tem como pedidos pagamento de repetição de indébito, pagamento de multa e honorários advocatícios baseados em suposta não liberação de recursos. A estimativa de valor perfaz R\$ 167.816 em 30.06.2026 (R\$ 152.678 em 31.12.2025).

e) Os Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos estão assim representados:



Notas Explicativas

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Demandas Trabalhistas	387.126	352.386
Demandas Fiscais	62.512	60.665
Demandas Cíveis	192.389	199.576
Outras Demandas	379	354
Contragarantia Operações Repasses BID	37.477	41.312
Total	679.883	654.293

Movimentação das Provisões

f) Fiscais, Trabalhistas, Cíveis e Outras

Especificação	30.06.2026				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 15.b.1)	38.445	6.872	(12.268)	(73)	32.976
ii) Trabalhistas (Nota 15.b.2)	403.981	66.950	(16.379)	(24.958)	429.594
iii) Cíveis (Nota 15.b.3)	723.536	486.685	(45.905)	(49.291)	1.115.025
iv) Outras (Nota 15.b.4)	16.634	1.172	(71)	(1)	17.734
Total	1.182.596	561.679	(74.623)	(74.323)	1.595.329

Especificação	31.12.2025				
	Saldo inicial	Constituição	Reversão	Pagamento	Saldo Final
i) Fiscais (Nota 15.b.1)	36.596	26.806	(9.173)	(15.784)	38.445
ii) Trabalhistas (Nota 15.b.2)	405.488	261.185	(133.401)	(129.291)	403.981
iii) Cíveis (Nota 15.b.3)	606.697	396.220	(191.405)	(87.976)	723.536
iv) Outras (Nota 15.b.4)	16.112	2.677	(2.056)	(99)	16.634
Total	1.064.893	686.888	(336.035)	(233.150)	1.182.596

Nota 16 - Benefícios Pós-Emprego

Na forma preconizada na Resolução CMN nº 4.877, de 23.12.2020, que recepcionou o Pronunciamento CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, são apresentadas, a seguir, as práticas e procedimentos contábeis adotados pelo Banco quanto aos benefícios pós-emprego.

a) Descrição dos Planos de Benefícios

a.1) Planos de Previdência

O Banco é patrocinador de dois planos de previdência complementar, um plano do tipo Benefício Definido (BD) e um plano de Contribuição Variável (BD + CD), administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Capef), entidade fechada de previdência complementar.

a.1.1) Plano BD

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, que se encontra fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999, oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes

a.1.2) Plano CV I

O plano CV I, classificado na modalidade de contribuição variável, conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido. Esse plano oferta aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

Os benefícios de aposentadoria programada do plano CV I são calculados com base no saldo da conta individual de cada participante, existente na data da aposentadoria, e são pagos em duas fases, a primeira na forma de renda certa com prazo certo, na modalidade Contribuição Definida (CD), e a segunda na forma de renda vitalícia, na modalidade Benefício Definido (BD).

Notas Explicativas

a.2) Plano de Assistência Médica

O Banco é patrocinador e mantenedor de plano de saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil (Camed), denominado Plano Natural, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

a.1) Seguro de Vida em Grupo

O Banco mantém como política de benefícios um contrato de apólice coletiva de seguro de vida em grupo, destinada a seus empregados e ex-empregados já aposentados. A apólice prevê cobertura básica: morte por causas naturais e acidentais e cobertura adicional de invalidez por acidente e por doença. Os prêmios de seguro são determinados pela aplicação de taxas definidas em contrato, contribuindo os empregados com 50% do valor desse prêmio e o Banco com os demais 50%. Os aposentados são responsáveis pelo pagamento integral do valor do prêmio. O Banco avalia atuarialmente o benefício que se constitui em subsídio indireto aos atuais aposentados.

a.2) Governança

São responsáveis pela administração e fiscalização da Capef os seguintes órgãos estatutários: Conselho Deliberativo, Diretoria-Executiva e Conselho Fiscal. O Conselho Deliberativo é o órgão de decisão e orientação superior, cabendo-lhe precipuamente a definição da política de administração da Capef e de seus planos de benefícios. A Diretoria-Executiva é o órgão de administração da Capef, cabendo-lhe executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente, no Estatuto da Capef, nos regulamentos dos planos de benefícios e nos Convênios e Termos de Adesão. O Conselho Fiscal é o órgão de controle interno, cabendo-lhe, principalmente, as funções de acompanhamento e fiscalização das atividades da Capef.

A Camed tem como órgãos estatutários: Corpo Social, Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal. O Corpo Social, composto pelos associados, é o órgão supremo de decisão, com poderes para resolver todos os assuntos e negócios relativos ao pleno funcionamento e desenvolvimento da Camed. O Conselho Deliberativo da Camed é órgão de acompanhamento e de superior deliberação administrativa. Cabe à Diretoria Executiva executar e fazer executar as diretrizes e normas gerais fixadas pelo Conselho Deliberativo e demais disposições contidas na legislação pertinente no Estatuto da Camed e nos regulamentos internos. O Conselho Fiscal é o órgão de fiscalização dos atos de gestão da Camed, cabendo-lhe, precipuamente, as funções de acompanhamento e orientação das atividades da empresa.

Os membros dos órgãos estatutários das duas Entidades são escolhidos de forma a conferir representatividade aos Participantes, aos Beneficiários Assistidos e aos Patrocinadores, com base nos critérios estabelecidos em seus Estatutos.

a.3) Estratégias de Confrontação de Ativos e Passivos

A Capef conta com áreas específicas para administração dos investimentos, além de assessoria de gestão que reforça o monitoramento dos riscos de investimentos. Os investimentos são acompanhados de modo a se verificar questões voltadas a enquadramentos, retornos dos ativos e acompanhamento da evolução da meta atuarial do plano.

A Camed possui instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

b) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 30.06.2026, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos previdenciários, BD e CVI, ao plano de assistência médica, plano Natural, e ao seguro de vida em grupo, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas passíveis de inclusão na mensuração da obrigação de benefício definido.

Notas Explicativas

c) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinador)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco atende a paridade estabelecida na Resolução nº 09, de 08.10.1996, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (CCE), registrando em 30.06.2026, a relação contributiva de 1:1 (1:1 em 31.12.2025).

d) Exposição ao risco

O Passivo Atuarial do Banco, que registra as obrigações sobre os planos BD, CV I, Natural e Seguro de Vida em Grupo está exposto, principalmente, aos seguintes riscos:

Plano	Tipo de Risco	Descrição do Risco
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco Atuarial	O custo final dos benefícios adquiridos ser maior que os benefícios esperados. O Banco não possui alternativa a não ser aumentar a contribuição paritária ou persuadir os participantes a aceitar uma redução dos benefícios.
BD/ CV I/ Natural	Risco dos investimentos	Está relacionado às variações nas taxas de juros e preços dos ativos que influenciam no desempenho econômico-financeiro do plano de benefícios. Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá gerar um aumento do passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Risco das premissas atuariais	Está relacionado à adoção de premissas atuariais não aderentes aos planos, quando do cálculo do valor presente da obrigação de benefício definido, resultando em impacto relevante no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Taxa de desconto	O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base nos rendimentos dos títulos públicos (NTN-B), conforme item 83 do CPC 33 (R1). Diminuição nos rendimentos desses títulos ocasiona elevação no passivo atuarial.
BD/ CV I/ Natural/ Seguro de Vida em Grupo	Riscos de Expectativa de Vida	Os planos de benefícios pós-emprego oferecem benefícios vitalícios, logo, o aumento na expectativa de vida resulta em elevação do passivo atuarial para os planos BD, CV I e Natural e uma redução do passivo atuarial para o Seguro de Vida em Grupo.

e) Número de Participantes dos Planos de Benefícios Pós-emprego

Especificação	30.06.2026				31.12.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro	BD	CV I	Natural	Seguro
Ativos	827	6.109	5.594	4.571	990	6.092	5.826	4.757
Assistidos	5.074	580	5.381	3.435	4.957	506	5.262	3.288
Total	5.901	6.689	10.975	8.006	5.947	6.598	11.088	8.045

Notas Explicativas

f) Premissas utilizadas

Especificação	30.06.2026				31.12.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro	BD	CV I	Natural	Seguro
Premissas Biométricas ⁽¹⁾								
Tábuas de Mortalidade ⁽²⁾	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014	RP 2000	RP 2014
Tábuas de Mortalidade Invalídos ⁽³⁾	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>	RP 2000 <i>Disabled</i>
Tábua de Entrada em Invalidez ⁽⁴⁾	Light Forte	Muller	Light Forte	Muller	Light Forte	Muller	Light Forte	Muller
Premissas Financeiras (%)								
Taxa real de desconto ⁽⁵⁾	8,11	7,56	7,56	7,56	7,44	7,13	7,16	7,16
Taxa de inflação anual ⁽⁶⁾	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00	4,00
Premissas Econômicas (%)								
Crescimento salarial ⁽⁷⁾	5,04	PCR e hipóteses de progresso de função	5,04	5,04	5,04	PCR e hipóteses de progresso de função	5,04	5,04
Aumento médio dos benefícios ⁽⁸⁾	4,00	4,00	2,00	Ativos: 5,04 Aposentados: 4,00	4,00	4,00	2,00	Ativos: 5,04 Aposentados: 4,00
Fator capacidade	98,22	98,22	-	98,22	98,22	98,22	-	98,22
Evolução dos custos médicos em decorrência do envelhecimento (<i>Aging Factor</i>)	N/A	N/A	3,40	N/A	N/A	N/A	3,43	N/A
Método Atuarial	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC	PUC

⁽¹⁾ As premissas biométricas utilizadas no cálculo da obrigação dos planos baseiam-se nas adotadas em avaliações atuariais, no âmbito da Caepef. Para o plano Natural são utilizadas as premissas demográficas do plano BD e para o Seguro de Vida em Grupo as do plano CV I, de acordo com suas características populacionais;

⁽²⁾ BD e Natural: RP 2000 - Proj. 2023 (Escala AA) segmentada por sexo, desagregada em 20% e CV I e Seguro: RP 2014 Proj. 2023 (Escala MP-2021) segmentada por sexo;

⁽³⁾ Segmentada por sexo;

⁽⁴⁾ Light Forte desagregada em 96% e Muller suavizada em 82%;

⁽⁵⁾ Taxa de desconto equivale à expectativa de retorno da Nota do Tesouro Nacional (NTN-B), para o período da "duration" dos planos, conforme metodologia prevista no item 83 do CPC 33 (R1), recepcionado pela Resolução CMN nº 4.877. Para os planos BD, Camed e Seguro utiliza-se o método de interpolação;

⁽⁶⁾ A taxa de inflação futura é utilizada no cálculo do Valor Presente da Obrigação Atuarial, visando à mensuração do "floating" inflacionário decorrente do congelamento, por ciclos anuais, de contribuições e benefícios futuros, admitindo-se neste cálculo a ocorrência de processo inflacionário de igual intensidade para todas as variáveis salariais, assistenciais, previdenciais e econômicas do plano;

⁽⁷⁾ Plano BD: a taxa de crescimento salarial real de 1% é aplicada até que o participante atinja a data prevista para aposentadoria (360 contribuições). Plano CV I: a projeção de crescimento real de salário de cada participante segue as regras do plano de cargos e de funções do Banco.

⁽⁸⁾ No caso do plano Natural, trata-se da projeção de aumento dos custos médicos (HCCTR); e no caso do seguro de vida, trata-se da projeção de aumento do capital segurado de ativos.

Notas Explicativas

g) Valores Reconhecidos nas Demonstrações Financeiras:

Plano BD	30.06.2026			31.12.2025
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(4.318.348)	3.771.799	(546.549)	(550.049)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(242.997)	212.228	(30.769)	(57.635)
1 - Custo do Serviço Corrente	(1.597)	-	(1.597)	(3.373)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	9	9	94
3 - Receita ou Despesa de Juros	(241.400)	212.219	(29.181)	(54.356)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	81.085	(19.056)	62.029	(40.758)
4 - Remensurações (4.1+4.2)	81.085	(19.056)	62.029	(40.758)
4.1 - Alterações de premissas financeiras – taxa de desconto ⁽¹⁾	218.303	(19.056)	199.247	115.382
4.2 - Experiência do plano	(137.218)	-	(137.218)	(156.140)
Outros (5+6+7)	248.172	(200.559)	47.613	101.893
5 - Benefícios Pagos	299.694	(299.694)	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora ⁽²⁾	-	47.613	47.613	101.893
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(51.522)	51.522	-	-
Valor Final do Período	(4.232.088)	3.764.412	(467.676)	(546.549)
Relativa aos participantes assistidos	(3.803.593)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(428.495)	-	-	-
Vencimento até 12 meses	-	-	(102.648)	(98.829)
Vencimento acima de 12 meses	-	-	(365.028)	(447.720)

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); e

⁽²⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

Plano CV I	30.06.2026				31.12.2025
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Efeito do teto do Ativo	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(64.561)	195.935	(131.374)	-	-
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(3.819)	12.996	(7.658)	1.519	2.884
1 - Custo do Serviço Corrente	(245)	-	-	(245)	(407)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	1.764	-	1.764	3.291
3 - Receita ou Despesa de Juros	(3.574)	11.232	(7.658)	-	-
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	6.243	9.635	(19.153)	(3.275)	(6.161)
4 - Remensurações (4.1+4.2)	6.243	9.635	(19.153)	(3.275)	(6.161)
4.1 - Alterações de premissas financeiras – taxa de desconto ⁽¹⁾	3.597	9.635	-	13.232	28.623
4.2 - Experiência do plano	2.646	-	(19.153)	(16.507)	(34.784)
Outros (5+6+7)	(6.861)	8.617	-	1.756	3.277
5 - Benefícios Pagos	1.261	(1.261)	-	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora	-	1.756	-	1.756	3.277
7 - Reversão de saldo de contribuições da parte CD para a parte BD do plano	(8.122)	8.122	-	-	-
Valor Final do Período	(68.998)	227.183	(158.185)	-	-
Relativa aos participantes assistidos	(8.404)	-	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(60.594)	-	-	-	-

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo); para o efeito do teto do Ativo: efeito na restrição do Ativo.

Notas Explicativas

Plano Natural	30.06.2026			31.12.2025
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(2.178.817)	275.775	(1.903.042)	(1.567.454)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(132.908)	17.576	(115.332)	(177.768)
1 - Custo do Serviço Corrente	(10.414)	-	(10.414)	(17.619)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	1.070	1.070	2.028
3 - Receita ou Despesa de Juros	(122.494)	16.506	(105.988)	(162.177)
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	(65.083)	59.422	(5.661)	(257.481)
4 - Remensurações (4.1+4.2+4.3)	(65.083)	59.422	(5.661)	(257.481)
4.1 - Alterações de premissas financeiras - taxa de desconto ⁽¹⁾	96.204	59.422	155.626	(59.883)
4.2 - Experiência do plano	(161.287)	-	(161.287)	(183.826)
4.3 - Alterações de premissas demográficas	-	-	-	(13.772)
Outros (5+6+7+8+9)	86.773	(30.773)	56.000	99.661
5 - Benefícios Pagos ⁽²⁾	105.999	(105.999)	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora ⁽³⁾	-	59.226	59.226	105.767
7 - Devolução das Contribuições da Patrocinadora	-	(3.226)	(3.226)	(6.106)
8 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(19.604)	19.604	-	-
9 - Despesas Administrativas	378	(378)	-	-
Valor Final do Período	(2.290.035)	322.000	(1.968.035)	(1.903.042)
Relativa aos participantes assistidos	(1.627.453)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(662.582)	-	-	-
Vencimento até 12 meses	-	-	(89.048)	(77.280)
Vencimento acima de 12 meses	-	-	(1.878.987)	(1.825.762)

⁽¹⁾ Para o Ativo do Plano: retorno sobre o Ativo do plano, excluindo montante incluído nos juros líquidos sobre o valor líquido do Ativo (Passivo);

⁽²⁾ Líquidos das coparticipações pagas pelos participantes; e

⁽³⁾ Contribuições relativas aos participantes ativos e assistidos.

Seguro de vida	30.06.2026			31.12.2025
	Valor presente da obrigação	Ativo do Plano	Valor líquido do Ativo (Passivo)	Valor líquido do Ativo (Passivo)
Valor do Início do Período	(234.066)	-	(234.066)	(203.974)
Valores Reconhecidos no Resultado (1+2+3)	(14.008)	2.207	(11.801)	(19.018)
1 - Custo do Serviço Corrente	(872)	-	(872)	(1.519)
2 - Contribuições dos Participantes Ativos	-	2.207	2.207	4.156
3 - Receita ou Despesa de Juros	(13.136)	-	(13.136)	(21.655)
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	16.414	-	16.414	(17.865)
4 - Remensurações (4.1+4.2)	16.414	-	16.414	(17.865)
4.1 - Alterações de premissas financeiras - taxa de desconto	10.377	-	10.377	(24.763)
4.2 - Experiência do plano	6.037	-	6.037	6.898
Outros (5+6+7)	5.624	(2.207)	3.417	6.791
5 - Benefícios Pagos	7.458	(7.458)	-	-
6 - Contribuições da Patrocinadora	-	3.417	3.417	6.791
7 - Contribuições dos Participantes Assistidos	(1.834)	1.834	-	-
Valor Final do Período	(226.036)	-	(226.036)	(234.066)
Relativa aos participantes assistidos	(194.152)	-	-	-
Relativa aos participantes ativos	(39.026)	-	-	-
Subsídio cruzado	7.142	-	-	-
Vencimento até 12 meses	-	-	(7.219)	(6.147)
Vencimento acima de 12 meses	-	-	(218.817)	(227.919)

Notas Explicativas

g.1) Valores Reconhecidos no Resultado

Especificação	01.01 a 30.06.2026				01.01 a 31.06.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.588)	1.519	(9.344)	1.335	(1.673)	1.337	(7.797)	1.456
2. Juros Líquidos	(29.181)	-	(105.988)	(13.136)	(27.178)	-	(81.089)	(10.827)
3. Subtotal Reconhecido no Resultado (1+2) ⁽¹⁾	(30.769)	1.519	(115.332)	(11.801)	(28.851)	1.337	(88.886)	(9.371)
4. Despesas Administrativas	(1.534)	-	-	-	(1.405)	-	-	-
5. Contribuições Parte CD	-	(55.372)	-	-	-	(47.044)	-	-
6. Contribuições de funcionários cedidos, ressarcidas ao Banco	-	155	23	3	-	191	45	5
7. Projeção contribuição 13º salário	-	-	-	-	(116)	(3.933)	-	-
8. Valor apropriado em Despesas	(32.303)	(55.217)	(115.309)	(11.798)	(30.372)	(50.786)	(88.841)	(9.366)
9. Total Reconhecido em Resultado	(32.303)	(53.698)	(115.309)	(11.798)	(30.372)	(49.449)	(88.841)	(9.366)

⁽¹⁾ Para Plano CV I: Valor registrado na rubrica "Reversão de Provisões Operacionais".

g.2) Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido

Especificação	30.06.2026				31.12.2025			
	BD	CV I	Natural	Seguro	BD	CV I	Natural	Seguro
Valores Projetados para Reconhecimento no Patrimônio Líquido	62.029	(3.275)	(5.661)	16.414	(40.758)	(6.161)	(257.481)	(17.865)
Diferença de projeção das contribuições ⁽¹⁾	-	-	-	(12)	-	-	-	17
Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido	62.029	(3.275)	(5.661)	16.402	(40.758)	(6.161)	(257.481)	(17.848)

⁽¹⁾ Decorrente das projeções das contribuições patronais do mês de dezembro/25.

h) Política de Investimento e Alocação dos Valores Justos dos Planos

As políticas de investimentos, para os planos BD e CV I, são elaboradas anualmente para um período de 5 (cinco) anos, sendo objeto de aprovação pelo Conselho Deliberativo da Capef e têm como principal objetivo definir procedimentos norteadores para administração dos ativos em confronto com as despesas de benefícios, buscando o equilíbrio atuarial de cada plano. As metas dos planos a serem alcançadas em seus investimentos são representadas por:

Plano	BD	CV I
Meta	INPC + 5,25% a.a	IPCA + 5,00% a.a

Para alocação dos recursos e os limites por segmento de aplicação são consideradas as diretrizes da Resolução CMN nº 4.994, de 24.03.2022 e suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade dos planos, bem como, proposta de alocação definida nas referidas políticas de investimentos dos planos. A proposta de alocação de recursos para os Planos BD e CV I é revisada a qualquer tempo, em razão de fato relevante que venha alterar substancialmente as premissas macroeconômicas consideradas.

As deliberações sobre investimentos do Plano Natural são aprovadas pela Diretoria Executiva e submetidas ao Conselho Deliberativo da Camed. Para os investimentos que possuem vinculação com garantias financeiras junto ao órgão regulador, Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), são observados os limites e condições estabelecidos nos normativos da ANS.

Carteira de Investimento (% de alocação)	30.06.2026			31.12.2025		
	BD	CV I	Natural	BD	CV I	Natural
Renda Fixa	90,59	85,94	90,82	91,00	89,03	88,58
Renda Variável	0,73	2,39	7,86	0,79	-	9,87
Imobiliários	4,51	-	1,32	4,64	-	1,55
Operações com Participantes	2,74	7,72	-	2,66	7,37	-
Instrumentos Estruturados	1,42	3,95	-	0,92	3,60	-

Notas Explicativas

i) Análise de Sensibilidade do Valor Presente da Obrigação

Especificação	Valor Presente da Obrigação			
	BD	CV I	Natural	Seguro
Taxa de desconto				
Acréscimo de 1,00%	(297.133)	(8.581)	(229.106)	(22.732)
Decréscimo de 1,00%	335.824	10.513	280.335	27.645
Tábua de Mortalidade				
Agravamento (-10%)	(109.118)	(1.918)	(87.297)	12.683
Desagravamento (+10%)	140.168	2.154	98.960	(13.715)
Inflação Médica				
Acréscimo de 1,00%	-	-	336.818	-
Decréscimo de 1,00%	-	-	(279.116)	-

j) Impactos nos Fluxos de Caixas Futuros

j.1) Contribuições

Especificação	Plano BD ⁽¹⁾	Plano CV I ⁽²⁾	Natural	Seguro
1. Contribuições da Patrocinadora	56.395	1.900	58.871	3.935
2. Contribuições dos Participantes Ativos	9	1.884	1.113	2.295
3. Contribuições dos Participantes Assistidos	56.386	-	31.683	1.907

⁽¹⁾ Exceto contribuições destinadas ao custeio administrativo;

⁽²⁾ Exceto contribuições destinadas à parte CD do plano.

j.2) Benefícios

Especificação	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Até 1 ano	518.388	4.070	144.173	11.598
2. Acima de 1 ano até 2 anos	495.274	3.920	149.839	12.449
3. Acima de 2 anos até 3 anos	475.595	3.780	155.496	13.295
4. Acima de 3 anos até 4 anos	453.791	3.651	160.353	14.069
5. Acima de 4 anos e até 10 anos	2.249.448	19.627	1.039.217	100.460
Duration	6,54	13,19	12,36	13,88

k) Estimativa de Despesas

Especificação	BD	CV I	Natural	Seguro
1. Custo do Serviço Corrente Líquido	(1.587)	1.639	(9.301)	1.423
2. Juros Líquidos	(29.181)	-	(105.988)	(13.136)
Valores a Reconhecer no Resultado	(30.768)	1.639	(115.289)	(11.713)

Notas Explicativas

Nota 17 – Ativos e Passivos Fiscais

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) por estimativa. As despesas de IRPJ e CSLL estão demonstradas no quadro abaixo:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2025
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações	1.698.386	2.238.954	1.698.386	2.238.954
Participações Estatutárias sobre o Lucro (PLR)	(85.445)	(113.752)	(85.445)	(113.752)
Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	1.612.941	2.125.202	1.612.941	2.125.202
Adições/Exclusões Permanentes	(334.478)	(362.002)	(335.722)	(363.170)
Adições/Exclusões Temporárias	463.770	288.717	463.770	288.717
Resultado Tributável	1.742.233	2.051.917	1.740.989	2.050.749
Despesas de Provisão de IRPJ e CSLL - antes dos Incentivos Fiscais e da Reserva de Reavaliação	(435.546)	(512.967)	(348.198)	(410.150)
Deduções (Incentivos Fiscais)	16.556	9.453	-	-
Provisão de Tributos de IRPJ/CSLL sobre a realização da Reserva de Reavaliação	15	15	12	12
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	(6.642)	-	(5.314)
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL - após os incentivos fiscais, Reserva de Reavaliação e Ajustes de LPA	(418.975)	(510.142)	(348.186)	(415.452)
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Decorrentes de Créditos Recuperados e Depreciação	(19.329)	3.898	(15.463)	3.118
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	(438.304)	(506.244)	(363.649)	(412.334)
Ajustes de Exercícios Anteriores	9		7	
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social ajustada	(438.295)	(506.244)	(363.642)	(412.334)
Créditos Tributários de IRPJ/CSLL – Provisões	136.893	98.371	109.515	78.684
Total de IRPJ/CSLL	(301.402)	(407.873)	(254.127)	(333.650)
Alíquota Efetiva (%)	18,69	19,19	15,76	15,70
a.2) Especificação da Provisão de IRPJ e CSLL	30.06.2026	30.06.2025	30.06.2026	30.06.2025
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	418.975	510.142	348.186	415.452
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	15	15	12	12
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	(6.642)	-	(5.314)
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	418.990	503.514	348.198	410.150
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(225.381)	(255.709)	(143.104)	(165.727)
Valor dos Tributos a Recolher (a Compensar) do Período	193.609	247.805	205.094	244.423

Notas Explicativas

b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL

Especificação	01.01 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2025
I) Resultado antes dos Tributos e Participações	1.698.386	2.238.954
- Participações Estatutárias nos Lucros	(85.445)	-
II) Resultado antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias	1.612.941	-
III) Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (45%)	(725.823)	(1.007.529)
IV) Ajustes para apuração da alíquota efetiva:	170.278	266.006
- JCP	119.552	174.803
- Outras Rendas / FNE/Dei Credere/Ops Repasse-Lei 7827-ART. 9 A	34.197	36.314
- Diferenças Temporárias - Provisões Atuariais	23.239	64.894
- Diferenças Temporárias - Outras Provisões Indedutíveis	(3.806)	1.162
- Diferenças Temporárias – Receitas Diferidas	(1.343)	(39)
- Diferenças Temporárias - Ops c/Reembolso Maior que 10 anos	(16.309)	(12.214)
- Ajuste a Valor de Mercado	-	356
- Incentivos Fiscais	16.583	9.507
- Adições Permanentes, Líquidas	(1.835)	(8.777)
V) Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(555.545)	(741.523)
VI) Imposto de renda/ contribuição social diferidos	246.408	177.055
VII) Imposto de renda/ contribuição social correntes	(801.953)	(918.578)
VIII) Despesas Tributárias antes dos Ajustes (V + VI)	(555.545)	(741.523)
IX) Ajustes de Exercícios Anteriores	16	-
X) Despesas Tributárias Ajustadas (VII + VIII)	(555.529)	(741.523)
XI) Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,44%	33,1%

Notas Explicativas

c) Ativos Fiscais Diferidos

Especificação	30.06.2026		31.12.2025		30.06.2026	31.12.2025
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Provisões (PCLD)						
Saldo Inicial	954.987	763.996	828.333	662.686	1.718.983	1.491.019
Constituição	338.308	270.667	512.080	409.670	608.975	921.750
Realização/Reversão	(322.212)	(257.789)	(385.426)	(308.360)	(580.001)	(693.786)
Saldo Final	971.083	776.874	954.987	763.996	1.747.957	1.718.983
b) Provisões – Operações Alongadas						
Saldo Inicial	111	88	103	83	199	186
Constituição	-	-	59	47	-	106
Realização/Reversão	-	-	(51)	(42)	-	(93)
Saldo Final	111	88	111	88	199	199
c) Provisões Atuariais						
Saldo Inicial	289.299	231.440	268.028	214.423	520.739	482.451
Constituição	52.386	41.908	74.893	59.915	94.294	134.808
Realização/Reversão	(27.578)	(22.063)	(53.622)	(42.898)	(49.641)	(96.520)
Saldo Final	314.107	251.285	289.299	231.440	565.392	520.739
d) Programa de Desligamento Voluntário (PDV)						
Saldo Inicial	7.404	5.923	-	-	13.327	-
Constituição	-	-	17.534	14.027	-	31.561
Realização/Reversão	(7.404)	(5.923)	(10.130)	(8.104)	(13.327)	(18.234)
Saldo Final	-	-	7.404	5.923	-	13.327
e) Receitas Diferidas (TJEO)						
Saldo Inicial	27.800	22.239	-	-	50.039	-
Constituição	1.417	1.134	28.437	22.749	2.551	51.186
Realização/Reversão	(1.861)	(1.488)	(637)	(510)	(3.349)	(1.147)
Saldo Final	27.356	21.885	27.800	22.239	49.241	50.039
f) Provisões Contingenciais						
Saldo Inicial	295.538	236.431	262.032	209.626	531.969	471.658
Constituição	140.420	112.336	175.803	140.642	252.756	316.445
Realização/Reversão	(39.345)	(31.476)	(142.297)	(113.837)	(70.821)	(256.134)
Saldo Final	396.613	317.291	295.538	236.431	713.904	531.969
g) Instrumentos Financeiros Derivativos (IFD)						
Saldo Inicial	9.282	7.425	2.355	1.884	16.707	4.239
Constituição	2.579	2.063	12.020	9.616	4.642	21.636
Realização/Reversão	(11.601)	(9.280)	(5.093)	(4.075)	(20.881)	(9.168)
Saldo Final	260	208	9.282	7.425	468	16.707
h) TVM						
Saldo Inicial	2.472	1.978	4.910	3.928	4.450	8.838
Constituição	12.641	10.113	1.713	1.370	22.754	3.083
Realização/Reversão	(857)	(686)	(4.151)	(3.320)	(1.543)	(7.471)
Saldo Final (Nota 7.a.1)	14.256	11.405	2.472	1.978	25.661	4.450
Efeito no Patrimônio Líquido						
i) TVM						
Saldo Inicial	252.758	202.207	275.953	220.762	454.965	496.715
Constituição	220.009	176.007	398.857	319.087	396.016	717.944
Realização/Reversão	(174.541)	(139.633)	(422.052)	(337.642)	(314.174)	(759.694)
Saldo Final (Nota 7.b)	298.226	238.581	252.758	202.207	536.807	454.965
j) Ajustes de Avaliação Atuarial						
Saldo Inicial	233.612	186.890	153.050	122.440	420.502	275.490
Constituição	84.179	67.342	141.792	113.434	151.521	255.226
Realização/Reversão	(101.553)	(81.242)	(61.230)	(48.984)	(182.795)	(110.214)
Saldo Final	216.238	172.990	233.612	186.890	389.228	420.502

Notas Explicativas

Os saldos dos créditos ativados e não ativados de IRPJ e CSLL estão a seguir demonstrados:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	30.06.2026	31.12.2025	30.06.2026	31.12.2025
1. Total das Diferenças Temporárias	9.633.231	10.284.214	9.633.231	10.284.214
2. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	2.408.308	2.571.053	1.926.646	2.056.843
3. Créditos Tributários Ativados sobre Provisões	1.925.508	1.808.751	1.540.413	1.447.007
4. Créditos Tributários Ativados decorrentes da marcação a mercado de TVM	312.742	264.512	250.194	211.610
5.Total de Créditos Tributários Ativados (item 3 + item 4) ⁽¹⁾	2.238.250	2.073.263	1.790.607	1.658.617
6. Créditos Tributários Não Ativados (item 2 - item 5) ⁽²⁾	170.057	497.790	136.040	398.226

⁽¹⁾ Registrados em "Ativos Fiscais Diferidos"; e

⁽²⁾ Não ativados por não atenderem aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.842, de 30.07.2020, conforme estudo técnico sobre a constituição de ativos e passivos fiscais diferidos, elaborado semestralmente. Os créditos que não foram ativados decorrem de (a) PCLD, em relação aos reembolsos superiores a 10 anos, em respeito ao inc. I, do art. 4.º, da Res. CMN nº.4.842/2020; (b) provisão atuarial, cujo fluxo de contribuições está inferior à provisão contábil, não sendo assim possível constituir o crédito tributário sobre toda a provisão, pois se limita ao fluxo, conforme premissa definida no Estudo Técnico; (c) Receita Diferida TJEO, para as operações de crédito em atraso, que não possuem previsão de reembolso; (d) provisões contingenciais, em relação aos processos fiscais que estão acima da média de 10 anos.

Os valores previstos de realizações dos Ativos Fiscais Diferidos na posição de 30.06.2026, estão a seguir demonstrados:

Exercício ⁽¹⁾	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2026	374.121	355.673	299.303	284.545	673.424	640.218
2027	385.979	352.272	308.784	281.818	694.763	634.090
2028	285.505	257.751	228.404	206.201	513.909	463.952
2029	148.298	117.409	118.638	93.927	266.936	211.336
2030	132.842	100.058	106.274	80.047	239.116	180.105
2031	118.455	85.346	94.764	68.276	213.219	153.622
2032	102.454	71.508	81.964	57.206	184.418	128.714
2033	58.524	46.202	46.819	36.961	105.343	83.163
2034	50.655	40.318	40.524	32.255	91.179	72.573
2035	106.915	98.418	85.532	78.734	192.447	177.152
Acima de 2035	474.502	472.490	379.601	377.992	854.103	850.482
Total	2.238.250	1.997.445	1.790.607	1.597.962	4.028.857	3.595.407

⁽¹⁾ Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas over – Selic média, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2026

Notas Explicativas

d) Passivos Fiscais Diferidos

Especificação	30.06.2026		31.12.2025		30.06.2026	31.12.2025
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	Total	
Efeito no Resultado						
a) Instrumentos Financeiros Derivativos						
Saldo Inicial	-	-	2.169	1.735	-	3.904
Constituição	6.727	5.381	4.192	3.354	12.108	7.546
Realização/Reversão	(3.117)	(2.493)	(6.361)	(5.089)	(5.610)	(11.450)
Saldo Final	3.610	2.888	-	-	6.498	-
b) Item Objeto de Hedge						
Saldo Inicial	5.544	4.435	6.225	4.980	9.979	11.205
Constituição	4.016	3.213	13.484	10.787	7.229	24.271
Realização/Reversão	(1.465)	(1.172)	(14.165)	(11.332)	(2.637)	(25.497)
Saldo Final	8.095	6.476	5.544	4.435	14.571	9.979
c) TVM						
Saldo Inicial	897	717	2.168	1.734	1.614	3.902
Constituição	14.280	11.425	1.649	1.319	25.705	2.968
Realização/Reversão	(1.113)	(890)	(2.920)	(2.336)	(2.003)	(5.256)
Saldo Final	14.064	11.252	897	717	25.316	1.614
Efeito no Patrimônio Líquido						
d) Reserva de Reavaliação						
Saldo Inicial	790	633	820	656	1.423	1.476
Constituição	-	-	-	-	-	-
Realização/Reversão	(15)	(12)	(30)	(23)	(27)	(53)
Saldo Final	775	621	790	633	1396	1.423
e) TVM						
Saldo Inicial	31.137	24.910	17.768	14.215	56.047	31.983
Constituição	198.347	158.678	373.231	298.585	357.025	671.816
Realização/Reversão	(192.884)	(154.308)	(359.862)	(287.890)	(347.192)	(647.752)
Saldo Final (Nota 7.b)	36.600	29.280	31.137	24.910	65.880	56.047
f) Item patrimonial – Ganhos não Realizados						
Saldo Inicial	12.162	9.729	-	-	21.891	-
Constituição	4.174	3.340	14.164	11.331	7.514	25.495
Realização/Reversão	(1.948)	(1.558)	(2.002)	(1.602)	(3.506)	(3.604)
Saldo Final	14.388	11.511	12.162	9.729	25.899	21.891

(1) Na forma do artigo 12 da Lei nº 9.430, de 27.12.1996;

Os valores totais dos Passivos Fiscais Diferidos previstos para baixa, na posição de 30.06.2026, estão a seguir demonstrados:

Exercício	IRPJ		CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾	Valor Contábil	Valor Presente ⁽¹⁾
2026	27.963	27.961	22.370	22.369	50.333	50.330
2027	99	95	80	76	179	171
2028	3.365	3.359	2.691	2.687	6.056	6.046
2029	20.475	20.468	16.380	16.374	36.855	36.842
2030	13.166	13.157	10.533	10.526	23.699	23.683
2031	58	47	46	38	104	85
2032	97	85	77	68	174	153
2033	24	12	20	9	44	21
2034	24	11	20	8	44	19
2035	11.729	11.714	9.384	9.372	21.113	21.086
Acima de 2035	532	189	427	152	959	341
Total	77.532	77.098	62.028	61.679	139.560	138.777

(1) Para fins de cálculo do valor presente foi considerada a meta para as taxas Selic médias, para um período de 5 anos, projetadas pelo Bacen na posição de 30.06.2026, sendo replicada a última taxa para os demais anos.

Notas Explicativas

Nota 18 - Outros Passivos

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	98.589	11.386
Recursos do Proagro	210	-
Recebimentos de Tributos Federais	89.030	7
IOF a Recolher	8.405	11.302
Outros Tributos e Assemelhados	944	77
b) Relações Interfinanceiras e Interdependências	254.319	131.092
c) Sociais e Estatutárias	355.935	706.446
Remuneração do Capital a Pagar	266.786	405.835
Participações nos Lucros	89.149	300.611
d) Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	119.888	122.908
e) Cartões de Crédito	169.840	231.568
f) Obrigações por Convênios Oficiais	49.697	47.510
g) Diversas	936.772	799.504
Provisão para Pagamentos a Efetuar	796.792	687.075
Despesa de Pessoal	409.936	356.137
Outros Valores	386.856	330.938
Outros Valores	139.980	112.429
Total	1.985.040	2.050.414

Nota 19 - Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social do Banco, no valor de R\$ 15.139.032 (R\$ 13.238.172 em 31.12.2025), é representado, em sua totalidade, por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas, assim distribuídas:

Especificação	30.06.2026		31.12.2025	
Acionistas	Quantidade das Ações ⁽¹⁾	% do Capital	Quantidade das Ações ⁽¹⁾	% do Capital
União Federal	61.398.862	62,21	60.219.687	61,01
FI CAIXA FGEDUC MULTIMERCADO	-	-	30.205.568	30,60
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos	30.475.647	30,88	1.449.254	1,47
BB FGO Fundo de Investimento em Ações	6.206.000	6,29	6.206.000	6,29
Outros	619.240	0,62	619.240	0,63
Total	98.699.749	100	98.699.749	100

⁽¹⁾ Em unidades

- b)** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20.04.2026, foi aprovado o aumento do Capital Social em R\$ 1.900.860, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sendo R\$ 1.523.113 da Reserva para Margem Operacional e R\$ 377.747 da Reserva para Equalização de Dividendos Complementares, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 13.238.172 para R\$ 15.139.032, representado por 98.700 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal, integralizadas.

c) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 13.006 (R\$ 13.038 em 31.12.2025) refere-se ao saldo da reserva de reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução CMN nº 4.872, de 27.11.2020. No 1º semestre de 2026, houve transferência de R\$ 32 (R\$ 64 em 31.12.2025) para Lucros ou Prejuízos Acumulados e compôs a distribuição do resultado.

d) Pagamento de Dividendos do 2º Semestre de 2025

Por meio de reunião realizada em 18.03.2026, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de Dividendos sobre o resultado apurado no 2º semestre de 2025, e pagamento sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP) no valor bruto de R\$ 404.912. O pagamento iniciou-se em 30.03.2026.

e) Dividendo do 1º semestre de 2026

O Estatuto do Banco assegura aos acionistas dividendo mínimo semestral de 25% sobre o lucro líquido ajustado conforme definido em Lei.

A Diretoria Executiva propõe ao Conselho de Administração o pagamento de Dividendos sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), no valor bruto de R\$ 265.672 (líquido de IR: R\$ 251.144), imputados ao dividendo mínimo obrigatório do semestre, correspondente a 26,45% (líquido de 25,00%) sobre o lucro líquido ajustado, base de cálculo dos JCP do 1º semestre.

Notas Explicativas

O total dos JCP no semestre proporcionou redução da despesa com encargos tributários no montante de R\$ 119.552.

f) Demonstrativo de cálculo dos Dividendos/JCP

Especificação	01.01. a 30.06.2026	01.01. a 31.12.2025
1. Lucro Líquido do Período	1.057.412	3.083.510
2. Reserva Legal Constituída	(52.871)	(154.175)
3. Ajustes Devedores LPA (Adoção Inicial Res. CMN nº 4.966)	-	(218.970)
4. Reservas de Reavaliação transferidas para LPA	32	64
5. Base de Cálculo dos Dividendos /Juros sobre o Capital Próprio (JCP)	1.004.573	2.710.429
6. Dividendos do 1º semestre de 2026 propostos sob a forma de JCP (R\$ 2,691718266 por cada ação ordinária) (R\$ 6,8856384143 no exercício de 2025).	265.672	679.611
7. Imposto de Renda na Fonte sobre JCP	(14.528)	(2.038)
8. JCP imputados aos dividendos (item 6- item 7)	251.144	677.573
9. JCP Líquidos de IR (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 8/ item 5) por ação – em %	25,00	25,00
10. JCP Brutos (Imputados aos Dividendos) em relação à Base de Cálculo dos Dividendos/JCP (item 6/ item 5)	26,45	25,07

g) Reserva Legal

A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e é constituída à base de 5% sobre o lucro líquido apurado. Constituição no 1º semestre de 2026: R\$ 52.871 (R\$ 154.175 em 31.12.2025)

h) Reservas Estatutárias

Margem Operacional: tem a finalidade de assegurar recursos compatíveis com o desenvolvimento das operações do Banco. Constituição no 1º semestre de 2026: R\$ 554.176 (R\$ 1.523.113 em 31.12.2025);

Equalização para Dividendos Complementares: tem a finalidade de assegurar recursos para pagamento de dividendos complementares ao dividendo mínimo obrigatório. Constituição no 1º semestre de 2026: R\$ 184.725 (R\$ 507.705 em 31.12.2025).

Notas Explicativas

Nota 20 - Outras Receitas/Despesas Operacionais

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
a) Receitas de Prestação de Serviços	1.116.215	2.171.453	960.487	1.867.085
Administração de Fundos de Investimentos	40.835	81.250	35.215	69.714
Administração de Fundos e Programas	916.642	1.793.105	777.412	1.528.644
Prestação de Serviços	158.738	297.098	147.860	268.727
b) Rendas de Tarifas Bancárias	31.889	62.606	31.927	61.443
c) Despesas de Pessoal	(803.503)	(1.596.189)	(761.093)	(1.498.806)
Proventos	(467.223)	(927.175)	(450.103)	(883.358)
Encargos Sociais	(165.536)	(331.865)	(162.229)	(318.898)
Programa de Incentivo ao Desligamento (PID)	42.818	(506)	38.662	-
Plano de Aposentadoria e Pensão - Capef Planos BD e CV I	(29.853)	(87.520)	(36.520)	(81.158)
Plano de Assistência Médica - Camed Plano Natural	(109.386)	(115.309)	(84.142)	(88.841)
Seguro de Vida - Benefício Pós-Emprego	47.693	(11.798)	50.424	(9.366)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	561.945	(122.016)	513.936	(117.185)
d) Outras Despesas Administrativas	(1.337.571)	(1.470.576)	(1.155.553)	(1.282.490)
Processamento de Dados	(290.802)	(306.751)	(254.146)	(258.972)
Propaganda e Publicidade	315.306	(39.254)	328.550	(18.564)
Serviços de Terceiros ⁽¹⁾	(706.832)	(729.515)	(655.635)	(680.649)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(42.474)	(48.810)	(43.879)	(50.434)
Viagens	(7.641)	(13.190)	(8.991)	(12.394)
Comunicações	6.047	(11.805)	3.446	(6.036)
Depreciação e Amortização	(15.628)	(37.262)	(5.682)	(21.115)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.019)	(43.234)	3.741	(29.350)
Vigilância, Segurança e Transporte	(64.656)	(72.879)	(59.761)	(65.325)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(24.130)	(32.380)	(12.842)	(19.701)
Serviços do Sistema Financeiro	1.802	(22.092)	3.815	(17.687)
Serviços Técnicos Especializados	(51.745)	(51.896)	(46.455)	(46.833)
Seguros	11.752	(697)	10.849	(678)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(26.652)	(28.694)	(24.138)	(25.092)
Contribuição Sindical Patronal e a Entidades Associativas	(1.307)	(3.223)	(981)	(2.947)
Condomínio, Copa, Cozinha e Alimentação	(3.590)	(3.590)	(3.521)	(3.521)
Outros Valores	(12.051)	(25.304)	(12.676)	(23.192)
e) Despesas Tributárias	(181.412)	(356.504)	(168.687)	(329.544)
Contribuições ao Cofins e PIS/Pasep	(164.653)	(324.125)	(152.375)	(298.640)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(16.263)	(30.666)	(16.022)	(29.655)
Outros Valores	(496)	(1.713)	(290)	(1.249)
f) FNE Del Credere	1.078.210	2.149.114	986.281	1.962.495
g) Outras Receitas Operacionais	240.497	485.960	331.639	597.093
Del Credere de Fundos Administrados	2.536	4.858	3.356	6.500
Variação Cambial Negativa de Empréstimos	37.290	118.104	34.097	129.730
Variação Cambial Negativa de Captação	150.320	150.320	5.708	10.257
Variação Cambial da Área de Câmbio	(76.002)	199	-	-
Variação Cambial Negativa Reclassificação Despesas do FNE	721	1.948	1.253	3.447
Recuperação de Encargos e Despesas	4.456	8.003	3.414	5.894
Reversão de Provisões Operacionais	1.133	4.975	1.032	5.077
Juros e Comissões	42.647	42.659	176	176
Correção Monetária	4	7	1	1
Variação Cambial	-	-	17.159	112.040
FNE- Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	38.833	75.280	(32.748)	-
Atualização Monetária sobre Depósitos Recursais	9.916	20.423	11.496	20.937
Outros Valores	28.643	59.184	286.695	303.034
h) Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	(404.249)	(825.724)	(129.439)	(570.935)
i) Provisão para Contingências Passivas	(386.075)	(487.055)	(57.588)	(153.725)
j) Outras Despesas Operacionais	(65.909)	(333.074)	(315.722)	(470.841)
Variação Cambial Negativa	(32.645)	(52.978)	(54.171)	(94.014)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(4.894)	(6.504)	-	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(9.414)	(23.715)	(4.290)	(6.949)
Encargos de Operações de Crédito	(19)	(9.935)	(203)	(1.013)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	-	-	(24.269)	(44.224)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	-	-	(66.589)	(125.496)
Outros Valores	(18.937)	(239.942)	(166.200)	(199.145)
Total	(160.952)	(199.989)	226.436	181.775

⁽¹⁾ Contém despesas no 1º semestre de 2026, no valor de R\$ 579.342 (R\$ 549.991 de 01.01 a 30.06.2025) para operacionalização dos programas de microcrédito produtivo orientado urbano e rural.

Notas Explicativas

Nota 21 - Remuneração a Funcionários e Administradores

a) Empregados

Remuneração Bruta (Mensal)	30.06.2026	31.12.2025
Máxima	71.204,00	71.204,00
Mínima	4.189,08	4.189,08
Média	18.192,95	18.105,62

Outras Informações	30.06.2026	31.12.2025
Quantidade de empregados	6.986	6.914
Benefícios – média de valores	6.403,63	6.381,43

b) Administradores

Remuneração Diretoria Executiva (Mensal)	30.06.2026	31.12.2025
Máxima	116.584,05	106.350,07
Mínima	77.018,57	68.483,78
Média	92.747,83	82.539,15

c) Conselhos

Remuneração média dos Conselhos (Mensal)	30.06.2026	31.12.2025
Conselho de Administração	5.709,20	5.872,85
Conselho Fiscal	6.048,53	5.508,46

Os valores constantes das tabelas “a”, “b” e “c” estão expressos em Reais.

d) Participação nos Lucros

A provisão para Participação nos Lucros e Resultados dos empregados, no semestre, corresponde a R\$ 84.362 (R\$ 295.653 em 31.12.2025), composta pelo equivalente a 7,98% (9,59% em 31.12.2025) do lucro líquido do exercício.

A despesa de PLR, do 1º semestre, totaliza R\$ 85.445, sendo R\$ 84.362 referente aos Empregados e R\$ 1.083 aos Administradores.

Nota 22 - Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Os instrumentos de governança corporativa do Banco incluem estrutura de controles internos com vistas à manutenção de um adequado acompanhamento dos riscos considerados relevantes pelo Banco. A metodologia de gerenciamento de riscos observa as orientações do Comitê de Basileia, buscando a identificação dos riscos existentes e potenciais nos diversos processos do Banco, a implementação e o acompanhamento de indicadores e de mecanismos de mitigação de riscos.

Nesse contexto, a gestão de riscos no Banco tem por fundamento a sua Declaração de Appetite por Riscos (RAS) e sua Política Corporativa de Gestão de Riscos, documentos aprovados pelo Conselho de Administração e cuja construção considera o Planejamento Estratégico e o Plano de Capital do Banco. Na RAS, são definidos os riscos relevantes em função do impacto potencial no alcance dos objetivos estratégicos do Banco. Na Política Corporativa estão consolidadas as orientações e diretrizes a serem adotadas na gestão contínua e integrada desses riscos.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos

A estrutura de gerenciamento de riscos é unificada no nível estratégico e específica nos níveis de suas unidades negociais e de suporte, observando o princípio da segregação das atividades. As unidades e suas responsabilidades básicas referentes à gestão de riscos são definidas, formalmente normatizadas e divulgadas no site de políticas e normas do Banco.

A sistematização da gestão de riscos fundamenta-se no uso de metodologias definidas e documentadas, passíveis de serem testadas quanto à consistência, confiabilidade e transparência dos resultados. Os processos de gestão são monitorados continuamente e revisados com periodicidade mínima anual.

A atuação dessa estrutura é pautada na política de integridade e ética do Banco e nos princípios de responsabilidade socioambiental, nas relações com seus clientes, parceiros, funcionários, acionistas, prestadores de serviços e sociedade.

Notas Explicativas

Nesse propósito, a Gestão Integrada de Riscos do Banco incorpora, como princípio essencial, a manutenção de sistema de gestão de riscos estruturado e integrado às atividades gerenciais do Banco. Disponibiliza informações que subsidiam as diversas instâncias decisórias do Banco a avaliar os riscos envolvidos e destina-se a orientar a gestão dos riscos que se interpõem à consecução dos objetivos empresariais. Para isso, utiliza regras baseadas em princípios e boas práticas de governança corporativa, implantadas sob a orientação da superior administração do Banco e dos órgãos supervisores.

Por fim, conclui-se, com razoável segurança, que a estrutura implantada é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e com o dimensionamento adequado da exposição a riscos do Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Capital

A Diretoria de Controle e Riscos é responsável pelo gerenciamento de capital, tendo sido estruturada unidade administrativa específica para esse fim, conforme requerido pelo CMN, em sua Resolução nº 4.557, de 23.02.2017. As informações referentes à Estrutura de Gerenciamento de Capital podem ser consultadas no Relatório de Gerenciamento de Riscos e de Capital - Pilar III disponível no portal <https://ri.bnb.gov.br/>.

A gestão da adequação de capital do Banco é feita levando-se em conta as exigências regulatórias acrescidas de um piso interno de Capital situado acima dos requerimentos mínimos regulatórios, considerando-se as exigências de Patrimônio de Referência (PR), de PR Nível I, de Capital Principal e do Adicional de Capital Principal (ACP). Esse piso é revisado anualmente na elaboração do planejamento de capital.

O Banco elabora seu Plano de Capital em consonância com o Planejamento Estratégico, de forma a refletir os resultados ali planejados e, ao mesmo tempo, atender ao disposto na Resolução CMN nº 4.557.

No plano em vigência, não se vislumbraram indícios de possível descumprimento dos requerimentos mínimos de capital regulatórios.

Política Corporativa de Gestão de Riscos

Contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos relevantes financeiros (riscos de crédito, concentração, mercado, taxa de juros da carteira bancária, liquidez e operacional – incluindo neste último o risco legal); e os não financeiros (riscos estratégicos, reputacional, de capital, de conformidade, de TI, social, ambiental, climático, atuarial, cibernético e de modelos). O Comitê de Gestão de Riscos aprecia e encaminha, para deliberação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, as propostas de criação e ajustes nas estratégias, políticas, modelos e procedimentos para gestão de riscos, ficando a cargo da Diretoria de Controle e Risco a coordenação da sua implementação e desempenho no Banco, por meio de unidade específica que realiza o gerenciamento integrado de riscos, em nível corporativo, definindo metodologias e modelos de gestão e promovendo a disseminação da cultura de gestão de riscos.

Maiores informações relativas ao gerenciamento de riscos, focadas em questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA), conforme prescreve a Resolução BCB nº 54, de 16.12.2020, podem ser encontradas no portal: <https://ri.bnb.gov.br/governanca-e-sustentabilidade/estrutura-de-governanca/gestao-de-riscos> e não fazem parte destas Informações Trimestrais (ITR).

b) Risco de Crédito

É a possibilidade de ocorrência de: perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados; desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador; e reestruturação de instrumentos financeiros ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Notas Explicativas

Composição do saldo de exposições ao risco de crédito por fonte de recursos:

Fonte de Recursos	Exposição – EAD		Exposição – EAD	
	30.06.2026	01.01.2026	31.12.2025	01.01.2025
FNE	83.269.916	79.779.823	79.779.823	70.444.805
TVMs	56.001.926	47.207.627	47.207.627	47.134.716
RECIN	12.295.987	13.139.636	13.139.636	11.670.954
FNE – 2	3.515.734	3.588.708	3.588.708	3.013.890
BNDES/FINAME	1.549.276	1.449.087	1.449.087	802.427
POUPANÇA RURAL	790.438	1.172.750	1.172.750	1.025.152
FDNE/REPASSES	744.321	768.006	768.006	638.701
AFD	605.066	612.821	612.821	604.558
RECURSOS EXTERNOS	518.751	416.383	416.383	627.815
LCA	299.932	358.204	358.204	162.405
FDNE	199.802	192.388	192.388	176.782
BID	159.266	165.189	165.189	268.472
FUNGETUR	155.771	139.975	139.975	100.660
FINEP	192.779	130.716	130.716	47.978
FONTE GENERICA	18	25	11	90
DER	7	11	26	7
Total	160.298.989	149.121.350	149.121.350	136.719.412

O Banco utiliza-se do fluxo constante de informações para identificar, mensurar, monitorar, avaliar, reportar, controlar e mitigar o risco, de forma a manter a exposição ao risco de crédito em conformidade com os parâmetros definidos na Declaração de Appetite por Riscos - RAS. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, modelos e metodologias de avaliação de risco, metodologia para segregação do ativo de crédito em problemático e não problemático, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e de cálculo de despesas com provisões para créditos de liquidação duvidosa.

Além disso, qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser calculados de forma automática ou analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências, ou ainda, por decisão do comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral ou pela Diretoria Executiva.

Todas as operações de crédito, com exposição a risco para o Banco, são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com as características de valor, prazo, natureza, finalidade e situação das garantias quanto a sua suficiência e liquidez.

c) Risco de Liquidez

É a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento do Banco, bem como pela possibilidade do Banco não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu volume ser maior que o normalmente transacionado pelo mercado ou em razão de alguma descontinuidade deste.

A área de gestão de riscos utiliza modelos de projeções para estimar as variações de caixa e gerenciar a capacidade do Banco honrar seus compromissos futuros, comunicando a situação de liquidez à administração do Banco por meio de relatórios diários.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez contempla, dentre outros elementos, o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo desse índice são compostas por reservas bancárias e pela parcela de alta liquidez dos depósitos interfinanceiros, das operações compromissadas e da carteira própria de títulos.

Notas Explicativas

d) Risco de Mercado

É a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos, assim como a redução de receitas financeiras e elevação de despesas financeiras, resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de *commodities*.

Especificação		30.06.2026 (%)	31.12.2025 (%)
Índice de Liquidez	Na data-base	731,14	805,91
	Média dos últimos 12 meses	802,58	950,90
	Máximo dos últimos 12 meses	1821,25	1.214,36
	Mínimo dos últimos 12 meses	655,99	655,99

Na gestão dos riscos de mercado, o Banco adota metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- Value at Risk (VaR)* de operações ativas e passivas das carteiras de negociação;
- Variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) da carteira bancária;
- Variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) da carteira bancária;
- Mapa de requerimentos mínimos de capital;
- Relatório de exposição cambial;
- Análise de sensibilidade;
- Testes de estresse;
- Testes de aderência (*backtesting*); e
- Relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, trimestrais e anuais, destinados à administração e disponíveis aos órgãos reguladores e de controle. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e bancária, níveis de exposição cambial e índices de liquidez.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Riscos da Carteira de Negociação

O Banco acompanha diariamente a composição da Carteira de Negociação, que deve se constituir de:

- títulos e valores mobiliários marcados prudencialmente na Carteira de Negociação, conforme definido na Resolução BCB nº 111, de 06.07.2021; e
- operações destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação.

A mensuração do risco de taxas de juros da Carteira de Negociação é feita com a utilização do Valor em Risco (VaR), a partir do modelo padrão criado pelo Bacen.

Notas Explicativas

Limites de Exposição ao Risco	Limite de Alerta	Procedimento de Controle
3,2% (três inteiros e dois décimos por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) como possibilidade de perda máxima da Carteira de Negociação; 7% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação no valor econômico dos instrumentos financeiros (ΔEVE) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 7% (oito por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo para o resultado da variação do resultado da intermediação financeira (ΔNII) utilizado para mensurar o risco de taxas de juros da carteira bancária (IRRBB); 3% (três por cento) do valor do Patrimônio de Referência (PR) nível I, como limite máximo de exposições em moeda estrangeira.	> 3% do PR nível I > 5,5% do PR nível I > 6,1% do PR nível I > 2% do PR nível I	Caso o nível de exposição atinja o limite de alerta, a área de Gestão de Riscos emitirá um comunicado à Diretoria Executiva, ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos e às áreas gestoras dos produtos/processos responsáveis pela exposição; Caso o nível de exposição extrapole o limite estabelecido, a área de Gestão de Riscos emitirá uma comunicação formal (alerta) ao Comitê Corporativo de Gestão de Riscos, à Diretoria Executiva, ao Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital e ao Conselho de Administração para avaliação e tomada de decisão, visando a correção de rumos e adequação ao parâmetro de tolerância estabelecido na RAS.

Em 30.06.2026, a Carteira de Negociação do Banco do Nordeste estava composta por ações listadas em bolsa de valores e Títulos do Tesouro Nacional (NTNB e LFT), apresentando um saldo de R\$ 1.596.166 (R\$ 1.105.757 em 31.12.2025). O valor exposto da carteira, atrelado aos fatores de risco ações e cupom de IPCA, atingiu o montante de R\$ 403.448 (R\$ 346.392 em 31.12.2025). O Valor em Risco (VaR) da carteira alcançou o montante de R\$ 110.551 (R\$ 99.475 em 31.12.2025).

Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária (IRRBB)

Corresponde ao risco de impactos negativos no capital e nos resultados do Banco, provindos de movimentos adversos das taxas de juros, para os instrumentos classificados na carteira bancária. A identificação, mensuração e controle desse risco são efetuados atendendo critérios preconizados na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018, utilizando-se duas métricas a seguir:

- Δ EVE como a diferença entre o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento de instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o valor presente do somatório dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros; e
- Δ NII como a diferença entre o resultado de intermediação financeira dos instrumentos sujeitos ao IRRBB em um cenário-base e o resultado de intermediação financeira desses mesmos instrumentos em cenários de choque nas taxas de juros. O resultado de intermediação financeira da carteira bancária, não deve incluir a provisão de crédito de liquidação duvidosa.

O cálculo das medidas de IRRBB é realizado mensalmente, com a utilização de modelos padronizados baseados, fundamentalmente, nos parâmetros, hipóteses e premissas estabelecidos na Circular Bacen nº 3.876, de 31.01.2018.

Na posição de 30.06.2026, a Carteira Bancária do Banco possuía exposição marcada a mercado de R\$ 23.661.583 (R\$ 22.275.964 em 31.12.2025), apresentando Δ EVE e Δ NII nos valores de R\$ 332.647 (R\$ 213.221 em 31.12.2025) e R\$ 578.181 (R\$ 634.144 em 31.12.2025), respectivamente.

Testes de Estresse

Permite antever potenciais perdas em carteiras de operações diante da variação das taxas de juros, cupom cambial ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas. Esta ferramenta complementa outras abordagens de gestão de risco usadas para exercícios de normalidade, tais como Valor econômico (EVE), Resultados de intermediação financeira (NII) e Valor em Risco (VaR) utilizados no Banco.

O Banco realiza trimestralmente três modalidades de testes de estresse além de análise de sensibilidade, atendendo aos normativos do Bacen e do CMN. Esses testes possuem os objetivos descritos adiante:

Notas Explicativas

- estimar percentual da variação do valor marcado a mercado das operações em relação ao Patrimônio de Referência (PR), com utilização de choque compatível com o 1º e o 99º percentis de uma distribuição histórica de variações nas taxas de juros, considerando-se o exercício de manutenção (*holding period*) de um ano e o exercício de observação de cinco anos;
- estimar a quantidade de pontos-base de choques paralelos de taxas de juros necessários para acarretar redução do valor de mercado no ativo (ou aumento no valor do passivo) das operações constantes das Carteiras de Negociação e Bancária correspondente a 5% (cinco por cento), 10% (dez por cento) e 20% (vinte por cento) do PR; e
- estimar as perdas que ocorreriam se o cenário integrado de estresse, elaborado pela área econômica do Banco em conjunto com áreas como a de planejamento, de controladoria e de gestão de riscos, viesse a ocorrer.

Os resultados dos testes de estresse são comunicados, por meio de relatórios trimestrais, à Administração do Banco, bem como utilizados pela área de gestão de riscos para o acompanhamento sistemático do nível de exposição do Banco aos choques nas taxas de juros, com vistas aos necessários *feedbacks* às respectivas áreas negociais.

Análise de Sensibilidade

Observando-se as disposições da Resolução BCB nº 2, de 12.08.2020 e Resolução CVM nº 121, de 03.06.2022, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de Negociação e Bancária, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/ Fator de Risco	Risco de variação em:	Cenário 1 (Variação de 25%)		Cenário 2 (Variação de 50%)	
		Perda	% PL	Perda	% PL
Carteira de Negociação					
Ações	Taxas de juros prefixadas em reais	2.091	0,01	4.182	0,02
IPCA	Taxas de cupom de IPCA	44.745	0,27	81.506	0,49
Carteira Bancária					
Prefixado	Taxas de juros prefixadas em reais	294.386	1,75	550.402	3,28
Cupons cambiais	Taxas de cupons de moedas estrangeiras	4.051	0,02	8.430	0,05
Moedas Estrangeiras	Taxas de câmbio	18.199	0,11	36.397	0,22
Índices de preços	Taxas de cupons de inflação	63.002	0,37	88.908	0,53
TJLP	Taxas de cupom de TJLP	1.723	0,01	3.547	0,02
TLP	Taxas de cupom de TLP	820	-	1.643	0,01
TR	Taxas de cupom de TR	160.237	0,95	345.931	2,06

Para efeito dos cálculos acima, utilizou-se um cenário-base, que configura a situação mais provável, no qual foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na B3. Para a construção dos cenários 1 e 2, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco de mercado correspondentes, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas, apresentadas em valores absolutos e como um percentual do Patrimônio Líquido do Banco constituem as diferenças entre os saldos do cenário-base e os saldos dos cenários 1 e 2.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de swap e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
			Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Derivativos para Hedge	Variação da taxa referencial B3 S.A	Swap Euro x IPCA	623.263	548.636	74.627	435.313	187.950
		Passivo em ME	(599.575)	(650.508)	50.933	(714.103)	114.528
		Exposição Líquida	23.688	(101.872)	125.560	(278.790)	302.478

Foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes de um possível aumento estressado do cupom cambial nas operações em moeda estrangeira.

Notas Explicativas

O método empregado na análise de sensibilidade das operações de *hedge* consistiu na mensuração de variações da exposição líquida marcada a mercado entre as operações passivas indexadas ao dólar e as pontas ativas em dólar das operações de *swap*. A exposição líquida foi calculada para três cenários, permitindo a comparação entre eles. O cenário 1 utiliza as taxas de mercado, representando a situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as taxas divulgadas pela B3. Os cenários 2 e 3 são obtidos aplicando-se choques de 25% e 50% no cupom cambial utilizado no cenário 1.

e) Risco Operacional

A gestão do risco operacional é realizada por meio de estrutura organizacional dedicada, atuando sob uma visão de processos para oferecer suporte às atividades de avaliação de riscos nos processos de negócios e de suporte da Instituição. Essa gestão é conduzida de forma integrada e alinhada às normas do BACEN, com foco na identificação proativa de exposições por meio da metodologia de autoavaliação de riscos e controles (RCSA), que permite mensurar riscos inerentes e desenvolver a Matriz de Riscos dos processos, complementada pelo monitoramento contínuo de indicadores-chave (KRIs) e registro centralizado de perdas operacionais.

Em conformidade com a Resolução BCB nº 356, de 28.11.2023, o Banco adota abordagem padronizada para o cálculo do capital requerido para o risco operacional, baseada em dados históricos e cenários de estresse, permitindo maior precisão na mensuração de riscos, mantendo capital adequado para cobrir eventos extremos, assegurando resiliência mesmo em cenários adversos.

A mensuração do risco operacional é realizada por meio um sistema estruturado para captura, armazenamento, consolidação e gestão das perdas operacionais, que permite análises quantitativas e qualitativas e identificação de padrões históricos, servindo de insumo para o cálculo do capital regulatório.

Mantém-se o compromisso com a melhoria contínua da gestão de risco operacional, garantindo a sustentabilidade dos negócios e a proteção dos interesses de todas as partes interessadas, por meio de estrutura dedicada e metodologias consolidadas de identificação, avaliação e mitigação de riscos, em estrita observância às diretrizes regulatórias

f) Exposição Cambial

As operações contratadas com cláusula de reajuste cambial apresentaram, em 30.06.2026, o saldo líquido de exposição cambial comprada, no montante de R\$ 61.755 (R\$ 31.024 em 31.12.2025 - exposição vendida), conforme a seguir:

Especificação	30.06.2026	31.12.2025	Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Disponibilidades	11.506	22.623	Relações Interdependências	8.349	22.832
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	36.211	18.173	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do País	14.308	19.229
Operações de Crédito	111.779	136.653	Obrigações por Empréstimos e Repasses - Do Exterior	758.994	825.384
Outros Créditos	551.105	382.128	Outras Obrigações	540.582	348.538
Total de Ativos em Moedas Estrangeiras, exceto Derivativos	710.601	559.577	Total de Passivos em Moedas Estrangeiras	1.322.233	1.215.983
Operações de Swap	673.387	625.382			
Total de Exposição Ativa em Moedas Estrangeiras	1.383.988	1.184.959	Total de Exposição Passiva em Moedas Estrangeiras	1.322.233	1.215.983

A exposição cambial é mantida abaixo dos limites estabelecidos na Declaração de Appetite por Riscos – RAS (3% do Patrimônio de Referência nível I).

g) Riscos Social, Ambiental e Climático

A Política Corporativa de Gestão de Riscos apresenta as seguintes definições para os riscos social, ambiental e climático (RSAC):

- risco social é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos a interesse comum;
- risco ambiental é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais;
- risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas ocasionadas por eventos

Notas Explicativas

associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

- risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para o Banco ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos.

As diretrizes específicas para a gestão dos RSAC envolvem, principalmente, observância à legislação e à Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Banco (PRSAC).

h) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Nas posições de 30.06.2026 e 31.12.2025, o Banco apresentou os índices de capital regulatório, bem como os ativos ponderados e respectivas margens conforme tabela “i” a seguir. Não se registrou, nos períodos avaliados, a possibilidade de descumprimento dos requisitos de capital previstos na regulamentação em vigor.

i. Requerimentos Mínimos de Capital (Basileia III)

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	17.437.630	17.211.559
Nível I	16.752.849	16.298.517
Capital Principal	15.962.360	15.508.028
Capital Complementar	790.489	790.489
Nível II	684.781	913.042
Ativos Ponderados por Risco (RWA)	115.196.562	122.922.380
Parcela RWACPAD	96.111.898	104.525.496
Parcela RWACAM	259.170	108.672
Parcela RWAJUR	1.365.165	1.229.711
Parcela RWACOM	80.262	21
Parcela RWAACS	16.726	13.721
Parcela RWACVA	75.483	217.578
Parcela RWADRC	26.684	25.727
Parcela RWAOPAD	17.261.174	16.801.454
Margem sobre o PR Requerido	8.221.905	7.377.768
Capital para o Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB)	560.598	471.944
Margem sobre o PR Requerido Considerando o IRRBB	7.661.307	6.905.824
Margem sobre o PR Nível I Requerido	9.841.055	8.923.174
Margem sobre o Capital Principal Requerido	10.778.514	9.976.521
Adicional de Capital Requerido - ACP (2,5%)	2.879.914	3.073.059
Margem sobre o Adicional de Capital Requerido	5.341.991	4.304.709
Índices de Basileia:		
Índice de Capital Principal (Requerimento mínimo de 4,5%)	13,86%	12,62%
Índice de Nível I (Requerimento mínimo de 6,0%)	14,54%	13,26%
Índice de Patrimônio de Referência (Requerimento mínimo de 8,0%)	15,14%	14,00%
Índice de Patrimônio de Referência incluindo IRRBB	14,27%	13,36%

Onde:

- RWACPAD: parcela relativa às exposições a risco de crédito;
- RWACAM: parcela relativa às exposições em ouro, em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial;
- RWAJUR: parcela relativa às exposições sujeitas à variação de taxas de juros;
- RWACOM: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de mercadorias;
- RWAACS: parcela relativa às exposições sujeitas à variação dos preços de ações;
- RWACVA: parcela relativa às exposições ao risco de variação do valor dos instrumentos financeiros derivativos em decorrência da variação da qualidade creditícia da contraparte;
- RWADRC: parcela relativa às exposições ao risco de crédito dos instrumentos financeiros classificados na carteira de negociação;
- RWAOPAD: parcela referente ao risco operacional; e
- IRRBB: capital para cobertura do risco das operações sujeitas à variação de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

Notas Explicativas

ii. Detalhamento do PR – (Basileia III)

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência (PR)	17.437.630	17.211.559
Patrimônio de Referência Nível I	16.752.849	16.298.517
Capital Principal	15.962.360	15.508.028
Capital Social	15.139.032	13.238.172
Reservas de Lucros	2.680.620	3.789.709
Reservas de Reavaliação	13.006	13.038
Outros Resultados Abrangentes	(1.019.648)	(974.758)
Ajuste Decorrente da Constituição de Perdas Esperadas	92.582	138.873
Ajustes Prudenciais	(943.232)	(697.006)
Ativos Intangíveis	(446.684)	(356.723)
Créditos Tributários de Diferenças Temporárias	(495.368)	(337.219)
Diferença a Menor – Ajustes Resolução CMN nº 4.277, de 31.10.2013	(1.180)	(3.064)
Capital Complementar	790.489	790.489
Instrumentos elegíveis ao Capital Complementar	790.489	790.489
Patrimônio de Referência Nível II	684.781	913.042
Instrumentos Elegíveis ao Nível II	684.781	913.042

As Letras Financeiras Subordinadas, captadas em junho de 2019, compõem o PR Nível I, a título de Capital Complementar, conforme autorização do Bacen. Essas letras têm caráter de perpetuidade, não possuindo vencimento, conforme exigido pela Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, e atendem ao disposto no Artigo 10º da Resolução CMN nº 5.007, de 24.03.2022, que permite a recompra de até 3% do seu valor contábil.

Os contratos de Dívida Subordinada firmados com o FNE, autorizados a compor o Nível II do PR, de acordo com o Art. 31 da Resolução CMN nº 4.955, de 21.10.2021, estão sendo excluídos gradativamente do Nível II do PR seguindo o cronograma definido no citado artigo.

iii. Razão de Alavancagem (RA)

A Razão de Alavancagem, conforme metodologia aprovada pela Circular Bacen nº 3.748, de 27.02.2015, corresponde ao resultado da divisão do PR de Nível I, pela Exposição Total. O CMN determinou, em sua Resolução 4.615 de 30.11.2017, um limite mínimo de 3% para a Razão de Alavancagem. A situação do Banco está demonstrada no quadro a seguir:

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
PR Nível I	16.752.849	16.298.517
Exposição Total	170.534.918	158.088.653
Razão de Alavancagem (%)	9,82%	10,31

iv. Índice de Imobilização

O índice de imobilização do Banco, calculado na forma das disposições da Resolução CMN nº 4.957, de 21.10.2021, encontra-se demonstrado a seguir:

Especificação	30.06.2026	31.12.2025
Patrimônio de Referência para o Limite de Imobilização	17.437.630	17.211.559
Limite para Imobilização (50% do PR ajustado)	8.718.815	8.605.779
Situação	417.833	370.535
Margem	8.300.982	8.235.244
Índice de imobilização	2,40%	2,15%

Notas Explicativas

Nota 23 - Partes Relacionadas

a) Transações com Partes Relacionadas

A política de transações com Partes Relacionadas do Banco dispõe que sejam aplicadas as condições e taxas compatíveis com as práticas de mercado, além de estabelecer as orientações a serem observadas em potenciais conflitos de interesses.

No período, o Banco realizou transações bancárias com as Partes Relacionadas, tais como: depósitos em conta corrente (não remunerados), aplicações financeiras e operações de crédito e repasses.

Saldos das Transações com Partes Relacionadas

Especificação	30.06.2026			
	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração ⁽²⁾	Outras partes relacionadas	Total
Ativos				
Carteira de Crédito	-	117	1.073	1.190
Passivo				
Depósitos a Vista	-	11	1	12
Depósitos de Poupança	-	115	273	388
Depósitos a Prazo	323.245	1.183	-	324.428
Recursos por Emissões de Letras	-	1.538	2.261	3.799
Obrigações por Repasses do País (Nota 10.a.3.1)	1.536.735	-	-	1.536.735
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 10.a.5)	4.134.125	-	-	4.134.125
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 10.a.6)	24.106.270	-	-	24.106.270
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida) (Nota 16.g)	-	-	2.661.747	2.661.747

Especificação	31.12.2025			
	Entidades sob controle do Governo Federal ⁽¹⁾	Pessoal-chave da administração ⁽²⁾	Outras partes relacionadas	Total
Ativos				
Carteira de Crédito	-	149	737	886
Passivo				
Depósitos a Vista	237	108	52	397
Depósitos de Poupança	-	110	283	393
Depósitos a Prazo	-	1.008	-	1.008
Recursos por Emissões de Letras	-	1.530	2.012	3.542
Obrigações por Repasses do País (Nota 10.a.3.1)	1.144.578	-	-	1.144.578
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 10.a.5)	3.953.830	-	-	3.953.830
Fundos Financeiros e de Desenvolvimento (Nota 10.a.6)	17.801.411	-	-	17.801.411
Provisões Passivo Atuarial (Benefícios pós-emprego: Planos de Pensão e Aposentadoria, Assistência Médica e Seguro de Vida) (Nota 16.g)	-	-	2.683.657	2.683.657

⁽¹⁾ Tesouro Nacional, BNDES e Fundos e Programas (Finame, Finep, Fungetur, FNE, FDNE, FMM, PNCF etc); e

⁽²⁾ Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Notas Explicativas

a.1) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
Honorários	1.325	2.618	1.277	2.541
Diretoria	1.190	2.344	1.111	2.252
Conselho de Administração	80	166	107	184
Conselho Fiscal	55	108	59	105
Outros	631	1.389	569	1.154
Remuneração Variável (RVA) ⁽¹⁾	798	1.472	766	1.432
RVA Baseada em Ações	399	736	383	716
RVA Convertida em Pecúnia	399	736	383	716
Total dos Benefícios de Curto Prazo	2.753	5.479	2.612	5.127
Benefícios Pós-Emprego	92	173	82	141
Total	2.846	5.652	2.694	5.268

⁽¹⁾ 50% da RVA correspondem a instrumento baseado em ações, tendo como parâmetro, para a provisão e para o pagamento em dinheiro, o preço de cotação das ações do Banco na B3. Os valores constantes do quadro acima correspondem à provisão dos pagamentos a ocorrerem, bem como às parcelas diferidas a serem liquidadas nos três anos seguintes, em conformidade com a Resolução CMN nº 5.177, de 26.09.2024.

O Banco oferta aos diretores, como benefícios pós-emprego, Planos de Previdência e de Assistência Médica, nas mesmas condições oferecidas aos empregados.

Nota 24 - Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Especificação	01.04 a 30.06.2026	01.01 a 30.06.2026	01.04 a 30.06.2025	01.01 a 30.06.2025
(A) Resultado Recorrente	726.640	1.289.313	1.041.507	1.382.609
(B) Resultado Não Recorrente	(157.244)	(231.901)	959	1.070
Programa Desenrola Rural -	(325)	2.108	734	809
Impacto da Lei 14.166 ²	1.279	5.565	949	1.080
Impacto da Lei 13.340 ³	1.310	1.388	214	214
Incidente de Segurança	2.656	(143.958)	-	-
Evento Contencioso Excepcional ⁵	(320.380)	(320.380)	-	-
Efeitos fiscais e de PLR sobre	158.216	223.376	(938)	(1.033)
(C) = Lucro Líquido (A)+(B)	569.396	1.057.412	1.042.466	1.383.679

¹ Resultado no Balanço do Banco proveniente do Programa de Regularização de Dívidas e Facilitação de Acesso ao Crédito Rural da Agricultura Familiar – Desenrola Rural, instituído pelo Decreto nº 12.381, de 11/02/2025, em operações do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com risco compartilhado.

² Impacto no resultado das recuperações de créditos com base na Lei nº 14.166, de 10.06.2021, que dispõe sobre a renegociação extraordinária de débitos no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), prorrogada pelas leis nº 14.554/23 e nº 14.995/24.

³ Lei nº 13.340/2016 que autorizou a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural para produtores das regiões Norte e Nordeste.

⁴ Efeito associado ao incidente de segurança cibernética reportado pelo Banco em Comunicado ao Mercado de 26/01/2026.

⁵ Evento contencioso excepcional decorrente da constituição de provisão para contingência judicial de natureza cível, reconhecida no período, sem característica de recorrência operacional.

Nota 25 - Outras Informações

a) Declaração de Conformidade

Confirmamos que todas as informações relevantes, próprias das Informações Trimestrais (ITR), e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do Banco

b) Reforma Tributária

Em 17.06.2025, a Diretoria Executiva do Banco autorizou a criação do Projeto Estratégico Adequação do Banco do Nordeste à Reforma Tributária, com o objetivo de preparar o Banco para as exigências da Reforma Tributária do Consumo (RTC) e garantir a sua adequabilidade dentro dos prazos legais, de acordo com o disposto na EC nº 132, de 20.12.2023 e na Lei Complementar nº 214, de 16.01.2025. Adicionalmente a essa legislação, em 2026, foram publicados a Lei Complementar nº 227, de 13.01.2026 e os Regulamentos da CBS (Decreto nº 12.955, de 29.04.2026) e IBS (Resolução CGIBS nº 06, de 30.06.2026).

A Emenda Constitucional nº 132/2023 criou um modelo de tributação sobre o consumo, baseado no Imposto sobre o Valor Adicionado (IVA) dual e no Imposto Seletivo (IS). O IVA será composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) (federal), que substituirá PIS/Pasep e Cofins, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que substituirá ICMS e ISS. Já o IS terá a finalidade de desestimular o consumo de produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente.

A CBS passará a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2027, quando serão extintos o PIS/PASEP e a COFINS. Com relação ao IBS, a implementação ocorrerá de forma gradual, com início em 2026, considerada a fase piloto/teste do IBS (alíquota de 0,1%). A partir de 2029 até 2032, dar-

Notas Explicativas

se-á a transição gradual, com redução progressiva do ICMS e do ISS e aumento correspondente do IBS. Por fim, em 2033 o IBS entra em vigência plena, substituindo definitivamente ICMS e ISS, que serão extintos.

Para as instituições financeiras, a reforma traz complexidade adicional devido à tributação híbrida: serviços financeiros remunerados por margem/spread serão tributados por regime específico, enquanto os serviços remunerados por preço, a exemplo de algumas tarifas e comissões, seguirão o regime regular.

Outro impacto relevante é a adoção da sistemática não cumulativa, exigindo controle de créditos tributários de forma inédita para o setor financeiro, com potencial para geração de benefícios fiscais.

Os serviços financeiros enquadram-se no Regime Específico e estarão sujeitos à incidência do IBS e da CBS a partir de 1º de janeiro de 2027, com alíquota inicial estimada em 10,85%, e previsão de elevação gradual até atingir 12,50% em 2033.

O Banco permanece acompanhando a evolução da regulamentação, bem como aguarda a definição de leiaute de módulos específicos da obrigação acessória Declaração Eletrônica de Regimes Específicos (DeRE).

Os potenciais impactos decorrentes da implementação da nova sistemática tributária encontram-se em fase de avaliação e deverão ser concluídos até a data de entrada em vigor da legislação.

c) Aprovação das Informações Trimestrais (ITR)

As Informações Trimestrais (ITR) do Banco foram aprovadas pelo Conselho de Administração, por meio de reunião realizada em 12 de agosto de 2026.

Fortaleza (CE), 12 de agosto de 2026.

A Diretoria

Obs.: As Notas Explicativas são parte integrante das Informações Trimestrais (ITR) do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Sávia Gavazza dos Santos (Presidente) – Adauto Modesto Júnior – Lindemberg de Lima Bezerra – Luiz Alberto da Silva Júnior – Olavo Rebelo de Carvalho Filho – Paulo Henrique Saraiva Câmara – Romildo Carneiro Rolim

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vândir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

CONSELHO FISCAL: Fernanda Peixoto Souto (Presidente) – Carlos Higino Ribeiro de Alencar – Jose Lucenildo Parente Pimentel

COMITÊ DE AUDITORIA: João Andrade Vieira da Silva (Coordenador) – Décio José Padilha da Cruz – Marcelo Andrade Bezerra Barros – Olavo Rebelo de Carvalho Filho

SUPERINTENDENTE DE CONTROLADORIA: Aíla Maria Ribeiro de Almeida Medeiros (Contadora CRC-CE 016318/O-7)

CONTADOR: José Graciano Dias – CRC-CE 007949/O-7

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de seis meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2026, elaborada sob a responsabilidade da administração do Banco e apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Brasília, 12 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP222767/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Banco do Nordeste do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, procedeu ao exame do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial, das Demonstrações do Resultado, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado do Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2026, os quais foram aprovados pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2026.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do semestre e no Relatório dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., sem ressalvas, nesta data expedido, o Conselho Fiscal opina que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Fortaleza (CE), 12 de agosto de 2026

Documento assinado eletronicamente)
Fernanda Peixoto Souto
Presidente

(Documento assinado eletronicamente)
Carlos Higino Ribeiro de Alencar
Conselheiro Fiscal

(Documento assinado eletronicamente)
Jose Lucenildo Parente Pimentel
L

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Primeiro semestre de 2026

1. Apresentação

O Comitê de Auditoria (Coaud) é um órgão estatutário de assessoramento ao Conselho de Administração, composto por quatro membros independentes, sendo um deles membro independente integrante do próprio Conselho.

O Comitê de Auditoria tem suas atribuições determinadas pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), pelo Decreto nº 8.945/2016, pela Resolução CMN nº 4.910/2021, alterada pela Resolução CMN Nº 5.067/2023, pela Resolução nº 23/2021, da Comissão de Valores Mobiliários, pelo Estatuto Social do Banco e por seu Regimento Interno.

Em síntese, compete ao Comitê de Auditoria avaliar a efetividade do Sistema de Controles Internos, das auditorias interna e externa, bem como a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras.

Quando necessário, o Coaud emite recomendações para o aprimoramento da governança, de políticas, de processos e de controles internos para as diversas unidades do Banco, Diretoria Executiva e/ou Auditoria Externa.

No endereço eletrônico do Comitê de Auditoria na internet (<https://www.bnb.gov.br/web/guest/acesso-a-informacao/participacao-social/comite-de-auditoria>), encontram-se disponíveis o Regimento Interno do Comitê, as atas ou extratos de atas das reuniões, bem como demais informações do Colegiado.

2. Atividades Exercidas pelo Comitê de Auditoria

Durante o 1º semestre de 2026, o Coaud realizou 56 reuniões, destacando-se as reuniões realizadas com o Conselho de Administração, com o Conselho Fiscal, com a Diretoria Executiva e com gestores das principais áreas do Banco, onde foram apreciadas 90 pautas com os responsáveis pelas áreas de Controles Internos e Compliance, Riscos, Segurança, Tecnologia da Informação, Contabilidade, Controladoria, além das reuniões periódicas com a Auditoria Interna, a Corregedoria e com os Auditores Externos.

Nessas ocasiões, o Coaud abordou assuntos que constam no seu plano de trabalho, além daqueles de maior relevância relacionados a cada unidade.

O relatório semestral de atividades, as atas das reuniões do Comitê, bem como o Plano Anual de Trabalho foram regularmente submetidos à apreciação do Conselho de Administração.

Relativamente ao desempenho de suas atribuições e cumprimento do planejamento anual, o Comitê de Auditoria desenvolveu as seguintes atividades:

2.1. Sistema de Controles Internos

Na avaliação do Comitê de Auditoria, o Sistema de Controles Internos, não obstante a existência de oportunidades de melhoria, está bem formalizado e estruturado e é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco. Referido Sistema oferece segurança razoável aos Administradores de que os objetivos relacionados à eficiência e à eficácia operacional, ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, à confiabilidade das informações financeiras e operacionais e à proteção dos ativos do Banco do Nordeste estão sendo atingidos.

2.1.1. Exposição a Risco

Quanto ao tratamento das exposições a riscos, além das agendas sobre o tema junto ao CSRC, o Coaud reuniu-se com a Diretoria de Controle e Risco e as superintendências a ela vinculadas, além de outras áreas do Banco, visando discutir as ações relacionadas ao aprimoramento da Gestão Integrada de Riscos, abordando, também, gerenciamento da segurança da informação, declaração de apetite por riscos (RAS), segurança cibernética, nova regulamentação contábil conforme a Resolução CMN Nº 4.966/2021, além do monitoramento dos riscos considerando os três níveis (linhas) de defesa.

2.2. Auditoria Interna

A Superintendência de Auditoria possui estrutura compatível com suas responsabilidades institucionais; os recursos materiais e humanos foram considerados suficientes para o exercício das atividades e implementação do seu plano anual de trabalho (PAINT). O Comitê de Auditoria avalia que a Auditoria Interna se mostrou efetiva, tendo atuado com independência e objetividade. Foram sugeridas melhorias no tocante ao aperfeiçoamento do conhecimento da equipe de auditores em relação aos negócios atuais e potenciais do Banco, inclusive nas tecnologias disponíveis e necessárias para a atividade empresarial de uma instituição do porte e atuação abrangente como o BNB.

2.3 Corregedoria

O Comitê acompanhou regularmente as atividades da Corregedoria. Também foram monitorados os temas relacionados à

transparência, gestão correcional, prevenção de irregularidades e disseminação da cultura de integridade.

Foi registrada uma ocorrência passível de comunicação ao Banco Central do Brasil, nos termos da Resolução CMN nº 4.910/2021, cuja apuração e tratamento foram acompanhados pelos órgãos competentes.

2.4 Auditoria Externa

O Comitê de Auditoria manteve com os auditores externos um canal regular de comunicação, por meio do qual foram examinados, discutidos e acompanhados o planejamento, os resultados dos principais trabalhos realizados, suas conclusões e recomendações, além dos principais assuntos de auditoria, e a conformidade com as normas aplicáveis.

Nos encontros de trabalho realizados com os Auditores Independentes, o Coaud foi informado da não ocorrência de qualquer divergência relevante entre esses profissionais e a Administração do Banco do Nordeste em relação às Demonstrações Financeiras ou qualquer outro tema relevante, em especial no que se refere a metodologias e julgamentos aprovados pela Administração com impacto em saldos de rubricas contábeis.

2.5 Demonstrações Financeiras

O Comitê de Auditoria acompanhou regularmente o processo de elaboração das Demonstrações Financeiras, por meio de instrumentos avaliativos diversificados, tendo examinado as principais metodologias e práticas contábeis adotadas pelo Banco do Nordeste.

O Comitê realizou revisões e discutiu com as áreas responsáveis o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras, inclusive as notas explicativas. Em reunião com os auditores independentes tomou conhecimento e discutiu os principais elementos do relatório e respectivo parecer, sem ressalvas, todos referentes à data base de 30 de junho de 2026.

Ao longo do semestre, o Coaud se reuniu com os auditores independentes para discussão e esclarecimentos relacionados, entre outros, às Demonstrações Financeiras, às condições de independência e à conformidade com as normas aplicáveis à atividade, não tendo sido reportada a existência de quaisquer divergências relevantes relacionadas às Demonstrações Financeiras.

2.6 Outros Temas e Atividades Realizados no Semestre

Durante o primeiro semestre de 2026 o Coaud realizou, no âmbito de suas reuniões, o acompanhamento de temas relevantes ao aprimoramento da governança corporativa, dos negócios e estratégia do Banco. Analisou os documentos pautados para as reuniões do Conselho de Administração, fez apontamentos sobre a execução dos principais projetos estratégicos e emitiu pareceres no intuito de auxiliar os Conselheiros no processo decisório e no exercício de suas responsabilidades de supervisão.

2.6.1 Recomendações do Comitê de Auditoria

Em decorrência de seus trabalhos, o Comitê de Auditoria emitiu recomendações no semestre, as quais são/foram objeto de acompanhamento. Ressalta-se que no período não houve recomendações não acatadas pela Diretoria Executiva.

3. Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no âmbito das suas competências, e com as limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria apresenta suas conclusões, a seguir:

- a) O Sistema de Controles Internos é adequado ao porte e à complexidade dos negócios do Banco do Nordeste e é objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- b) A Auditoria Interna e a Corregedoria mostraram-se efetivas, tendo atuado com independência e objetividade. A estrutura e os recursos de ambas as unidades foram considerados adequados para o desempenho de suas funções.
- c) A empresa de auditoria independente (PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes LTDA) apresentou efetividade no seu trabalho e atuou com independência. Sua atuação foi adequada e contribuiu para assegurar a qualidade e a integridade das Demonstrações Financeiras.
- d) Os mecanismos de controle e formalização das transações com Partes Relacionadas e sua divulgação apresentam-se em conformidade com a legislação vigente.
- e) As Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2026, posição 30/06/2026, foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e reguladas pela Comissão de Valores Mobiliários e refletem, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco do Nordeste.
- f) As exposições a riscos vêm sendo gerenciadas adequadamente pela Administração, foram acompanhadas pelo Coaud e são objeto de monitoramento contínuo pelo Comitê de Sustentabilidade, Riscos e de Capital (CSRC).

Fortaleza (CE), 12 de agosto de 2026.

O Comitê de Auditoria

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**DECLARAÇÃO**

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso VI, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2026.

Fortaleza, 4 de agosto de 2026

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vandir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Nós, Diretores do Banco do Nordeste do Brasil S.A., declaramos para fins de atendimento às disposições do Artigo 27, parágrafo 1º, Inciso V, da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que tomamos conhecimento, revimos, discutimos e concordamos com o inteiro teor do Relatório, exarado nesta data, pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras do Banco do Nordeste do Brasil S.A., levantadas em 30 de junho de 2026.

Fortaleza, 12 de agosto de 2026

DIRETORIA: Paulo Henrique Saraiva Câmara (Presidente) – Ana Teresa Barbosa de Carvalho (Diretora de Administração) – José Aldemir Freire (Diretor de Planejamento) – Leonardo Victor Dantas da Cruz (Diretor de Controle e Risco) – Raimundo Vandir Farias Júnior (Diretor de Negócios) – Wanger Antônio de Alencar Rocha (Diretor Financeiro e de Crédito)